

ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E REPRODUÇÃO DA VIDA

Tensões a partir da
produção do espaço

Patrícia Laczynski
Magaly Marques Pulhez
Giovanna Milano
Gustavo Prieto
Guilherme Moreira Petrella
[organização]



**ACUMULAÇÃO DO CAPITAL
E REPRODUÇÃO DA VIDA:
TENSÕES A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E REPRODUÇÃO DA VIDA: TENSÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Organização:

Patrícia Laczynski

Magaly Marques Pulhez

Giovanna Milano

Gustavo Prieto

Guilherme Moreira Petrella



Universidade Federal de São Paulo

Reitora | Raiane Patrícia Severino Assumpção

Instituto das Cidades

Diretora | Patrícia Laczynski de Souza

Vice-diretora | Giovanna Bonilha Milano

Série “Estudos Urbanos”

Coordenação | Magaly Marquez Pulhez e Ricardo Santhiago

Conselho editorial | Acácio Augusto (Unifesp), Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ), Andréa Casa Nova Maia (UFRJ), César Simoni Santos (USP), Cibele Saliba Rizek (USP), Paula Freire Santoro (USP), Tiago Maiká Muller Schwade (UFAM) e Viviane Trindade Borges (Udesc)

Imagem de capa | Thiago Pompeu

(Cena em canteiro de obras. São Paulo, 26/10/2015.)

Os textos publicados na série “Estudos Urbanos”, em sua forma e conteúdo, bem como a exatidão de referências bibliográficas e adesão às boas práticas científicas, são de inteira responsabilidade dos organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Acumulação do capital e reprodução da vida: tensões a partir da produção do espaço / organização: Patrícia Laczynski, Magaly Marquez Pulhez, Giovanna Milano, Gustavo Prieto, Guilherme Moreira Petrella. – São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022. (Série Estudos Urbanos)

Vários Autores.

Coordenação: Magaly Marquez Pulhez e Ricardo Santhiago.

ISBN 9786587312651

1. Urbanização 2. Estudos urbanos. 3. Desenvolvimento urbano. 4. Especulação imobiliária. I. Laczynski, Patrícia. II. Pulhez, Magaly Marquez. III. Milano, Giovanna. IV. Prieto, Gustavo. V. Petrella, Guilherme Moreira. VI. Título.

CDD 307.76

Elaborado por Regina Garcia Brito – CRB 8/8895

Instituto das Cidades, Campus Zona Leste
Universidade Federal de São Paulo
v. Jacu-Pêssego, 2630
Itaquera, São Paulo - SP, 08260-001
<https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/>

SUMÁRIO

Apresentação 7

Patrícia Laczynski, Magaly Marques Pulhez, Giovanna Milano, Gustavo Prieto e Guilherme Moreira Petrella

Contradições da produção do espaço: acumulação, reprodução do capital e reprodução da vida 13

Guilherme Moreira Petrella

“Semeando Cidades”: Uma Genealogia da Colonização Rural-Urbana no Brasil 35

Giselle Mendonça Abreu

Periferização em Chapada dos Guimarães: Conflitos e Resistências 61

Camila Salles de Faria

Vem, Espírito, e mostra quem realmente precisa 85

Elisa Favaro Verdi

Urbanismo autoritário, austero e militarizado como governamentalidade de cidades e territórios em colapso: notas de pesquisa em andamento 105

André Dal’Bó da Costa

Habitação e expulsão: a ficção da última fronteira urbana 129

Daniel Manzione Giavarotti

Programa Lagoas do Norte e a Luta pelo Direito à Cidade em Teresina-PI 151

Francisco Wesley Marques Brandão

Terra, poder e rentismo na reestruturação da metrópole 177

Alexandre Yassu

Urbanização dependente e serviços: o exemplo das atividades de apoio a edifícios em São Paulo **203**

Carolina Alvim de Oliveira Freitas

Os Serviços Residenciais Terapêuticos e o Lugar da Loucura na Metrópole Contemporânea **229**

Darcio Antonio Argento

Autoras e autores **255**

APRESENTAÇÃO

**Patrícia Laczynski, Magaly Marques Pulhez,
Giovanna Milano, Gustavo Prieto
e Guilherme Moreira Petrella**

A obra que agora se apresenta aos leitores e leitoras é um marco importante no percurso de pesquisa traçado pelo grupo Transborda – Estudos da Urbanização Crítica, que tem origem em 2018, a partir do encontro de docentes recém-chegados ao Instituto das Cidades, *Campus Zona Leste* da Unifesp, e que vem crescendo, desde então, com a chegada de novos pesquisadores, professores, alunos e alunas, engajados em compor reflexões que essencialmente se ancoram na leitura crítica das contradições sociais em sua relação com as formas desiguais de produção do espaço. Nesses cinco anos de trajetória, nos ocupamos intensamente da realização de atividades de pesquisa e extensão, da construção de cursos, aulas, seminários, da publicação de artigos, textos e relatórios e também da construção de um diálogo estreito com movimentos sociais, coletivos e associações de moradores, desde sempre interessados em relacionar e tensionar temas fundamentais que cruzam a dimensão da produção do espaço, envolvendo a questão agrária, a problemática fundiária, a industrialização, o capitalismo financeiro, os conflitos e a urbanização da sociedade, amparando-nos em aportes teóricos e metodológicos que procuram enfatizar a espacialidade das análises.

Os membros do grupo de pesquisa vêm de áreas de conhecimento e campos disciplinares distintos, como arquitetura e urbanismo, geografia, direito, políticas públicas e outros, o que tem nos permitido ampliar o olhar e transbordar as conexões das análises possíveis. Estamos particularmente comprometidos em estudar e refletir sobre as dinâmicas de privatização do lugar / território e sobre a produção de políticas públicas que afetam diretamente o espaço, num contexto

de radicalização do projeto neoliberal, de ascensão conservadora, militarização / milicianização e de exacerbação da expropriação na vida cotidiana. Além disso, nos são especialmente importantes as análises sobre a experiência da urbanização como conflito e luta pelo uso do espaço, tomando o direito à propriedade privada em constante tensionamento diante das formas de produzir, viver, habitar e se reproduzir na cidade.

Esta publicação nasce, justamente, como desdobramento desta trama de interesses, sintetizada a partir das várias discussões que organizamos e realizamos ao longo do Seminário Internacional de Estudos Urbanos e Interdisciplinaridade, realizado pelo Instituto das Cidades da Unifesp, entre 4 e 8 de outubro de 2021. Nessa ocasião, foram apresentados mais de quarenta trabalhos em sessões temáticas organizadas pelo Transborda, que foram pensadas de modo a costurar as três frentes de pesquisas sobre as quais temos nos debruçado com mais profundidade nesses anos de atividade. A primeira delas diz respeito à problematização dos processos de privatização, mercantilização e financeirização dos territórios, especialmente no Brasil. Tratamos aí das especificidades e das interações dos agentes envolvidos (públicos e privados) e da produção de regimes regulatórios e normativos que diretamente incidem sobre a transformação do espaço em negócio, sob a ascensão da autocracia neoliberal, em que os domínios da razão econômica descortinam-se em mais concentração de poder econômico e político e na espelhada exacerbação das desigualdades e da espoliação. A segunda frente enfatiza a experiência contemporânea da urbanização, que tem explicitado e se intensificado como conflito pelo uso do espaço, contrapondo, de um lado, o direito relativo à propriedade privada, o domínio político e a equivalência econômica e, de outro, as formas de apropriação e de reprodução na metrópole. Aí se realizam tensões da forma mercadoria (a relação dialética entre valor, valor de troca e valor de uso); da forma jurídica da propriedade em sua relação com o Estado (as leis, o sistema de justiça e de polícia); e da especificidade espacial (imobiliária e urbana, renda, capital fictício e expropriação). Por fim, a terceira frente de pesquisa busca compreender a reprogramação da política brasileira

a partir da ascensão da nova direita em diferentes escalas e níveis de interpretação sobre o espaço urbano. A hipótese é de que há um processo incisivo e recente de produção de regimes privados de controle territorial que se articula com a militarização das cidades e que produz uma nova rodada de produção do espaço e acumulação do capital e de poder a partir de uma espacialidade violenta.

Na perspectiva, portanto, de adensar esta agenda de pesquisa, o presente livro traz dez textos inéditos de pesquisadores que participaram do Seminário Internacional de Estudos Urbanos e Interdisciplinaridade e que, em interlocução com o Transborda, produziram reflexões substanciais para que possamos avançar no debate sobre a produção do espaço na forma capitalista, a partir da perspectiva crítica de investigação e leitura dos fundamentos da contradição aí implicada, particularmente no contexto brasileiro.

(1) O primeiro trabalho, de autoria de Guilherme Moreira Petrella, membro do Transborda, lança luz sobre as contradições da produção do espaço, entendida como urbanização e como produção de relações sociais, que se desenvolvem na experiência do capitalismo contemporâneo. Busca relacionar formas dominantes da reprodução capitalista, fictícia e rentista, a expressões de luta política pelo espaço e pela vida, que emergem como uma resistência à expropriação. Aproxima duas experiências de disputa e produção do espaço: a renovação urbana da Região da Luz, no centro de São Paulo, e a regularização fundiária do Bairro de Vila Bela, na Zona Leste do município, através da noção de condominialização da cidade e de desabsolutização da propriedade.

(2) Em seguida, Giselle Mendonça Abreu focaliza o surgimento de agrupamentos de cidades no interior do país, em diferentes momentos do século XX, analisando a centralidade que a produção de núcleos urbanos assumiu nos projetos de ocupação territorial, ao invés de ser concebida como apoio à atividade agrícola. A partir das experiências de colonização no Paraná, na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro, a autora constrói uma genealogia da colonização agrária-urbana no Brasil, demonstrando a imbricação entre agentes privados e estatais por trás da constituição dessas cidades.

(3) Camila Salles de Faria retrata a cidade de Chapada dos Guimarães (MT) como exemplo da realidade violenta do processo de periferização / desperiferização. Sob o prisma da urbanização crítica, marcada pela generalização da mercantilização e da privatização da terra urbana, a autora problematiza os conflitos e resistências que envolvem a terra como negócio, uma das necessidades básicas da reprodução humana. Acrescenta ainda o papel do Estado, que se destaca por não garantir à classe trabalhadora mais empobrecida o direito expresso na Constituição e por promover, dessa forma, o acesso desigual à terra.

(4) Elisa Verdi traz um conceito novo ao debate da produção do espaço urbano, do neoliberalismo e das desigualdades: a seleção da miséria. Diferentemente da gestão da pobreza, mas de forma complementar, a seleção da miséria ajuda a compreender a pragmática vitalista, ou seja, um nível de autogestão para a produção da vida social que não conta com a mediação política do Estado e de outras instituições. A autora desenvolve o conceito a partir da relação teoria e prática, apresentando uma incursão etnográfica na Zona Leste da metrópole de São Paulo.

(5) André Dal’Bó da Costa reflete sobre os contornos da produção neoliberal do espaço em sua configuração presente, informada pela aliança entre a “militarização do cotidiano e a austeridade urbanística” na gestão de cidades e territórios. O reconhecimento das práticas autoritárias que conferem conteúdo ao neoliberalismo contemporâneo aponta para o desfazimento do horizonte de direitos sociais e a ascensão da violência como fundamento de controle das vidas e do espaço. Ao debruçar-se sobre o contexto nacional, o autor mobiliza três situações de conflito que permitem analisar os contornos específicos destas práticas no Brasil.

(6) Daniel Manzione Giavarotti, partindo do processo de formação de posses e propriedades imobiliárias periféricas, discute o Programa Habitacional Casa Verde e Amarela, lançado pelo governo federal em agosto de 2020, como ponto de vista e oportunidade para debater os limites da teoria da “acumulação via espoliação”. A titularização em massa, ressalta o autor, possibilita condições de tornar as propriedades

negociáveis no mercado financeiro, podendo levar à expropriação de centenas de famílias e um aprofundamento da crise social em curso.

(7) Francisco Wesley Marques Brandão problematiza o planejamento urbano como instrumento que se contrapõe ao direito à cidade, a partir de um caso empírico na cidade de Teresina (PI). O Estado, aliado ao capital, cria programas que priorizam a valorização imobiliária e a mercantilização do cotidiano ao invés de construir soluções para e com a população e garantir direitos aos seus moradores. Os movimentos sociais lutam contra a racionalidade técnica do poder público, que serve de meio para justificar a defesa da propriedade privada e a segregação socioespacial.

(8) Alexandre Yassu analisa a transformação do espaço de Cajamar, município da Região Metropolitana de São Paulo, cujo grande número de propriedades fundiárias encontra-se centralizado nas mãos da família Abdalla. A análise busca relacionar a constituição dessa centralização da propriedade, nem sempre a partir de processos legais, como decorrência do poder de fração de classe e como equivalência de capital na produção do espaço urbano, buscando compreender o papel fictício da propriedade na reprodução capitalista, como renda capitalizada e como meio de acumulação por espoliação.

(9) Carolina Alvim de Oliveira Freitas propõe a reflexão acerca das relações entre a produção do espaço imobiliário e a economia urbana de serviços, em um contexto de acumulação urbana dependente. A autora analisa os “serviços de apoio a edifícios” como engrenagens relevantes atreladas à cadeia de valorização imobiliária nas cidades neoliberais, com repercussões significativas na produção financeirizada do espaço no século XXI.

(10) Darcio Antonio Argento, ao demonstrar a instalação da loucura na metrópole, a partir das mudanças da compreensão sobre essa modalidade – do manicômio para uma (re)inserção social (na cidade), analisa de forma crítica categorias como ‘espaço’ e ‘território’, fundamentais para o pensamento geográfico. O autor toma como referência os pressupostos oriundos da geografia crítica em sua vertente marxista-lefevbriana, problematizando o espaço

como mercadoria e questionando se as novas formas de sociabilidade que evoluem no campo da saúde mental foram ou continuam sendo consideradas no tratamento comunitário.

Em suma, o livro em questão, no percurso argumentativo e analítico dos capítulos, tenciona com os fundamentos do Transborda como grupo de pesquisa e coletivo de reflexão em diálogo com as contradições do capital, apresentando contribuições essenciais, metodológicas e teóricas, multi e transdisciplinares, para o desvelamento dos processos socioespaciais contemporâneos. Entendemos que a propriedade privada da terra e do solo urbano, dos meios de produção e do capital conforma as bases do modo de produção capitalista e suscita a necessidade – urgente e utópica – de uma reflexão aprofundada sobre as relações indissociáveis com o processo de urbanização, com especial atenção nos países periféricos. Relacionar e questionar os fundamentos da propriedade e da reprodução do espaço capitalista é, certamente, tarefa central para entender o espaço urbano e as contradições dessa inter-relação. O direito à cidade, portanto, como utopia concreta e em movimento, é para nós não apenas um horizonte de investigação, mas sim – e fundamentalmente – uma tarefa teórico-política.

CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ACUMULAÇÃO, REPRODUÇÃO DO CAPITAL E REPRODUÇÃO DA VIDA

Guilherme Moreira Petrella

A noção de “produção do espaço” (LEFEBVRE, 1974) é entendida aqui como uma simultaneidade de momentos que constituem uma *totalidade*, tanto nos termos da ação, quanto de pensamento. Mas de uma totalidade que se chega apenas virtualmente, apenas através de um movimento que se orienta pela busca dessa totalidade. Um movimento que é composto de *momentos*, de aproximações, de ênfases: *momentâneas*. Em um primeiro deles, a produção do espaço é iluminada em seu sentido estrito, preciso, como produção de coisas no espaço. Produção esta que, necessariamente, é atravessada por condicionantes técnicas, por relações materiais e concretas. Dimensões, por assim dizer, “próximas”, que dão carne e materialidade a determinações políticas e econômicas mais amplas, mais gerais, abstratas. Nesse nível, se manifestam conflitos e concepções de vida, de cultura. Constitui uma *produção imediata*, visível; vivida, percebida e concebida através de nossos sentidos, do corpo, dos corpos.

Um segundo momento, cuja “secundidade” não deve ser lida como uma hierarquia de valores nem como uma linearidade causa-efeito de reflexão e de pensamento, compreende a produção do espaço em um sentido ampliado, lato, de um olhar “distante”. Como um lugar da produção de relações sociais e de espaço(s) que se realizam em identidade, como mútua determinação, ganhando “existência” através desse mútuo imbricamento. Quando se diz aqui “relação”, se diz que essa existência se dá para além das partes *em si*, determinadas, separadas; mas, com elas e a partir delas, através de uma existência

que é *além* da mera justaposição imediata desses elementos situados. Portanto, uma existência que é *mediada* pela relação social ou, de outro modo, a relação como a existência, constituindo um nível *global*.

A produção do espaço, entendida como urbanização e como cotidianidade, é, a um só tempo, a produção do visível, do morfológico, a produção das “coisas” que são dispostas segundo determinações materiais e concretas, e, também, simultaneamente, o “entre-coisas”, ou aquilo que é definido e configurado por essas coisas, por meio e através da relação com essas coisas. Em suma, é uma “não-coisa” que ganha existência a partir de sua interação e de sua mediação com “a coisa”, mas que, contudo, não se resume nem se reduz a ela. Assim como, também, não dela prescinde. Nesta simultaneidade são constituídas determinações do tempo e do espaço, análogas ao “espírito do lugar” (*genius loci*) e ao “espírito da época” (*zeitgeist*), imbricando atividades e relações humanas. A relação “coisa-não-coisa” é percebida por ênfases momentâneas do pensamento, que são dadas por níveis e dimensões de análise, do *imediato*, do *global* (LEFEBVRE, 1999; PEREIRA (org.), 2018).

Este movimento, até aqui, contudo, não visa constituir uma “essencialidade” da produção do espaço, como se fosse uma ontologia da relação de “ser-no-mundo”, totalizando um fenômeno parcial, totalizando um “espírito sem corpo”, sem incorporação. A “produção do espaço” é compreendida como um momento de realização das relações de produção e reprodução sociais, por sua vez, histórico e geograficamente determinadas, que, sob o capitalismo, ainda mais em sua face contemporânea, constitui uma experiência específica. Esta “experiência do contemporâneo”, tanto concreta quanto abstrata, constitui uma *totalidade*, que orienta (ou deve orientar) o movimento do pensamento e da ação: sua finalidade é a superação das relações capitalistas de produção e reprodução. Finalidade e fim. Mas, trata-se totalidade que não pode ser resolvida apenas em sua ideação, em seu puro “encantamento”. Trata-se de uma totalidade que deve ser aproximada a partir do conjunto de ações crítico-teórico-práticas que é empreendido como produção e reprodução social sobre a produção do espaço, portanto, *imediato* e *global*.

Ao ser uma orientação à totalidade, essa prática social se realiza como *conflito*, como a disputa pelo domínio das formas de produção e de apropriação do espaço, por si diversificadas, diferenciadas e desiguais em sua *imediatez*. Mas, também, se realiza como *contradição*, no modo como a produção e a reprodução social, interagindo relações de apropriação, expropriação e propriedade, constituem uma oposição entre “vida” e “capital”. Uma oposição não *imediatamente* visível, mas, apenas, vislumbrada através da análise e da reflexão, em sua relação como *globalidade*. Neste sentido, é como se o *genius-loci* encontrasse o *zeitgeist* no conflito e na contradição *incorporada* das relações de produção e reprodução capitalista. Corpo emergente que aparece como carne, como espírito e como classe social; tripla aparição que medeia a relação humano-trabalho-natureza.

No primeiro momento, o imediato, a produção do espaço pode ser vista a partir de um ramo específico da produção social, a partir do ramo da *construção*. Nele, as relações específicas de *produção* (a exploração da força de trabalho, o uso de materiais e de energias, forças produtivas) são amalgamadas a relações específicas de propriedade (apropriações, domínios, exclusões), constituindo-se um “produto-uno”, um *produto imobiliário*. Constitui um “imóvel” pois não é a materialidade deste *produto* que circula socialmente, mas sim sua representação a partir de formas jurídicas de *propriedade*. Este produto imobiliário é, ainda e a um só tempo, a possibilidade de *uso* e a representação de *valor*. O valor desta especial mercadoria, portanto, se funda na efetividade desta relação, da *presença* do construído e da *representação* do título jurídico – e lembrar que, entre “presenças” e “representações”, sempre há a interação com as “ausências” (LEFEBVRE, 1983). Neste caminho, a atividade de construir visa promover um espaço adicional, um espaço mais eficiente e um espaço novo (PEREIRA, 1988), a serem realizados (ou realizáveis) segundo necessidades e desejos sociais (que, por sua vez, também são passíveis de serem construídos). Construir é, necessariamente, uma forma de *apropriação da preexistência* e de sua reprodução na produção do adicional, do eficiente, do novo, cujo domínio decorrente sobre o *uso* e sobre o *valor* vão ser relativos às relações de domínio da *propriedade*. Portanto, na imediatez do

imobiliário, sob relações capitalistas de produção e reprodução, se tem como finalidade a *produção de propriedades*.

No segundo momento, o global, esse ramo da construção interage com outros ramos da produção social, tais como a agricultura, a mineração, a indústria fabril. *Relação* que se dá tanto nos termos do tangível, do fornecimento de materiais e energias que são necessários à construção, quanto nos termos do intangível, por assim dizer, através das formas desiguais e combinadas de produção, circulação e distribuição *do valor*, a substância da produção capitalista. Nesta “substância”, está incluída a produção, circulação e distribuição de *mercadorias*, das “coisas” produzidas e da “não-coisa” relativa à *mercadoria força de trabalho*, que produz e que consome a construção. Nesta relação, por um lado, o *material* produzido em cada um desses setores *incorpora* em seu produto suas relações internas de produção e de propriedade. Mas constitui uma incorporação cujo produto é comercializado para além de seus limites imediatos de produção e de propriedade, de seu espaço imediato. Por outro lado, as diferenças entre esses ramos, atuam nas formas desiguais de produção, circulação e distribuição do valor em geral, ganhando um “corpo intangível” na (re)produção social, no múltiplo imbricamento entre mercadoria, formas de renda e formas de produção. Este “corpo intangível” é percebido ora como reflexo de um setor “atrasado”, ora como um setor “moderno”, isto é, que contém alta ou baixa capacidade produtiva, que se relaciona com uso extensivo ou intensivo de força de trabalho. Como fornecedor ou como receptor do excedente de valor socialmente produzido. Portanto, o setor da construção, em relação com os demais setores de produção da sociedade, “devolve” à produção total uma contribuição dessa combinação desigual. Uma contribuição, inclusive, mediada pelas formas diferenciais de produção do espaço, da metrópole, do urbano.

Neste sentido, a “produção do espaço” deve constituir uma *totalidade*, na medida em que interage relações de tempo e de espaço da produção e da reprodução social, que é, simultaneamente, preexistência e devir, é matéria e relação, é concreta e abstrata. Uma experiência (do cotidiano, do contemporâneo) vivida, percebida e

concebida. Porém, ainda que sejamos orientados pela necessidade dessa totalidade, sua afirmação resta impossível (LEFEBVRE, 1981), pois seria uma hipostasia de conhecimentos parcelares, de atividades separadas e alienadas. Essa afirmação, face às parcelas e à alienação, só se realiza como conflito e como contradição, o que implica, por sua vez, na simultânea construção de campos cegos. Contudo, apesar dessa impossibilidade, é possível (e desejável) irmos em direção a essa totalidade, aproximações realizáveis a partir de níveis e dimensões de análise (LEFEBVRE, 1999), que constroem (eventualmente) um movimento de pensamento e de ação, simultaneamente, “de perto” e de “longe”, como forma, como estrutura e como função. Níveis e dimensões que se situam para além de uma visão meramente de diferentes escalas, mas que inclui processos, relações, conflitos e contradições ao interagir espaço, tempo, experiência, preexistência, devir.

Esta “aproximação à totalidade” se fragmenta a partir da dominância ou predominância momentânea de uma ou outra forma peculiar de conhecimento – ainda que todas elas, no interior de seus “recortes disciplinares”, contenham, na realidade e na possibilidade, a sua visão de totalidade, dos níveis e dimensões de análise. Quase que se pudesse afirmar, a arquitetura do nível imediato (e sua antropologia), a geografia do nível global (e sua sociologia), a filosofia da totalidade (preenchida pela arte, cultura, civilização, pensamento, instituição e consciência). E nesta cartografia inicial poderíamos nos aproximar da noção da “contradição na produção do espaço”, como meio de se enfatizar uma condição que tem se explicitado e se intensificado na experiência da contemporaneidade: a contradição entre a *reprodução do capital* e a *reprodução da vida* (social e para além do social, a do ambiente, a da natureza). Contradição que é analisada a partir de conflitos, que ganham existência na disputa pelo espaço, nas relações de produção e de apropriação do produzido. Carnes para a hipótese do espírito. Portanto, uma dimensão espacial da experiência contemporânea e cotidiana de luta e de reconhecimento.

Se, ao nível imediato, conflitos e as lutas sociais experimentados na produção e apropriação do espaço são diversificados, apresentam

especificidades, vivências e narrativas determinadas; ao nível global, virtualmente, podem ser percebidos e concebidos como manifestações concretas de uma contradição mais geral entre a reprodução do capital e a reprodução da vida: *conteúdos* concretos e diversos que se manifestam e se apresentam em uma *forma* da contradição, que os representa. Uma relação que emerge ao nível da reprodução social, da produção de práticas, de instituições e de consciência (também a partir de conflitos e da contradição). Constitui um movimento composto simultaneamente por determinações objetivas e subjetivas. Movimento que se dirige à totalidade da “experiência do contemporâneo”, por sua vez, atravessada pelo domínio das relações capitalistas de produção e de reprodução sociais; exacerbadas pelo predomínio do neoliberalismo e da financeirização: pela gestão das desigualdades, da miséria e da violência seletiva em uma reprodução social orientada pelo rentismo e pelo capital fictício, pela expropriação.

A “expropriação” constitui uma economia política capitalista. E, quando se diz “expropriação”, se diz, também, “apropriação” e “propriedade”. Uma mútua criação. Neste sentido, põe-se acento na produção de propriedade como categoria: como preexistência, nos termos de sua formação histórica e moderna, e como existência, a partir da reposição e criação de novas formas de propriedade, cada vez mais mistificadas e orientadas para uma *generalização*. A existência da propriedade, como condição objetiva e subjetiva, na e da reprodução social, como presença de uso concreto e como representação jurídica de domínio e de valor, abstratos, é mediada pelas relações de expropriação e de apropriação, que também se põem e se repõem a cada nova forma de propriedade. Portanto, propriedade, apropriação e expropriação *capitalistas* constituem uma relação dialética, que tem uma forma, uma função e uma estrutura espacial-temporárias.

Esta dialética da propriedade resulta de uma formação histórica (além de uma funcionalização e uma estruturação históricas), nos termos de sua “criação moderna”, que se desdobra nas formas (funções e estruturas) contemporâneas de sua produção e reprodução, como o elemento que constitui, por assim dizer, essa “economia política” (e, por decorrência, uma necessidade da “crítica da economia política”):

dimensão econômica de equivalência a capital, de representação de valor, que é constituinte do rentismo contemporâneo (e por que não, de uma especificidade “à brasileira?”); bem como expressão de poder de classe (e frações), desde a formação histórica, o patrimonialismo estrutural na sociedade brasileira, por exemplo, mas, também, em sua reprodução contemporânea, com a defesa jurídico-policial da propriedade, que condiciona as formas de apropriação e que asseguram a expropriação da riqueza socialmente produzida, ao mesmo tempo em que é legitimada ideologicamente na e pela reprodução social. A reprodução da propriedade, da expropriação e da apropriação no contemporâneo constitui uma relação social, que alguns autores denominam como “reprodução capitalista de relações não capitalistas” (MARTINS, 1986; OLIVEIRA, 2007).

A produção e a reprodução da propriedade, como um *problema teórico*, se orienta pela análise das formas de renda, que decorrem de cada um dos setores de produção: agricultura e renda fundiária, mineração e renda extrativista, construção e renda imobiliária. Embora constitutivas de uma realização imediata, a realidade da renda só nos aparece à luz da reprodução social global, em relação: setores particulares de produção que integram as formas sociais de produção, circulação e distribuição do *valor*, relacionando meios diferenciais de exploração da força de trabalho (e de forças produtivas) ao modo desigual como o excedente circula e é acumulado na sociedade (forças proprietárias). Esta expressão, por assim dizer, *econômica*, tem sua complementação em uma expressão *política*, dado que parcela do valor que se acumula, não correspondendo à *trabalho* imediato na produção, decorre de uma *expropriação* em função do poder absoluto da propriedade, que se apropria desse excedente como se fosse um equivalente de remuneração da propriedade dos meios de produção, dos meios de circulação, do dinheiro. Constituindo uma relação de *domínio* jurídico.

Assim, o problema teórico da propriedade, com seus contornos abstratos, se relaciona dialeticamente com especificidades concretas de lutas e disputas sociais, que se constituem como “objetos de pesquisa”. A luta social prática constitui formas temporárias de

coalizão e de disputa entre frações de classe proprietária, de capital, de terra – onde situam também as propriedades de dinheiro, de saberes, de produção de conhecimento – sobre o domínio do trabalho, ao nível da exploração e da espoliação. Neste movimento, a reprodução da vida, cuja forma capitalística apresenta-se como “reprodução da força de trabalho”, submete-se – não sem conflitos – aos imperativos da reprodução do capital. Isso estabelece contradições de natureza “quantitativa e qualitativa” entre as formas sociais de produção, de circulação e de distribuição do *valor*, que se tornam “reais” por meio do cálculo entre as parcelas equivalentes de salário, de lucro, de juros, de renda. Uma remuneração, do ente em particular, que decorre, não de sua contribuição *imediate* à produção da riqueza social, mas das formas *globais* de expropriação, que são possíveis e legitimadas graças à equivalência da propriedade a capital, graças à sua forma de representação de valor. *Deus ex machina!* De um lado o *domínio* no interior das lutas e estruturas desiguais do espaço e da sociedade e, de outro, a acumulação por expropriação, que ganha corpo e realidade na distribuição do valor.

Isso implica, simultaneamente, em uma produção, circulação e distribuição de um “antivalor” (OLIVEIRA, 1988; HARVEY, 2018), isto é, de processos sociais de *desvalorização*, de *não valorização* ou de eventual *negação do valor*. Neste sentido, o “antivalor”, evidentemente, que se opõe e se relaciona ao “valor”, constitui uma dialética interna à produção do capital, do “valor que se valoriza” (“que se desvaloriza, que não se valoriza, que nega o valor”). Uma noção de “antivalor” que é posta à luz e a partir de uma dupla condição imbricada, cujo foco se exacerba em função da experiência capitalista contemporânea. De um lado, a proeminência do *capital fictício* na reprodução do capital em geral, isto é, a parcela do “valor que se valoriza” sem relação imediata com a *produção*, do “capital em funcionamento” (MARX, 1985-1986; CHESNAIS, 2005). O “capital fictício” em oposição ao “capital real”. Movimento que é exacerbado pela financeirização e pelo rentismo, que acentuam as relações sociais de expropriação: de trabalho mal pago, de trabalho não pago, de encarecimento das condições de reprodução da vida, de expulsão. De

outro lado, desta “mesma moeda”, a experiência de expropriação, que se acentua na contemporaneidade neoliberal e financeira, constitui um problema político, na ordem da luta social e da resistência que se forma e se desenvolve *contra* essas formas de expropriação. Uma resistência que se define a partir dos possíveis do projeto, do devir, que alargam os horizontes da experiência.

Deste modo, a noção de “antivalor”, como uma crítica à economia-política, busca desvendar processos pelos quais a luta social se realiza, seja nas formas de apropriação privada da produção social, na seletividade da gestão da política e da polícia; seja como estratégias de *resistência* e de *projeto*, que emergem da experiência do conflito e que apontam, eventualmente, à produção de novas relações sociais imbricadas à produção de novos espaços. Quando potentes, esses conflitos iluminam campos cegos e desvelam ilusões urbanísticas de concepções práticas e teóricas, embora críticas, para citar Henri Lefebvre (1999). Do conflito emerge a contradição: a produção, circulação e distribuição do valor e sua relação com a produção, circulação e distribuição do “antivalor”, das relações de expropriação, de apropriação e de propriedade. Nesta dialética da propriedade poderíamos construir, por assim dizer, uma noção de “níveis e dimensões da expropriação”, dado que sua negatividade determinada (expropriação-propriedade) ilumina campos cegos da produção e reprodução social e apontam, virtualmente, para uma totalidade de negação da forma capitalista.

A expropriação, ao nível *imediato*, situa as relações de *espoliação* que permitem a acumulação de capital sem um novo processo produtivo. Isso se manifesta no encarecimento das condições de vida, no constante endividamento financeiro, no incremento e pagamento de taxas e serviços antes baratos ou gratuitos. A expansão dessa fronteira infernal de acumulação capitalista sem produção acentua a instabilidade de ocupação do espaço. A apropriação vacilando entre a expropriação e a generalização da propriedade. Elementos que, combinados, constituem um “complexo imobiliário-financeiro”, que se manifesta de modo heterogêneo na produção e reprodução do espaço. A expropriação, ao nível *global*, situa essas relações da espoliação

a uma dimensão de *desposseção*, que busca reduzir as diversas formas de produção e reprodução social e da vida ao imperativo da mercadoria: da submissão dos corpos, dos territórios, das concepções de vida e de amor – múltiplos, diversos, heterogêneos – ao domínio homogêneo do patriarcado, do patrimônio, da propriedade: da herança e da renda. Constituem-se como elementos de integração e de controle desigual sobre a *produção* e a *reprodução*, alargando a noção de classe social – do “lugar na produção” ao “lugar na produção do espaço” – através do gênero, da raça, da sexualidade. Por fim, a expropriação, ao nível *total*, situa as relações de *desamparo*, que desestabilizam ou destroem o chão das referências práticas e sensíveis, das instituições. Ponto crítico, espaço do desastre, que nos haveria de permitir o salto (ou queda) livre no abismo da construção do novo (SAFATLE, 2018). Processo deveras doloroso e não necessariamente orientado para a superação das contradições sociais.

Estas relações de expropriação, imediata, global e total, complexas e contraditórias, diversas e heterogêneas, são formas diferenciadas de experiência de sofrimento na contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da vida. Formas que, apesar de *diferenciadas*, no que tange ao reconhecimento de suas manifestações prático-sensíveis, especificidades, podem compor uma “unidade da experiência da expropriação”. Uma *unidade diferenciada* que se explicita através da identidade entre a *produção do espaço* e a *produção de relações sociais*, e que têm, como fim último, a superação das relações capitalistas de produção e reprodução: a superação das formas de expropriação, do valor decorrente da exploração do trabalho, da separação entre produtor, produção e produto, da resultante mercantilização, da forma-mercadoria.

Neste sentido, a experiência do conflito, na e da produção do espaço, pode ser um momento de tomada de consciência, de instituição e institucionalização de outras e novas práticas. O reconhecimento na e através da luta, que, na contemporaneidade, sob domínio do neoliberalismo e predomínio da financeirização, poderia ser resumida na luta contra o Estado-Empresa. Esta “parceria público-privada da reprodução social”, constitui algo que poderíamos nomear como uma

“condomínialização da cidade”. Movimento que dinamiza espaço e sociedade em direção à generalização da forma mercadoria, sejam elas reais ou fictícias. Neste movimento, estabelecem-se “fronteiras” de domínio e de gestão, constituindo-se os “de dentro” e os “de fora”, que passam a figurar, à luz do avanço dessa fronteira infernal da mercadoria, como sendo as resistências, os excluídos, os inimigos, os corpos abjetos que podem ser então negados, podem ser então eliminados. Face extremada do contemporâneo.

Esta hipótese da “condomínialização da cidade” emerge a partir de novas formas de produção de propriedade. Não mais ligada *imediatamente* a um bem, serviço ou espaço que representa, cuja representação haveria de permitir um *domínio absoluto* sobre esse bem representado; mas um domínio que é constituído *relativamente* ao investimento financeiro dos “parceiros” desta propriedade. Como uma sociedade por ações ou uma cota-parte condomínial. Com a diferença que essas parcelas podem ser comercializadas independentemente de sua totalidade, constituindo-se fragmentos, títulos jurídicos de uma propriedade (desabsolutizada), que representa uma fração de valor. Consecutivamente, o *domínio* sobre essa totalidade, o conjunto de frações, é relativo à alíquota do investimento financeiro em particular, constituindo, portanto, uma hierarquia proprietária. Essa noção de “desabsolutização da propriedade” se desdobra da forma clássica da propriedade privada absoluta. Trata-se de uma “desabsolutização”, contudo, que não nega a propriedade em si, pelo contrário, ela a intensifica através dessa produção de novas formas, que são empreendidas pelas condições contemporâneas de produção e reprodução capitalista.

A dimensão absoluta da propriedade tem uma formação histórica, sua criação moderna e capitalista. No Brasil, isso se dá na constituição da sociedade e do território brasileiros (PRIETO, 2016), a partir de definições da Constituição de 1824, da Lei de Terras de 1850 e posteriores desdobramentos. Produz-se um instrumento jurídico que define o domínio absoluto sobre um bem, o poder de arbítrio de quem o possui, ao mesmo tempo em que dá as condições sociais e materiais de equivalência entre esta propriedade e o capital em geral,

por meio da regulamentação da “desapropriação”, do cálculo da “justa indenização”, da constituição do mercado e do preço da terra. Ainda que emergjam formas sociais que mediem o poder absoluto da propriedade, tal como a “função social da propriedade” (a partir da centralidade da produção), a dimensão liberal-burguesa do domínio e da representação de espaço e valor da propriedade se mantém.

No desdobramento, a desabsolutização conserva a centralidade da propriedade nesta constituição liberal da sociedade burguesa, mas desabsolutiza o domínio do agente sobre o bem, cada vez mais relativo à alíquota de capital que cada agente em particular investe e tem posse. Mas não só, em função do deslocamento e do descolamento do título jurídico do bem que representa, essas alíquotas podem ser negociadas separadamente, de modo fragmentado, como “cotas-parte” ou “ações”, que são relativas à “propriedade-una”, que, por sua vez, representa a totalidade do espaço e do valor (um conjunto de empreendimentos, de unidades habitacionais ou não habitacionais, de serviços). São representações instituídas e reguladas por contratos. Deste modo, a posse de parcelas desta “propriedade-una” permite ao seu detentor o direito de acesso a uma remuneração correspondente, a uma renda. A produção de propriedades imobiliárias, portanto, conforma um conjunto de títulos jurídicos que funcionam como se fossem capital, “valor que se valoriza”.

A desabsolutização da propriedade permite a congregação de uma diversidade de agentes investidores nesta estrutura da “propriedade-una”. Condição que é acentuada pelas atuais formas flexíveis e fluidas empreendidas pela financeirização da produção do espaço, aproximando o conjunto da propriedade imobiliárias à lógica e função financeiras (como se fossem um fundo de investimento, conjunto de ações, títulos negociáveis, abertura de capital). Aproximação que põe luz na noção de “complexo imobiliário financeiro”. Contudo, trata-se de uma estrutura proprietária que congrega agentes de modo desigual, de acordo com sua posição relativa na totalidade da propriedade. Por um lado, pode haver um conjunto de “meros partícipes”, que investem determinado montante de dinheiro a fim de obter o acesso a uma renda parcelar; por outro lado, aqueles cujo

poder econômico se reflete como poder político, os administradores e gestores destes fundos imobiliário-financeiro constituído pela totalidade da propriedade. Neste sentido, embora todos os partícipes possuam parcela da propriedade, o *domínio* sobre sua totalidade se dá em função de “posição” na hierarquia proprietária.

A desabsolutização da propriedade e a constituição de uma hierarquia proprietária apontam para um movimento de exacerbação do domínio do espaço e do valor, público-privado, que se intensificam com a produção do espaço. Este movimento é aqui denominado como “condomínialização da cidade”: a projeção para a produção e reprodução da vida pública e do espaço urbano de formas e contradições nascidas na produção privada dos condomínios privados. Isso se dá através da produção de um “conjunto de empreendimentos”, o produto imobiliário, que é produzido por parcerias público-privada, por renovações urbanas, e que permanecem sob domínio dos agentes partícipes do contrato vinculados a um plano urbanístico, por exemplo. Mas, também, a partir de processos de regularização fundiária, do parcelamento do solo e da respectiva titulação das unidades habitacionais sem ser acompanhada por uma reurbanização efetiva. Um conjunto de títulos jurídicos de propriedade, que representam fragmentos de espaço e de valor, que podem circular no mercado de terras e edifícios e que voltam a ficar sob domínio do proprietário do terreno.

Neste sentido, as relações experimentadas no interior dos muros do “condomínio fechado”, tais como a estrutura de domínio, de administração e de gestão (conflitos, serviços, negócios), são projetadas para a esfera pública, na vida cotidiana e urbana, através das políticas públicas e privadas de uma renovação urbana. Projeção que acentua as tensões na luta pela redistribuição do produto social, intensificando a concentração de renda, na forma da monopolização econômica e, por consequência, processos de expropriação. Acentua, portanto, o conflito pela produção do espaço. Neste movimento, a prática social, real e concreta, é atravessada pela “necessidade” de realização da mercadoria, de gestão das desigualdades sociais, de relações sociais experimentadas no presente que são engendradas para confirmar as pressuposições futuras, privatistas e excludentes.

Um movimento que necessita da criação do “elemento periférico”, daquilo que é “irregular e informal”, do “corpo abjeto”, em suma, do “outro” que é exterior à racionalidade proprietária em vias de generalização e que compõe o “condomínio da vida cotidiana”. Assim, como um “subproduto” do avanço da marcha da mercantilização do espaço, este “outro” dá legitimidade social a novas camadas de expropriação, de ações violentas e seletivas, colonialistas.

Isso se resume a uma noção de “corpo abjeto”, que pretende “dar corpo” a uma perspectiva crítica do conflito social na produção do espaço. Perspectiva que se orienta pelo desenvolvimento de uma “crítica da economia política do espaço”, na medida em que este conflito se intensifica e se estende na experiência contemporânea de produção e reprodução social. Por um lado, se destaca a racionalidade neoliberal (e não-universalista), a administração e gestão das desigualdades sociais, as formas seletivas de governo; por outro, os rendimentos econômicos monopolizáveis e privatizáveis, o poder da propriedade que se generaliza em sua desabsolutização. Mas uma “crítica”, também, por se tratar de uma ação que se realiza sobre corpos não-hegemônicos, como experiência encarnada de luta de classes, a partir da reestruturação de seus espaços, realizando praticamente a dialética da propriedade, da expropriação e da apropriação.

Assim se dá a construção social do estigma do “inimigo público”, que justifica a ação violenta do Estado, inclusive, nos processos de reestruturação urbana (APPADURAI, 2009); da construção desse inimigo como um “bode expiatório” que legitima socialmente a ação violenta para dar realidade à perspectiva dominante (TODOROV, 2012); da “abjeção” que esses corpos representam por estarem presentes no espaço, apresentando o risco e a ameaça de desestabilização das normas dominantes (RUI, 2014); que produzem uma reação, contrária, na busca de se reafirmar, de toda forma e à todo custo, a conservação e a restauração destas normas em desestabilização (ROLNIK, 2018); nesse caminho, empreende-se a redução desses sujeitos e seus corpos a uma condição de “animalidade”, de puro dispêndio de energia, naturalizando conflitos e contradições sociais na busca de submissão desses corpos ao poder

hegemônico, seu *domínio*, em uma perspectiva colonialista e racista (FANON, 2020); que estende ao domínio que é exercido sobre as formas de produção, reprodução, pelo controle da sexualidade e do desejo, forjando a submissão dos “corpos desviantes” à reprodução da propriedade, do patrimônio, da herança (PRECIADO, 2020).

Esta norma social colonial-patrimonialista-proprietária-racista-machista-sexista-homofóbica-classista(...), constitui abstratamente o “ser do condomínio público-privado” e, ao mesmo tempo, por decorrência, o “ser-outro”, o *ser abjeto*, exterior aos limites dos “muros” objetivos e subjetivos da condominialização. Na produção e reprodução social, essa abjeção produz uma experiência diferenciada, intensificação de formas distintas de espoliação, desposseção e desamparo, mas passível de reconhecimento como unitária, como um “mal-estar e sofrimento” (DUNKER, 2015) na e da cotidianidade, na luta, na resistência à expropriação. Novamente, a noção de “resistência” como algo que é balizado pelos horizontes do possível, do projeto, do devir. Resistir a algo que impede a criação do novo: esta, enfim, a “ameaça” da abjeção. Assim, esse “corpo abjeto”, exterior à hierarquia proprietária, excluído da condominialização da cidade, é aquele sobre o qual a marcha neoliberal da financeirização da produção do espaço avança para ter realidade, avança para silenciar a ruptura.

Nesta relação entre “marcha” e “contramarcha” (a resistência e o projeto), se intensifica a disputa pelo espaço e o urbano, ou o germe da “sociedade urbana”, que se vive como uma “guerra dos lugares” (ROLNIK, 2015). Caracterizando a experiência contemporânea, que, necessariamente, deve interagir com o domínio da propriedade privada. Por outro lado, sua desabsolutização, desloca e descola o título jurídico da produção-urbanização efetivas, que pode circular “livremente” como equivalente a título financeiro. Assim, propriedades travadas por algum aspecto jurídico, que estariam imobilizadas sob o ponto de vista tradicional de transmissão, por meio de compra e venda, podem ser utilizadas através dos acordos e contratos de parcerias público-privada, de regularização, tendo o Estado como avalista e garantidor, por meio das instituições e recursos financeiros públicos.

Nesta forma (estrutura e função) de urbanização, a mercantilização

do espaço se dá como meio de realização da renda imobiliária pressuposta, onde a propriedade, inclusive em suas novas formas, circula a partir das “inovações” neoliberais e financeirizadas. Mas nem só de carne, de incorporação, vive esta urbanização: é recriado seu “novo espírito”, o encantamento da mercadoria, da fetichização e da reificação. Trata-se de uma “experiência espacial” que constitui simulacros de urbanidade, de direitos, a serem consumidos temporariamente. O “espaço público”, a “cultura”, a “natureza”, em suma, apenas a superfície do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981), tornam-se extensões especiais (espaciais e fictícias) da fronteira de acumulação capitalista. A “experiência”, que poderia ser entendida como “experiência de luta”, de “reconhecimento” e de “tomada de consciência”, se reduz à funcionalidade da mercadoria. Inversão brutal entre sujeito e objeto: reificação e fetichização, uma realização às avessas da “sociedade urbana”, exposta por Henri Lefebvre (1999), pois o “real” passa a ser a produção das condições de “realização do fictício”, da capitalização, da pressuposição de valor, da acumulação por expropriação. Neste sentido, sobre as desigualdades sociais, expressas pela segregação socioespacial, é projetada mais esta camada mistificadora. Constitui, por assim dizer, uma dupla alienação: uma *alienação espacial*, pois este espaço socialmente produzido não é destinado a uma fruição imediata, mas para a realização da mercadoria, e uma *alienação temporal*, pois a experiência do presente se realiza como mediação para dar as condições de realização das pressuposições fictícias e financeiras futuras.

Essas noções florescem, por assim dizer, da análise de situações urbanas-em-conflito, consideradas como exemplares. Em uma perspectiva, como anteriormente mencionada, da emersão da noção de contradição da produção do espaço a partir da especificidade empírica de cada uma dessas situações, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais. Constituem “exemplos” de pesquisa, estudos de caso. Um primeiro deles, a Região da Luz, centro da cidade de São Paulo, apresenta o manejo espacial dos inquilinos, dos sem-teto, dos sem-trabalho e dos usuários de crack em um fluxo de desvalorização e depreciação imobiliária e urbana, cuja negação

temporária da propriedade, indicada pela ocupação “livre como pássaros” do espaço público, é substituída, posteriormente, pela violenta remoção, desocupação e demolição das unidades imobiliárias. Processo que é empreendido pelos poderes executivo, judiciário, pela polícia, pelos planos urbanos, pela construção ideológica da abjeção. A finalidade dos “planos da Luz” é construir um conjunto de habitações de interesse social, de equipamentos, serviços e espaços coletivos, passíveis realizar as pressuposições da “modelagem econômica”, proposta à princípio, promulgando uma “urbanidade” no interior das políticas neoliberais do urbano.

Um segundo caso, o bairro de Vila Bela, zona leste da cidade, apresenta-se como uma ocupação popular de uma gleba de única matrícula, desde há mais de vinte anos, que permanece sujeita a ameaças de remoção e à interdição de fornecimento de infraestruturas e serviços públicos em função da defesa da propriedade. Quando esta ocupação se consolida no interior da dinâmica imobiliária da metropolização, passa a ser interessante, para o proprietário, regularizar essas unidades imobiliárias, contudo, uma regularização sem reurbanização, constituindo virtualmente um conjunto de títulos jurídicos que representam valor sem uma nova produção de valor. Um processo, pelas vias estatais, jurídicas e policiais, de expropriação do trabalho, pela estimativa de novos pagamentos que financiariam a regularização, por parte dos moradores, pela conservação da precariedade ambiental presente neste território. Uma regularização que produz títulos jurídicos, de propriedades imobiliárias, mas que permanecem centralizadas de modo privado. Neste caso, citando Marx (2017), em “os despossuídos”, a “invasão da propriedade” se faz necessária para que se afirmasse a propriedade e, neste movimento aparentemente paradoxal, o público agindo à serviço do privado.

Estes casos encarnam a noção de condominialização da cidade, exposta linhas acima. No caso da região da Luz, decorrem dos Planos Urbanísticos Específicos (PUE), que definem o perímetro urbano e o conjunto de empreendimentos imobiliários e de infraestrutura a serem realizados. Empreendimentos que são definidos pelas parcerias público-privada (PPP) e por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). A

congregação de agentes produtores (setor da construção), proprietários (incorporação imobiliária e agentes financeiros) e instituições públicas se realiza a partir de uma hierarquia proprietária que define quem domina a operação. Por outro lado, no caso de Vila Bela, a propriedade-decorre da totalidade de fragmentos imobiliários que são produzidos (eventualmente) na regularização fundiária proposta. É um processo organizado a partir do acordo privado entre o proprietário do terreno, uma empresa regularizadora e os moradores. Privado, mas anuído e assegurado pelo público, cuja “ausência” na direta realização da regularização e reurbanização, se define, na verdade, em uma presença às avessas do Estado. Esta regularização propõe o parcelamento do solo, a titulação das unidades imobiliárias e o financiamento desse serviço sem a contrapartida efetiva de reurbanização (a provisão ou melhoria de habitações, de equipamentos, serviços e espaços coletivos, de infraestruturas, questões ambientais, risco), às custas de novas taxas destinadas aos moradores.

São situações que, de início, é permitida e tolerada a ocupação popular tida como “informal e irregular”, e paulatinamente, vai se construindo a noção de “invasor”, principalmente, a de “invasor inimigo” (MILANO, 2017). Este estigma atua no manejo de processos de desvalorização imobiliária e de expropriação de trabalhos pretéritos de construir: atua como forma de realização do “antivalor”. No caso da Luz, a depreciação de seus espaços, tanto no sentido do “desfrute” quanto no sentido da perda de preço, permite, no presente, a centralização de propriedades imobiliárias a baixos custos nas mãos dos consórcios e, no futuro, seu aumento de preço e da renda através dos planos de renovação urbana. Por outro lado, na Vila Bela, a possibilidade de expropriação do trabalho realizado na urbanização – trabalho doméstico de construir, sem equivalente em salário, das unidades imobiliárias e infraestruturas – contribui com a afirmação da *propriedade* (que “regulariza” o irregular e informal) como equivalente a capital, como representação de valor, portanto, valor que emerge do “antivalor” da expropriação. Nesses dois casos, o manejo da noção de “invasor inimigo”, de “abjeção”, busca dar legitimidade à ação violenta do Estado jurídico-policial, na remoção,

na desocupação, na demolição e expropriação desses moradores. O “expurgo do mal” que abre as portas para o triunfo da renda. Assim, da abjeção, pode-se conceber a legitimação da propriedade privada desabsolutizada, que se utiliza do conflito social como catalizador da realização da pressuposição fictícia, imobiliária e financeira.

Constitui uma economia política do espaço, nos termos da seletiva defesa jurídico-policial da propriedade, que condiciona o acesso ou a permanência “na casa e na cidade” pela submissão às formas de realização econômica. Assim, a produção da Habitação de Interesse Social (HIS), equipamentos e serviços coletivos, infraestruturas, na Luz, ou na permanência de Vila Bela, são condicionadas à realização da mercadoria: como capitalização da renda imobiliária, como monopólio público e privado sobre o espaço e o valor, como renovação urbana. Do lado “de dentro” da condominialização da cidade, integra, de modo desigual e hierarquizado, os partícipes da estrutura proprietária. Do lado “de fora”, produz-se o seu “outro”, o corpo abjeto exterior à propriedade, os excluídos, os expropriados. O inimigo invasor (MILANO, 2017) alvo dos despejos, das remoções, das reintegrações de posse: da violência do Estado e do Capital.

Neste sentido, a tolerância temporária da presença do corpo abjeto é substituída, posteriormente, por sua intolerância reativa, que abre as portas da renovação urbana e da produção de propriedades imobiliárias: a construção arbitrária do preço do produto imobiliário (PETRELLA, 2017, 2021a). Nesta produção, as relações sociais amparam a realidade da renda imobiliária, a forma político-econômica da expropriação da riqueza socialmente produzida e privatizada sob a estrutura contratual público-privada. Assim, se produz uma experiência de luta e de resistência contra a expropriação, por sua vez, empreendida pela parceria entre Estado e Capital. Apresenta-se, portanto, uma luta contra o Estado e o Mercado imbricados, à luz dos marcos legais, imobiliários e financeiros que visam mobilizar a propriedade imobiliária associada à desregulamentação financeira, impactando nas políticas públicas sociais, mas, também, nas urbanísticas, nos instrumentos e nos planos. Tende a reduzir as diferentes formas de produção do espaço

à lógica da produção mercantil, assegurada por contratos público e privado e dinamizando os saltos mortais da propriedade privada em sua forma desabsolutizada.

Uma contradição que se aguça, entre a reprodução da vida e a reprodução do capital, e que tem na produção do espaço sua realidade e condição. Interage os momentos conflituosos da produção imediata aos da reprodução social em nível global. De um lado, o avanço da marcha da mercantilização do espaço e da vida e, de outro, as formas sociais de resistência e de existência, de projeto. Portanto, nesta luta, forma-se, virtualmente uma classe “socioespacial”, que não pode ser resumida nem reduzida, apenas, à classe operária e fabril (ainda que esta permaneça necessária na medida em que avança a precarização do trabalho). Trata-se de uma classe “socioespacial” que inclui a totalidade da reprodução social, que inclui o lugar e as relações de produção e de consumo na cotidianidade, que é atravessada e constituída pela diversidade de corpos, de concepções de vida e de amor, que concebem, produzem e percebem relações diferenciadas com o território, com o ambiente e com a natureza. Corpos e sujeitos diferenciados, integrados de modo desigual na produção e reprodução capitalista, mas que se identificam, eventualmente, na unidade do mal-estar e sofrimento da expropriação. Uma classe que nasce da unidade diferenciada da luta socioespacial contra a expropriação (PETRELLA, 2021b), contra o valor e contra a propriedade, em suma, contra a mercantilização da vida empreendida pela forma histórica da parceria entre Estado e Mercado. Uma classe produzida pelas relações capitalistas contemporâneas, que tem, teria, como horizonte, a plenitude da relação imediata entre a produção, o produto e o produtor comuns.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. O medo ao pequeno número. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- CHESNAIS, F. (org.). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

- DUNKER, C. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo, Boitempo, 2015.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- HARVEY, D. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- _____, La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____, O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1981.
- _____, A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARTINS, J.S. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986
- _____, Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.
- MILANO, G. Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário. Curitiba: Íthala, 2017.
- OLIVEIRA, F. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeitas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PEREIRA, P. Espaço, Técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988.
- PEREIRA, P. (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018, p. 163-195.
- Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/302>
- PETRELLA, G. A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2017.
- Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-29062017-132232/pt-br.php>
- _____, Aprendendo com a São Paulo delirante: reestruturação imobiliária, movimentos sociais e espoliação. In: PEREIRA (org.), 2018.

- _____, Renda Imobiliária e propriedade: estrutura da renovação urbana. Revista Direito e Práxis, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 1777-1804, set. 2021a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49986/35808>.
- _____, Níveis e dimensões da renovação urbana da região da luz: da experiência da espoliação à luta de classes socioespacial. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 19, 1-20, 2021b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/173750>
- PRECIADO, P. Um apartamento em Urano: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PRIETO, G. Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH USP, Departamento de Geografia, 2016.
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo, 2015.ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo, n-1 Edições, 2018.
- RUI, T. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SAFATLE, V. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018.
- TODOROV, T. Os inimigos íntimos da democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

“SEMEANDO CIDADES”: UMA GENEALOGIA DA COLONIZAÇÃO RURAL-URBANA NO BRASIL

Giselle Mendonça Abreu

INTRODUÇÃO

Em 1996, a Ceval Alimentos, então a maior empresa esmagadora de soja do Brasil, publicou um livro em comemoração aos seus 25 anos de atividade. O livro celebra a expansão da produção da soja no país e o surgimento de dezenas de cidades associado a esse processo. Aqui, pego emprestado parte do título original do livro (“O Brasil da Soja: Abrindo Fronteiras, Semeando Cidades”) para jogar luz sobre a centralidade que a criação de cidades assumiu nos projetos de ocupação territorial do país, ainda que esses projetos estivessem ancorados na difusão da produção agrícola. Tal centralidade não emerge apenas no contexto particular e mais recente de expansão da produção da soja, mas se faz presente em uma trajetória mais longa de experiências de assentamentos rurais no Brasil. Assim, este capítulo pretende contribuir para o campo de estudos críticos da urbanização brasileira com uma genealogia da colonização¹ rural-urbana no país. Neste traçado, destaco os processos paradigmáticos

1 O termo “colonização” foi mantido aqui em referência à designação original dos projetos de loteamento rural-urbano que trata este capítulo. As empresas privadas eram formalmente conhecidas como “colonizadoras” e os projetos, como “colonização” (por exemplo, em Nova Mutum, MT, o projeto recebeu o nome oficial de “Projeto de Colonização Mutum”). O termo é também usualmente utilizado pela literatura especializada para se referir a tais projetos de ocupação territorial. É evidente que a ideia de “colonização” merece uma problematização, pois pressupõe a ideia de um território anteriormente “vazio” que é então “conquistado”

que engendraram o surgimento de determinados agrupamentos de cidades no interior do país, tanto no Sul como no Norte e Centro-Oeste, bem como as estratégias utilizadas para fomentar a ocupação urbana e uma interpretação do papel que se imaginou que essas cidades pudessem cumprir nesses vários projetos. O capítulo também mapeia as continuidades, rupturas e transformações dos variados agenciamentos entre os “três eixos da colonização” (ABREU, 2015): a empresa colonizadora privada, o Estado brasileiro e parte dos “colonos” migrantes.

A construção de uma genealogia da colonização rural-urbana no Brasil é particularmente importante no contexto atual, em que observamos o crescimento populacional expressivo de cidades em regiões cuja economia é dinamizada pelo setor agroindustrial, como no estado do Mato Grosso e na região conhecida como Matopiba (entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Muitas dessas cidades surgiram a partir dos projetos de colonização analisados aqui. Para compreender a diversidade das dinâmicas de urbanização brasileira, é preciso refletir também sobre as especificidades que condicionaram o surgimento dessas pequenas e médias cidades, tão distintas dos processos de metropolização mais conhecidos e estudados. Os debates sobre o “urbano” e processos de urbanização tradicionalmente se apoiaram no referencial empírico das grandes metrópoles (BUNNELL; MARINGANTI, 2010) — tanto no Norte, como no Sul Global. Ainda assim, uma porção significativa da população urbana do Sul Global mora em centros urbanos de menor porte (RANDOLPH; DEUSKAR, 2020). Além disso, pesquisas recentes têm debatido a multiplicidade das formas socioespaciais da urbanização contemporânea, como a constituição de corredores urbanos ao longo de rodovias (BALAKRISHNAN, 2013) ou paisagens marcadas por mega-infraestruturas (BRENNER, 2016). O desenvolvimento destas discussões sugere um deslocamento da importância relativa da metrópole como referência principal (ou

e “domesticado” por uma determinada ocupação “ordenada” de colonos — no entanto, tal debate escapa ao objetivo central deste capítulo.

única) para compreender processos globais de urbanização e a necessidade de atentar a outras dinâmicas que também produziram — e produzem — cidades.

Além desta introdução e das considerações finais, o capítulo está organizado em três seções. Na primeira seção, apresento o caso do projeto de assentamento rural-urbano do Noroeste do estado do Paraná, no Sul do Brasil, formulado e implementado nas décadas de 1920 e 1930 por uma empresa de capital britânico e suas subsidiárias brasileiras. Na segunda seção, examino o projeto de Urbanismo Rural executado ao longo da rodovia Transamazônica no estado do Pará. Este projeto foi idealizado por funcionários do INCRA e parcialmente implementado pelo governo militar durante a primeira metade da década de 1970. As duas primeiras experiências são analisadas como “laboratórios,” onde determinadas práticas e agenciamentos são articulados de forma paradigmática. Já na terceira seção, discuto o surgimento dos núcleos urbanos ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, atualmente conhecida como BR-163, no estado do Mato Grosso — estas são algumas das cidades que mais crescem no país atualmente, mas aqui me concentro no momento de seu surgimento nas décadas de 1970 e 1980. Nesta terceira seção, o objetivo é identificar como as práticas e atores dos períodos anteriores se recombinaram nesse novo contexto. Também identifico importantes deslocamentos que apontam para questões críticas a serem investigadas na contemporaneidade. Este capítulo está baseado sobretudo em uma revisão da literatura — principalmente nos campos da Geografia, História e Planejamento Urbano — sobre as experiências de colonização no Paraná, na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro. Para o caso das cidades no Mato Grosso, as reflexões e interpretações (sobretudo nas considerações finais deste texto) também se baseiam em trabalho de campo etnográfico e entrevistas realizadas em 2019 e 2022 com colonizadores pioneiros, empresários do ramo imobiliário e moradores das cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, MT.

NOROESTE DO PARANÁ: LABORATÓRIO DA COLONIZAÇÃO PRIVADA

Em 1923, uma comitiva patrocinada por financistas britânicos chegou ao Brasil para estudar as oportunidades econômicas do país. Convidada pelo governo brasileiro, a Missão Montagu visitou os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná e redigiu um relatório que recomendava a bancos britânicos que permitissem empréstimos ao Brasil. Os britânicos buscavam oportunidades de investimento, enquanto o governo brasileiro buscava auxílio para desenvolvimento de seus recursos. Um dos membros da comissão foi Simon Joseph Fraser, o 14^o Lorde Lovat, que se interessou particularmente pelas terras no norte do estado do Paraná. Lovat já havia se envolvido com a *Sudan Plantations Syndicate* em um esquema de desenvolvimento agrícola de grande escala no Sudão anglo-egípcio e viu uma oportunidade de investimento nas terras férteis e pouco ocupadas do norte do Paraná. Logo após o retorno da Missão Montagu a Londres, Lovat levantou capital na Inglaterra e criou a *Paraná Plantations*, adquirindo três milhões de hectares de terras. No início, o foco da empresa era na produção do algodão, seguindo a experiência da *Sudan Plantations Syndicate* (MOLLAN, 2020). Entretanto, após poucos anos de operação, a cultura de algodão não ia bem e, assim, a diretoria da empresa decidiu redirecionar suas atividades para a colonização das terras (CMNP, 1975, p. 52).

A empresa, com sede em Londres, passou então a operar duas subsidiárias brasileiras: a *Companhia de Terras Norte do Paraná* e a *Estrada de Ferro São Paulo–Paraná*. A primeira foi responsável pelo projeto de assentamento, incluindo parcelamento de terras para uso rural e urbano e instalação de infraestrutura urbana, como parques, escolas e centros comunitários. A segunda encarregou-se da extensão da ferrovia de Cambará, próxima à divisa dos estados de São Paulo e Paraná. A ferrovia interligaria as terras da empresa à cidade de São Paulo e, principalmente, ao porto de Santos, de onde a produção seria exportada. Para alguns autores, o caráter “exemplar” dessa experiência de desenvolvimento regional

resultava, principalmente, da integração entre o empreendimento colonizador e a construção da ferrovia (DOZIER, 1956, p. 320). As duas empresas trabalharam juntas ao longo da implementação do projeto, coordenando a subdivisão de terras com a extensão da ferrovia. A venda de terras tinha início apenas após a instalação da infraestrutura, o que incluía não somente a ferrovia, como também estradas e outras infraestruturas urbanas.

O planejamento do loteamento foi baseado em uma combinação de pequenos lotes rurais e uma rede de cidades. A área rural foi subdividida em lotes retangulares de 40 hectares assentados em encostas, de forma que cada lote tivesse acesso a córregos nos vales e estradas abertas nas cumeeiras dos morros. Essa estrutura básica garantia o abastecimento direto de água e a conexão com o transporte. O solo de terra roxa era conhecido por sua fertilidade e por ser adequado para a produção de café. Além do acesso à água, transporte e solo de boa qualidade, a *Companhia* também oferecia segurança da posse da terra aos compradores. Segundo relato da própria *Companhia*, a empresa demorou dois anos para finalizar a compra da terra, assegurando a legitimidade dos títulos fundiários após adquirir os títulos inseguros de posseiros da região e, também, realizar o pagamento pelos mesmos 416 alqueires ao governo do estado do Paraná (CMNP, 1975, p. 52).

O foco da *Companhia* era a venda de terra para pequenos e médios agricultores de café, aproveitando que as terras para produção de café no estado de São Paulo estavam se esgotando. A própria *Companhia* oferecia empréstimos de dois a quatro anos para atrair compradores menores, uma vez que as instituições financeiras da época não ofereciam muitas alternativas de crédito para agricultores de menor porte. O foco em produtores menores também se justificava para tornar funcional o esquema completo do projeto de colonização: o número maior de agricultores promoveria a circulação e escala de demanda necessárias para justificar a criação de pequenas cidades com atividades comerciais e de serviços de suporte à agricultura (KATZMAN, 1977a). Por outro lado, para garantir o desenvolvimento das áreas urbanas, a *Companhia* realizava vendas combinadas: junto

com a compra de um terreno rural, os novos proprietários adquiriam um lote urbano e a Companhia exigia a construção e ocupação do lote urbano logo após a compra.

A estrutura geral do projeto de colonização, conforme argumenta Rego (2011), foi influenciada por ideias do planejamento britânico da época. A ideia de aliar cidade e campo em um esquema de desenvolvimento regional estava contida na influente proposta da cidade-jardim de Ebenezer Howard. No entanto, essa influência se dissipou na escala urbana, uma vez que a ideia original da cidade-jardim era promover uma sociedade urbana-rural igualitária (cf. HOWARD, 2010 [1898]) e o projeto da *Companhia* era essencialmente uma empreitada comercial. Dessa forma, as cidades do projeto de colonização do Noroeste do Paraná foram projetadas de forma a otimizar e facilitar o parcelamento e a venda dos terrenos, seguindo um *grid* regular e ortogonal (REGO; MENEGUETTI, 2008). Mesmo em Maringá², a única cidade cuja morfologia evocava a cidade-jardim, o traçado de ruas mais orgânico e arredondado reduzia a utopia da cidade-jardim a mera ação projetual de desenho urbano — assim como em diversas outras experiências de empresas urbanizadoras no Brasil (e.g., projetos da *Companhia City* em São Paulo, SP).

Em um primeiro (e breve) momento, os novos núcleos urbanos criados no entorno de estações ferroviárias apoiaram a construção da ferrovia, com centros de reparos e estações de abastecimentos de carvão e água. Depois, tornaram-se polos de serviços e atividades comerciais de apoio aos agricultores, com agências bancárias e lojas especializadas para compra de sementes, fertilizantes e outros insumos para a produção agrícola. Parte do beneficiamento do café também acontecia nas áreas urbanas. Conforme o próprio Lorde Lovat sugeriu, algumas famílias de colonos residiriam nas cidades

2 Maringá é uma exceção porque foi projetada por um profissional de fora da *Companhia* — o engenheiro Jorge de Macedo Vieira, que havia trabalhado na *Companhia City* em São Paulo com Barry Parker, ex-sócio de Raymond Unwin no projeto da primeira cidade-jardim da Inglaterra. As demais cidades do projeto de colonização da *Companhia* foram planejadas por engenheiros da própria *Companhia de Terras do Norte do Paraná*.

e vilas, “ocupados com empregos auxiliares à agricultura” (LOVAT, 1931 apud REGO, 2011, p. 267–8). A instalação de núcleos urbanos estava, portanto, subordinada à atividade de produção de café. Em outras palavras, a dinâmica de urbanização e a venda de terras urbanas cumpria, em primeiro lugar, o papel de viabilizar o principal negócio imobiliário do esquema de colonização da *Companhia de Terras do Norte do Paraná*: a venda de terras para produção agrícola.

A experiência paradigmática do projeto de colonização do Noroeste do estado do Paraná nas décadas de 1920 e 1930 pode ser situada no contexto de uma fase imperialista de urbanização planejada do interior do Brasil, resultante do imperialismo econômico britânico exercido em locais que não eram necessariamente colônias deste império, mas sim seus parceiros comerciais (LYNN, 1999). Em países da América Latina, esse período de intensa presença britânica teve início no século XIX e se estendeu até as primeiras décadas do século XX (BETHELL, 1989). Para a trajetória que se quer traçar neste trabalho, é importante destacar a emergência de um modelo de urbanização baseado inteiramente na atuação de uma empresa colonizadora privada. O conglomerado privado foi responsável pela implantação da infraestrutura de grande escala (no caso, da ferrovia) e dos loteamentos rurais e urbanos, bem como pelo planejamento dos novos núcleos urbanos e, ao menos até a municipalização, pelas funções de administração pública. É também importante destacar que as cidades, neste modelo, respondiam primeiramente a problemas da produção agrícola. Por isso, não eram objeto central de interesse econômico da empresa colonizadora.

Para alguns pesquisadores de meados do século XX, a experiência de colonização no Noroeste do Paraná foi considerada um “sucesso” de desenvolvimento regional (DOZIER, 1956; KATZMAN, 1977a; NICHOLLS, 1970, p. 44). Para a história que estamos traçando, não nos interessa debater o que constitui “sucesso” ou “fracasso,” mas sim notar que esta percepção de “sucesso” desencadeou a constituição de uma série de atores que estariam envolvidos com projetos de colonização privada nas décadas seguintes. No entanto, as novas empresas de colonização já não seguiam o modelo completo da

experiência financiada pelos britânicos, uma vez que não promoviam a expansão da infraestrutura no território como parte de sua empreitada. Ao invés disso, focavam na compra, loteamento e venda de terras para pequenos e médios agricultores e na fundação de pequenos núcleos urbanos para suporte das atividades agrícolas. Alguns desses atores envolvidos no processo de colonização do território paranaense vão se tornar figuras importantes, como veremos na terceira seção, na fundação de cidades através de projetos de colonização privada no estado do Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980.

TRANSAMAZÔNICA: LABORATÓRIO DA COLONIZAÇÃO ESTATAL

Na seção anterior, descrevi um projeto de colonização concebido e implementado a partir de uma iniciativa empresarial privada. Nesta seção, diferentemente, examino um projeto de loteamento e ocupação da terra baseado inteiramente em políticas estatais. Seguindo o lema de “integrar para não entregar”, o governo militar — instituído após o golpe de 1964 — ampliou os esforços de ocupação do vasto e diversificado território brasileiro.³ Desde a década de 1950, os discursos em torno da necessidade de “progresso” contribuíam para a caracterização das terras do interior do país como uma “fronteira” — na acepção consagrada por Turner (1893), isto é, como um espaço “vazio” que oferecia uma oportunidade para ocupação e asserção

3 Apesar de ganhar força durante a ditadura militar, a estratégia de expandir a presença do Estado no interior do país teve início em administrações anteriores. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937–1946), tivemos o projeto da “Marcha para o Oeste”; e durante a administração de Juscelino Kubitschek (1956–1961), tivemos o Plano de Desenvolvimento Nacional. Essas iniciativas buscavam promover a “interiorização” dos processos de modernização e desenvolvimento. Tal processo ocorre ainda timidamente durante a era Vargas e ganha proeminência com Kubitschek e a construção da nova capital no centro do país, Brasília, assim como uma rede de novas rodovias que conectariam a capital às diversas regiões do país (HOLSTON, 1989). Depois que a construção de Brasília foi concluída e a burocracia estatal foi transferida para a nova capital, a atenção do governo — agora, militar — voltou-se para as estratégias de ocupação do restante do vasto interior brasileiro.

de um projeto de nação soberana. Além da intenção de ocupar e assegurar a soberania sobre o território nacional, os projetos de colonização estatais também eram motivados por uma preocupação crescente com agitações sociais no campo (em função de conflitos de terra ou seca) e nas grandes cidades (em função da má condição de vida dos migrantes de baixa renda). Para lidar com esses “problemas”, o governo tinha como objetivo reorientar os fluxos migratórios oferecendo acesso à terra em projetos de assentamento rural. Essas duas preocupações combinadas — a necessidade de ocupar diferentes regiões do país e oferecer uma válvula de escape para uma crescente população sem-terra — motivaram a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970.

Estabelecido no auge do governo militar, o PIN consistia na previsão de investimentos em larga escala em infraestrutura de transportes, energia e comunicações, bem como em projetos de assentamentos rurais e urbanos e parques industriais, ou “polos de desenvolvimento”. Com relação à infraestrutura de transportes, o programa propunha a criação de uma rede de rodovias ligando regiões distantes do país para integrar o território nacional, como a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163). Parte da estratégia de ocupação das terras do Centro-Oeste e Norte do país estava baseada também na promoção de projetos de colonização estatal para povoar o que era visto como “vácuo demográfico” (KATZMAN, 1977b) — ignorando, como é importante lembrar, a ocupação dessas terras por povos indígenas, posseiros e demais comunidades tradicionais. Os assentamentos foram planejados para serem implementados ao longo das novas rodovias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo governo militar em 1970 a partir da junção de outros órgãos federais concebidos anteriormente para lidar com reforma agrária e desenvolvimento rural. Os principais objetivos do INCRA eram promover a reforma agrária por meio de assentamentos planejados, realizar a regularização fundiária e administrar terras públicas em áreas rurais.

Os assentamentos do INCRA seguiriam o modelo do Urbanismo Rural, idealizado pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo,

então funcionário do INCRA e professor de planejamento urbano na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conceitualmente, o modelo do Urbanismo Rural consistia em uma rede hierárquica de cidades regularmente distribuídas. O sistema era organizado a partir de uma lógica funcional-econômica, com os núcleos maiores oferecendo funções e serviços especializados a uma área de influência mais abrangente e os núcleos menores com uma área de influência reduzida e serviços mais básicos. Camargo propunha três tipologias de cidades: agrovila, agrópolis e rurópolis. A agrovila seria o menor núcleo, com 500 a 1.000 habitantes e serviços básicos para a comunidade local, como um parque, uma escola primária, uma unidade básica de saúde e um centro comunitário. A agrópolis, uma vila intermediária com até 3.000 habitantes, teria um centro agroindustrial pequeno e serviços que atraíssem pessoas de outras áreas, como um hospital e uma escola secundária. Por fim, a rurópolis seria o principal centro urbano-rural da região, com até 20.000 habitantes e infraestrutura e serviços mais diversificados.

Além da rede de núcleos urbanos, o Urbanismo Rural também incluía a subdivisão de uma faixa de 10 quilômetros ao longo das novas rodovias em lotes rurais de 100 hectares para produção agrícola. Os assentados receberiam dois lotes: um lote rural e um lote no núcleo urbano. No modelo do Urbanismo Rural, esperava-se que os assentados vivessem no lote urbano, que era grande o suficiente para incluir também pequenas lavouras de subsistência. O lote rural, de acordo com o modelo original, seria mantido apenas para a produção agrícola. No entanto, nas poucas áreas onde o Urbanismo Rural foi de fato implementado como modelo de assentamento, essa ideia falhou. Os migrantes preferiam viver em suas fazendas ao invés de residir nos núcleos urbanos, especialmente em função da precariedade da infraestrutura que tornava difícil os deslocamentos diários (REGO, 2017).

Conforme apontado por Rego (2016), Camargo projetou as novas cidades do Urbanismo Rural seguindo princípios funcionalistas e tecnocráticos do planejamento urbano modernista — o esquema racionalista já regia projetos anteriores de Camargo, como sua

proposta para a competição do Plano Piloto de Brasília (REGO, 2015, p. 93). No Urbanismo Rural, as ruas possuíam uma hierarquia clara, havia separação de usos do solo e a ampliação progressiva dos lotes. O centro da cidade consistia em uma praça retangular com atividades comerciais, uma escola e o centro comunitário em seu entorno. Tais ideias estavam presentes também no projeto arquitetônico das novas casas a serem construídas nas agrovilas, agrópolis e rurópolis: o Urbanismo Rural propunha a construção de casas padronizadas, todas com o mesmo tamanho, formato e cor. As casas tropicais também teriam varandas, estruturas de madeira e dispositivos de ventilação em função do clima.

O modelo do Urbanismo Rural prescrevia, portanto, formas regionais, urbanas e arquitetônicas de inspiração modernista para os novos assentamentos. Tal planejamento totalizador se articulava com o objetivo de constituição de novos cidadãos brasileiros. À semelhança de Brasília, o projeto urbano e arquitetônico do Urbanismo Rural atenderia à premissa utópica de transformação da sociedade brasileira (cf. HOLSTON, 1989). Isto é, o planejamento urbano e a criação de núcleos urbanos foram encarados como instrumentos de transformação social, capazes de criar um novo cidadão — e uma nova comunidade política — a partir do migrante que se deslocava de sua terra natal. Ao invés de transferir comunidades inteiras de certas regiões para o entorno da Transamazônica, o INCRA priorizou o deslocamento de pessoas de diferentes lugares — nordestinos e sulistas — com o objetivo de criar uma comunidade heterogênea, evitando “tradicionalismos” que poderiam atrapalhar o projeto mais amplo de construção de uma nova nação (MORAN, 2000 apud REGO, 2016, p. 47). Assim, o migrante individual era visto como o tipo ideal, desprovido de história própria e pronto para ser incorporado a uma nova vida em comunidade baseada no esquema urbano e rural previsto pelo INCRA. Nas palavras do próprio Camargo, os colonos deveriam ser “doutrinados” através do Urbanismo Rural para “a formação de uma comunidade, de uma sociedade” (CAMARGO, 1973: p. 7–8 apud REGO, 2016, p. 46–7). É nesse sentido que Rego aponta essa

experiência como uma “utopia urbana,” pois ia além do objetivo de fixar pessoas em novas terras para “fazer surgir uma nova civilização no meio da floresta”, baseada em uma sociedade igualitária e com senso de comunidade (REGO, 2016, p. 49).

O modelo de colonização do Urbanismo Rural, criado na primeira metade da década de 1970, pode ser situado no contexto de uma fase de políticas nacional-desenvolvimentistas, baseando-se inteiramente na atuação do setor público. O governo federal, através de instituições como o INCRA, foi responsável pela abertura das rodovias, pelo planejamento e implantação do projeto de assentamento rural e urbano e pela seleção dos colonos. Diferentemente da experiência de colonização privada no Paraná, a criação de cidades e o processo de urbanização foram concebidos no Urbanismo Rural, primeiramente, como instrumentos de transformação social. Esperava-se que os colonos residissem integralmente nas cidades e seu planejamento havia sido concebido para criação de novos cidadãos e comunidades políticas. Porém, é importante notar que tais anseios utópicos estavam claramente vinculados ao projetista do Urbanismo Rural e, talvez, à instituição na qual estava inserido — o INCRA —, mas não eram necessariamente compartilhados com entusiasmo pelo então governo militar. Até por isso, talvez, que o projeto tenha sido abandonado pelo governo. A perspectiva de reforma fundiária, de construção de novos cidadãos e de uma sociedade igualitária não eram prioridade para um governo que estava intimamente entrelaçado com os interesses de expansão do capital nacional e monopolista (MACIEL, 2014).

O Urbanismo Rural foi implementado pelo INCRA como um projeto piloto ao longo da Transamazônica em 1973. No entanto, conforme já adiantado, o projeto acabou parcialmente abandonado. Pesquisadores apontam uma série de explicações para tal “fracasso”. Além da hipótese da divergência em relação aos interesses prioritários do governo militar, outros pontos de ordem mais prática também são levantados, tais como o solo não adequado para a lavoura, excesso de chuvas, falta de conhecimento técnico, conflitos sociais, falta de infraestrutura e lotes rurais sem acesso à água ou à estrada (CARDOSO; LIMA, 2009; KATZMAN, 1977b; REGO, 2017). A

atividade agrícola dos migrantes não se viabilizou — talvez porque não fosse, desde o início, a prioridade do projeto (ou o modelo particular de atividade agrícola priorizado pelo governo). Ainda assim, os novos núcleos urbanos criaram uma estrutura de povoamento que persiste até hoje ao longo da Transamazônica e que, aproximadamente 15 anos depois, constituíram a base para processos de desmembramento e municipalização (ROCHA, 2010). Para a trajetória que estamos traçando aqui, vale apontar a emergência da ideia da criação de cidades como instrumento para constituição de uma “comunidade” em territórios afastados das áreas mais urbanizadas do país, assim como o fortalecimento de atores governamentais cumprindo papéis críticos no processo de urbanização do interior, conduzindo a implementação de infraestrutura e a regularização da posse de terras.

CUIABÁ-SANTARÉM: AGENCIANDO A COLONIZAÇÃO MISTA (ESTATAL-PRIVADA)

Além da Transamazônica, o Programa de Integração Nacional também previa a implantação da rodovia Cuiabá-Santarém, atualmente BR-163, que conecta a capital do estado do Mato Grosso, Cuiabá, ao porto fluvial da cidade de Santarém, no Pará. A rodovia foi oficialmente inaugurada em 1976. Embora tenha sido construída no âmbito do mesmo programa federal, o processo de ocupação que se deu ao longo desta rodovia não seguiu o modelo do Urbanismo Rural. Assim, proponho aqui a análise do processo de emergência das cidades ao longo da rodovia BR-163 como uma terceira forma de ocupação rural-urbana planejada no interior do país, resultante da reconfiguração entre atores, práticas e agenciamentos que haviam se conformado anteriormente — tanto a partir da experiência no Noroeste do Paraná, como ao longo da Transamazônica.

Semelhante às experiências analisadas nas seções anteriores, o surgimento dos núcleos urbanos no interior do estado do Mato Grosso também se organizou a partir de uma infraestrutura de grande escala. Neste caso, trata-se da rodovia BR-163, que foi planejada e

aberta pelo governo militar durante a década de 1970. Porém, as novas cidades não constituíam um plano regional único — como as agrovilas, agrópolis e rurópolis do Urbanismo Rural ou o projeto de assentamento do Noroeste do Paraná —, mas foram criadas separadamente, por diversas empresas privadas colonizadoras e, também, através de projetos de assentamentos do INCRA. Além disso, os colonos que foram para os novos projetos de ocupação ao longo da Cuiabá-Santarém eram, em sua maioria, de estados do Sul do país e com experiência prévia em agricultura. Essa característica era importante, para os colonizadores, para garantir o “sucesso” da ocupação através de “colonos modelo” (ABREU, 2015).

Algumas dessas empresas colonizadoras privadas vieram do Sul do país já com o objetivo de lotear e vender terras. É o caso, por exemplo, da *Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná* (depois, *Sinop Colonizadora*), uma empresa fundada por Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. A empresa havia criado uma série de loteamentos com núcleos urbanos no Noroeste do estado do Paraná durante os anos 1950 e 1960, seguindo a experiência considerada de “sucesso” da empreitada da *Companhia de Terras do Norte do Paraná* (descrita na primeira seção). Então, motivada por incentivos fiscais concedidos pelo governo militar, a empresa adquiriu uma área de 645 mil hectares no Mato Grosso em 1970 para loteamento e venda de terras (SOUZA, 2008). Nessa área, criou os loteamentos e núcleos urbanos de Vera, Santa Carmem, Claudia e Sinop — este último, o núcleo que recebe o nome da empresa e que vai se tornar, anos depois, um dos maiores municípios do estado. Outro exemplo é Ariosto da Riva. Ainda na década de 1950, Riva havia conduzido o loteamento de uma fazenda no Norte do Paraná a serviço da empresa de colonização Geremia Lunardelli. Inspirado pelo interesse que observou nos novos colonos e pelos lucros auferidos no projeto, lançou-se ele próprio no negócio de colonização privada, no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Através de sua empresa colonizadora *Integração, Desenvolvimento e Colonização* (Indeco), Riva adquiriu uma área de 400 mil hectares e criou a cidade de Alta Floresta junto a um projeto de loteamento de terras rurais (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2016).

Outros colonizadores haviam comprado grandes propriedades de terra no final dos anos 1960 e início dos 1970 com o objetivo original de criar gado. Porém, a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém pelo governo militar alterara a acessibilidade de vastas áreas no interior do estado do Mato Grosso, criando uma nova rota de deslocamento de agricultores e colonos em busca de terras. Com essa transformação drástica e o novo fluxo de migrantes, alguns grandes proprietários de terra decidiram destinar parte de suas propriedades para loteamento e colonização como estratégia de negócio. É o caso, por exemplo, de José Aparecido Ribeiro com a cidade de Nova Mutum e Claudino Francio com a cidade de Sorriso. José Aparecido Ribeiro, junto com sócios, criou a empresa *Mutum Agropecuária S.A.* e adquiriu uma área de cerca de 169 mil hectares em 1966 para uma ocupação baseada na agropecuária, com incentivos da recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), um órgão do governo federal (VOLOCHKO, 2016). No entanto, no início dos anos 1980, decidiram dar início ao loteamento da área, “pois diversas empresas do ramo estavam iniciando a comercialização de terras em várias regiões do Estado” (PERIN, 2015, p. 44). Já Claudino Francio adquiriu uma área no início dos anos 1970 para atividade agropecuária, mas logo começou a revender lotes rurais, pois “achou mais fácil comprar e vender terra do que criar gado — virou um negócio imobiliário”⁴.

Por fim, há também núcleos urbanos criados a partir de projetos de reforma agrária e assentamento coordenados pelo INCRA, como Lucas do Rio Verde e Guarantã do Norte. A cidade de Lucas do Rio Verde era, originalmente, um acampamento do 9º Batalhão de Engenharia de Construção durante a construção da rodovia Cuiabá-Santarém na primeira metade dos anos 1970. Em 1981, com o objetivo de transferir famílias de agricultores do Rio Grande do Sul que haviam sido desalojadas devido a conflitos fundiários, o governo federal decretou a desapropriação de uma gleba para criação do *Projeto*

4 Entrevista concedida à autora por representante da Colonizadora Feliz no dia 18 de junho de 2019.

Especial de Assentamento de Lucas do Rio Verde. Os posseiros da região, que haviam chegado na segunda metade da década de 1970, foram parcialmente incorporados ao projeto de assentamento após uma série de conflitos com o INCRA. As famílias — tanto de reassentados gaúchos, como de posseiros — receberam lotes rurais de 200 hectares para produção agrícola.

Nos projetos de colonização privada, os núcleos urbanos foram planejados por profissionais contratados pelas empresas colonizadoras, usualmente engenheiros agrônomos. Tais agrônomos definiam um *grid* regular de ruas e lotes, reservando algumas áreas para equipamentos de uso comum, praças e cemitério. A colonizadora construía algumas instalações comunitárias, como um centro comunitário, um posto de saúde e um alojamento, onde os colonos recém-chegados poderiam se abrigar, e colocava alguém para administrá-las — por exemplo, contratavam um médico para gerenciar o posto de saúde ou um professor para organizar a escola. Normalmente, os colonos que adquiriam um lote rural ganhavam um ou mais lotes urbanos no pacote (semelhante ao modelo criado pela *Companhia de Terras do Norte do Paraná*); além disso, os lotes urbanos também eram comercializados separadamente. Já no caso de cidades criadas como núcleos de projetos de reforma agrária, o núcleo urbano era planejado de acordo com um projeto desenvolvido por algum órgão público — porém, sem seguir os princípios do Urbanismo Rural discutidos na seção anterior. Em Lucas do Rio Verde, o projeto do núcleo urbano foi desenvolvido pelo Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário e consistia apenas em um *grid* regular de ruas com lotes de 500 a 800 m² e algumas instalações de uso comum, como um centro de saúde, a sede de administração do INCRA e um armazém de alimentos. Nesse caso, a criação de uma cooperativa — a *Cooperlucas* — foi fundamental para a organização e gestão inicial dos equipamentos públicos, como as escolas.

Notadamente, não havia muita diferença nos projetos das cidades por colonização privada ou estatal em termos de sua estrutura e função básica. Os novos núcleos urbanos surgiam como loteamentos conformados a partir de um *grid* regular de ruas, com

algumas áreas reservadas para equipamentos de uso comum. No entanto, os núcleos urbanos criados no contexto de projetos de colonização privada anteviam um crescimento expressivo dessas cidades, estabelecendo loteamentos consideravelmente superiores à demanda da época. Em Sorriso, por exemplo, enquanto havia à época um número relativamente pequeno de colonos, o loteamento original consistia em 4.500 lotes urbanos. Não se tratava apenas de criar as condições para uma sociabilidade dos agricultores colonos, com uma praça e centro comunitário, ou para a concentração de infraestrutura básica para a vida no campo, com escolas, postos de saúde e armazéns — nessa empreitada imobiliária, a expansão dessas cidades em si mesma era fundamental. Em outras palavras, a produção dos núcleos urbanos ganhava destaque no modelo de negócio da colonização, ao invés de ser concebida apenas como suporte ou apoio à atividade agrícola.

A continuidade da atuação das empresas colonizadoras originais no controle, loteamento e venda de terra urbana na região, de certa forma, corrobora essa hipótese — especialmente em contraste com a atuação da *Companhia de Terras Norte do Paraná*, que se transformou em *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná* e hoje atua principalmente no setor de açúcar e produção de etanol. Para citar alguns exemplos, temos a *Colonizadora Feliz* em Sorriso; a *J.A.R. Empreendimentos Imobiliários*, do *Grupo Mutum*, em Nova Mutum; e a *Colonizadora Sinop Imóveis* e a *Bravante Urbanizadora*, ambas do *Grupo Sinop* na cidade de Sinop, como as principais empresas de loteamento e venda de imóveis urbanos nessas cidades. Podemos identificar aqui, portanto, uma mudança importante na função principal da criação de novas cidades planejadas no interior do país. Os lotes urbanos, mais do que os lotes rurais, passariam a constituir o objeto principal de atuação das empresas colonizadoras. Nesse contexto, o planejamento

“ordenado” dessas cidades e a criação de solo “urbano” tornava-se crítico para a valorização da terra.⁵

Em resumo, o processo de criação de cidades ao longo da rodovia BR-163 no Mato Grosso pode ser apreendido como um agenciamento particular entre atores e práticas que já haviam sido criados ou ensaiados em experiências anteriores de loteamentos rurais-urbanos no interior do país (a Tabela 1 sumariza os principais pontos desta genealogia). Enquanto um número considerável dessas cidades foi criado por empresas colonizadoras privadas, muitas delas vindas do Sul do país e concebidas seguindo uma experiência paradigmática de uma fase imperialista, essas cidades só foram possíveis no contexto de um projeto mais amplo de ocupação das terras do Centro-Oeste brasileiro liderado pelo Estado, em uma fase dominada pelo ideal nacional-desenvolvimentista. Tal projeto incluiu a abertura da rodovia BR-163, a disponibilidade de amplos subsídios federais à aquisição privada de grandes propriedades de terra para projetos de agropecuária e o envolvimento do INCRA, especialmente no tratamento das questões ligadas à regularização da posse da terra. Há, portanto, uma imbricação entre agentes privados e estatais por trás da constituição dessas cidades. Porém, o planejamento dessas cidades sugere também um deslocamento em relação aos períodos anteriores com relação ao papel exercido pela criação das cidades, ou ao “problema” que as cidades estariam resolvendo. Enquanto na experiência do Noroeste do Paraná, a criação de cidades estava subordinada às necessidades da produção agrícola e, na experiência da Transamazônica, as cidades seriam responsáveis pela formação de um novo cidadão e uma nova comunidade (ao menos na visão utópica de seu projetista), a criação de núcleos urbanos ao longo da Cuiabá-Santarém funcionava principalmente como mecanismo de atração de moradores para contínua valorização da terra.

5 Argumento semelhante é sugerido também por outros autores, como Volochko (2016) em sua análise de Nova Mutum ou Fioravanti (2019) em sua pesquisa sobre Primavera do Leste.

Tabela 1. Modelos de “Colonização” Rural-Urbana no Brasil

<i>Modelo</i>	Colonização Privada	Colonização Estatal	Colonização Mista (Estatal-Privada)
<i>Descrição</i>	<u>Empresa privada</u> responsável pela instalação da infraestrutura logística e pelo planejamento e execução dos loteamentos rurais e urbanos	<u>Estado</u> responsável pela instalação da infraestrutura logística e pelo planejamento e execução dos loteamentos rurais e urbanos	<u>Estado</u> responsável pela instalação da infraestrutura logística, regularização fundiária e oferta de incentivos; e <u>empresa privada</u> responsável pelo planejamento e execução dos loteamentos rurais e urbanos
<i>Experiência paradigmática</i>	Região do Noroeste do estado do Paraná (e.g., Londrina, Maringá)	Região ao longo da rodovia BR-230/ <i>Transamazônica</i> no estado do Pará (e.g., Medicilândia, Rurópolis)	Região ao longo da rodovia BR-163/ <i>Cuiabá-Santarém</i> (e.g., Nova Mutum, Sorriso, Sinop)
<i>Momento de formulação</i>	Anos 1920 e 1930 (fase “imperialista”)	Anos 1970 (fase “nacional-desenvolvimentista”)	Anos 1970 e 1980
<i>Colonos típicos</i>	Imigrantes europeus	Migrantes sulistas e nordestinos de diversos estados	Agricultores sulistas, principalmente no Rio Grande do Sul e Paraná

<i>Estrutura fundiária rural</i>	Lote rural com cerca de 40 hectares	Lote rural com cerca de 100 hectares	Lote rural entre 200–1000 hectares
<i>Papel exemplar dos núcleos urbanos</i>	Fornecer infraestrutura de apoio à produção agrícola e à sociabilidade dos agricultores	Impulsionar um projeto de engenharia social, que resultaria na constituição de novos “cidadãos”	Estabelecer um núcleo de atração de mais migrantes, resultando em maior valorização do empreendimento imobiliário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender as dinâmicas de urbanização brasileira atuais, que ocorrem sobretudo em cidades de pequeno e médio porte onde atividades agroindustriais e extrativistas estão em processo de expansão, é preciso traçar outras genealogias para além da metropolitana. Este trabalho constrói uma dessas genealogias, dentre tantas possíveis, identificando a conformação de um processo de urbanização no interior do país ancorado em projetos de colonização rural-urbana. Esses variados projetos culminam na formulação de um modelo “misto”, onde o Estado brasileiro e as empresas colonizadoras privadas se articulam para viabilizar uma ocupação da terra baseada em atividade agrícola de estrutura fundiária cada mais concentrada e com a construção de cidades cumprindo um papel cada vez mais voltado à valorização da terra enquanto empreendimento imobiliário.

Concluo com três considerações finais a respeito dessa genealogia. Primeiro, conforme já destacado, há uma intensificação do imbricamento entre Estado e setor privado nos processos de urbanização a partir de projetos de colonização rural-urbana. As próprias categorias “público/privado” ou “estatal/particular” deixam de ter contornos claros. Essa observação é importante para pensarmos

os processos atuais de desenvolvimento urbano dessas cidades, onde há um grande trânsito de figuras importantes do setor empresarial entre o mercado privado e o governo municipal; onde é difícil distinguir os papéis tradicionais de uma prefeitura ou do setor privado na oferta de infraestrutura e moradia; e onde empresas colonizadoras privadas ainda possuem extensas propriedades de terra. Uma das genealogias desta articulação entre Estado e setor privado foi traçada aqui; resta, para trabalhos subseqüentes, compreender as implicações e novos agenciamentos entre esses atores nos processos mais recentes de expansão urbana.

Segundo, podemos identificar no terceiro modelo dessa genealogia (especialmente em contraste com o modelo exclusivamente estatal) que esse projeto de ocupação do território já emerge com contornos conservadores e “brancos”. A lente da temática racial não foi explorada neste texto, mas o projeto de engenharia social é claro. Enquanto no Urbanismo Rural da Transamazônica tem-se um desejo de criar novos cidadãos a partir do apagamento do passado do migrante — o que se alcançaria ao selecionar migrantes de regiões diversas do Brasil —, nos projetos de colonização ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém os migrantes iniciais são todos agricultores brancos do Sul do país. Para que o empreendimento de colonização “desse certo”, foram privilegiados (e ativamente convidados) aqueles migrantes que já tivessem experiência com atividade agrícola. Essa observação tem implicações críticas para compreender as dinâmicas sociais atuais nas cidades ao longo da BR-163, onde predomina uma orientação política conservadora e é possível observar uma separação social com contornos raciais entre os migrantes sulistas “originais” e os migrantes nordestinos mais “recentes”, que vieram para ocupar postos de trabalho em plantas agroindustriais e frigoríficos.

Por fim, retomando o ponto de partida deste texto, a principal consideração a ser feita sobre essa genealogia é a de que esse modelo de ocupação do território já nasce urbano. A base da atividade econômica é, ao menos em termos tradicionais, rural; porém, desde sua concepção inicial, o modelo de (re)organização da população no território se dá a partir da constituição de uma série de núcleos

urbanos — as cidades “semeadas”. Os papéis que essas cidades cumpririam variava; nesta genealogia, sugiro algumas interpretações possíveis, indicando o crescente papel da construção de cidades para valorização imobiliária. Mas a lógica de seu processo de urbanização e planejamento urbano estiveram sempre distantes dos modelos conhecidos através das metrópoles. Se estivermos comprometidos a compreender criticamente os variados processos de urbanização do Brasil, suas desigualdades e conflitos, não podemos deixar de atentar para nossa fronteira agrícola que, como outros antes de mim já afirmaram (e.g., BECKER, 1985), sempre foi também uma fronteira urbana — e uma fronteira *planejada* para ser urbana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. A. *A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ARRUDA, Z. A. de. *Onde está o agro desse negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- BALAKRISHNAN, S. Highway urbanization and land conflicts: the challenges to decentralization in India. *Pacific Affairs*, v. 86, n. 4, p. 785–811, dez. 2013.
- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 47, n. 3/4, p. 357–371, dez. 1985.
- BETHELL, L. Britain and Latin America in historical perspective. In: BULMER-THOMAS, V. (ed.). *Britain and Latin America: a changing relationship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 1–24.
- BRENNER, N. The hinterland urbanised?. *Architectural Design*, v. 86, n. 4, p. 118–127, jul. 2016.
- BUNNELL, T.; MARINGANTI, A. Practising urban and regional research beyond metrocentricity. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 34, n. 2, p. 415–420, 2010.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre

- cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 1, p. 161–192, jun. 2009.
- CMNP (Ed.). *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná: depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada*. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), 1975.
- DOZIER, C. L. Northern Paraná, Brazil: an example of organized regional development. *Geographical Review*, v. 46, n. 3, p. 318–333, jul. 1956.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, p. 153, nov. 2011.
- FIORAVANTI, L. M. Concentração fundiária e dinâmica imobiliária em uma cidade que já surgiu como negócio: um estudo a partir de Primavera Do Leste, MT. *Geosul*, v. 34, n. 71, p. 448–72, 2019.
- FIORAVANTI, L. M. Da “cidade do agronegócio” à “cidade como negócio”: (re) inserindo o urbano no debate. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 98, p. 23–37, abr. 2018.
- HASSE, G.; BUENO, F. *O Brasil da soja: abrindo fronteiras, semeando cidades*. Porto Alegre: Ceval Alimentos; L&PM Editores, 1996.
- HOLSTON, J. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1989.
- HOWARD, E. Introduction; Chapter 1: Town-country magnet. In: *Tomorrow: a peaceful path to real reform*. Cambridge Library Collection. Cambridge: Univ. Press, 2010 [1898]. p. 41–57.
- KATZMAN, M. T. Colonization and rural democracy in Northern Paraná. In: *Cities and frontiers in Brazil: regional dimensions of economic development*. Cambridge: Harvard University Press, 1977a. p. 52–68.
- KATZMAN, M. T. Planning for a demographic vacuum: Amazonia. In: *Cities and frontiers in Brazil: regional dimensions of economic development*. Cambridge: Harvard University Press, 1977b. p. 69–83.
- LYNN, M. British policy, trade, and informal empire in the mid-nineteenth century. In: PORTER, A. (ed.). *The Oxford History of the British Empire, Volume III: The Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 101–121.
- MACIEL, D. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. *Lutas Sociais*, v. 18, n. 21, p. 64–78, 2014.
- MOLLAN, S. The Sudan Plantations Syndicate, 1904–1919. In: *Imperialism and economic development in Sub-Saharan Africa*. Palgrave Studies in Economic History. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 83–105.

- NICHOLLS, W. H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n. 4, p. 33-91, dez. 1970.
- PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, v. 17, n. 1, p. 33-63, jan./jun. 2014.
- PERIN, E. L. (Ed.). *Plano Diretor do Município de Nova Mutum – MT: revisão e atualização (relatório ano 2015)*. Prefeitura Municipal de Nova Mutum, 2015. Disponível em: <<https://enioperin.com.br/mutum.pdf>>
- RANDOLPH, G. F.; DEUSKAR, C. Urbanization beyond the metropolis: planning for a large number of small places in the Global South. *Journal of Planning Education and Research*, p. 1-13, nov. 2020.
- REGO, R. L. A tropical enterprise: British planning ideas in a private settlement in Brazil. *Planning Perspectives*, v. 26, n. 2, p. 261-282, abr. 2011.
- REGO, R. L. A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 1, p. 89-103, abr. 2015.
- REGO, R. L. Utopia e urbanismo funcionalista na Transamazônica. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX. Anais... In: *XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.
- REGO, R. L. Shaping an urban Amazônia: a planner's nightmare. *Planning Perspectives*, v. 32, n. 2, p. 249-270, abr. 2017.
- REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. *Paisagem Ambiente: ensaios*, n. 25, p. 37-54, 2008.
- ROCHA, G. M. Ocupação planejada da terra na região de integração do Xingu: da colonização oficial aos assentamentos rurais. *Revista Movendo Ideias*, v. 15, n. 1, jun. 2010.
- ROY, A. The 21st-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830, jul. 2009.
- SOUZA, E. A. História de Sinop: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. In: BARROZO, João Carlos (ed.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2008. p. 27-49.

- TAFNER JUNIOR, A. W.; SILVA, F. C.. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. *Novos Cadernos NAEA*, v. 19, n. 3, p. 251–258, 2016.
- TURNER, F. J. The significance of the frontier in American history, 1893.
- VOLOCHKO, D. Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”. *GEOgraphia*, v. 17, n. 35, p. 40–67, fev. 2016.

PERIFERIZAÇÃO EM CHAPADA DOS GUIMARÃES: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS⁶

Camila Salles de Faria

O processo de urbanização das cidades brasileiras intensificou-se a partir de meados do século XX, caracterizando-se pela produção de distintos espaços na cidade oriundos da desigualdade social, fundamentada no acesso à terra. Esse acesso desigual, por sua vez, ocorre hegemonicamente por meio da mercantilização e da privatização, bem como pela fragmentação dos espaços e pela monetarização mediadora do mercado.

Tais características advêm do processo de urbanização sob o modo de produção capitalista, em que o acesso à terra aparece restrito a quem pode ou não pagar, porque, barata ou não, ela tem um preço. Portanto, sua monopolização realiza-se, teoricamente, via mercado. É nessa relação entre mercado (preço da terra) e renda (salário) que se estabelece a localização e a qualidade das construções nas cidades, mesmo que para usos indispensáveis à reprodução da vida, como a moradia.

Entende-se que o acesso à terra no Brasil, historicamente, constitui-se em processo violento, por meio da tomada das terras dos povos originários, da expropriação dos trabalhadores, tornando-se a base da concentração fundiária e transformando a terra urbana ou rural em negócio. Nesse processo, ela (a terra) ganha o sentido de

6 Este texto é fruto do projeto de extensão “O direito à moradia e a apropriação privada da terra em Chapada dos Guimarães - MT”, realizado pela UFMT entre os anos de 2017 e 2019. Foram realizados 218 questionários fechados, 50 entrevistas dirigidas e mapeamentos participativos em dois grupos sociais: a Associação 1º de Julho e os moradores das ruas 15 e 16 do Bairro Pôr do Sol. Ambos formados após a efetivação do cumprimento judicial de reintegração de posse em distintas áreas no município.

equivalência de mercadoria, de produtora e reprodutora desse falso capital, de acumulação de riqueza, de bem patrimonial, de interesse financeiro, de instrumento de poder econômico e político e de objeto de direito de propriedade independente de produção ou uso. Esse proprietário passa a deter a possibilidade de acumular bens provindos da terra e de utilizá-la ou não como bem entender, mesmo que lhe cause a destruição (MARÉS, 2003).

Esse direito de propriedade privada, que se expressa em um contrato jurídico, constituiu durante anos a figura do proprietário como “senhor absoluto da terra” e “inquestionável”, quando a terra deixou de ser provedora de alimentos para ser negócio. Gestou, na sociedade, a ideologia da propriedade privada e a mentalidade proprietária (PRIETO, 2020), que permanece mesmo após sua desabsolutização, por meio dos marcos jurídicos que reverberam a função social da propriedade e os direitos fundantes para a reprodução da vida, também expressos na Constituição Federal de 1988, como moradia, reforma agrária, alimentação, entre outros.

No entanto, até mesmo a “produção de moradias” – necessidade básica para existir, já que “não se pode viver sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 1988, p. 49) – configura-se historicamente na sociedade brasileira como um dos elementos de poder e riqueza, que resulta da aliança “entre concentração do patrimônio, poder econômico e poder político” e que “a elite conservadora (patrimonialista) ao invés de travar um embate contra o Estado, tomou este como principal instrumento de dominação e garantia de privilégios”. Isto porque “o patrimonialismo explica também a cultura de concentração de terras e imóveis como forma de riqueza e de poder, que leva à formação desse mercado fundiário e imobiliário altamente especulativo e excludente” (MARICATO, 2005, p. 3).

Esta relação entre terra como negócio e a mentalidade proprietária produziu, na história brasileira do acesso à terra, a manutenção de diferentes mecanismos de burla que fundamentam a propriedade privada capitalista e perpetuam a desigualdade social e o poder econômico e político à elite brasileira. Neste sentido, a constituição da propriedade privada também ocorre por relações não-capitalistas,

visto que a negociação mercantil não é, nem jamais foi, o único caminho para o acesso às terras brasileiras, pois historicamente existe uma apropriação privada ilegal das terras públicas (processo de grilagem), por meio de fraudes documentais e/ou mesmo por alianças de poderes (econômicos e políticos), com a condescendência do Estado de converter o ilegal em legal através de instrumentos jurídicos anistiadores. Tais ações garantem a legitimação deste tipo de apropriação, criam lastro nos cartórios de registros de imóveis e transformam uma apropriação privada ilegal (grilagem) em propriedade privada (FARIA, 2020).

Se, por um lado, há a grilagem e a propriedade privada, por outro, há outras formas de apropriação da terra pautadas nos direitos da reprodução da vida, em que, nas cidades, destaca-se a moradia para a classe trabalhadora, principalmente, a mais empobrecida. Porque a ela, com diminutos recursos econômicos, impõem-se os locais com menor auferição de renda fundiária e/ou a situação de permanente insegurança para a realização da vida. Diante desta condição, cabe à classe trabalhadora formular estratégias de resistência, dentre as quais está a ocupação de terras (RODRIGUES, 2016) e, conseqüentemente, a continuidade da periferização da cidade.

As ocupações para moradia ocorrem, em sua maioria, em terras públicas e são caracterizadas como aquelas organizadas por movimentos sociais, ou ainda individualizada, quando há compra de lotes intermediada por grileiros, pois em decorrência dessa ilegalidade, seus preços tornam-se mais acessíveis a essa população. No entanto, essas famílias vivem sob constante insegurança e resistência. A insegurança causada pelas incessantes ameaças e expulsões, de fato, por medidas legais (por cumprimento dos processos judiciais de reintegração de posse) ou extralegais (pelas ações dos jagunços e das milícias). A resistência oriunda das lutas por políticas públicas habitacionais, até então eram ausentes ou insuficientes para essas famílias. Ademais, muitas vezes, contraditoriamente, tornam-se alvo da dominação de políticos locais, o que se configura como a possibilidade de “garantir

votos” em eleições futuras e suas promessas de regularização fundiária alimentam um “mercado de esperança”.⁷

Essas fissuras (conflitos e resistências) revelam a urbanização crítica das cidades brasileiras. Processo caracterizado pela hegemonia da urbanização como negócio, fundamentada na generalização da mercantilização e da privatização da terra urbana, que reverbera a desigualdade social e expõe “a impossibilidade do urbano para todos” (DAMIANI, 2004). Assim, tal processo é entendido pela autora como:

O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. (...) O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que nos fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação dos meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro — a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital — é a urbanização crítica. (DAMIANI, 2004: 39)

Neste sentido, a urbanização crítica torna-se a concretude do economicismo em detrimento dos conteúdos dos espaços produzidos socialmente para a reprodução da vida e de um projeto coletivo e social de cidade. Diante deste processo, a moradia da classe trabalhadora reduz-se, muitas vezes, às condições mínimas de abrigo para sobrevivência.

Desta forma, a análise da cidade por meio da urbanização crítica permite superar a compreensão da urbanização *stricto sensu* (VOLOCHKO, 2008), que se baseia na localização de fenômenos, na quantificação da população urbana, no crescimento quantitativo do tecido urbano e na descrição da forma espacial para uma leitura da morfologia socioespacial, em que se desvelam as contradições, os conflitos e as desigualdades sociais inerentes à produção da cidade.

Para tal, propõe-se a análise da realidade de Chapada dos Guimarães,

7 Expressão utilizada por uma liderança da Associação 1º de Julho em entrevista no dia 29/09/2018.

município circunvizinho à capital mato-grossense, enfocando os conteúdos de sua periferização, questionando seu *continuum* por meio de rupturas ou mesmo pela desperiferização. Neste aspecto, elas são compreendidas, principalmente, como produto da relação entre a transformação da terra como negócio, da grilagem das terras e da permissividade do poder local na destinação de suas terras.

DA URBANIZAÇÃO STRICTO SENSU A URBANIZAÇÃO CRÍTICA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

A partir da década de 1970, houve um processo de interiorização da metropolização e de uma ascensão da urbanização em distintas cidades do país. Entre elas, estão aquelas situadas no Mato Grosso, onde a produção e a ampliação do tecido urbano estão relacionadas às políticas desenvolvimentistas de expansão da fronteira agropecuária e da colonização (privada ou pública) das terras, que visavam ao crescimento industrial e à arrecadação tributária (VILARINHO NETO, 2003).

Esse processo incidiu diretamente, na década seguinte, no ritmo acelerado do crescimento populacional no estado (de 85% entre 1960-1970, de 91% entre 1970-1980 e, posteriormente, de 73% entre 1980-1990, de 24% entre 1990-2000 e de 21% entre 2000-2010, conforme os dados do IBGE), assim como a predominância da população urbana (57,5% em 1980, 73% em 1990, 79% em 2000 e 82% em 2010).

Dessa forma, esse crescimento populacional no estado, fruto da migração de outras regiões do país, foi uma estratégia da aliança Estado e capital, realizada por meio dos projetos de expansão capitalista para o Centro-Oeste e a Amazônia. Esses projetos foram implantados sob o discurso falacioso da abundância de terras e do “vazio” demográfico, tomaram-se as terras dos indígenas, por meio da “limpeza do terreno” (FARIA, 2018) e transformaram-nas em terra de negócio. Há, assim, na história do acesso à terra em Mato Grosso, uma “política de favorecimento à monopolização da propriedade privada da terra” (MORENO, 2007, p. 23). Para a

autora, trata-se de um favorecimento à classe dominante, detentora do poder econômico, político e informacional, o qual salvaguardou a condição dessa elite.

Entre os projetos, Moreno (2007) destaca a colonização oficial e particular, presente como política pública no estado desde o início do século XX, com o “Serviço de Povoamento do Solo Nacional” (1907), que incentivou a fundação de núcleos coloniais por meio dos governos estaduais. No Mato Grosso, segundo a autora, essa ação foi entregue a colonizadores ou empresas particulares de colonização e resultou, em um aumento do conflito fundiário, já que os muitos grileiros eram transvestidos de concessionários/colonizadores, não cumpriram os contratos e incorporaram as terras públicas concedidas ao patrimônio particular. Contudo, a partir da década de 1970, quando os projetos de colonização, além de serem oficiais e particulares, tornaram-se empresariais, as terras devolutas passaram a ser franqueadas aos grandes grupos econômicos (agropecuários, agroindustriais e minerais).

Esse período histórico, assim como para outros municípios de Mato Grosso, foi importante para Chapada dos Guimarães, criado em 1953 a partir de Cuiabá, com uma área de mais de 200 mil km², que se estendia até o Pará. Em 1979, foram desmembrados de Chapada dos Guimarães os núcleos urbanos de Nova Brasilândia, Paranatinga, Colíder e Sinop (nome oriundo da sigla de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná). Nesses municípios, nos anos seguintes, destacou-se a implementação da colonização particular, totalizando oito projetos, entre eles, dois para área urbana: a Gleba Celeste V (Sinop) e a Cidade Gaúcha – etapa 2 (Paranatinga) (MORENO, 2007).

Dessa forma, Chapada dos Guimarães, em decorrência da emancipação dos municípios, passou por uma redução tanto de área como de população. Houve um decréscimo de mais de 53%, já que, em 1970, eram 16.542 habitantes, que passaram para 7.765 em 1980. Contudo, em 1991, eram 12.695 habitantes, perfazendo um crescimento populacional de 63% no município. Foi nessa década até 2000, após um aumento de 24%, que a população chapadense

tornou-se majoritariamente urbana, com uma taxa de urbanização de aproximadamente 60% (VILARINHO NETO, 2003).

O crescimento da população urbana materializou-se na cidade e realizou-se por meio da expansão do tecido urbano. O tecido urbano não designa “de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano” (LEFEBVRE, 2002, p. 17). Assim, para o autor, não há, na expansão do tecido urbano, o pressuposto de origem à contiguidade espacial urbana; ou seja, esta expansão constitui-se por espaços não contínuos, onde permanecem “ilhas” de ruralidade, que são absorvidas, transformam-se e, ainda, mantêm elementos do campo.

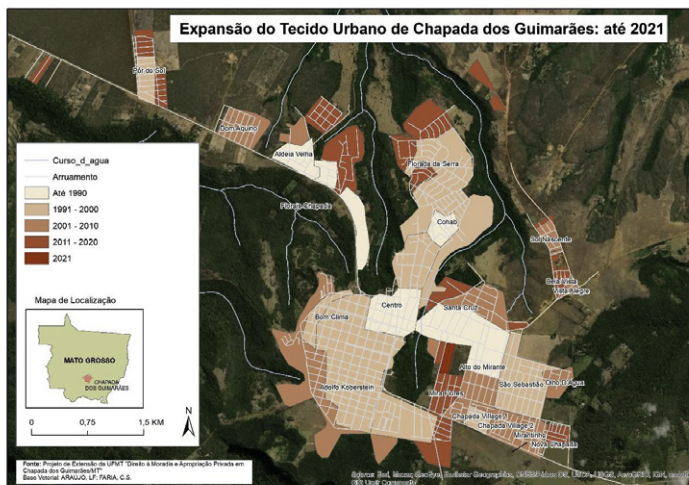
A expansão do tecido urbano de Chapada dos Guimarães intensificou-se no final do século XX e perdurou ao longo do século (como se observa na Figura 1). Nota-se que, até 1985, os núcleos urbanos totalizavam 64 hectares (ou o equivalente a 0,64 Km²) e correspondiam aos bairros do Centro Histórico, de Aldeia Velha e da Cohab. O centro foi o lugar em que se fixaram os serviços públicos e religiosos municipais, assim como a elite cuiabana, após sua emancipação de Cuiabá, em 1954. Já Aldeia Velha refere-se ao local em que, no século XVIII, os portugueses implantaram um aldeamento indígena⁸ com o intuito de diminuir os conflitos entre a população originária e o bandeirante colonizador. A COHAB foi projetada como um conjunto habitacional popular destinado à população mais empobrecida de responsabilidade estadual, por meio dos projetos Véu de Noiva I, em 1984, com 105 unidades construídas, e Véu de Noiva II, em 1988, com 86. Foi no final da década de 1980 que se constituíram os bairros Santa Cruz, Alto do Mirante e a expansão das áreas anteriormente ocupadas da Aldeia Velha, que resultaram em um crescimento de 85

⁸Dentre as estratégias dos aldeamentos estão as tomadas das terras indígenas, a transformação dessa população em mão-de-obra escrava, por meio dos aprisionamentos pelos bandeirantes, e fornecimento dessa mão-de-obra aos colonos que solicitassem.

hectares. Já no início da próxima década, formaram-se os bairros Bom Clima, Adolfo Koberstein e São Sebastião, esse último oriundo de uma ocupação da classe trabalhadora, que se transformou em um dos bairros mais populosos do município e, ao longo dos anos, uma centralidade na periferia. Neste sentido, houve uma expansão do tecido urbano a partir da irradiação do centro e de seu entorno, resultando em uma área urbana de 197 hectares, ou seja, em uma década, houve uma taxa de crescimento de 440% do tecido urbano do município. Tal crescimento manteve-se entre 1996-2000, com a ampliação do núcleo urbano em 196 hectares com destaque para os bairros COHAB, Florada da Serra, Pôr do Sol, a expansão do Adolfo Koberstein e o espaço residencial fechado, Chapada Village I. Assim, o tecido urbano de Chapada dos Guimarães no século XX totalizou uma área de 542 hectares (ou o equivalente a 5,42 km²) com um expressivo crescimento nas últimas décadas.

Entre os anos de 2001 e 2010, verificou-se a continuidade da expansão do tecido urbano, totalizando uma área de 222 hectares, destacando a ampliação dos bairros Adolfo Koberstein, Bom Clima e Santa Cruz, bem como o surgimento do Sol Nascente, Dom Aquino, Mirantinho, do espaço residencial fechado Chapada Village II e do Conjunto Habitacional Vista Alegre, considerado o último projeto oficial de política pública habitacional do município, com 99 casas concluídas nos primeiros anos de 2000. No período 2011-2020, ocorreu a incorporação de novas áreas aos bairros já formados, bem como o surgimento de novos, mas, na comparação com a década anterior, houve uma diminuição do crescimento da área urbanizada, 185 hectares. Destaca-se, nesse intervalo, o surgimento dos bairros Olho D'Água, Bela Vista, Loteamento da Associação 1º de Julho (oriundo de compra coletiva do terreno), Nova Chapada e as expansões do Adolfo Koberstein, Florada da Serra, Aldeia Velha e Pôr do Sol. Já em 2021, correu uma expansão do tecido urbano de 5,65 ha. Portanto, o tecido urbano de Chapada dos Guimarães totalizava, em 2021, uma área de 995 hectares (ou o equivalente a 9,95 km²).

Figura 1: Mapa da Expansão do tecido Urbano de Chapada dos Guimarães



Fonte: mapa elaborado pela autora

Compreende-se que o tecido urbano de Chapada dos Guimarães constituiu-se ao longo da Rodovia Emanuel Pinheiro / MT 251 (tanto em direção a Cuiabá como para Campo Verde), expandiu-se a partir do centro histórico, irradiou-se fragmentariamente para a periferia e produziu, ao longo dos anos de sua consolidação, novas centralidades. Tais periferias situam-se nas bordas do platô, o qual é disputado pelo agronegócio por possuir solos férteis e a possibilidade de mecanização. Destarte, cabe esmiuçar os conteúdos da periferização, que se destaca como um dos processos da expansão do tecido urbano.

A periferização, preliminarmente, pode ser lida como o processo de transformação de terras rurais em urbanas, principalmente aquelas com menor auferição de renda fundiária, ou seja, aquelas menos férteis, com menor infraestrutura, mais distantes dos centros e centralidades e de suas vias de acesso. Essas terras, muitas vezes, mantêm-se subutilizadas no rural, como reserva de valor, que, sob a lógica da especulação, aguardam o aumento de seus preços.

Atualmente, essas terras, em Chapada dos Guimarães, estão nas bordas do platô onde os solos são mais arenosos e detêm o menor

preço por m². Observa-se esse fato na expressão do ex-secretário municipal de Planejamento, ao referir-se às políticas de moradia da classe trabalhadora, segundo o qual, “pobre tem que morar no areião!”. Ou ainda nas palavras da moradora bairro Pôr do Sol, após a remoção e o reassentamento no bairro realizado pelo poder local:

aqui não tem como plantar nada, não. Aqui é muito quente, você tem que trabalhar muito bem essa terra, aqui é só areia. Lá não [no platô, em área ocupada, antes da reintegração de posse] tudo que você plantava vai. Tinha horta, o tanto de coisa plantada, tinha chuchu, cana, mamão.... um monte de coisa plantada. (Entrevista 1)⁹

Diante das características pedológicas e outras oriundas de processos do meio físico, como relata a moradora, há diversos obstáculos que qualificam o morar nesse local, como o plantio para complementação de alimentação e a locomoção pelas ruas do bairro sem asfalto e sem calçadas, o que se agrava no caso da situação de seu filho cadeirante.

Segundo a “Carta geotécnica do perímetro urbano da Chapada dos Guimarães” (SALOMÃO, MADRUGA, MIGLIORINI, 2012), a área atual de moradia configura-se como de colina arenosa “favorável à ocupação urbana com restrições”, porque está sujeita à erosão e desmoronamento. Anteriormente, ocupava a área da Chapada que não apresentava restrições geotécnicas à ocupação urbana, mas se constituía como a área pública de preservação do loteamento Vale de Chapada e, por isso, a população foi expulsa.

Contudo, mesmo nessas terras “com restrições”, há um aumento de sua precificação, oriundo da valorização do espaço, por meio de sua fragmentação. A fragmentação da terra ocorre quando o comprador da gleba rural, ou seja, o loteador, transforma hectare (ha) em metro quadrado (m²) e, assim, vende-o como solo urbano. Esse fracionamento mercantilizado da terra está pautado na metamorfose (rural para urbano) de seus distintos usos (produção agropecuária

⁹ Em entrevista realizada em 2019 com moradora reassentada pela prefeitura no bairro Pôr do Sol.

ou moradia, por exemplo). Assim, uma das principais características do mercado de terras é a tendência a fracionar por suas vantagens monetárias. Isso significa que quanto menor o tamanho do lote, maior o preço do m² que se pode alcançar, maior o ganho que o loteador pode auferir (BUENO; REYDON; 2005, p. 4).

As vantagens monetárias aumentam com a especulação imobiliária decorrente da implementação de novos loteamentos próximos àqueles existentes ou ainda com sua ampliação. Há um “crescente aumento dos preços dos lotes ao longo do tempo decorrente das instalações de infraestrutura urbana e do adensamento populacional da região”, como mostram Bueno, Reydon e Telles (2012, p. 75). Elevam-se os preços do m², ainda mais diante da condição de regularidade ou não do loteamento, ou seja, seu enquadramento às normas da prefeitura, regidas pela legislação federal de parcelamento do solo urbano (lei n^o 6.766/1979) ou ainda sua incidência em área onde há a legitimação da propriedade privada da terra.

É nesse sentido que a periferia torna-se contraditoriamente o *locus* da reprodução desigual do espaço urbano. Significa dizer que ela é produto, simultaneamente, da (re)produção ampliada do capital e da vida, marcada pelas disputas entre as diferentes frações das classes sociais, tanto a classe trabalhadora mais empobrecida como aquela moradora (primeira ou segunda residência) dos condomínios fechados. Isto porque

no movimento da reprodução do espaço a periferia, hoje, se complexifica contemplando isotopias – os grandes condomínios fechados, os clusters industriais – e heterotopias – espaços-tempos da vida cotidiana acessados de forma diferenciada em função do lugar e da classe que cada um ocupa nesta sociedade. (CARLOS, 2020, p. 417)

Os condomínios fechados estão imersos na periferia desde o final do século XX, quando ofertam a seus moradores ou proprietários um modelo diferenciado, produzido e organizado por empresas imobiliárias.

Projetou-se e criou-se um novo espaço. Não foi colocado à venda só o terreno, mas um “novo estilo de vida”, uma “maneira moderna de morar”, “a valorização do verde”, “o contato com a natureza”, “a segurança intra-muros”, deixando para trás a “poluição”, a “violência”, o “corre-corre”, a “desordem urbana”. (SANTOS, 1994, p. 226)

Ademais, em Chapada dos Guimarães, anuncia-se a produção dessas habitações como “negócio”, não somente destinado ao loteador (como já citado) mas, ao comprador / morador / proprietário, por meio da especulação imobiliária (reserva de valor ou patrimonial) para uma valorização futura. Pode-se observar na propaganda veiculada de um desses empreendimentos a seguinte afirmativa: “Este imóvel, além de lhe proporcionar lazer, pode render mais que qualquer outra aplicação” (Condomínio Brisas da Chapada).

Há ainda que ponderar que uma das características históricas de Chapada dos Guimarães é de ser detentora da segunda residência da classe dominante cuiabana, em decorrência da curta distância entre as duas cidades (cerca de 60 Km), de sua “beleza cênica” (como a proximidade com o Parque Nacional, que abriga importante área de preservação do cerrado e as cabeceiras de diversos rios importantes, a planície cuiabana que, associada ao relevo, forma distintas cachoeiras) e das condições climáticas diferenciadas. Anteriormente, essas residências situavam-se ao longo do centro histórico e seus arredores e, principalmente no século XXI, encontram-se nos condomínios fechados em sua periferia. Esse fato, por sua vez, acirra a disputa na expansão do tecido urbano, já que a periferia também é produto da classe trabalhadora chapadense.

A periferização também ganha uma conotação social, que se reporta às aglomerações urbanas, onde predomina a ocupação residencial pelas camadas mais pobres da população (LANGENBUCH, 2001). Configura-se como o local pelo qual podem pagar ou onde podem ter uma habitação.

A lógica do padrão periférico é a lógica da extensão ilimitada da cidade, loteamentos baratos, para onde vai a população que precisa de terra, como “bucha de canhão”, sofrendo durante anos

as dificuldades relativas à falta de infraestrutura, mas também pressiona o Estado pela chegada de investimentos (BONDUKI, 2001, p. 93-94).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI), em 2017, 62,85% dos domicílios particulares permanentes urbanos foram considerados semiadequados e 2,3% inadequados. Restando ainda 18,15% das famílias de baixa renda sem moradia no município.

Nota-se que há uma relação intrínseca entre a precariedade da moradia e a condição da renda obtida pela mercantilização da força de trabalho por esses sujeitos sociais. Segundo dados do IBGE, de 2017, a taxa de pessoas ocupadas em Chapada dos Guimarães é de 12,7%, o que revela que mais de 85% da população sobrevive de trabalhos intermitentes e o desemprego apresenta-se como uma “ameaça à gestão do município” (PDI, 2017, p. 29). Ainda conforme os dados do CadÚnico, em novembro de 2021, eram 44% das famílias em situação de extrema pobreza, 11% pobres e 19% de baixa renda. Foram 1.591 famílias que receberam Bolsa Família em outubro de 2021, o que corresponde a aproximadamente 40% dos domicílios do município e a um valor médio de R\$ 76,44.¹⁰

Dessa forma, o aluguel torna-se inviável para parte dessa população no município, o qual varia de 140 reais a 1.200 reais mensais (em média de 400 reais até 500 reais) dependendo da localização (quanto mais próximo do centro, maior o preço) e do tamanho do imóvel. Assim, relatam alguns entrevistados:

o aluguel pesa. (...) ainda mais quando é época de temporada, final de ano, para você achar casa é muito difícil. (Entrevista 2)¹¹

Tem mês que tem que pagar de cada pouco pra ver se dá. (...) Não sobra dinheiro (oriundo das diárias de jardineiro e bolsa família), não. A gente só vive pra comer! (Entrevista 3)¹²

10 Dados disponíveis em <https://cecad.cidadania.gov.br/painelo3.php#>, acesso em fev./2022.

11 Em entrevista realizada em 2018 com associada do 1º de julho.

12 Em entrevista realizada em 2019 com moradora do loteamento da Associação

Eu pensando na minha situação, que, uma vida inteira, eu paguei aluguel. É muito sofrimento pagar aluguel, você tira do que comer pra pagar o aluguel, se você não pagar é despejada. (Entrevista 4)¹³

Vai se estreitando. Tudo aumenta menos o salário. Já tem aumentado várias vezes outros itens. Chega o momento que: ou você vive de aluguel, ou você come! (Entrevistado 5)¹⁴

O aluguel aqui é super caro, eu não teria condição... uma vez eu aluguei aí ficou muito caro, daí voltei pra casa da minha mãe, que me cedeu uma parte. (Entrevistado 6)¹⁵

Diante desse contexto, surgem estratégias diferenciadas como da locação compartilhada das moradias, com o intuito do barateamento do aluguel, que consiste em que um amplo núcleo familiar subdivida a habitação entre as diferentes famílias (filhos, netos, tios etc.) ou da cedência temporária do imóvel, o que se dá pela relação de “favor”, seja na casa dos próprios familiares (pais ou sogros e outros) ou como na prestação de trabalho como “cuidador” do imóvel. O “cuidador” diferencia-se de caseiro, pois não tem salário e nem direito trabalhista, muitos ainda arcam com as despesas de água e luz do imóvel. Nas palavras de uma entrevistada:

Eu quando conheci meu marido, ele já cuidava de uma casa (há 11 anos). Nós cuidamos de uma casa, então assim, não é nossa casa, mas é em troca do aluguel. (...) nós moramos na casa, mas ele trabalha fora também. (...)

- E o salário?

- Você fala lá onde nós moramos? Lá o dono não paga a gente não, é em troca da casa, só pra cuidar. (Entrevista 7)¹⁶

Outras estratégias manifestam-se na mobilidade entre moradias

1º de Julho.

13 Em entrevista realizada em 2018 com associada do 1º de julho.

14 Em entrevista realizada em 2018 com associada do 1º de julho.

15 Em entrevista realizada em 2018 com associada do 1º de julho.

16 Em entrevista realizada em 2018 com associada do 1º de julho.

com mudanças anuais ou inferiores a esse período, devido ao aumento do aluguel em seu período de renovação contratual; ou, como para muitos o contrato é apenas verbal, o pedido pelos proprietários para desocupar o imóvel aparece de imediato. Nos termos de uma entrevistada:

Em 9 anos, morei em umas 15 casas, daqui pra lá. Já morei muito, muito, muito, muito mesmo, sabe? De estar num lugar, aí às vezes você atrasar um aluguel e está vencendo outro, e o proprietário chegar ‘e aí já está vencendo outro, você vai poder me pagar? Ou você vai ter que sair’, assim que era a conversa. Aí eu corria, arrumava o dinheiro de entrada de outro aluguel, mudava pra outra casa, e arrumava dinheiro pra pagar o que ficou pra trás. (Entrevista 8)

São esses os sujeitos sociais que resistem como chapadenses e, por meio de diferentes ações (ocupação, compra coletiva de loteamentos e outros), contraditoriamente, questionam as terras deixadas como reserva de valor, sob a lógica da especulação imobiliária, promovendo a continuidade da produção dos espaços periféricos na cidade. Contudo, trata-se de uma continuidade restritiva da produção da periferia, principalmente em decorrência dos conflitos fundiários que envolvem a apropriação privada das terras do município por fraudes e grilagens, resultando em expulsões, reintegrações de posse. Este fato, analisado em uma escala menor, configura-se como uma desperiferização, que, por sua vez, significa a destruição-reconstrução de parcelas do tecido urbano, assim como a extensão do espaço urbano.

OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS E A APROPRIAÇÃO PRIVADA DAS TERRAS EM CHAPADA DOS GUIMARÃES

A passagem oficial das terras públicas para privadas em Chapada dos Guimarães ocorreu por distintas formas e em diferentes tempos históricos. Destacam-se as concessões de terras por sesmarias, pelo órgão estadual de terras e, principalmente, pelos municípios.

As sesmarias foram as concessões de terras realizadas pela Coroa Portuguesa até 1822, que, quando confirmadas, transformaram-se

em propriedade privada (conforme a Lei de Terras, nº 601 de 1850). No entanto, como ressalta Silva (2008), apenas 4% das sesmarias solicitadas no estado foram confirmadas pelo Conselho Ultramarino em Portugal. Tal fato, para a autora, decorre da quantidade excessiva das áreas, ultrapassando o limite de três léguas de terras a cada morador, ou o equivalente a 13 mil hectares.

Silva aponta que as concessões foram permeadas por um jogo de interesses, “pois ocupar a terra era antes de mais nada uma apropriação política”. (2008, p. 66). Esse fato corrobora com a afirmação de Motta de que “conceder terras pelo sistema de sesmaria era, antes de tudo, uma concessão política, e não territorial” (2012, p. 124)

A partir da década de 1940, como afirma Moreno, a política dos governos estaduais era, principalmente, a política de venda de terras públicas/devolutas, por meio da colonização oficial ou particular (como consta no Código de Terras do Estado, de 1949) e, secundariamente, a regularização.

O reordenamento fundiário no Estado, no período de 1950 a 1964, teve como marca a venda indiscriminada de terras devolutas e sua utilização nas disputas eleitorais, servindo como premiação ou pagamento de favores políticos. A política de colonização foi transformada num rendoso negócio de terras para a maior parte dos concessionários que não cumpriram os contratos firmados com o Estado e usaram a terra para especular em benefício próprio. (1999, p. 78)

As inúmeras fraudes documentais, como “títulos voadores”, protocolos sem valor legal, procurações falsas, entre outros, levaram ao fechamento do Departamento de Terras e Colonização (DTC) em 1966. Somente em 1978, o Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat) passou a dispor sobre as terras do estado, principalmente por meio de sua venda e regularização.

O Código de Terras de 1949 também dispôs sobre a transferência de terras devolutas do estado para o patrimônio municipal (até cinco mil hectares), o qual teria autonomia para distribuição. Em Chapada dos Guimarães, as concessões das terras municipais iniciaram antes de sua emancipação (1953), ainda quando era distrito de Cuiabá. Tais

concessões ocorreram por doação dos aforamentos¹⁷ pela prefeitura de Cuiabá e, posteriormente, doação e venda dos aforamentos pela própria prefeitura do município. A escolha pelo aforamento pautou-se na possibilidade da arrecadação constante e perpétua, por meio do foro, e na atração maior de pessoas, pois se estima que o preço cobrado pelo domínio útil fosse menor do que o da propriedade de fato, contendo ambos os domínios (SOUSA, 2021).

Ao longo da segunda metade do século XX, a prefeitura de Chapada dos Guimarães acelerou a quantidade de aforamentos expedidos em favor de algumas famílias que estavam no poder público local. Houve ainda rasuras na legislação municipal e fraudes documentais (extravio dos 16 livros de registro das Cartas de Aforamentos, por exemplo) que regulamentaram essas concessões. A lei nº 11 (revogada em 1997) transcrita no livro de legislação da Câmara Municipal apresenta rasuras perceptíveis na diferença entre os tons da tinta da caneta utilizada para registro. Elas excluem as zonas suburbanas de uma limitação máxima para área concedida, alteram as datas de pagamento da concessão e permitem que distintas concessões sejam realizadas para a mesma pessoa em momentos históricos diferentes, por exemplo. Assim, a adulteração dessa lei dá a conotação de legal ao ilegal, seja pela concessão de área maior do que o anteriormente permitido, ou ainda pela legitimação de diferentes concessões a determinadas famílias (SOUSA, 2021).

Entende-se, em consonância com Sousa (2021), que esses fatos corroboraram para o aumento dos conflitos fundiários, salvaguardaram o acesso desigual à terra, principalmente, porque fomentaram a grilagem de terras, uma vez que os ritos legais da passagem das terras públicas municipais (aforamentos) para propriedade privada foram ignorados e burlados.

17 No aforamento, há a separação entre domínio útil (direito de uso) e o domínio do direito (a propriedade de fato), conforme dispõe o Código Civil de 1916. Para manutenção do domínio útil, é necessário o pagamento anual de foro ao proprietário do domínio do direito, a Prefeitura, e, para o resgate do aforamento, configurando-se na compra do domínio do direito, o montante de 20 foros anuais.

O Ministério Público Estadual divulgou nas mídias locais, em 2000, que “somente na área de expansão urbana de Chapada, cerca de 5 mil hectares do município foram repassados ilegalmente para mãos de particulares” (VARGAS, 2000). Ainda segundo o promotor à época

Foi o então prefeito Silvino Moreira da Silva quem, nas décadas de 70 e 80, teria feito a maior distribuição de aforamentos ilegais no município. Irmão do atual prefeito Sebastião Moreira da Silva (PSDB), o “Treme-Terra”, Silvino beneficiou principalmente os irmãos Mucio e Manoel Albernaz (vereador do PFL, recém-empossado na presidência da Câmara Municipal). (VARGAS, 2000).

Múcio Albernaz, agrimensor, detinha, naquele momento, uma carta de aforamento com 350 hectares (300 a mais do que permitido em lei), a qual compôs o questionamento judicial por meio da ação civil pública realizada pelo Ministério Público Estadual que resultou em nulidade de cartas e na remunicipalização dessas terras.

Há, assim, uma relação direta entre essa apropriação ilegal privada das terras (grilagem) e as ocupações para moradia da classe trabalhadora. Esta última, por sua vez, contraditoriamente, questiona e reafirma a terra como negócio, já que, muitas vezes, para ingressar nas ocupações ou mesmo para regularização dos lotes ofertados pela prefeitura nas terras municipais, é necessário pagar.

Uma dessas ocupações foi a do Bosque da Neblina, ocorrida em início de 2017, como relatam os entrevistados,

- Eu pensei ‘já que vão legalizar, eu vou comprar um lote também’. Então, eu tenho os comprovantes até hoje, eu tenho recibo. (...) Olha, as prestações se não me engano eram 3 de 300. (...) Diz que o valor que o homem iria querer (para legalizar), ia ser dividido em todos e ia dar 6 mil para cada um o lote. Iria dar o total de 6 mil para cada um, para cada lote. Porque era 3 milhões que tinha ficado o valor daquela terra toda.

- E quantas famílias eram?

- 310 lotes. Só que as pessoas que estavam lá não tinha água, não tinha nada. (Entrevista 9)¹⁸

¹⁸ Em entrevista realizada em 2019 com liderança e morador da rua 15 do bairro

- O presidente do Bosque da Neblina arrumou e falou 'olha é 600 reais, aí eu parcelo em 3x de 200'. Aí eu falei 'tá, mas eu ainda não recebi, quando eu receber mês que vem, eu pago'. Eu fui tentando, adiando de pagar, porque vai que não dava certo e eu vou perder meu dinheiro. Com 15 dias, veio um pedido pra sair, chegou de tarde. (...) Com 15 dias que eu mudei pra lá, a máquina já veio passando por tudo. Aí já foi no outro dia que eu acabei de tirar meus trens, passou os carros da polícia de Cuiabá pra lá, quando chegamos lá de tarde estava tudo fechado, ninguém podia tirar mais nada. A máquina estava passando por cima, quem tirou: tirou, quem não tirou... a máquina passou por cima de geladeira, de fogão, derrubou tudo. Aí nós fomos pra ocupação da área verde. (Entrevista 10)¹⁹

Após o cumprimento do processo de reintegração de posse e a “limpeza do terreno”, algumas famílias originaram outra ocupação na área pública do loteamento Vale da Chapada, mas, em 2019 (após dois anos), foram novamente expulsos da área e levados para lotes remunicipalizados do bairro Pôr do Sol, oriundos do cancelamento das cartas de aforamento em decorrência das fraudes, supracitadas. A regularização fundiária desses lotes está condicionada ao pagamento dos moradores para a prefeitura (como disposto no artigo 32 da lei municipal nº 1.726/2017), o que ainda gera uma insegurança, como se observa nas palavras das entrevistadas

- É, aqui não é seguro ainda não. (Entrevista 11)

- Nós temos que pagar 7 mil. E o povo que eles colocaram lá dentro do bairro tem que pagar 11 mil no lote. (Entrevista 12)

- Aí nós vamos tirar da onde, moço? Nós somos pobre, pobre, pobre, pobre mesmo de morrer. (Entrevista 11)²⁰

As entrevistadas revelam que há preços diferenciados para a

Pôr do Sol.

19 Em entrevista realizada em 2019 com liderança e moradora da rua 15 do bairro Pôr do Sol.

20 As entrevistas 11 e 12 foram realizadas conjuntamente em 2019 com duas moradoras da rua 15 do bairro Pôr do Sol.

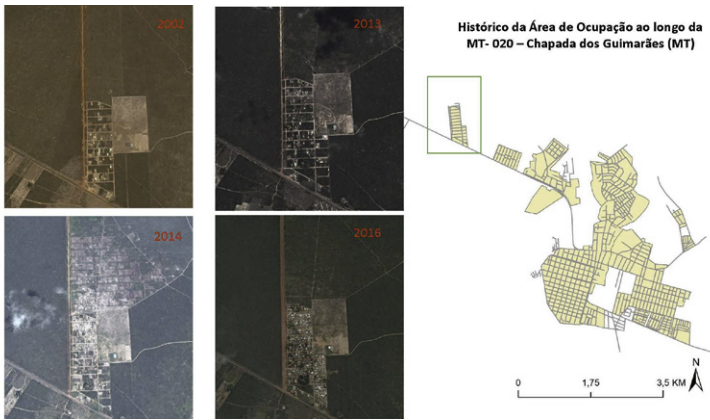
regularização fundiária no mesmo bairro, distinguindo aqueles que ficaram nos “lotes vagos” dentro do bairro e aqueles levados após a abertura das ruas 15 e 16. Essa abertura ocorreu às pressas após os conflitos acontecidos na realocação dessas famílias. Conforme conta uma liderança, a prefeitura apresentou os lotes do Pôr do Sol por meio de fotos, dizendo que era proprietária. Porém, ao observar as imagens, alguns encontravam-se cercados, murados e até mesmo com placas de “vende-se”. Mas, descobriram que não eram assim, quando chegaram aos lotes e muitas pessoas apareceram declarando-se como proprietárias e começaram a ameaçar as famílias, dizendo, por exemplo, que “queriam colocar fogo nas nossas coisas”, “outros queriam agredir o pessoal com facão”. Outra liderança revela que passou por três lotes no bairro com ameaças similares dos supostos proprietários até que desistiu e foi para rua 15. Posteriormente, a prefeitura levou para lotes da rua 16 algumas famílias que habitavam o lixão da cidade.

A área circunvizinha às ruas 15 e 16, entre 2013-2014, já havia passado pelo processo de ocupação e expulsão. Quando ocuparam aproximadamente 300 hectares, demarcaram milhares de lotes a serem comercializados por 600 reais, o que, segundo a mídia, geraria uma movimentação financeira de aproximadamente dois milhões de reais. A reintegração de posse foi cumprida quando mais de 100 famílias ali moravam²¹, efetivando um processo de desperiferização (como se observa na Figura 2).

Nesse processo de desperiferização, datado das primeiras décadas deste século, destaca-se a ocupação ao longo da rodovia MT – 020 e a ocupação do Bosque da Neblina, que resultaram na expulsão dessas famílias e na “limpeza” de aproximadamente 310 hectares, o que equivale a quase 1/3 do espaço urbano do município. Após um triênio, já é possível observar, na paisagem, o início da recomposição da vegetação do cerrado, que foi suprimida pela periferização.

21 Em reportagens: “Ocupantes lucram com suposta invasão de terras em cidade de MT”, do G1, de 27/08/2013 e; “Polícia cumpre reintegração de posse em área grilada em Chapada dos Guimarães”, MTTV, de 13/05/2014.

Figura 2 – Histórico da área da ocupação ao longo da rodovia MT – 020



Fonte: Imagens Google Earth (2002, 2013, 2014 e 2016) e mapa elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade de Chapada dos Guimarães, compreende-se que o processo de periferização não se realiza em um *continuum*, mas como uma transformação que constrói e reconstrói parcelas do tecido urbano, que abarca não somente a metamorfose das terras rurais em urbanas, mas também o movimento de periferização / desperiferização. Compreendida em menor escala – e não como somatória quantitativa da expansão em km² do espaço urbano, mas, principalmente, a partir dos conflitos e resistências que envolvem -, contraditoriamente, a terra como negócio é uma das necessidades básicas da reprodução humana, a moradia para classe trabalhadora mais empobrecida. O Estado, por sua vez, também se destaca por não garantir a essas famílias o direito expresso na Constituição e por promover um acesso desigual à terra.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N. Depoimentos. In: Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVI, nº 42. São Paulo: NERU, 2001, p. 92-99.
- BUENO, A. K; REYDON, B. O mercado de terras informal nas áreas de mananciais. Campinas: Unicamp, 2005.
- BUENO, A. K.; REYDON, B.; TELLES; T. Ocupações das áreas de mananciais na região metropolitana de São Paulo e o mercado de terras rurais e periurbanas. Territorios, Bogotá, n.º 26, p. 63-81, 2012.
- CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020.
- DAMIANI, A.L. Urbanização Crítica e Situação Geográfica. In: CARLOS, A.F.A, OLIVEIRA, A.U (org.). Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 19-58.
- FARIA, C.S. Cadeia Dominial: Uma Leitura Da Grilagem E Da Constituição Da Propriedade Privada Capitalista Das Terras. In: A grilagem de terras na formação territorial brasileira, São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 55-82.
- FARIA, C.S. et al. O direito à moradia e a apropriação privada da terra em Chapada dos Guimarães – MT. Cuiabá: SIEX/UFMT (Relatório Final), 2019.
- FARIA, C.S. A Propriedade Privada Capitalista e as Terras de Nhanderu. In: CARLOS, A.F.A.; SANTOS, C.S.; ALVAREZ, I.P. (org.) Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- LANGENBUCH, J.R. Depoimentos. In: Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVI, nº 42. São Paulo: NERU, 2001, p. 85-91.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- MARICATO, E. Questão Fundiária Urbana no Brasil e o Ministério das Cidades, nov/ 2005.
- MORENO, G. Terra e Poder em Mato Grosso: Política e Mecanismos de Burla, 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.
- MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. In: Geosul. Florianópolis, v. 14, nº 27, jan-jun 1999, p. 67-90.
- PRIETO, G. Nacional Por Usurpação: A Grilagem De Terras Como fundamento Da Formação Territorial Brasileira. In: A grilagem de terras na formação territorial brasileira, São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 131-178.

- Prefeitura de Chapada dos Guimarães. Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado, 2017-2027, 2017.
- MARÉS, C. F. A função social da terra. Porto Alegre: Fabris, 2003.
- MOTTA, M. M. M. Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito. 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2012.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. “A regularização fundiária de interesse social como possibilidade de realização do direito à cidade”. In: Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_arletemoyses.pdf, acesso em março de 2022.
- RODRIGUES, A. M. Na procura do lugar o encontro da identidade. Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 1988.
- SALOMÃO, F.X.T.; MADRUGA, E.L.; MIGLIORINI, R.B. Carta geotécnica do perímetro urbano da Chapada dos Guimarães: subsídios ao plano diretor. In: Geologia USP, Série Científica. São Paulo, vol. 12, n°1, abril de 2012.
- SANTOS, R. B. dos. Rochdale e Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 1994.
- SILVA, V. Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823). Dissertação de Mestrado – IGHD, UFMT, Cuiabá, 2008.
- SOUSA, V. A apropriação privada de terras em Chapada dos Guimarães: análise das concessões realizadas no período de 1953 a 1956. TCC (Trabalho Conclusão de Curso) – IGHD, UFMT, Cuiabá, 2021.
- VARGAS, R. Fraude e omissão explicam grilagem: Terras distribuídas entre apadrinhados ao longo dos anos são agora ocupadas por grileiros. Diário de Cuiabá, 17/06/2000. Disponível em <https://www.diariodecuiaba.com.br/cidades/fraude-e-omissao-explicam-grilagem/8815>, acesso em fev./2022.
- VILARINHO NETO, C. S. Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso. São Paulo: FFLCH/USP (Tese Doutorado), 2003.
- VOLOCHKO, D. Sociedade urbana e urbanização da sociedade: elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea. Cidades. Presidente Prudente, v. 5, n. 8, 2008.

VEM, ESPÍRITO, E MOSTRA QUEM REALMENTE PRECISA

Elisa Favaro Verdi

A igreja fica na parte alta da rua, em uma das entradas do bairro. É uma igreja em construção: de fora, não dá pra perceber a nave e ver a torre inacabada. As paredes de tijolo aparente se misturam na paisagem com as casas vizinhas também sem reboco. Um portão grande de ferro desliza para abrir a igreja por trás. Quem entra por ele vê o altar, ao fundo, e dez fileiras de bancos de madeira, posicionados no melhor ângulo para o púlpito. A mesa cerimonial é adornada com uma toalha branca, candelabros dourados e, ao lado da mesa, fica uma imagem quase em tamanho natural de São Sebastião, o santo padroeiro da comunidade. No final da nave, ao lado direito do altar, tem duas portas: a primeira dá para uma sala ampla, mobiliada com uma mesa central e cadeiras, além de armários onde ficam guardados os objetos usados nas missas. A segunda porta, bem ao lado dessa primeira, abre para uma cozinha. A porta, na verdade, é uma cortina vermelha que separa a nave da igreja de um corredor comprido, com janelas ao lado direito de quem entra. Abaixo das janelas, várias mesas de tamanhos diferentes servem de apoio para instrumentos de cozinha, como potes, vasilhas e panelas. Ao final desse corredor fica uma área quadrada, com um armário e uma geladeira à esquerda, uma pia à direita, um fogão ao lado da pia e, no centro, uma ilha de cozinha industrial, com grandes bocas para as panelas enormes. A cozinha é toda rebocada por dentro, mas de cimento aparente. Como o resto da igreja, não tem reboco na laje, por isso se vê o teto de tijolos e vários fios elétricos. A quantidade de janelas deixa o lugar bem iluminado e arejado, apesar do corredor estreito.

Nessa cozinha, todos os sábados desde o início da pandemia de Covid-19, um grupo de quatro mulheres se reúne para preparar marmitas que são entregues no mesmo dia para moradores de rua na Zona Leste de São Paulo. Toda a comida é fruto de doações e, quando estas são insuficientes, as mulheres compram com o próprio dinheiro mais ingredientes e os recipientes de isopor utilizados para colocar a refeição. O trabalho de preparação dos alimentos começa no final da manhã e dura aproximadamente quatro horas. Normalmente, uma marmita consiste de arroz branco, feijão, alguma mistura (com frequência linguiça e, quando há mais dinheiro, frango), e um legume cozido (muitas vezes abóbora ou berinjela). Em outras ocasiões, é macarrão com salsicha em molho de tomate, arroz branco e legume cozido. Nos dias especiais, tem feijão preto com farofa de cenoura. Quando as mulheres também recebem doação de frutas, estas são cortadas e entregues em fatias junto com a marmita, que é sempre acompanhada de um copo de suco em pó diluído na água.

Sobre uma das mesas, perto do fogão industrial, fica um pequeno rádio de pilha que frequentemente sintoniza louvores que as mulheres gostam de cantar enquanto cozinham. A música soa baixo, por isso se ouve mais as vozes delas do que a música em si. Como as mulheres são católicas, os louvores mais ouvidos são dos Padres Marcelo Rossi e Fábio de Mello. Uma delas disse que, apesar de não se considerar parte da renovação carismática, gosta de cantar a música *Vem, Espírito* nos grupos de oração que coordena. Essa música, quando toca no rádio, as mulheres cantam em voz alta enquanto trabalham na cozinha: “Eu quero amar / Eu quero ser / Aquilo que Deus quer / Sozinho eu não posso mais / Sozinho eu não posso mais / Sozinho eu não posso mais viver”.

Quando a comida fica pronta, as mulheres montam as marmitas em um esquema fordista: as panelas vão para as mesas do corredor e cada mulher fica responsável por colocar um dos alimentos no recipiente de isopor. A primeira da fila pega o marmitex, coloca o feijão por baixo, depois passa para a mulher ao seu lado direito, que cobre o feijão com uma camada grossa de arroz, em seguida entrega o recipiente para a outra mulher ao lado dela, que coloca um pouco

de mistura e de legume por cima, finalmente passando para a última, que fecha o marmitex com uma tampa também de isopor. Depois de fechadas, as marmitas são armazenadas em grandes caixas térmicas e estas vão para a van, que sai para distribuí-las no final da tarde. Antes disso, no entanto, tem o momento da oração: todos os presentes formam uma roda no salão da igreja, ao lado do altar, dão as mãos, duas pessoas seguram a caixa da sacristia onde ficam guardadas as hóstias, e uma das mulheres agradece pela comida, pelas pessoas que trabalharam, pede que Deus mostre quem realmente precisa de ajuda e, depois, puxa um Pai Nosso seguido de uma Ave Maria, rezados em voz alta por aqueles que ali estão.

Essas quatro mulheres, todas com mais de 40 anos de idade, são moradoras do bairro e frequentam a igreja. Uma delas já foi catequista e coordena grupos de oração. É ela, inclusive, quem inicia a reza antes da distribuição das marmitas. Divorciada e com três filhos adultos, ela é dona de uma oficina mecânica de caminhões: “Sou mulher, mas faço trabalho de homem”, como ela diz.²² Outra é auxiliar de enfermagem em um posto de saúde e, devido aos horários dos plantões, não pode participar todos os sábados, mas vai sempre que dá. Durante o trabalho na cozinha, elas cortam e picam os alimentos que são preparados pelas outras duas mulheres, ambas de mais idade do que as primeiras. Quem de fato mexe as panelas são as duas cozinheiras mais velhas do grupo. Elas dominam o fogão industrial: determinam as quantidades, refogam e temperam toda a comida. Uma dessas cozinheiras já fez isso profissionalmente, quando era proprietária de um quiosque na praia. Segundo ela, o mais frequentado pela qualidade das porções de peixe que servia.

Outras pessoas participam do trabalho ocasionalmente: ficam menos tempo na cozinha e ajudam na etapa de cortar, picar ou ralar cebola, alho, legumes, carne, ou na montagem das marmitas. Passam lá para ajudar e, enquanto o fazem, conversar. O motorista da van, casado

²² Todas as falas aqui inseridas são fruto de incursões etnográficas realizadas com esse grupo entre janeiro e fevereiro de 2022. Os nomes das pessoas foram omitidos visando preservar suas identidades.

com uma das quatro mulheres, também ajuda a colocar as marmitas nas caixas térmicas. Além deles, um outro casal vai com frequência no momento de entrega, levando inclusive roupas para doação.

A distribuição ocorre sempre nos mesmos lugares, em um itinerário pré-estabelecido que se repete todos os sábados. A van para em entroncamentos de avenidas, postos de gasolina e acostamentos onde se veem barracas de tecido ou de lona preta. As pessoas em situação de rua se aproximam, pegam uma marmita, um copo de suco e uma fatia de fruta, quanto tem. Muitas pedem roupas e sapatos, especialmente os homens: calças masculinas são as peças mais solicitadas. Vários recusam roupas brancas, porque não conseguem lavar com a frequência necessária. Artigos de higiene feminina, como absorventes, também são doados. Mulheres grávidas ou com crianças pequenas recebem cobertores, roupas de bebê e brinquedos. No final da tarde, quando todas as marmitas já foram entregues (cerca de 150 por final de semana), a van retorna para o bairro. Nos dias que seguem, cada uma das mulheres retoma seu trabalho e elas se reencontram no sábado para, mais uma vez, cozinhar, cantar louvores, conversar e entregar as marmitas em nome da obra de Deus. Como elas dizem no momento da oração, “Senhor, a obra é Sua, a obra não é nossa, é tudo para a Tua obra, para a Tua graça”.

“O QUE TEM AQUI, QUE CHEGOU AGORA, E O QUE TEM NA IGREJA, NÃO VAI COBRIR O NOSSO POUCO, ALGUÉM VAI FICAR DE FORA”

O objetivo deste artigo é analisar a ação social anteriormente descrita – doação de marmitas – como um caso de seleção da miséria que exemplifica a pragmática vitalista característica da economia popular.²³ Por pragmática vitalista compreendemos “um

23 Compartilhamos do entendimento de que a economia popular se caracteriza pela condição perene, apesar de crescente, na América Latina, de pluralização de formas de trabalho para além do modelo assalariado. A existência da economia popular demanda a ampliação da própria noção de trabalho e, conseqüentemente,

nível de autogestão para a produção da vida social que se organiza sem a mediação política das instituições tradicionais (do Estado ao sindicato, do partido político à assistência social)” (Gago, 2015 p. 48, tradução nossa). Trata-se de um modo de organização popular cujo primeiro objetivo é, pragmaticamente, garantir a reprodução da vida. A pragmática vitalista, apesar de existir sem a mediação de instituições tradicionais, negocia com elas, relaciona-se com essas instituições, criando novas dinâmicas próprias da atual fase do neoliberalismo. Nesse sentido, a seleção da miséria aqui analisada é a manifestação concreta, no nível da vida cotidiana, do neoliberalismo no século XXI.

O termo ‘seleção da miséria’ surgiu em campo, durante entrevista realizada com o antigo presidente da associação de moradores do bairro onde fica a igreja. Nessa entrevista, ele contou que a associação sempre fez algum trabalho de assistência social. No entanto, com a pandemia, aumentou a pobreza no bairro e conseqüentemente a fome. Com isso, ações como distribuição de cestas básicas e doação de roupas se tornaram as principais atividades da organização política que ele liderava. Durante 2020 e 2021, essas doações vieram de empresas e pessoas físicas e chegaram por diferentes caminhos. Algumas vezes, era dinheiro; em outros casos, cestas básicas contendo, por exemplo, um saco de cinco quilos de arroz, três quilos de feijão, óleo, macarrão espaguete, leite em pó, açúcar, polpa de tomate, farinha de mandioca, café e uma lata de sardinha. Essa cesta, especificamente, é a Cesta Econômica da CVS que, segundo a liderança contou, funciona assim: qualquer pessoa (física ou jurídica) pode telefonar na CVS, comprar uma quantidade de cestas e solicitar a entrega no endereço dele. Outras doações de cestas básicas vieram por meio de ONGs. Para uma delas, antes de receber as cestas em si, a liderança recebia um número de pulseiras que eram distribuídas

de trabalhadores, na medida em que podem ser formas contratuais ou não, temporárias ou permanentes, com remuneração intermitente ou mesmo inexistente, que tem em comum o objetivo de garantir a reprodução da vida. Trata-se de uma nova conceituação das economias classicamente chamadas de marginais, informais ou periféricas tendo em vista o momento atual de aprofundamento do neoliberalismo (Cavallero e Gago, 2020; Chena, 2018; Gago, 2015; Roig, 2014).

para as pessoas que receberiam a cesta básica. O procedimento era entregar a pulseira, tirar uma foto da pessoa com a pulseira, enviar para a ONG e só depois receber a cesta com os produtos. Essa foto seria uma forma de evitar desvios nas doações.

Além das cestas básicas, outras formas de doação ocorreram ao longo da pandemia: em dezembro, a associação de moradores organizou o Natal Solidário para recolher alimentos na própria comunidade. Os alimentos recolhidos foram doados para famílias do bairro que não tinham condições de comprar comida para a ceia de final de ano. Em janeiro, quando ocorreu a novena de São Sebastião, ao longo dos nove dias de celebração, os fiéis ofertaram nas missas algum tipo de alimento não perecível (arroz, feijão, enlatados, café, macarrão, óleo, açúcar, farinha e molho de tomate). Ao final do nono dia, alguns fiéis – que também fazem parte da associação de moradores – montaram kits com esses alimentos para, mais uma vez, distribuí-los para quem mais precisa no bairro.

No entanto, não é só de arroz e feijão que se faz a vida cotidiana. Em 2021, num final de semana, chegou uma grande doação de sorvete: era uma marca famosa, em que o sorvete já vem na casquinha, de sabor baunilha, com pedaços de chocolate congelado por cima. Fez sucesso: tinha fila na frente na associação de moradores para pegar. Porém, como não tinha sorvete para todo mundo, as crianças tiveram prioridade.

O que fica claro pelo relato da liderança do bairro é que a quantidade de doações, não importa a magnitude, nunca é suficiente para suprir a demanda da comunidade, especialmente em um contexto de pobreza crescente:

A gente que tá fazendo esse trabalho aqui, você tem que fazer a seleção de miséria. O que tem aqui, que chegou agora, e o que tem na igreja, não vai cobrir o nosso pouco, não vai cobrir, alguém vai ficar de fora. E ele vai se sentir: ‘Puxa vida, eu precisava tanto e ninguém veio aqui!’ (entrevista realizada em janeiro de 2022).

Dada a insuficiência de recursos e de doações, a seleção da miséria consiste em identificar quem mais precisa e dar prioridade para

essas pessoas. Para tanto, dois aspectos são importantes: primeiro, os critérios de definição de quem mais precisa de doações; segundo, o conhecimento que o líder da comunidade tem sobre o lugar, as pessoas, suas famílias e suas casas.

Quanto ao primeiro aspecto, desemprego e quantidade de filhos são determinantes. A ausência de renda significa falta de recursos para arcar com a reprodução da vida por conta própria, desse modo necessitando de doações. Além disso, quanto mais filhos, maior a necessidade de recursos. É por isso que mães sem renda tornam-se as primeiras dessa lista informal de quem mais precisa.

Sobre o segundo aspecto, fica claro que a liderança, morador histórico do bairro, conhece muito bem a comunidade. Pelo seu relato, é possível perceber que ele sabe quem perdeu o emprego na pandemia, quem vive de bicos e atividades esporádicas, quem recebeu Auxílio Emergencial²⁴, quem mora nas casas com as piores condições, quem tem problemas de saúde e precisa comprar remédios, quem teve depressão, quem são as mulheres que sofreram violência doméstica, quais as idades das crianças, quais idosos recebem o Benefício de Prestação Continuada²⁵ ou alguma aposentadoria. É por isso que ele prefere chamar individualmente quem mais precisa de uma cesta

24 O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro pago pelo Governo Federal, criado durante a pandemia de Covid-19 e destinado aos trabalhadores informais, autônomos, desempregados e microempreendedores individuais (MEI). O auxílio tinha como objetivo proteger tais sujeitos da crise econômica e social provocada pela pandemia. Em 2020, a partir de abril, beneficiários receberam cinco parcelas mensais de R\$600,00; em seguida, o valor foi reduzido e foram pagas mais quatro parcelas de R\$300,00 mensais (em ambos os casos, o valor do benefício era dobrado para as famílias em que a mulher fosse a única responsável pelas despesas do domicílio). No início de 2021, apesar da continuidade da pandemia e das políticas de distanciamento social, o Auxílio Emergencial foi suspenso e voltou somente em abril, dessa vez com orçamento ainda mais baixo: foram quatro parcelas de, em média, R\$250,00, porém para apenas 15% da população que já havia sido beneficiada no ano anterior.

25 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) faz parte da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e consiste no pagamento de um salário-mínimo ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, impedida de trabalhar. Para ter direito ao BPC, é preciso que a renda individual no grupo familiar seja inferior a 25% do salário-mínimo.

básica para ir à sua casa e buscar a doação ao invés de fazer, por exemplo, uma fila e distribuir as cestas por ordem de chegada (algo que ele tentou no início da pandemia e desistiu em seguida). Assim, andar pelo bairro com ele é, às vezes, ouvi-lo cumprimentar uma pessoa e dizer “depois passa lá em casa pra pegar umas coisinhas”.

A seleção da miséria é uma estratégia local, empreendida por alguém que conhece a sua comunidade e que precisa utilizar conjuntamente critérios informais de identificação da pobreza e esse conhecimento do lugar para estabelecer prioridades no momento de distribuir as doações que recebe. Como ele mesmo diz, “alguém vai ficar de fora”. O trabalho dele é selecionar quem fica dentro e quem fica fora, quem precisa mais e quem precisa menos, visto que todo mundo, na realidade, precisa de alguma coisa.

A seleção da miséria, ou a doação para quem mais precisa, também aparece na entrega de marmitas. São em média 150 marmitas por sábado, número evidentemente insuficiente para cobrir a demanda por alimentação da população de rua em São Paulo, ou mesmo somente na Zona Leste da cidade.²⁶ Nesse caso, a seleção apareceu primeiro no momento da oração:

Vamos agradecer a Deus por mais uma semana, as doações que nós tivemos, que Deus abençoe nosso projeto, que Deus nos capacite cada vez mais, que a gente vá até onde Ele nos mandar, que Ele vá mandando novos doadores, novos colaboradores, e mostrando pra nós as pessoas que precisam. Senhor, na rua hoje manda aqueles que realmente estão necessitados (oração gravada em janeiro de 2022).

Sendo a entrega das marmitas uma obra de Deus, da Sua graça, cabe a Ele mostrar no caminho quem mais precisa daquela porção

²⁶ De acordo com dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 2019 a população em situação de rua na cidade era de aproximadamente 24 mil pessoas e 2 mil moradias improvisadas, majoritariamente barracas. A maior parte dessa população concentrava-se nos distritos centrais da cidade. Na área da subprefeitura de Itaquera, na Zona Leste, ficava somente 1,14% da população total (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2019). Ao final de 2021, a população em situação de rua cresceu 31%, e a quantidade de moradias improvisadas aumentou 330% (Albuquerque, 2022).

de comida preparada pelas mulheres na cozinha da igreja. Todavia, essa definição de quem mais precisa ocorre por critérios bem menos espirituais no momento da distribuição: quem já comeu, ou quem já pegou uma marmita de outro doador, precisa menos do que quem ainda não comeu, por exemplo. Esse critério ficou evidente em um sábado no qual, num dos pontos de entrega (um posto de gasolina), estava parado também um outro veículo distribuindo marmitas em embalagens de alumínio. Como de hábito, as pessoas em situação de rua estavam em fila no outro veículo esperando para pegar uma marmita quando a van parou no posto. Muitas pessoas pegaram a primeira marmita e vieram para a fila da van, de modo que pegariam uma segunda marmita. Quando os moradores de rua se aproximavam da van já com a outra marmita nas mãos, eram repreendidos com falas como “você já tem uma”, ou “é melhor deixar para outra pessoa que ainda não tem”. Foi possível mesmo ver que algumas pessoas pegaram a primeira marmita, esconderam no mato do canteiro e só depois vieram pegar a segunda marmita.

Tanto a distribuição de cestas básicas quanto a entrega de marmitas, ambas compreendidas aqui como ações de seleção da miséria, são autogestionadas, pois não necessitam da mediação de instituições tradicionais de assistência social (como o Estado ou ONGs). Além disso, surgem como soluções para, em parte, sanar a ausência de atividades e serviços fundamentais para a reprodução da vida. No atual contexto neoliberal, marcado pelo modo como trabalhadores se veem obrigados a arcar com os custos da própria reprodução (educação, saúde, transporte, entre outros), essas soluções constituem práticas comunitárias que revelam-se como pragmáticas vitalistas, conforme definida por Gago (2015). Tais práticas colocam-se, por um lado, como ações autônomas que borram a fronteira entre vida e trabalho; por outro, conformam uma tradição auto organizativa não centrada ou pautada pelo Estado. Entretanto, apesar de seu modo autogestionado de ser, é importante não atribuir *a priori* um caráter anticapitalista a essas pragmáticas, visto que estas trazem à tona, antes de mais nada, modalidades de recomposição e transformação

da pobreza e do trabalho e as estratégias de sobrevivência que acompanham dita recomposição.

Apesar do agravamento da pobreza com a pandemia e a busca por estratégias para fazer a seleção da miséria nesse novo contexto, essa necessidade não é nova para as associações comunitárias:

Sobretudo a partir da segunda metade da década de 90, em um cenário já marcado pelo encolhimento de recursos públicos e aumento da pobreza, e também da violência, as atividades comunitárias e associações de moradores se transformam em operadores das formas “modernas” de gestão social – gestão da pobreza. (Telles e Cabanes, 2006, p. 83).

No nível da vida cotidiana, a pragmática vitalista conforma-se nas práticas para lidar com as urgências da vida: são arranjos sociais que perpassam diversas formas de trabalho e renda, doações, ações sociais, sujeitos e lugares que evidenciam a diversidade de estratégias necessárias para garantir a manutenção do mínimo para a sobrevivência.

A noção de pragmática vitalista auxilia a diferenciar a *gestão da pobreza*, mencionada na citação anterior, da *seleção da miséria*, termo surgido em campo e que utilizamos aqui para caracterizar as cenas descritas no presente artigo. A primeira, gestão da pobreza, é um conjunto de estratégias de mitigação da pobreza, as quais se realizam através da programação do cotidiano da população que delas se beneficiam. A programação do cotidiano fundamenta-se na mercantilização de todas as relações sociais e momentos da vida cotidiana, fazendo com que o consumo passe a organizar a produção e a sociedade (Lefebvre, 1991). Portanto, a programação do cotidiano insere os sujeitos no mercado, cuja função seria realizar a necessidade de valorização constante e sempre crescente do capital. É a partir de tal constatação que desenhamos a hipótese de que a programação do cotidiano, que ocorre através da inserção de parte da população no mercado, é o conteúdo central da chamada gestão da pobreza. Nessa chave, as políticas de transferência de renda são o maior exemplo de gestão da pobreza, pois colaboram com a participação das famílias beneficiárias no mercado através do consumo, incentivando-o. Desse

modo, a gestão da pobreza ocorre por meio de políticas empregadas pelo Estado, como os já mencionados Auxílio Emergencial, o BPC e mesmo o Bolsa Família/Auxílio Brasil²⁷. Tais políticas são nacionais, ou seja, são planejadas e implementadas em uma escala ampla, e utilizam-se de critérios técnicos²⁸ para definição de público-alvo e valores repassados.

Já a segunda, seleção da miséria, ocorre em uma escala local, portanto diferente e complementar à gestão da pobreza, e depende diretamente do conhecimento e ação de lideranças comunitárias para sua realização. A seleção da miséria carrega um conteúdo moral que gira em torno do binômio necessidade – merecimento (Marins, 2014; 2017; Steensland, 2006) e conta com a presença de julgamentos, fofocas e controles sociais em torno das pessoas selecionadas para receber uma determinada doação²⁹. Marins (2014), abordando o

27 O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003, no início do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Tratava-se de uma política de transferência condicionada de renda, ou seja, da transferência de recursos financeiros para famílias abaixo de uma determinada linha de pobreza, as quais, por receberem o benefício, deveriam comprometer-se a cumprir certas obrigações (as chamadas condicionalidades): presença escolar dos filhos, vacinação e acompanhamento pré-natal de mulheres grávidas. O PBF foi substituído pelo Auxílio Emergencial em abril de 2020, durante a pandemia de Covid-19. No decorrer do segundo semestre do mesmo ano, o governo de Jair Bolsonaro manifestou interesse em renomear o PBF e ampliar a quantidade de beneficiários e o valor transferido, projeto que não seguiu adiante na ocasião. Já em 2021, o Ministério da Economia apresentou ao Congresso o projeto do Auxílio Brasil, uma reformulação do Bolsa Família que não altera os seus princípios, apenas aumenta em 50% o valor e em 15% a quantidade de famílias atingidas.

28 Cabe destacar que tais critérios técnicos possuem um caráter político escondido: o que define a política social é o orçamento público, e não a necessidade da população. O valor da transferência, a quantidade de pessoas beneficiadas, a focalização e as linhas de pobreza são definidos pela parcela do orçamento que o governo está disposto a destinar para as políticas de transferência de renda. Em síntese, os princípios e consequências das políticas sociais são desenhados de cima para baixo: define-se o montante do orçamento e, a partir daí, decidem-se os critérios de inclusão dos beneficiários nas políticas sociais.

29 Marins (2014; 2017) trata da questão do merecimento em sua análise de beneficiários do Bolsa Família, política tratada neste artigo como gestão da pobreza. No entanto, nossa pesquisa de campo demonstra que tal questão aparece também no que denominamos de seleção da miséria e, por isso, consideramos pertinente ampliar a discussão da autora para o nosso recorte de pesquisa.

processo de cadastramento para receber o Bolsa Família, constata um procedimento classificatório moral baseado no julgamento homogeneizante de que o beneficiário da política é “aproveitador”, “vagabundo”, termos utilizados para designar pessoas que, em síntese, não trabalham. A questão do julgamento aparece também no caso da distribuição de cestas básicas no bairro que analisamos:

Eu mesma muitas vezes eu preciso [*de cesta básica*] e eu não peço, eu fico sem comer e não peço! De vergonha! Eu acho que tem muita gente assim igual eu, com vergonha de pedir, e fala, não, fala, não! Porque tem uma amiga minha, a [*diz o nome da amiga*], ela era do movimento ali em cima. Agora ela tá passando por um momento difícil também, né? Aí, ela foi e pediu para a menina, falou assim: “Tem como você me arrumar uma cesta? Que eu tô sem nada em casa!” Aí, disse que a pessoa virou para ela e falou assim: “Não, não vou te dar, você não precisa! Por que você tá aqui?” Eu acho que antes dela dizer se ela precisa ou não, ela tinha que ver. Aí não, já falar: “não vou te dar, que você não precisa!” se não sabe se ela precisa ou não. (entrevista realizada em janeiro de 2022)

A entrevistada é moradora do bairro, tem 44 anos e sete filhos. Vive com a mãe dela, seis filhos e um neto. O filho mais velho é casado e também mora na comunidade, mas em outra casa. Como ela diz, “vive de biquinhos”, nunca teve carteira assinada e perdeu o Bolsa Família quando uma das filhas decidiu abandonar a escola. Recebeu o Auxílio Emergencial, mas depende da doação de cestas básicas para alimentar a família cotidianamente. Essa entrevistada também participa ocasionalmente da preparação de marmitas na igreja, ou seja, é uma pessoa que ao mesmo precisa da ação social da comunidade e participa de uma outra ação como doadora.

Em síntese, argumentamos que a gestão da pobreza e a seleção da miséria são diferentes, porém complementares, e apontam uma contradição própria das políticas e ações sociais: sendo impossível acabar com a pobreza, pois esta é produto da própria reprodução da sociedade capitalista, a questão passa a ser mitigá-la, sendo que a maneira de fazê-lo é inserir a população pobre nas relações de mercado, ampliando a sua capacidade de consumo e, portanto, aumentando as

possibilidades de realização da mais-valia e de valorização do capital – ou seja, ampliando justamente aquilo que produz e reproduz as desigualdades. Ambas são instrumentos da pragmática vitalista, visto que fazem parte da ampla gama de estratégias empregadas na vida cotidiana para garantir a sobrevivência e a reprodução da vida.

**“EU NÃO ACREDITO NESSE DEUS QUE TÁ LÁ
EM CIMA; ACREDITO NESSE DEUS QUE TÁ
AQUI, Ó, NESSAS ATITUDES NOSSAS”**

A cozinha da igreja é utilizada coletivamente pela comunidade para diferentes atividades. Ao final da novena de São Sebastião, por exemplo, o bolo de abacaxi com leite condensado é preparado nessa cozinha para ser abençoado pelo padre durante a missa e distribuído aos fiéis quando termina a celebração do nono dia. Aos sábados, a preparação das marmitas para doação também acontece ali. As mulheres fazem questão de dizer que não recebem nenhuma doação ou dinheiro da igreja para fazer as marmitas. Segundo elas, nem o gás o padre está disposto a pagar.

O envolvimento da igreja é, inclusive, alvo de fofoca no bairro. Uma das doadoras de alimentos mandou o recado de que pretendia deixar de doar, já que elas estavam recebendo ajuda do padre para manter a ação. Essa doadora ameaçou doar os mesmos alimentos para outra pessoa, que distribui cestas básicas. Quando essa fofoca chegou na cozinha, num sábado à tarde em que todos estavam compartilhando a sobra do macarrão com salsicha que não foi para as marmitas, as mulheres ficaram indignadas. Uma delas disse: “Mas são ações diferentes! Cesta e marmita são coisas diferentes! A cesta é doação pras famílias, a gente doa comida. Nosso trabalho é de cozinha social”.

A existência de ações sociais envolvendo cozinhas coletivas é diversa: da experiência bolchevique na União Soviética aos cortiços e ocupações no centro de São Paulo, passando pelas salas de jantar comunitárias nos Estados Unidos no final do século XIX e o café da manhã para crianças organizado pelas mulheres do Partido dos

Panteras Negras, as cozinhas coletivas borram a fronteira entre público e privado, social e doméstico, individual e comunitário.

Identificar esse borrão expõe uma contradição: cozinhar, cuidar, limpar, lavar, são tarefas frequentemente atribuídas às mulheres, realizadas no espaço doméstico e, muitas vezes, sem remuneração, embora sejam parte fundamental do trabalho necessário para a reprodução da sociedade. Desse modo, são tarefas duplamente invisibilizadas, pois, primeiro, ocorrem em espaços privados e, segundo, não são consideradas como trabalho. Uma cozinha coletiva, por ser um lugar de uso comunitário, não restrito à privacidade doméstica, torna visível e compartilhado esse trabalho que era invisível e individual. Nesse sentido, uma cozinha comunitária pode indicar, em potência, um caminho de socialização do trabalho de reprodução social.

Ainda no século XIX, o movimento hoje conhecido como feminismo materialista concentrou-se em explicar a exploração de mulheres com base na sua vida material, para tanto analisando aspectos econômicos e espaciais do lar, do bairro e da cidade, com o intuito de iniciar uma revolução doméstica que levaria ao fim da desigualdade entre homens e mulheres. Esse movimento questionava duas premissas do capitalismo industrial da época: a separação física entre espaço doméstico e espaço público; e a separação econômica entre economia doméstica e economia política. Em síntese, a proposta das feministas materialistas era que as mulheres deveriam criar lares com trabalho doméstico socializado. Em outros termos, o controle das mulheres sobre a esfera do trabalho doméstico significava o controle das mulheres sobre a reprodução social. Hayden (1981) assim define a proposta:

O programa do feminismo materialista era não apenas uma demanda por justiça econômica e social para metade da população. Ele incendiava a imaginação de ativistas porque era também um programa para o controle dos trabalhadores sobre a reprodução social, um programa tão empolgante quanto o ideal de controle dos trabalhadores sobre a produção industrial (Hayden, 1981, p. 6, tradução nossa)

A socialização do trabalho doméstico apontaria, virtualmente, para uma sociedade sem desigualdade de gênero. Para as feministas

materialistas, o caminho para essa sociedade incluiria tanto uma reorganização social quanto o redesenho dos espaços domésticos, dos bairros e das cidades. Nesse sentido, as feministas materialistas estadunidenses de meados do século XIX desenvolveram uma das primeiras análises de tradição socialista da relação entre espaço, economia e reprodução social, indicando, pioneiramente, que o espaço é um produto da sociedade (Hayden, 1981).

No que cabe ao escopo do presente artigo, o feminismo materialista ajuda a entender as relações intrínsecas entre economia e espaço quando tratamos da reprodução social. De acordo com Gago (2020, p. 144), a reprodução social não centra sua análise nas estratégias de acumulação do capital, mas sim em como a reprodução da vida organiza-se *a priori* da acumulação: “a dinâmica da reprodução social fica evidenciada como a condição de possibilidade primeira. Em linguagem filosófica: a reprodução é a condição transcendental da produção”.

Similar à reprodução das relações de produção (Lefebvre, 2002)³⁰, a reprodução social também está escondida no processo de produção – ou, para usar o termo de Gago (2020), Bhattacharya (2013), Federici (2019; 2021), entre outras, a reprodução social é invisibilizada pela interpretação de que basta compreender a esfera estrita da produção de mercadorias para compreender a totalidade da reprodução capitalista. Federici (2019; 2021) argumenta que analisar somente o trabalho assalariado é insuficiente para compreender a totalidade da exploração capitalista, na medida em que grande parte das atividades que dizem respeito à reprodução social – à produção e manutenção da vida dos trabalhadores – ocorre fora do local de trabalho estrito

30 De acordo com Lefebvre (2002), compreender a reprodução como totalidade envolve superar a concepção desta como uma série de processos parciais (reprodução biológica, material, de consumo), de forma a analisar a reprodução das relações de produção. Partindo do pressuposto de que a produção de relações sociais e a produção de mercadorias são processos associados, o autor entende que a reprodução das relações de produção difere tanto da reprodução dos meios de produção (forças produtivas, trabalhadores, instrumentos de trabalho), quanto do simples crescimento da produção. Trata-se de uma passagem da reprodução dos meios de produção (um conceito restrito) para a reprodução das relações de produção (uma noção aberta).

e, portanto, constituem trabalhos não-assalariados que se realizam gratuitamente para o capital (Bhattacharya, 2013; Gago, 2020). Dessa forma, a reprodução social é, além de invisível, obrigatória e em muitos casos, não remunerada. A esfera da reprodução, ou seja, a produção que não se restringe à produção de mercadorias, sempre existiu no modo de produção capitalista, justamente por ser uma condição da produção de valor. Em outras palavras: onde há produção de valor, há reprodução social.

Frente a isso, argumentamos que há um deslocamento em dois sentidos da relação dialética entre produção e reprodução: em um sentido, dialogando com a *produção do espaço* (Lefebvre, 2000), a reprodução se constitui como um salto qualitativo na história do modo de produção capitalista, momento em que a produção de mercadorias deixa de ser o lugar privilegiado da reprodução do capital para tomar o espaço e, assim, produzi-lo. No outro sentido, a reprodução revela-se como sendo o pressuposto da produção de valor, constituindo-se portanto na esfera própria da *produção da vida* abordada por Carlos (2001; 2011; 2020).

A reprodução social, portanto dialeticamente relacionada à produção (da vida, em seu sentido amplo; e de mercadorias, em seu sentido estrito) revela seu conteúdo espacial nesse duplo deslocamento teórico que amplia a própria noção de produção. Além disso, amplia também as noções de trabalho e de classe trabalhadora, visto que passa a incluir as atividades que não se restringem à produção de mercadorias e que respeitam a forma clássica do assalariamento. Essa ampliação inclui, assim, o trabalho reprodutivo.

Mais além da concepção fordista, a ampliação que permite compreender a reprodução social também como trabalho altera a paisagem das relações produtivas no atual momento do capitalismo. Gago (2015) denomina essa nova paisagem de microeconomia proletária, marcada pelo não-assalariamento formal e pelo impulso capitalista de articular-se de modo flexível com práticas e redes que historicamente dizem respeito ao trabalho não-assalariado e mesmo não-pago. A microeconomia proletária constitui, assim, mais uma zona de fronteira, mais um borrão: “Enfim, são as zonas fronteiriças

que povoam esta economia que revelam a pluralidade de formas laborais e destacam as próprias fronteiras do que chamamos trabalho” (Gago, 2015, p. 46, tradução nossa). A microeconomia proletária indica a existência de mais uma frente de reprodução do próprio capital, flexível e adaptável para outras relações de trabalho. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo não é excluído, alheio ou mesmo marginal ao conjunto da reprodução capitalista: está dialeticamente inserido nessa totalidade, porém de modo periférico e invisibilizado.

A socialização do trabalho reprodutivo, proposta do feminismo materialista no século XIX e do feminismo bolchevique no início do século XX, seria uma estratégia para tornar esse trabalho visível e controlado pelos próprios trabalhadores – ou trabalhadoras, no caso.

Entretanto, nem todas as experiências de cozinhas coletivas virtualmente indicam a socialização do trabalho doméstico como uma utopia de transformação social. Por exemplo, em cidades como Boston, Nova York e Chicago, no final do século XIX, cozinhas públicas funcionaram servindo três refeições por dia para operários das indústrias locais e suas famílias a preços acessíveis para a classe trabalhadora da época. Essas cozinhas eram parte de ações filantrópicas que, junto com o preparo da comida, supostamente ensinavam a classe trabalhadora sobre padrões de higiene e modos ‘corretos’ de vida. Nesses casos, não eram cozinhas organizadas e geridas *pelos* trabalhadores, mas sim *para* os trabalhadores. Tais experiências filantrópicas gozaram de um sucesso curto, visto que os trabalhadores homens não se mostraram dispostos a pagar pelo trabalho que suas mulheres realizavam até então de graça na privacidade do lar (Hayden, 1981).

O caso da cozinha da igreja onde se preparam semanalmente as marmitas, assim como essas cozinhas públicas mencionadas, é uma experiência de cozinha coletiva que não aponta para caminhos ou possibilidades de transformação social. Em outros termos, é uma transgressão, e não uma resistência. Ribeiro (2010) define a primeira, transgressão, como o conjunto de aspectos reveladores de um movimento tendencial que, entretanto, não são suficientes para uma transformação radical das relações; e a segunda, resistência, como

uma ação que contém estratégias inseridas em um projeto político e social de mudança. Para a autora,

(...) em uma metrópole como São Paulo, centro de poder econômico, e que no início do século XXI continua a representar a cidade eleita para o circuito mundial, a resistência e a transgressão são condições necessárias para a sobrevivência dos trabalhadores, produzindo organizações que não estão pautadas pelo assistencialismo, ou ainda, pelo clientelismo. (Ribeiro, 2010, p. 9)

As doações analisadas neste artigo (marmitas e cestas básicas) revelam justamente esse aspecto de organização própria dos trabalhadores como uma condição para a sua sobrevivência. Portanto, são ações restritas à pragmática vitalista, à transgressão. Cabe ressaltar que, apesar de tudo, estas são fundamentais para a manutenção da vida: sem elas, a fome seria maior e a pobreza mais avassaladora. As atitudes que fazem as mulheres acreditarem em Deus, não o que está lá em cima, mas o que reside na cozinha social, nas marmitas, nas cestas básicas, podem não indicar utopia, mas certamente lidam com as urgências da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F.. SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo. Agência Brasil. 24 jan. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3u3NOgN>>. Acesso em 17 mar. 2022.
- BHATTACHARYA, T. What is Social Reproduction Theory? Socialist Worker, set. 2013.
- CARLOS, A.F.A. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A.F.A. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A.F.A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, 2020, p. 349-369.
- CAVALLERO, L., GAGO, V. Una lectura feminista de la deuda. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.
- CHENA. P.I. La economía popular y sus relaciones determinantes.

- Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Cs. Sociales, n. 53, 2018, p. 1-24.
- FEDERICI, S. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, S. O ponto zero da revolução. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- GAGO, V. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.
- GAGO, V. La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón y Traficantes de Sueños, 2015.
- HAYDEN, D. The grand domestic revolution: A history of feminist designs for American homes, neighborhoods, and cities. Cambridge: The MIT Press, 1981.
- LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. La survie du capitalisme. La reproduction des rapports de production. Paris: Anthropos, 2002.
- MARINS, M.T.A. Bolsa Família: questões de gênero e moralidades. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.
- MARINS, M.T.A. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2014, p. 543-562.
- RIBEIRO, F.V. A produção do lugar na periferia da metrópole paulistana. São Paulo: FFCLH, 2010, 230p.
- ROIG, A.. Financiarización y derechos de los trabajadores de la economía popular. Documento do programa Desigualdade e Democracia. Fundação Heinrich Böll, 2014.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Pesquisa censitária da população em situação de rua. São Paulo – SP. 2019. Disponível em: < <https://bit.ly/3u3a1AF>>. Acesso em 17 mar. 2022
- STEENSLAND, B. Cultural categories and the American Welfare State: the case of guaranteed income policy. American Journal of Sociology, v. 111, n. 5, 2006, p. 1273-1326.
- TELLES, V. S.; CABANES, R. (org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

URBANISMO AUTORITÁRIO, AUSTERO E MILITARIZADO COMO GOVERNAMENTALIDADE DE CIDADES E TERRITÓRIOS EM COLAPSO: NOTAS DE PESQUISA EM ANDAMENTO

André Dal'Bó da Costa

ENUNCIADO PARA O PROBLEMA: PARTINDO DA PESQUISA ANTERIOR; NOVOS E RECENTES GOVERNOS AUTORITÁRIOS EM ESCALA GLOBAL; MILITARIZAÇÃO DO COTIDIANO; URBANISMO AUSTERO E MILITARIZADO COMO PRÁTICA DE GOVERNO; PARA ALÉM DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL UMA GOVERNAMENTALIDADE AUTORITÁRIA E VIOLENTA DO COLAPSO?

Os conflitos violentos decorrentes das resistências e lutas sociais pela permanência de parte da população brasileira nas cidades e nos territórios de origem constituem-se não somente como elementos fundamentais da formação das cidades, territórios e sociedade nacional – uma constante desde o extermínio dos povos originários, como ato fundador do Brasil, até o presente contexto de extermínio e encarceramento da população pobre e periférica –, mas também como eventos de grande relevância para maior compreensão das mudanças recentes na produção do espaço, nas cidades e na sociedade, notadamente marcadas pelo aumento do uso da violência como prática de governo.

Os casos de conflitos urbanos relacionados à luta por moradia, investigados durante minhas pesquisas precedentes, de mestrado (2010-2013) e doutorado (2014-2019), sob o enquadramento teórico

da *produção neoliberal do espaço*, revelaram, através de metodologia de reconstituição analítica e descritiva do cotidiano de luta pela permanência no local moradia, parte relevante das características da produção do espaço nas cidades brasileiras, decorrentes da generalização da *racionalidade neoliberal* como elemento fundamental de coesão social, observada de forma privilegiada sob a latência do conflito entre diferentes atores, práticas, discursos e campos de legitimidade.

No presente momento de pesquisa, agora no âmbito de um projeto de pós-doutoramento, tenho buscado novos enquadramentos possíveis que considerem, sobretudo, as recentes práticas violentas de organização do espaço, visando com isso alguma atualização para o problema dos conflitos pela permanência nas cidades e territórios – e da produção do espaço – no presente contexto de mutação violenta do neoliberalismo. Tal mudança pode ser constatada com a disseminação global de governos de características populistas e autoritárias, que vem se utilizando de um renovado conjunto de práticas e dispositivos capazes de aliar a militarização do cotidiano, a securitização e a austeridade urbanística como bases para gestão das cidades, territórios e populações, conformando, em hipótese, um renovado *urbanismo austero, militar e autoritário*, capaz de conduzir sociedades inseridas no colapso do horizonte normativo moderno dos direitos sociais.

Para tanto, parte-se da perspectiva, e condição inicial para enunciado do problema de pesquisa, da presente e generalizada crise global dos regimes de legitimidade relacionados à sociabilidade solidária e à justiça social, como expressão decorrente de recentes e profundas mudanças nas sociedades e cidades determinadas sob a metamorfose violenta do neoliberalismo.

Acredita-se que tal situação pode ser observada, desde sua especificidade local, em diversos aspectos do cotidiano das cidades e territórios brasileiros – inclusive em meio aos conflitos sociais relacionados à luta pela permanência nos locais habitados e territórios de origem –, apontando para um estágio já avançado de esgotamento e colapso dos modelos de *bem estar social*, tal como foram estruturados, não só durante o curso histórico da modernidade, mas também no

sentido amplo da vida pública e política nas sociedades ocidentais – ao menos enquanto horizonte de expectativa e projeto futuro capazes de mobilizar os horizontes de resistência e mudança.

Tal referência moderna de legitimidade teria exercido ampla mediação e regulação nos conflitos inerentes e situados entre os extremos das liberdades do mercado capitalista e da garantia dos direitos básicos, ao menos até meados do século XX, no período pós-guerra, enquanto se consolidava diversos dos tratados internacionais que em grande medida subordinaram – pelo menos enquanto tratados normativos ou mesmo manifestos –, a ordem econômica à justiça social (SUPIOT, 2010). A derrocada destes referenciais de justiça social, bem como a redução generalizada do acesso aos direitos básicos por intermédio do Estado e sua administração, a implosão do trabalho como elemento estruturante da vida social, com sua gradual substituição por intermédio das relações privadas, no entanto, não são eventos novos. Muito pelo contrário, tal inflexão data, pelo menos, da década de 1970, a partir de quando diversos governos de estados ocidentais ampliaram as agendas de austeridade e redução dos direitos sociais básicos, à medida que avançavam as mediações do mercado sobre as instâncias da vida social.

Este amplo movimento mundial, que poderia ser classificado genericamente como *neoliberal*, acumula ao menos meio século desde sua última grande inflexão quando visto a partir das práticas de governo do espaço e suas populações. Dada sua maturidade, este estaria profundamente inserido no tecido social, conduzindo as sociedades através de uma nova *governamentalidade* (FOUCAULT, 2004), estabelecendo seu triunfo com base em uma nova e generalizada *racionalidade política* não restrita apenas às mediações econômicas, mas capaz de produzir subjetividades e mediar todos os aspectos da vida sob as condicionantes do empresariamento e da competitividade (DARDOT & LAVAL, 2009). Ressalta-se que a forma empresa e a competitividade triunfaram sobre o social e a solidariedade, moldando subjetividades e amplamente as relações em todo o tecido social.

Um tal enquadramento de situação nos forneceria parâmetros para melhor compreendermos, inclusive, grande parte dos limites e

dos fracassos do recente ensaio brasileiro pela ampliação dos direitos sociais, ocorrido durante parte do período da Nova República. No Brasil, teríamos vivido um ciclo tardio de reformas pela redução das desigualdades e ampliação do acesso aos direitos sociais elementares, frente a uma enorme e persistente desigualdade social ainda fortemente vinculada à herança da escravidão e dos passivos coloniais característicos do hemisfério sul, ao mesmo tempo arcaica e moderna, (OLIVEIRA, 2003), enquanto já pulsava com plenitude a força social das mediações neoliberais em toda a sociedade, inclusive determinando as próprias políticas públicas conduzidas por governos pretensamente progressistas, mas na prática igualmente ou até mais neoliberais.

Tal sobreposição de períodos, de um lado a expectativa de ampliação dos direitos, e do outro, o avanço e a consolidação das práticas competitivas através da governamentalidade neoliberal, explicariam a impossibilidade, e inclusive parte do fracasso, do projeto tardio por uma *sociedade democrática de direitos* brasileira. Em poucas palavras, os governos brasileiros ocorridos entre os anos de 1995 e 2015, teriam sobretudo realizado um grande agenciamento neoliberal das emergências e das urgências sociais, criando diversos programas e políticas públicas que terminam por atuar como uma potente rede e dispositivo de governo das emergências (OLIVEIRA & RIZEK 2007; RIZEK 2013 e 2017) sem, no entanto, produzirem mudanças reais e duradouras nas sociedades e nas suas cidades para ampliação do *bem estar social* coletivo.

Feitas tais brevíssimas considerações, um passo adiante, estaríamos no presente vivenciando o momento seguinte ao ciclo mundial daquilo que se convencionou nomear genericamente como *neoliberalismo democrático*, nas suas diferentes formas e ocorrências (MIROWSKI, PLEHWE & SLOBODIAN, 2020), ou *neoliberalismo progressista* (FRASER, 2013), mesmo quando na fórmula gestada pelas esquerdas neoliberais (DARDOT & LAVAL, 2009, p. 316). Finada a possibilidade do horizonte de plenos direitos pela mediação da administração do Estado, frente ao iminente colapso ambiental anunciado, a crise estrutural do desemprego e com o aumento gradativo do número de humanos supérfluos ao

sistema de acumulação em todo o mundo – um crescente número de desempregados, migrantes, sem tetos, sem terras, população carcerária, entre outros –, em um planeta que rumo velozmente para a catástrofe ambiental e urbana sem perspectivas reais de alternativa (até o momento), estaríamos agora vivenciando um novo período caracterizado pela guerra civil contínua, pela intensificação da violência como forma de governo, o por um estado de exceção permanente apoiado na militarização do cotidiano como forma de gestão do colapso social e ambiental em escala global (ARANTES, 2014). Desse ponto da história, com o esgotamento da possibilidade de retorno aos horizontes modernos da justiça social, tanto os espectros políticos à esquerda quanto à direita seriam igualmente capazes de realizar apenas programas de adiamento do colapso social e ambiental, gestando – como parte necessária desse movimento –, uma nova governamentalidade espacial para gestão das cidades, territórios e suas populações, delimitando – em hipótese –, um renovado *urbanismo austero, militar e autoritário*, capaz de conduzir sociedades inseridas no colapso do horizonte normativo dos direitos sociais.

Tal consideração-enunciado inicial, que constata uma inegável guinada autoritária e violenta, poderia ainda ser reforçado, se observados alguns dos últimos gestores das democracias representativas em todo o mundo³¹, ponto que delimita o início de um novo ciclo de governos conjuntamente neoliberais, autoritários, populistas e mais violentos, trazendo à cena mais uma componente da aceleração da desconstrução e do deslocamento do horizonte normativo dos direitos sociais tal como concebidos na modernidade. Para que seja possível a efetivação deste movimento de desconstrução, deslocamento, e desmodernização, tais governos vêm se apoiando na gestão e controle cada vez mais violento da população, baseadas na

31 As declarações públicas nos últimos anos foram substancialmente ampliadas à sua margem direita. Das gestões Trump, Bolsonaro, Orban e seus semelhantes, restará a pesada herança de um novo ciclo de normalização do etnocídio, do ecocídio, do racismo, da xenofobia e da militarização do cotidiano.

maior vigilância e militarização do cotidiano, incluída a necessidade do bloqueio ou mesmo de eliminação da população considerada supérflua à coesão mínima do sistema de acumulação.

Em termos gerais, como parte dos fatores recentes que compõem este ciclo de novos governos neoliberais e autoritários e suas novas práticas, observa-se em solo brasileiro – assim como em diversos outros países governados pela mesma onda –, alguns fatores reincidentes, dentre os quais poderíamos destacar como panorama geral de atenção as seguintes características: a ampliação e a renovação das formas de controle, isolamento e eliminação das populações excedentes, através do aumento do encarceramento e da letalidade policial; o aperfeiçoamento das tecnologias e métodos para eficiência e letalidade policial; a ampliação do controle de fronteiras internacionais e internas para contenção dos movimentos de migração; a maior e mais violenta repressão aos protestos de rua; a ampliação dos grupos classificados como inimigos ou perigosos ao público; a ampliação dos lugares, ruas e bairros classificados como perigosos para gestão diferenciada do espaço; o exponencial uso de tecnologias de vigilância por linguagem de programação autônoma; a difusão dos discursos pelas chamadas cidades inteligentes; a banalização – ainda maior – da violência em todos aspectos da vida, incluindo o incentivo ao armamento da população, muitas vezes defendida abertamente pelos chefes de Estado; os métodos de controle espacial através dos zoneamentos de securitização; os planos de governo e gestão baseados em indicadores e inteligência artificial com componente espacial; das gestões automatizada do espaço urbano por programação autônoma, e também, finalmente, através da permanente expulsão das populações tradicionais e/ou mais pobres, e/ou sem renda, de seus territórios originários e de residência, seja no meio rural seja nos centros urbanos dotados de melhores infraestruturas, serviços e possibilidade de emprego.

Tomando tal quadro geral de eventos e práticas recentes como sinais do tempo presente e pilares das novas formas de governo, poderíamos sustentar inicialmente – como hipótese de trabalho e pesquisa –, que, já um passo além das muito difundidas e consolidadas agendas de políticas

públicas para gestão neoliberal da vida, que dominaram o expediente ocidental após a década de 1970, inclusive o Brasil da nova república, como forma de garantia da gestão das urgências sociais, estaríamos agora vivenciando a conformação do predomínio de governos apoiados naquilo que poderíamos chamar de um novo *urbanismo austero e autoritário*, que guarda ainda as características fundamentais de uma governamentalidade neoliberal, tal como apresentadas por Michel Foucault (2004) e mais a frente como *razão mundo*, por Pierre Dardot e Christian Laval (2009), para governo e auto regulação das populações, agora ampliadas através das mediações violentas em vista da necessidade de operar cidades e territórios cada vez mais destituídos da dimensão da solidariedade e dos direitos sociais, e por isso libertos do projeto normativo moderno da equidade social mínima.

Trata-se, portanto, de investigar um novo cenário de gestão do colapso social, posterior (mas ainda sobreposto) ao momento anterior de generalização da gestão neoliberal do espaço e das cidades, buscando identificar novas práticas de controle e vigilância da vida cotidiana fundamentalmente violentas e militarizadas.

MILITARIZAÇÃO DAS CIDADES E TERRITÓRIOS

A discussão sobre a militarização e a violência como práticas de governo das cidades não é nova. O tema esteve presente constantemente nas discussões dos Estudos Urbanos, do Planejamento Urbano e Urbanismo, não somente no Brasil, mas em grande parte do debate global desde pelo menos a virada do século. No nosso caso, dada a centralidade da violência na formação da sociedade brasileira, e de sua presença cotidiana nos grandes centros urbanos, torna-se tema inevitável e de grande relevância para qualquer esforço de compreensão da realidade.

No contexto brasileiro recente a violência militar tomada como recurso de gestão do espaço ganhou nova importância, desde, pelo menos, o desenvolvimento das práticas de controle do exército brasileiro aprendidas na Missão das Nações Unidas para a

Estabilização no Haiti (MINUSTHA), posteriormente inseridas nas campanhas de pacificação urbana, tal como as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) do Rio de Janeiro. A militarização do cotidiano figura, portanto, como elemento central para compreensão do urbano e dos territórios controlados. Isso não quer dizer que antes a polícia, ressalte-se, majoritariamente militar, não oferecesse ao Estado um dos pilares essenciais de gestão da cidade, através de sua constante atuação violenta e seu poder de letalidade estatal, gerando os altíssimos índices de mortes violentas em tendência crescente ao longo das duas primeiras décadas do século XX (HIRATA et al., 2021) e gerindo o modelo de penalização da pobreza como estratégia punitiva do Estado (WACQUANT, 2008). É somente após este período de aprendizado na “guerra externa” na liderança da Missão de Paz da ONU, no entanto, que tais práticas parecem elevar-se às características definitivas da política pública de gestão espacial planejada e sistêmica, que será posteriormente utilizada para controle dos territórios, se aproximando muito daquilo que podemos compreender como *urbanismo militar*, ou ainda como *planejamento urbano militarizado*. (GRAHAM, 2016; WEIZMANN, 2017).

Tais práticas militarizadas de controle da vida urbana, no entanto, apesar do importante ponto de virada na guerra exterior, no caso brasileiro, decorrem de um gradual processo de acúmulo de práticas e uso de dispositivos, mais ou menos violentos, cotidianamente aplicados e aperfeiçoados, em teste constante nos laboratórios do conflito urbano. Eyal Waizmann, em *Hollow Land* (2017, p. 16), partindo do evento aparentemente simples de instalação de uma nova torre de celular, nos apresenta que a militarização da vida, no caso do conflito Israel-Palestina, é composta gradualmente por instrumentos de controle revelados no cotidiano, às vezes aparentemente inofensivos e banais, mas portadores de fundamentais significados histórico e político. Nesse aspecto, o desenho, os materiais, o revestimento e as coberturas das construções residenciais, os esquemas de iluminação pública, o desenho de novos assentamentos, o traçado de suas vias, os mecanismos espaciais de controle de circulação da população e as

técnicas de mapeamento e observação da população, todos portam consigo um componente capaz de compor o sistema de militarização da vida, que finalmente resultarão no avançadíssimo aparato político-tecnológico do estado de Israel para vigilância, controle e extermínio da população palestina indesejada.

Diferente das lições apreendidas no caso do massacre palestino pelo Estado de Israel, agora no âmbito do controle da população civil interna a um mesmo território nação, ao descrever a emergência de uma nova onda de controle militarizado nos Estados Unidos, na virada do século XXI, Stephen Graham comenta um essencial vínculo entre um “antiurbanismo radicalizado de direita e uma nova doutrina militar” para controle das cidades diretamente relacionada a redução dos serviços públicos e a crise estrutural do desemprego resultantes do “predomínio de modelos neoliberais de administração” das cidades nas últimas três décadas (2017, p. 52 e p. 80).

Diferem, portanto, *grosso modo*, nestas duas referências, o público alvo do aparato de controle, bem como a genealogia das técnicas que darão origem a tais práticas de governo. No caso de Israel a população alvo é o palestino-estrangeiro-terrorista, nos Estados Unidos, ainda que este seja o principal país executor de guerras entre diferentes estados nação na história moderna, são os próprios cidadãos norte americanos em grande medida desassistidos pelas políticas sociais incluídos também como alvo. Para o caso brasileiro, como visto anteriormente, será fundamental o aprendizado da guerra externa no controle do espaço urbano interno, borrando os domínios, ou ainda, criando e legitimando um intervalo de classificação de “brasileiros estrangeiros” combatíveis em seu próprio território.

Mais evidente nos grandes centros urbanos, por ser o elemento necessário ao controle dos distúrbios sociais no cotidiano de populações adensadas, tais práticas de gestão violenta planejada estão presentes em todo o restante do território, mesmo naqueles não habitados, como é o caso das áreas de fronteira da exploração extrativista e do agronegócio, no Brasileiro e na América Latina (ARAOZ, 2020).

Nesse aspecto, no Brasil um outro conjunto de práticas violentas vem sendo intensamente empregado, também fora dos centros urbanos, e em novo contexto desde 2018: no combate aberto do atual governo aos remanescentes florestais e aos Territórios Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos Rurais consolidados; fornecendo anuência e incentivando o desmatamento dos remanescentes florestais, através desde a não fiscalização das reservas legais e do desmonte dos órgãos de fiscalização, até o grotesco incentivo aberto ao uso do fogo; apoiando a entrada do garimpo ilegal ou mesmo da mineração legal em áreas ambientalmente frágeis; apoiando a extração de madeira ilegal, a abertura de novas pastagens e terra cultivável ao agronegócio, entre outros ataques constantes e graduais, seja no cotidiano mais imediato seja nas práticas institucionais e normativa, com afrouxamento e suspensão de legislações. Como parte do mesmo processo, assumem nova centralidade como alvo do combate, amplamente, os movimentos sociais organizados nos territórios urbanos e rurais.

A ÚLTIMA METAMORFOSE NEOLIBERAL: NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA

A última transformação do neoliberalismo vista como expressão autoritária e violenta não deve ser confundida com um retorno ao fascismo histórico, tampouco como renovação do fascismo no presente, ambas variações de interpretação muito difundidas no último período de expansão dos governos autoritários e violentos. A mudança também não deve ser confundida com as formas históricas do autoritarismo que precedem o surgimento do nazismo na Alemanha, tampouco com o próprio nazismo, por mais que sejam constantes no presente os eventos polêmicos e criminosos de defesa aberta da violência, do autoritarismo, e até mesmo do nazismo.

Tomando os exemplos dos governos Trump (2017-2021) e Bolsonaro (2019-presente) é possível encontrarmos inúmeras semelhanças com as formas autoritárias do passado, principalmente

do fascismo, tais como as paixões mobilizadoras de pertencimento nacionalista e o culto ao líder; a assimilação de uma parte da população ao grupo dos escolhidos e o conseqüente combate aberto às minorias mais fracas; a xenofobia; o racismo; o desprezo pelos inferiores; o combate à ciência; entre outros. Mas não é somente nas práticas de governo que encontramos tais características. Em grande parte do mundo ocidental é possível localizarmos infundáveis e crescentes eventos de defesa de diferentes grupos sociais e gestores públicos às práticas violentas, autoritárias, ao armamento da população civil e até mesmo a defesa pública do nazismo. Desde declarações abertamente favoráveis à existência de partidos e organizações nazistas, justificadas na maior parte das vezes como hipotética “defesa da liberdade de expressão”, como o ocorrido recentemente em fala proferida por um deputado federal, durante entrevista em um podcast³² de grande audiência no Brasil, em fevereiro de 2022, até as expressões neonazistas na Suécia – antes referência consolidada da social-democracia. Entre muitos outros eventos e declarações, o fato é que tais defesas autoritárias, com características fascistas e mesmo nazistas vem ganhando força e ampliando seu espaço, desde pelo menos 2018, moldando inclusive parte dos partidos políticos de extrema direita e seu eleitorado.

Por outro lado, nestes mesmos governos, restam diferenças que fogem da simples semelhança à formas autoritárias do passado, tais como, a inexistência do partido único; a possibilidade de organizar oposição; e a não hierarquização da população civil em dedicação ao Estado (DARDOT et al., 2021, p. 286). Soma-se a isso, o fato de que ambos os governos de Trump e Bolsonaro, defenderam a austeridade e a privatização de empresas nacionais e dos serviços públicos; a

32 PODCAST: Flow [Locução de]: Bruno Aiub e Igor Coelho. Entrevistados Kim Patroca Kataguiri e Tabata Claudia Amaral de Pontes. Edição nº545. Episódio Indisponível. Ver mais sobre em: Ribeiro T. Monark é desligado do podcast Flow após defender partido nazista. Folha de São Paulo, São Paulo 08/02/2022. FolhaJUS. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/podcast-flow-pede-desculpas-e-monark-e-afastado-apos-fala-sobre-nazismo.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 31/03/2022.

desregulamentação financeira; a isenção fiscal dos mais ricos; a brutal redução do orçamento público destinado aos programas de proteção social; e, principalmente no caso brasileiro, o desmonte do ensino público e do financiamento à ciência; a privatização dos serviços e infraestruturas públicas, a privatização – ou mesmo a grilagem – de terras públicas; e a larga ampliação dos crimes ambientais em favor do agronegócio e das atividades extrativistas legais ou ilegais, implicando em um novo ciclo de ecocídio e extermínio indígena.

Portanto, ainda que as últimas mudanças do neoliberalismo não possam ser reduzidas ao retorno e repetição do passado e nem a mudança puramente histórica (MIROWSKI, PLEHWE & SLOBODIAN, 2020), a maior parte do debate sobre as possíveis renovações do neoliberalismo tende a orbitar em torno de seu traço autoritário, terminando por limitar-se às relações diretas com as formas precedentes do autoritarismo de Estado. Esta é a questão que guiou o debate que resulta no livro “A escolha da Guerra Civil”, – afinal de contas, se ainda estamos vivendo sob o neoliberalismo e se este enquadramento ainda é pertinente para compreensão do mundo: “qual é a verdadeira novidade do neoliberalismo com relação a seus antecedentes históricos”? (DARDOT et al., 2021, p. 283)

Uma das diferenças elementares entre tais formas “é o lugar da política com relação aos interesses econômicos” (DARDOT et al., 2021, p. 288). Ainda que a economia seja o campo determinante de todas as etapas do neoliberalismo, e que o Estado se conforme como principal agente da economia mobilizando-a continuamente, é a política que se coloca à disposição, e se molda a partir dos interesses econômicos das classes dominantes, transformando todas as instituições e instâncias de funcionamento de Estado. Aí reside, apontam os autores, uma diferença essencial do neoliberalismo presente: não se trata de produzir um homem novo, ou um povo disciplinado e hierarquizado à serviço da nação no campo do domínio público, o que confirmaria uma comunidade coesa e governável pela sua semelhança e ordem necessariamente legitimada como traço coletivo e comunitário, como nas formas históricas autoritárias precedentes do fascismo e do nazismo, mas sim de exaltar o “indivíduo” em sua hipotética particularidade e liberdade

de escolha, no campo privado, capazes do livre arbítrio e da capacidade de empreender a própria vida como um unidade fundamentalmente econômica, competitiva e, portanto, sob o domínio econômico. É antes portanto a política a serviço e sob domínio da economia.

Afastada a assimilação imediata da atual fase autoritária às formas históricas precedentes do nazismo e do fascismo, resta posicionarmos e qualificarmos o elemento violento como prática de governo no presente. Tal elemento violento, também não é novidade apesar de sua reconfiguração, sobretudo no Brasil, um país fundado e mantido sob a constante violência, que mantém anualmente ao longo das últimas décadas, números de mortes violentas somente registradas em países declaradamente em guerra.

Ainda, em diálogo com os autores do livro “A Escolha da Guerra Civil”, parece pertinente destacar, em síntese, a leitura do neoliberalismo como força historicamente capaz de produzir “uma mediação de guerra civil” contra todos os modos de vida e organizações sociais que façam oposição ao projeto de imperativo regime de competição e acumulação – aquele mesmo princípio econômico e privado destacado a pouco –, forma esta constituída, ao longo da história, como nos momentos de oposição direta ao socialismo, ao comunismo, ao sindicalismo, ao reformismo social, e mais recentemente contra todo e qualquer movimento que defenda a solidariedade, maior igualdade social e os direitos sociais garantidos e geridos pelo Estado.

Para os autores, este seria inclusive o grande motivo e a decisão inaugural do neoliberalismo, “uma oposição de princípio violento”, já na sua primeira gênese, no início do século XX, conforme também demonstraram anteriormente Dardot e Laval (2009), ainda que de maneira preliminar. Tal gênese, posterior à revolução bolchevique, teria nascido como reação e proposta doutrinária durante o Colóquio Walter Lippmann, em 1938, como oposição total à possibilidade da construção de sociedades menos desiguais. Neste processo histórico, seria, portanto, o neoliberalismo, também, um nome a ser dado ao constante combate contra os projetos de sociedade mais igualitária e a favor do imperativo da liberdade econômica para concorrência, mesmo que tal oposição demande a violência do Estado e no limite

a guerra. Nessa chave de compreensão, portanto, o neoliberalismo é para os autores (DARDOT et al., 2021) uma estratégia de guerra contra a igualdade, ou ainda, uma *governamentalidade de guerra* contra a igualdade e pela plena concorrência dos atores econômicos. É a guerra civil, portanto, uma métrica inevitável de leitura do mundo presente.

Ainda para os autores, nomear tal forma de governo como guerra civil não seria uma extrapolação, tampouco exagero discursivo que tenta chamar atenção para o momento presente. Trata-se mesmo de uma guerra civil, é o que comprova o uso da força estatal quando se trata de reprimir ou controlar a população pobre das periferias brasileiras, ou qualquer tipo de organização da sociedade que vise a resistência, a ampliação da distribuição de direitos ou a redução das desigualdades. Em solo brasileiro, e em nossas metrópoles, o cotidiano de exponencial aumento da letalidade policial ao longo das últimas duas décadas, ilustra e dá condição para sustentação de tal argumento. Tal crescimento da gestão violenta, no entanto, ocorre hoje não só no Brasil, mas em praticamente todo o mundo, inclusive nos centros econômicos do hemisfério norte. Somado a isso, cada vez mais os dispositivos jurídicos, policiais e tecnológicos – que são próprios e originários dos momentos de guerra, seja civil, seja entre Estados-nação – tomam uso corrente no cotidiano das cidades com caráter de gestão ordinária da ordem pública e da vida cotidiana. Talvez aqui as metrópoles sejam cenários e dimensão mais efetivos para elaboração e observação destas mudanças presentes. Nestes centros urbanos, a população que reivindica uma outra ordem passa a ser também alvejada como alvo inimigo da sociedade e do Estado, no entanto, o real motivo deste combate não é a defesa e a proteção do bem-estar da sociedade, mas sim o alvejamento de parte dela (WEBER, 2005; ARANTES, 2019), em função do fundamentalismo da ordem concorrencial.

No Brasil de hoje temos como amplo exemplo de tal gestão violenta, o governo do Estado Federal exercendo um conjunto de práticas abertas que caracterizariam uma espécie de guerra total contra os direitos sociais e as instituições da sociedade não alinhadas ao modelo neoliberal de pilhagem generalizada. Diversos campos da política pública são incorporados por este modo de gestão violenta:

o meio ambiente, o mercado do trabalho regulado, o sistema de aposentadoria, os gastos públicos voltados aos direitos sociais (teto dos gastos), a universidade pública, entre outros.

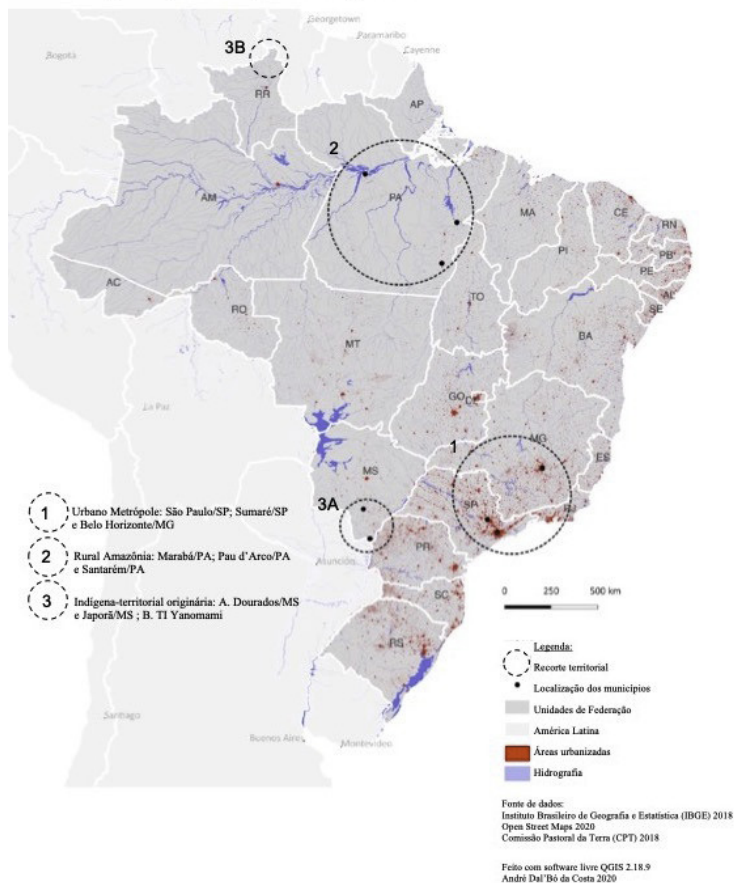
Ainda segundo Dardot et al. (2021), é preciso ressaltar dois fatores deste momento presente: o primeiro, a oposição deliberada entre o Estado e alguns setores-chaves da população que se opõem à lógica neoliberal, porém realizado e operado através do apoio de uma parte da população civil, quer dizer, trata-se de uma guerra motivada por uma divisão interna produzida na sociedade, criando um campo de apoio popular para tais modos de governo; e, o segundo fator, que é vinculado ao primeiro, a estratégica criação de oposição entre duas frações da população. Para tanto é corrente mobilizar a defesa dos valores do passado, ou da família, e se opor aos esquerdistas, aos vagabundos, aos comunistas, aos invasores de terra, enfim, sugerir e conduzir uma ampla oposição às minorias, todos estes grupos tomados conjuntamente como inimigos internos que freiam o progresso. Ambas as criações orbitam em torno de um imaginário securitário que colocariam estas ameaças como afrontas à segurança da “outra” fração da população honesta, trabalhadora e de bem, e, portanto, passível de combate legítimo pela força do Estado.

RECENTES CONFLITOS NO BRASIL

Como forma de expandir o repertório dos conflitos analisados, bem como o arquivo de pesquisa composto ao longo dos últimos dez anos (DAL’BÓ da COSTA, 2013 e 2019), para além da dimensão *urbano-metropolitana* explorada nas pesquisas precedentes através dos conflitos de luta por moradia, foram incluídos mais dois novos recortes/escalas – preliminarmente denominados como *Amazônia-rural-ambiental* e *Indígena-territorial* – visando ampliar a diversidade de conflitos territoriais do Brasil atual para identificação de novas práticas de governo em suas especificidades.

Para tanto tenho observado o seguinte conjunto de conflitos em três dimensões: (1) *Urbano-metropolitano*, incluídos os desdobramentos dos casos das ocupações Izidora (Belo Horizonte/

Figura 1: Mapa da localização dos recortes para análise



MG), Nova Palestina (São Paulo/SP), e Vila Soma (Sumaré/SP), todos eles situados em regiões metropolitanas da região Sudeste; (2) *Amazônia-rural-ambiental*, inclusos os conflitos de terra ocorridos recentemente nos municípios de Pau d'Arco, Marabá e Santarém, no estado do Pará, inseridos num perímetro de consolida o atividade minerária e pecuária com a presença de terras indígenas regularizadas, além de assentamentos rurais em diversos estágios de consolida o; e (3) *Indígena-territorial originária* nos municípios de Dourados e Japor , no sul do estado do Mato Grosso do Sul, localizadas num perímetro com diversos Terr rios Indígenas em fase de estudos e

intenso conflito fundiário, e ainda, um recorte específico no extremo norte de Rondônia, no Território Indígena Yanomami, hoje sob intenso ataque do garimpo e desmatamento criminosos. A figura a seguir localiza estes recortes.

Do primeiro conjunto (Urbano-metropolitano) ressalta-se que a ocupação Vila Soma localizada na região central do município de Sumaré/SP, iniciada em 2012 e hoje com mais de dez mil moradores, ainda que vitoriosa na luta pela permanência no local ocupado, tendo resistido a inúmeras decisões de reintegração de posse³³, passa por um problemático processo de regularização fundiária, que aponta para a componente de austeridade do novo conjunto de práticas para governo das cidades, já que, neste caso, a regularização vem sendo realizada e financiada pelos próprios moradores. Tal processo conta com amparo e só é possível através da nova legislação de Regularização Fundiária (Lei Federal 13.465) e suas posteriores regulamentações, possibilitando a gradual retirada de responsabilidade pública pela produção do espaço urbano. Aqui é, portanto, a austeridade urbana incluída no processo de regularização fundiária, com amparo da legislação vigente, exercida como mediação que produz um novo ciclo de espoliação de seus moradores. Chama atenção portanto que, fracassadas as inúmeras tentativas de reintegração de posse operadas ao longo de quase uma década, uma nova camada de violência institucional é lançada para mediação do conflito, desta vez para preservar o orçamento público, visando não suas funções de financiamento dos direitos sociais, mas sim à austeridade e o equilíbrio financeiro imposto pelas legislações de responsabilidade fiscal. Em resumo, o que se constata no presente é que, uma vez garantida a permanência no espaço urbano central, a população da ocupação Vila Soma terá que pagar do seu próprio bolso pela inclusão das mesmas infraestruturas que nas outras porções da cidade são custeadas e mantidas pelo Poder Público Executivo Municipal.

Ao caso já paradigmático da Vila Soma, adiciona-se ainda dois

33 Para o histórico detalhado do conflito ver o capítulo 2 da tese de doutorado (DAL BÓ da COSTA, 2019).

novos casos de referência selecionados para a dimensão urbano-metropolitana, são eles: o complexo das três áreas ocupadas que conformam a região chamada, Izidora, na porção norte de Belo Horizonte/MG, originada em 2013 e com hoje aproximadamente 30 mil moradores; e a ocupação Vila Nova Palestina, também originada em 2013, na região sul de São Paulo, no Jardim Ângela, hoje habitada por aproximadamente 8 mil pessoas. Para ambos os três casos, a política habitacional vigente durante o Programa Minha Casa Minha Vida, entre os anos de 2009 e 2018, não foi capaz de solucionar o conflito. Resta observar os diferentes desdobramentos destas ocupações que escaparam do controle territorial imposto duplamente pela política e pela política pública, que utilizou como forma constante a tentativa de despejo, seguida do despejo negociado quando necessário com posterior remoção para conjuntos habitacionais longínquos.

Em relação aos conflitos do segundo recorte de análise (Rural-Amazônia), o Relatório de Conflitos no Campo, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, demonstra a intensidade de conflitos na região selecionada. Em 2020 foi registrado número recorde de conflitos por terra nos últimos dez anos, com o total de 1576 ocorrências, número quase duas vezes maior que as 818 ocorrências registradas em 2011. Neste contexto, ainda em 2017, o caso de Pau D'arco chocou pela brutalidade das ações, ficando internacionalmente reconhecido como "massacre de Pau D'arco", sendo considerada a maior chacina motivada pelo conflito de terra rural no Brasil desde o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996. Pode-se observar através da ampliação dos casos de violência nos Assentamentos e Acampamentos Rurais, nos últimos anos, um novo ciclo de combate aberto aos modos de vida existentes nos territórios não urbanos que não sejam enquadráveis ou possivelmente incorporados aos modelos do agronegócio e do neoextrativismo. Em resumo, toda vida humana e não humana que impeça a expansão dessas atividades, têm sido removidas ou exterminadas se preciso, geralmente com milícias particulares, ou até mesmo com amparo do Estado, quando preciso, através do uso da força das Polícias Federais e/ou do Exército brasileiro.

Finalmente, para o terceiro recorte, foi selecionada a região onde

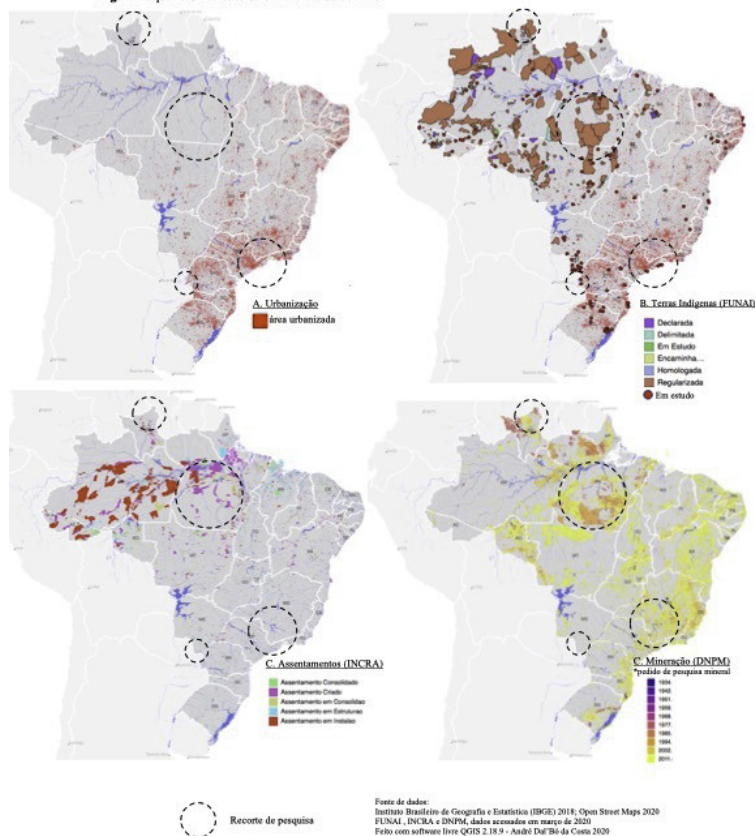
se registrou o maior número de assassinatos indígenas atualmente. A porção sul do Estado do Mato Grosso do Sul possui diversas terras indígenas em estudo e tem passado por enorme turbulência política sobre a regulamentação territorial, com constante ameaça de paralisação ou cancelamento dos estudos, até mesmo com tentativas de modificação da legislação para revisão das Terras Indígenas homologadas e regularizadas. A polêmica em torno da revisão do marco legal é parte deste processo. Ainda para o terceiro recorte, foi adicionado o caso do T.I. Yanomami, que sofre duplamente com entrada do garimpo (Figura 3), de madeireiros ilegais, e com o elevado número de mortes decorrentes da pandemia com a disseminação do vírus.

Para além dos recortes estabelecidos, quatro elementos espaciais vêm sendo observados, em busca de melhor compreender as relações de conflito, são eles: Áreas urbanizadas; Territórios Indígenas; Assentamentos Rurais; e Mineração (Figura 2).

Uma rápida e generalista leitura dos quatro elementos apresentados na Figura 2 nos mostra que: para a dimensão urbano-metropolitana, no caso das ocupações urbanas, é o próprio processo de urbanização e as áreas urbanizadas que contextualizam o conflito, ainda que não estejam descartadas as interações com outros fatores, sobretudo com a mineração que mesmo em casos urbanos pode implicar na remoção de populações; para a dimensão Amazônia-rural-ambiental, nota-se a presença e a interação dos Territórios Indígenas (TI), dos Assentamentos Rurais e dos processos minerários, mesmo sabendo que o principal conflito nesta região decorre da expansão o agronegócio, este compõe interação direta com as demais demarcações; e para a dimensão Indígena-territorial, destaca-se a situação dos TIs em estudo na porção do Mato Grosso do Sul, e dos processos minerários sobrepostos aos TIs regularizados na porção do estado de Roraima, com conflito mais intenso no Território Indígena Yanomami.

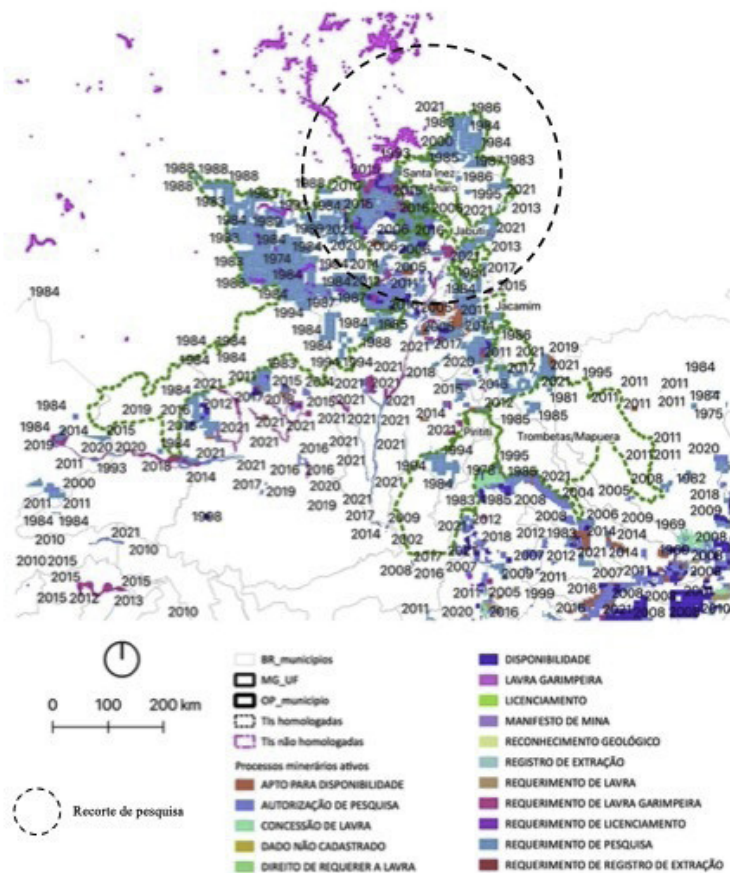
Outras observações adicionais, ainda que preliminares, colaboram para a compreensão ampliada dos três recortes territoriais propostos, como objetos que apoiarão – a princípio – uma maior compreensão das formas autoritárias, austeras e militarizadas utilizadas pelo governo das populações no presente.

Figura 2: quatro dimensões determinantes do conflito.



Na dimensão urbano-metropolitana ressalta-se, como já mencionado antes, que todos os três casos de ocupações urbanas não puderam ser solucionados pelo Estado através do programa Minha Casa Minha Vida, notadamente o maior programa público de habitação realizado na história do Brasil para construção de casas populares. É feito notório causado pelo MCMV uma tendência de redução dos despejos violentos e sua troca pelos despejos negociados e pacificados. A crítica atenta ao programa em questão pode bem defini-lo como dispositivo neoliberal para mediação de conflito social capaz de realizar, em um só tempo, a pacificação dos Movimentos Sociais e

Figura 3: avanço da mineração no norte de Roraima por ano de ocorrência, com destaque para as Lavras Garimpeiras e Autorizações de Pesquisa no interior da TI Yanomami.



Fonte de dados:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018; Open Street Maps 2020
 FUNAI, INCRA e DNPM, dados acessados em março de 2022
 Feito com software livre QGIS 2.18.9 - André Dal'Bo da Costa 2022

a financeirização da produção habitacional popular, ativando novos ciclos de acumulação, desvinculadas de qualquer mediação efetiva para ampliação do direito à moradia, apesar de se apresentar como tal (DALBO da COSTA 2019). Me restrinjo aqui apenas a sublinhar que, considerando que os expedientes comumente utilizados pelos governos para pacificação dos conflitos habitacionais não se efetivaram

por meio da administração do Minha Casa Minha Vida, nestes três casos, é de se esperar que novos arranjos se conformarão para solução dos mesmos conflitos. Interessa, portanto, observar quais serão esses novos arranjos e práticas capazes de lidar com a situação de conflito.

Sobre o segundo recorte denominado Rural-Amazônia, destaca-se que o mesmo está inserido em uma região com grandes extensões de Reforma Agrária, não por acaso realizada em terrenos distantes dos centros urbanos, planejados para migração induzida de população e povoamento do território amazônico, antes concebido territorialmente como um grande vazio. Estas áreas encontram-se sobrepostas e constantemente em conflito com a grilagem, o agronegócio e com as atividades minerárias. Nesse ponto, poderíamos observar: conjuntamente, parte do insucesso do projeto de reforma agrária brasileiro que não foi capaz de alterar a estrutura fundiária e a concentração de terra de origem colonial; a ainda insistência na hipótese desenvolvimentista; e o paradigma militar de ocupação do espaço amazônico concebido como vazio. Resta observar a atualidade que tal conjunção continua a reproduzir no presente, além de capturar elementos resultantes do fracasso das expectativas de garantias e justiças sociais da possibilidade de vida popular no campo.

O terceiro recorte, denominado Indígena-Territorial, exemplificaria por sua vez a virada violenta do tempo de governo no espaço, dado que as diversas áreas indígenas atualmente classificadas como “em estudo”, e que, portanto, poderiam potencialmente ser convertidas em “Terras Indígenas Regularizadas” vem sendo frontalmente combatidas pelo governo. É inclusive o próprio governo o principal agente de combate às demarcações, por vezes fazendo uso amplo uso de força policial do Estado para remoção dessas populações. O mesmo ocorre no extremo norte, na terra Yanomami, onde o governo ampara o garimpo e o desmatamento criminoso através do aparelhamento dos órgãos públicos de defesa indígena e dos demais órgãos de fiscalização ambiental.

Em resumo, no segundo e terceiro recortes, o que se destaca é que hoje o Estado é abertamente o ente que trabalha para desconstrução da possibilidade de regularização e pacificação territorial da vida indígena,

substituindo-o pela regularização de latifúndios oriundos de grilagem para fins da produção de gado e soja. Comparativamente, se no urbano iniciam-se processos de regularização fundiária altamente austeros, fora do urbano a situação é muito diferente, é ainda de violência intensiva.

Os três recortes de pesquisa foram pré-selecionados devido à aparente relevância que os mesmos apresentam como exemplos recentes de conflitos pela permanência na terra, reunindo, cada um à sua maneira, os atores em disputas e as especificidades dos conflitos. Espera-se que com o avanço da presente pesquisa, seja possível melhor delimitar a identificação e a descrição das características de uma atual governamentalidade autoritária, austera e militarizada para o presente brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. O Novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, P. O mundo como alvo: uma genealogia da militarização contemporânea – coleção Sentimento da Dialética. São Paulo: Copyleft 2019.
- ARAOZ, H. M. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.
- Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2020 relatório de conflito. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2021.
- DAL'BÓ DA COSTA, A. Luta social e a produção da cidade. Dissertação de mestrado, São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.
- _____. Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho. Tese de doutorado, São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.
- _____. Mouvements sociaux et résistances: Violence d'État et les dernières menaces. Québec: Sens Public, v. Dossiers, p. 100-120, 2020.
- DARDOT, P. GUÉGUEN H., LAVAL C. e SAUVÊTRE P. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. tradução Marcia Pereira Cunha, revisão técnica Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2021.

- DARDOT, P. e LAVAL, C. La nouvelle raison du monde: Essai sur la société néolibérale. Paris: La Découvert/Poche, 2009.
- FOUCAULT, M. Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979) Paris: EHESS Gallimard Seuil, 2004.
- FLOW PODCAST: 545 [Locução de]: Bruno Aiub e Igor Coelho. Entrevistados Kim Patroca Katagui e Tabata Claudia Amaral de Pontes. Acesso em 07/02/2022. Episódio Indisponível.
- FRASER, N. From Progressive Neoliberalism to Trump – and Beyond. In American Affairs Review. American Affair Foundation, 2017, v. 1, n. 4, p. 46-64.
- HIRATA, D. GRILLO, C. C. DIRK, R. . Operações policiais no Rio de Janeiro: ativismo de dados e detectabilidade da violência de estado. In: Edson Teles; Marília Oliveira Calazans. (org.). A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos. 1ed.São Paulo: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO: Centro de Antropologia e Arquivologia Forense (CAAF), 2021, v. 1, p. 64-77.
- GRAHAM, S. Cidades sitiadas. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016
- OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o Ornitórrinco. São Paulo: Boitempo, 2003
- OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007
- MIROWSKI, P. PLEHWE, P. SLOBODIAN, Q. (org.). Nine Lives of Neoliberalism. New York: Verso, 2020
- RIZEK, C. S. Ce que nous disent les chiffres. Anais 7º Congrès De L’association Française de Sociologie,. Paris: Amiens jul. 2017.
- _____. Políticas sociais e políticas de cultura: territórios e privatizações cruzadas, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nov. 2013 v. 15, n. 2, p. 199
- SUPIOT, A. L’esprit de Philadelphie: La justice sociale face au marché total, Paris: Éditions du Seuil, col. « Débats », 2010.
- WACQUANT, L. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. International Political Sociology, 2008 V. 2, p. 56-74.
- WEBER, S. Targets of Opportunities. On The Militarization of Thinking. New York: Fordham University Press, 2005.
- WEIZMAN, E. Hollow Land: Israel’s Architecture of Occupation. Third and updated edition London: Verso, 2017.

HABITAÇÃO E EXPULSÃO: A FICÇÃO DA ÚLTIMA FRONTEIRA URBANA

Daniel Manzione Giavarotti

INTRODUÇÃO

Neste artigo tomamos a parte do Programa Habitacional Casa Verde e Amarela, lançado pelo governo federal em agosto de 2020, destinado à faixa 1 (*i.e.*, trabalhadores com renda mensal de até R\$ 2.000) como ponto de vista e oportunidade para discutir os limites da teoria da “acumulação via espoliação” de David Harvey (HARVEY, 2014) diante da crise do trabalho (Postone, 2014) e do colapso da modernização (Kurz, 1993). Para tanto partimos de uma apresentação sobre o processo de formação das periferias metropolitanas que não se desvinculam da constituição de uma miríade de posses e propriedades imobiliárias que, de acordo com os objetivos da faixa 1 do PCVA, estão na mira de um processo de titularização em massa que faria “destravar’ [sua] informalidade’ (GUERREIRO, I. A; ROLNIK, R, 2020), criando as condições para sua incorporação ao mercado financeiro, podendo, por sua vez, levar à expropriação de centenas de famílias.

A METROPOLIZAÇÃO DE SÃO PAULO À CUSTA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A metropolização de São Paulo e, em particular, a autoconstrução como forma do acesso à habitação pela classe trabalhadora urbana em formação, já foi exaustivamente discutida, transformando-se ao longo do tempo. Pensamos aqui no ensaio de Sérgio Ferro (FERRO, [1968] 2006) sobre a casa popular, problemática que passou por um redimensionamento nacional (OLIVEIRA, [1972] 2003) à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKY *apud*

LOWY, 1998), o qual ofereceu régua e compasso para uma série de análises posteriores (KOWARICK, 1996; MARICATO, 1982), as quais, entretanto, posteriormente se autonomizaram (MARX, 1986) sob a forma de estudos de planejamento urbano e políticas públicas de habitação.

A partir da abordagem marxista de interpretação e crítica da autoconstrução, sobretudo na reflexão seminal de Francisco de Oliveira (2003), o que se questionava fundamentalmente eram os mecanismos ardilosos da apropriação privada de trabalho excedente que se estabeleciam entre o âmbito produtivo (as unidades fabris modernas) e o âmbito reprodutivo (o processo de autoconstrução da moradia)³⁴. Em outras palavras, nesta abordagem a autoconstrução se manifestava como a reificação sócio-espacial de uma parte do “tempo de trabalho necessário” sistematicamente arrancado ao trabalhador, tornando sua reprodução “atrofiada” (MARX, 1985, p. 250). Com raras exceções (FERRO, 2006; Rolnik, R; Bonduki, N; 1983), o esquema interpretativo oferecido por Oliveira, ao jogar luz no sobretrabalho e, por sua vez, na necessidade de uma disputa pelo trabalho não-pago sob a forma da luta de classes, pouco ou nada disse sobre o processo de apropriação fundiária que envolvia a expansão da fronteira urbana movida por estas famílias migrantes tornadas classe trabalhadora urbana. A aquisição da propriedade fundiária e, posteriormente, imobiliária, dentro do esquema interpretativo legado por Francisco de Oliveira (2003), adquiria uma dimensão ideológica, todavia não no sentido estrito da ideologia da casa própria (BONDUKI, 2011), mas como aparência que obscurecia aquilo que lhe parecia essencial revelar: a superexploração da força de trabalho em razão do rebaixamento ilusório dos salários promovido pela própria autoconstrução:

embora *aparentemente* esse bem [a casa] não seja desapropriado pelo setor privado da produção [tal] reflete-se numa baixa

34 De nosso ponto de vista, a reposição de mecanismos presentes durante a acumulação primitiva inglesa para garantir maiores taxas de exploração e, por sua vez, maior acumulação de capital num momento diferente de sua formação (GIAVAROTTI, 2018, p. 161-175)

aparente do custo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 59 – grifo nosso).

Em outras palavras, embora a mercadoria final não fosse apropriada privadamente pelo capital e funcionasse como um fundo de consumo da família, o trabalho vivo implicado em sua produção, o era, na medida de sua subtração ao salário do trabalhador. Entretanto, o foco sobre o processo de sobretrabalho executado fora das unidades produtivas (mais-valia absoluta) e reificado sob a forma de moradias autoconstruídas, ofuscou o fato de que estas últimas também eram terra, isto é, propriedade/posse fundiária. Daí nossa afirmação de que o processo de metropolização por expansão de periferias³⁵ significou, ao menos do ponto de vista do território usado (SEABRA, 2004), uma extraordinária quebra do monopólio fundiário existente nos arredores de São Paulo e exercido por seus antigos proprietários. A forma particular de uso e apropriação fundiária decorrente desta forma de metropolização, horizontal e de baixíssima capitalização, significou, a longo prazo, a formação e consolidação de centenas de milhares de “pequenos proprietários urbanos” (FERRO, 2006: p. 64-65) coetânea à consolidação dos loteamentos que, juntos, progressivamente forjaram o próprio tecido urbano.

O que interessa aqui reter é que a articulação entre o tempo de trabalho vendido ao capital por parte dos trabalhadores e suas famílias, a extensão da jornada de trabalho além das unidades produtivas e sua reificação territorial na forma de centenas de moradias, associadas à depreciação salarial, foi se transformando radicalmente na medida em que a modernização avançava. Como a autoconstrução das moradias era determinada pelos rendimentos provenientes dos salários das famílias e por relações de produção “não-típicamente capitalistas” (OLIVEIRA, 2003), o entorno da cidade de São Paulo, que a partir da década de 1950 se tornou um verdadeiro

35 Embora não tenha se dado de forma estritamente concêntrica, em razão dos processos de ocupação colonial e imperial que deram origem a aldeamentos, bairros, povoados, vilas, por vezes alcançando o estatuto administrativo de cidades, como Santo Amaro, Carapicuíba, etc.

canteiro de obras (MARICATO, 1982), foi deixando de assim o ser à medida que a fronteira urbana se fechava. Como momentos deste fechamento devemos mencionar o adensamento destes loteamentos recém-ocupados, a relativa finalização das moradias autoconstruídas e, não em último lugar, as políticas do espaço (SEABRA, 2003) que se cumpriam (amiúde em razão das reivindicações dos movimentos sociais urbanos) e que consolidavam estes loteamentos na metrópole na medida de sua urbanização. Uma manifestação espacial importante deste fechamento foi a expansão de favelas em fins da década de 1970, explicitando a exiguidade relativa de espaço provocada por estas formas de apropriação pregressas.

Mesmo com todas as precariedades, irregularidades, ilegalidades e inseguranças que caracterizam as centenas de milhares de moradias autoconstruídas (e seus correspondentes pedaços de terra), tais foram se constituindo como um fundo de consumo da reprodução dos trabalhadores e de suas famílias (GIAVAROTTI, 2018). Um fundo de consumo frequentemente mobilizado para as mais diversas estratégias de reprodução (GIAVAROTTI, 2018). Portanto, *post festum*, é possível reconhecer que a autoconstrução não dizia apenas respeito ao sobretrabalho expropriado, mas também aos projetos familiares (SADER, [1988] 1995) daquela classe de trabalhadores superexplorados, como momento cindido (SCHOLZ, 2012) da dominação do trabalho abstrato (POSTONE, 2014). Daí afirmarmos que o sobretrabalho significou, a longo prazo, a constituição de uma extensa periferia marcada pela presença de unidades familiares posseiras e/ou proprietárias urbanas, descontadas aqui a forte heterogeneidade sócio-espacial e estratificação social que marcam estes territórios.

A REPRODUÇÃO DO CAPITAL E SUA DINÂMICA TEMPORAL

Quando diferenciamos a lógica do capital daquela que presidira o processo de autoconstrução das moradias temos em conta o desenvolvimento desigual e combinado estabelecido entre um e outro

“setor” da divisão social do trabalho³⁶. A produção das moradias autoconstruídas foi presidido por estratégias familiares, as quais envolveram os rendimentos provenientes dos salários obtidos no mercado, as possibilidades de manejo das parcas poupanças, rescisões de contratos de trabalho, indenizações, capacidade de participação e envolvimento dos membros das famílias, etc. Do outro lado da equação, a produção de mercadorias realizada nas unidades produtivas que amiúde empregavam aqueles trabalhadores era fortemente centralizada e invariavelmente financiada por capitais internacionais. Apesar das diferenças quantitativa e qualitativa que marcam um e outro “setor” da divisão social do trabalho, tais devem ser compreendidas à luz da temporalidade específica do capital (POSTONE, 2014) imanente ao desdobramento da forma social da mercadoria, determinando ambos os momentos da reprodução social. No item anterior já fizemos uma primeira aproximação ao modo como esta dinâmica direcional do capital suplantou negativamente a vinculação entre autoconstrução e superexploração da força de trabalho ao ter progressivamente consolidado centenas de milhares de famílias como pequenos posseiros e proprietários urbanos. Vejamos como esta temporalidade particular se desdobrou do ponto de vista do capital.

Não obstante o caráter desigual e combinado da industrialização brasileira, pesquisas revelam como a centralização dos capitais e a modernização dos processos produtivos já alcançaram a construção civil (DAMIANI, 1999; MARTINS, 2016) e o setor terciário (PINTAUDI, 1999), fortemente descapitalizado durante a modernização retardatária brasileira (OLIVEIRA, 2003). O processo de centralização dos capitais (MARX, 1985) e a decorrente “disseminação profunda e geral das características do capital portador de juros, tal como identificadas por Karl Marx no Livro III de *O capital*, no sistema como um todo” (CHESNAIS *apud* FIX, M; PAULANI,

36 Para uma problematização da ideia de se pensar a autoconstrução como unidade produtiva, a partir das reflexões de Sader (1995) conferir nosso artigo “A autoconstrução: da superexploração à crise do trabalho” presente no livro “Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise” (no prelo).

L., 2019, p. 641), se tornou uma realidade mundial incontornável. No entanto, será necessário ir além de uma leitura estritamente sociológica das novas relações de poder que a existência de enormes conglomerados, bancos, fundos de pensão e investimento significam (KURZ, 2019), para iluminarmos processos infra-históricos (KURZ, 1993) frequentemente eclipsados nestas análises.

De acordo com Marx, o processo de centralização dos capitais tem em seu fundamento o processo de concentração e de aumento da composição orgânica (MARX, 1985). A cooperação, a manufatura, a maquinaria e a grande indústria são momentos importantes, já descritos por Marx no século XIX, para designar o aumento expressivo da produtividade do trabalho e a taxa de exploração dos trabalhadores. Estas mudanças na capacidade produtiva e organizacional do trabalho não apenas foram responsáveis pelo aumento de produtividade do trabalho como compuseram a passagem do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo (MARX, 1985) como forma de exploração. O processo de concentração e centralização aqui exposto de forma lógica foi adquirindo configurações históricas à medida que o capital se territorializava à escala mundial de forma desigual e combinada.

No caso do Brasil, o avanço do capital imperialista em fins do século XIX correspondeu à reprodução das regiões (OLIVEIRA, 1977) em âmbito nacional, as quais se constituíram como o lado oculto da “*tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas” (OLIVEIRA, 1977, p. 27 – grifo do autor). O “planejamento regional” buscará suplantar estes lados ocultos (desiguais) do processo de concentração e centralização do capital por meio de intervenções diversas “no rumo da ‘integração nacional’” (OLIVEIRA, p. 30). Estes já serão esforços próprios da modernização retardatária (KURZ, 1993) brasileira ao buscar suplantar as diferenças regionais de modo a criar as condições para a imposição do trabalho livre, ou seja, a formação de uma superpopulação relativa e um mercado de trabalho de dimensões nacionais.

A metropolização de São Paulo por expansão de periferias emerge neste contexto, com a forte mobilização para o trabalho impulsionando a extraordinária chegada de migrantes nacionais que, por sua vez,

deram fôlego a um processo expressivo de expansão da chamada mancha urbana. Como decorrência, São Paulo, dentre outras capitais, será responsável por polarizar o território nacional, enquanto a fronteira do capital permaneceu avançando sobre as regiões no intuito de transformá-las em “zonas de localização diferenciadas de atividades econômicas” (OLIVEIRA, 1977, p. 26 – grifo do autor), porque fundadas numa homogeneização das relações de produção. Na historiografia este período pode ser identificado pela revolução burguesa de 1930, quando a centralização do poder do Estado buscou destituir o poder político das oligarquias regionais que até então “‘fechavam’ a região” (OLIVEIRA, 1977, p. 31), passando pelos esforços da industrialização pesada dos anos JK e, por fim, à modernização empreendida pela ditadura civil-militar. Este último fôlego modernizador, fundado nas tecnologias da segunda revolução industrial, sofrerá uma inflexão irreversível a partir da década de 1970, quando os desdobramentos contraditórios do capital desencadearão a revolução microeletrônica (KURZ, 1993). Apesar deste salto produtivo ocorrer de maneira geral na década de 1970 nos chamados países centrais, impulsionando capitais internacionais a buscarem melhores condições de lucratividade nos países do terceiro mundo em razão da queda tendencial da taxa de lucro (PITTA, 2016), os seus efeitos sociais e econômicos mais devastadores serão sentidos no Brasil a partir da década de 1990.

Os efeitos provocados em âmbito nacional em razão deste novo salto produtivo, assim como as reflexões de Robert Kurz (1993), serão argumentamente sintetizados por Roberto Schwarz em sua conferência *Fim de Século* (1999). Reproduzindo em grande parte o argumento central do primeiro acerca do destino das modernizações retardatárias em seu livro “O colapso da modernização” (1993), Schwarz identifica “populações [que] se encontram numa condição histórica nova, de *sujeitos monetários sem dinheiro*, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos religiosos” (Schwarz, 1999: p. 159-160 – grifo do autor)³⁷. O que está em causa

37 A expressão “sujeitos monetários sem dinheiro” é do próprio Kurz (cf. 1993: p. 195).

neste processo de desintegração social é a infra-histórica e progressiva substituição de trabalho vivo por trabalho morto (maquinário) desencadeada pelo desenvolvimento das forças produtivas e os já mencionados processos de concentração e centralização. Em contexto nacional isto significou a falência de empresas, incapazes de concorrer no mercado mundial, a diminuição da capacidade de investimento do Estado, a reespecialização das unidades produtivas num contexto de forte desindustrialização, o aumento do desemprego³⁸, etc. O sentimento de fim de linha da formação nacional formulado por Roberto Schwarz e compartilhado anos depois por Oliveira (2003) n’*O ornitorrinco*, portanto, corresponde à destituição do trabalho como fundamento da reprodução ampliada do capital. O esgotamento da capacidade do mais-valor produzido pelo trabalho vivo (cada vez menor) pagar os custos prévios (capital fixo e matérias-primas) necessários à retomada de novos processos produtivos será responsável por dar mais uma volta no parafuso da crise, transformando o capital portador de juros e sua onipresença, já apontada por Chesnais, em “capital fictício” (KURZ, 2019):

para o proprietário do dinheiro emprestado pode ser indiferente de onde provém os juros, que frutificam o seu miraculoso ‘dinheiro que gera dinheiro’. Porém, o caso se torna problemático, quando o dinheiro emprestado não é realmente empregado para o efetivo consumo empresarial de trabalho abstrato. E isso, em grande escala, faz com que o capital portador de juros se descole cada vez mais do processo real de valorização e se torne ‘capital fictício’ (Marx, 1985, tomo II, livro III. (...) O aparente movimento D – D’ só se torna ‘fictício’ em sentido estrito quando o fracasso do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram insolváveis com novos créditos (Kurz, 2019: p. 58).

Portanto, o que começa a se estabelecer a partir da década de

38 Em 1997 FHC se referia cinicamente a esse problema fazendo a seguinte afirmação: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las’. (Folha de São Paulo – Brasil - São Paulo, terça, 8 de abril de 1997.

1970, mas de maneira desigual à escala mundial e nacional, é o avanço de uma *reprodução social fictícia*, na qual se inclui de maneiras particulares uma população supérflua (GIAVAROTTI, 2018) para o capital, majoritariamente moradora dos territórios periféricos.

A FAMÍLIA COMO FACE OCULTA DO CAPITAL

Já sinalizamos no primeiro item deste artigo, a presença da dimensão familiar no processo de constituição dos territórios periféricos e sua estreita relação com a prática da autoconstrução, embora esta dimensão da reprodução do trabalho tenda a ser omitida pelas análises marxistas que centram sua crítica no problema da apropriação de trabalho excedente, como aquela de Oliveira. Éder Sader (1995), por outro lado, reconheceu a importância da família no processo de autoconstrução, embora não nos termos de uma subsunção de seus membros a partícipes daquela suposta unidade produtiva. Pelo contrário, o autor buscou se afastar daquilo que qualificou como “marxismo estruturalista” e, embora concordando com as conclusões gerais de Oliveira (2003), recusava a redução da dinâmica familiar e vicinal à superexploração, interessando-lhe muito mais investigar como a adesão a este expediente também respondia a um projeto familiar que, além de reforçar os laços entre seus membros, buscava se resguardar das incertezas do mundo do trabalho. Apesar do tom por vezes humanista e muito pouco crítico das assimetrias de gênero experimentadas em âmbito reprodutivo, o autor reconhecia uma oposição entre o ambiente familiar, presidido pelo qualitativo, pelo reconhecimento de cada um dos indivíduos, e o ambiente público, marcado pelo “anonimato das relações de troca e da burocratização dominantes na vida urbana” (SADER, 1995, p. 101).

Sua maneira de interpretar a relação entre trabalho, família e cotidiano apontava para uma pergunta sobre o exercício da “inevitável liberdade [do trabalhador em elaborar] uma estratégia de sobrevivência ou um projeto de vida” (SADER, 1995, p. 100). Tais momentos, dentro da teleologia própria ao argumento do autor, foram

tomados como pistas para a compreensão acerca da entrada daqueles novos personagens na cena política naquele momento. Apesar do acento dado ao modo como tais experiências cotidianas, elaboradas à luz de três diferentes “matrizes discursivas” (SADER, 1995), adquiriram projeção e expressão no espaço público, suas observações nos oferecem caminhos para pensar no próprio processo de formação de famílias nucleares em sua associação com o assalariamento, o patriarcado (GIAVAROTTI, 2018) e a dissociação (Scholz, 2022). Isto é, suas observações de campo nos permitiu confirmar um processo que se dava de forma co-constituente à imposição do trabalho abstrato (SCHOLZ, 2009)³⁹. Neste sentido, se fazia possível articular o processo de metropolização por expansão de periferias à formação da família nuclear patriarcal e do dissociado, isto é,

uma esfera para a qual ações de cuidado e amor possam ser deportadas e que esteja em posição oposta às lógicas do valor, de poupar e da sua moralidade (competição, lucro, desempenho (Scholz, 2022)).

O que não significou, em termos sociológicos, o confinamento daquelas mulheres ao âmbito privado, como mormente ocorreu nos países capitalistas centrais. A reprodução atrofiada dos trabalhadores em razão da superexploração de suas forças de trabalho se tornou um óbice à mencionada conformação familiar, exigindo frequentemente a ida das mulheres para o mercado de trabalho ou mesmo contribuindo decisivamente na autoconstrução das moradias⁴⁰, antecipando historicamente o imperativo da “dupla socialização” (Schmidt *apud* SCHOLZ, 2022), hoje tomado como um traço característico nos países centrais. O que, entretanto, não aplacou os “padrões culturais de masculinidade e feminilidade” (Scholz, 2022) entre homens e mulheres, daí pensarmos aquele processo como de efetiva formação

39 Certamente há um vasto campo de pesquisa a ser explorado acerca da particularidade da formação do patriarcado no Brasil em sua co-constituição com o trabalho abstrato.

40 Lido pelo marxismo androcêntrico de Oliveira (2003) como sobretrabalho *sans phrase*, ocultando a dimensão familiar daquela prática (cf. Gavarotti, 2022).

do patriarcado. O que nos interessa aqui reter é que o processo de metropolização por expansão de periferias não representou apenas a superexploração de forças de trabalho empregadas nos setores modernos da economia e nem apenas a expansão da fronteira urbana, mas a constituição do trabalho abstrato (como mediação social) e da família patriarcal, consubstanciada na presença de *núcleos familiares proprietários/posseiros de moradias autoconstruídas*.

Entretanto, assim como a acumulação de capital representado pelos processos de concentração e centralização foi progressivamente minando a fonte do capital, ao expulsar o trabalho vivo dos processos produtivos, tal se desdobrará igualmente sobre a reprodução familiar. O que está em causa aqui em termos materiais é a crise progressiva do homem provedor, entendido como sujeito que historicamente personificou o trabalho e, nesta condição, produziu a acumulação de capital e amparou a reprodução da família. Em outras palavras, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas foi substituindo trabalho vivo por trabalho morto a população trabalhadora masculina veio experimentando a progressiva obsolescência daquela que Marx chama de a mercadoria mais precíval de todas: a mercadoria força de trabalho⁴¹. Este processo foi, por um lado, minando a acumulação de capital, tornando-se crescentemente fictícia e, de outro, as possibilidades de reposição do lugar social até então ocupado pelos homens em âmbito familiar, desencadeado um recrudescimento do patriarcado.

Não são poucos os elementos empíricos que, na reprodução das famílias periféricas, expressam a crise do patriarcado aqui apresentado de maneira lógica: o aumento de mais e mais mulheres sendo empurradas à dupla socialização em razão do desemprego dos maridos; a presença incontornável das mães-solteiras, a frequência com que filhos e filhas da segunda e terceira geração de

41 O trabalho temporário, a precarização, a alta rotatividade, o rebaixamento dos salários, a informalidade das relações contratuais, a uberização, todos estes aspectos que caracterizam o mundo do trabalho hoje são as formas empíricas da superfluidez do trabalho.

moradores, por vezes com famílias já constituídas, permanecem morando nas casas autoconstruídas dos pais, etc. Buscamos pensar os mencionados conteúdos sócio-espaciais a partir da relação contraditória que historicamente foi se estabelecendo entre terra e trabalho (GIAVAROTTI, 2012). De um lado, a terra se tornando progressivamente mais cara em razão das rendas de localização produzidas pela urbanização dos loteamentos periféricos e, de outro, uma piora nas condições de inserção no mercado de trabalho, dificultando crescentemente o acesso à terra e moradia por parte das novas gerações de moradores, naturais ou migrantes. Para o problema que aqui estamos buscando analisar, o ponto é reconhecer que a crise do trabalho e do patriarcado vêm empurrando as famílias moradoras a formas de uso do espaço (SEABRA, 2003) que, invariavelmente, não condizem com as posses e propriedades estabelecidas, ora mediadas por laços familiares, ora por acordos informais de aluguel.

O PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

O Programa Habitacional Casa Verde e Amarela foi lançado sob o governo de Jair Bolsonaro, em agosto de 2020, em meio à pandemia de COVID-19, quatro anos depois da crise econômica e política que levou ao golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff de seu cargo. Por conseguinte, emerge no rescaldo da bolha de commodities (PITTA, 2020) que sustentou o chamado Lulismo (SINGER, 2012) entre os anos de 2003 a 2011. Esta observação não tem intenção estritamente historiográfica, pois o que está aqui em jogo é a compreensão dos quatorze anos de gestão federal do Partido dos Trabalhadores como gestão de uma “sociedade pós-catastrófica” (KURZ, 1993). Isto é, gestão de uma sociedade que, como já afirmado, na década de 1990 havia entrado em franco processo de desagregação social (SCHWARZ, 1999) determinado pela crise do trabalho. O Lulismo se caracterizará por um esforço fictício de recomposição de relações sociais de produção em desagregação e gestão biopolítica das populações (MAGALHÃES, 2006) na forma da oferta de uma

montanha de “dinheiro sem valor” (KURZ, 2014) nas duas pontas do metabolismo social: produção e consumo. O estado recuperará uma centralidade demiúrgica fictícia que inverterá a histórica relação entre estado e mercado⁴².

Esta inversão já havia sido preconizada de maneira entusiasmada por Francisco de Oliveira quando este escreveu seu artigo “O surgimento do antivalor” (OLIVEIRA, 1988), reconhecendo que o fundo público do Estado havia se tornado um pressuposto da reprodução do capital e do trabalho. Diante da revolução copernicana que isto significava, inclusive para o recém-instaurado Estado Democrático de Direito (a chamada Nova República), o autor desconsiderava a qualidade particular deste capital, (in)capaz de sustentar uma reprodução social improdutiva por longo tempo. Esta inversão estará no fulcro da operacionalidade do Lulismo e se realizará em diferentes frentes: endividamento estatal, inclusão financeira (RIBEIRO, 2014), expansão do investimento produtivo no campo e nas cidades, produção de infraestrutura (PAC’s 1 e 2), aumento do salário mínimo e, dada a indexação, das aposentadorias, etc.

Embora a bolha de commodities tenha alimentado uma *reprodução social fictícia* (GIAVAROTTI, 2018), monetarizando relações cotidianas e vicinais periféricas por meio de uma inaudita “inclusão financeira”, impulsionando a expansão de microempreendimentos estabelecidos nas moradias autoconstruídas (orbitando capitais varejistas altamente centralizados como hipermercados, shoppings, lojas de departamentos, etc.), associada ao fomento de um mercado imobiliário popular amiúde operado pelos próprios posseiros/proprietários, a conformação e precariedade dos assentamentos e do ambiente autoconstruído sofreu poucas modificações (GIAVAROTTI, 2018). Entretanto, do mesmo modo que a reprodução ampliada do capital ao longo de sua trajetória histórica promoveu consecutivos

42 “...já não é a sociedade que nutre o Estado, para que este cuide dos ‘assuntos gerais’, mas pelo contrário, é o Estado que deve alimentar a sociedade com o ‘capital fictício’, para que esta possa manter-se na sua forma obsoleta de sistema produtor de mercadorias” (Kurz, 2019: p. 75).

processos de concentração e centralização de capital nos diversos setores que compõe a divisão do trabalho, não haveria razão para que tal não se desse igualmente na “produção do espaço social” (DAMIANI, 1999, p. 119), tendo sido o BNH (Banco Nacional de Habitação) e, posteriormente, o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) (cf. Martins, 2016), importantes capítulos deste processo.

De acordo com Martins (2016) a abertura dos capitais das incorporadoras a partir de 2009 em razão do PMCMV, associado à inundação de capital fictício em busca de liquidez pós-crise de 2008, foram responsáveis por fomentar a criação de bancos de terrenos à escala nacional. Mais precisamente, os bancos de terrenos criados pelas incorporadoras funcionavam como garantia para a tomada de empréstimos e alavancagem dos capitais por meio da abertura na bolsa. Estamos aqui chamando a atenção para a configuração de um, talvez incipiente em vista do que propugna o PCVA, processo de concentração e centralização de propriedades fundiárias. Lembremos que o processo de metropolização por expansão de periferias, como já apresentamos no começo deste ensaio, foi determinado pela superexploração das forças de trabalho, por um lado, e por uma extraordinária quebra do monopólio fundiário dos arredores da cidade em razão de seus parcelamentos e posterior aquisição pelas famílias trabalhadoras que, em seus tempos livres, autoconstruíam suas moradias. Foi esta forma particular de metropolização e de uso do território, desigual e combinado (OLIVEIRA, 2003), que forjou os territórios periféricos, caracterizados pela presença de uma centena de milhares de pequenas posses e/ou propriedades imobiliárias.

Como afirmado dois parágrafos acima, a crescente mediação do dinheiro e do crédito nas relações existentes nos territórios populares e periféricos, ao fomentar um mercado imobiliário informal, igualmente estimulou processos incipientes de centralização destes negócios. Pudemos testemunhar em campo a demolição de imóveis autoconstruídos para a construção de pequenos prédios destinados à locação (GIAVAROTTI, 2018), *i.e.*, processos de produção do espaço com um nível de capitalização que, embora ainda pequeno, marca uma distinção com relação à autoconstrução financiada com salários

e trabalho não-pago⁴³. Em outras palavras, sejam os incipientes processos de centralização verificados nos territórios periféricos, seja a formação dos bancos de terrenos impulsionados pela abertura de capitais nas incorporadoras, estas formas de apropriação fundiária parecem sinalizar para uma lenta e progressiva concentração e centralização fundiária. Esta hipótese encontra respaldo em processos de maior envergadura representados pela existência do chamado “*land grabbing*” no campo (cf. BOECHAT C.A; PITTA, F. T; Toledo, C. A, 2019). E que também adquire a aparência de uma “expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia” (ROLNIK, 2015, p. 13).

as terras apropriadas sob regime de posse que não a propriedade individual titulada e registrada, no campo e nas cidades, passam a funcionar como uma reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por frações do capital financeiro em sua fome incessante de novas garantias para seus ativos (ROLNIK, 2015, p. 116).

De acordo com Rolnik, a insegurança jurídica da posse que caracteriza a grande maioria das casas autoconstruídas nas periferias as coloca sob a ameaça de sofrerem processos de expropriação por frações do capital financeiro, como na forma das conhecidas operações urbanas, megaprojetos, etc. Entretanto, a proposta da faixa 1 do Programa Casa Verde e Amarela⁴⁴ ecoa as propostas do peruano Hernando de Soto ao propugnar o uso do Fundo de Desenvolvimento Social para a regularização fundiária, amparada pela Lei de Reurb 13.465/2017, que permite a realização desta última independente da produção de infraestrutura. Embora a criação de infraestrutura

43 Matéria de Veja São Paulo de abril de 2019 documenta alguns casos deste tipo na favela de Heliópolis, na Zona Sul de São Paulo. Link: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/favelas-predios-puxadinhos-verticais/?fbclid=IwAR2WnsI7iP2sau2THsqbVfs9p8AQ3I6XnPtjdJ7u8qbqp4F51pN-9SOTJwo> . Acesso: setembro de 2019.

44 Sigo de perto a análise de Isadora de Andrade Guerreiro sobre o PCVA *Casa Verde e Amarela, securitização e saídas da crise: no milagres da multiplicação, o direito ao endividamento*, publicada no site Passa Palavra (link: https://passapalavra.info/2020/08/134088/#_ftnref7 . Acesso: outubro de 2021.

seja estruturalmente dependente de investimentos públicos, a Lei de Reurb garante que a passagem cartorária da propriedade das centenas de milhares de imóveis irregulares presentes nos territórios periféricos ocorra malgrado tais investimentos. A regularização fundiária professada pela faixa 1 do PCVA, embora desvinculada dos investimentos em infraestrutura, ao elevar as posses à condição de propriedades legalmente juridificadas, sofreriam uma valorização de 40% a 50%, de acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional (MDR) Rogério Marinho, exaltando tal possibilidade como “transferência de renda na veia”, durante o lançamento do programa.

Mas a novidade do PCVA, segundo Guerreiro (2020), seria a de formar “um sistema coerente que finaliza – pois o PMCMV já era parte deste processo – no país, a conexão entre o setor imobiliário e o mercado de capitais” (GUERREIRO, 2020). No que se refere à faixa 1, o processo de “titularização em massa”, associado à “inserção da tecnologia de *blockchain*” [que ao integrar] nacionalmente os registros notariais, daria segurança de não-reversibilidade à titulação, celeridade (de 40 para 5 dias o registro) e transparência às transações” (GUERREIRO, 2020: s/p), ofereceriam as condições para, de acordo com Pedro Guimarães, “implantar popularmente o *Home Equity* no Brasil” (GUERREIRO, 2020). Isto é, a tomada de empréstimo amparada na garantia oferecida por um imóvel. Por fim, de modo a consolidar a popularização do *Home equity*, o mesmo Pedro Guimarães sugeriu no momento de lançamento do programa a necessidade de uma nova rodada da inclusão financeira já realizada pelos governos petistas, o que, segundo a autora, se daria por meio da “popularização do aplicativo de celular do banco, realizada de maneira compulsória e massiva para acesso ao Auxílio Emergencial durante a pandemia” (GUERREIRO, 2020). A articulação destas mudanças concorreria, segundo a autora, para alcançar a “*securitização* dos ativos imobiliários populares”, isto é, “transformar a dívida dos mutuários e as novas propriedades em papéis (recebíveis imobiliários e hipotecas) negociados por agentes financeiros, principalmente institucionais” (GUERREIRO, 2020 – grifo da autora). Em outras palavras, permitiria não apenas transformar moradias

autoconstruídas em ativos imobiliários, mas duplicá-los por meio da securitização das dívidas a eles atrelados, criando as condições para sua circulação em mercados secundários⁴⁵. Ao contrário do que afirma cinicamente o então ministro do Desenvolvimento Regional, expropriar as famílias tomadoras de empréstimo simultaneamente à valorização de suas propriedades imobiliárias e fundiárias recém-legalizadas (GUERREIRO, 2020).

A análise aqui brevemente apresentada acerca da faixa 1 do PCVA parece corroborar exemplarmente com as ameaças que se apresentam aos territórios populares, passíveis de serem compreendidos como uma nova fronteira para o capital, o qual, por sua vez, reforçaria a conhecida tese de David Harvey sobre a chamada “acumulação via espoliação” (Harvey, 2014). Finalizaremos este artigo com uma reconsideração crítica acerca desta interpretação.

CONCLUSÃO

A superfluidade que caracteriza o exercício da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) das famílias periféricas, marcada por baixos salários, trabalhos informais, precários, temporários, “viração”, empresariamento de si próprio e endividamento, concorre fortemente para que venham a tomar empréstimos ancorados em suas moradias, sob o risco de inadimplência⁴⁶. Embora haja razões econômicas mais do que suficientes para que as famílias decidam aderir a esta estratégia como forma de “capitalizar” seus parques patrimônios imobiliários, em

45 Em 25/11/21 o Poder Executivo enviou ao Congresso o PL 4.188/21 referente a um Novo Marco de Garantias que, caso seja aprovado, permitirá a um mesmo imóvel servir de garantia em mais de uma operação de crédito (fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/novo-marco-de-garantias-vai-possibilitar-a-oferta-de-juros-mais-baixos-e-ampliar-o-acesso-ao-credito>). Acesso: 09 de fevereiro de 2022.

46 Em maio de 2021 “62,56 milhões de brasileiros estavam endividados” e São Paulo lidera, em números absolutos o número de negativados, alcançando 15 milhões. (fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/mapa-da-inadimplencia-aponta-mais-de-62-milhoes-de-endividados>). Acesso: 10 de outubro de 2021.

evidente valorização, é preciso ainda ter em conta os critérios que serão utilizados para definir aqueles aptos a tomarem empréstimos ou não. Ainda do ponto de vista da reprodução destas famílias moradoras, não consideramos desprezíveis os conflitos que, por ventura, se desencadearão a partir do assédio promovido pela titularização dos imóveis. Tal assédio poderá catalisar toda sorte de disputa derivada de conflitos latentes entre núcleos familiares moradores de um mesmo lote, proprietários e inquilinos com contratos informais, etc.

Embora o objetivo inconfesso desta estratégia venha a ser a “extração, pelo mercado financeiro, do valor da casa e da terra, investimentos diretos dos moradores” (GUERREIRO, 2020) velada por um discurso que afirma a distribuição de renda, não consideramos desprezível o fato de que territórios historicamente forjados por uma classe trabalhadora em formação, vendedores de suas forças de trabalho, venham a ser encorajados a participarem da reprodução do capital como proprietários de futuros ativos imobiliários. Este é para nós um importante sinal do novo tempo do mundo (ARANTES, 2015), dentre outros, no qual o trabalho, compreendido como substância e forma de mediação (POSTONE, 2014) perdeu sua capacidade de sustentar a acumulação do capital e, por sua vez, de oferecer nexos à reprodução social. Portanto, se é verdade que esta modalidade de política habitacional possibilite “destravar” a informalidade da terra” (ROLNIK, R; Guerreiro, I. A, 2020) ampliando, por sua vez, a “fronteira” do capital sobre os territórios populares, estamos convencidos de que tal será incapaz de restaurar a acumulação de capital em crise. A expropriação de imóveis que porventura ocorra por parte dos aderentes ao *home equity* certamente formará novos expropriados que engrossarão a fileira dos supérfluos sujeitos aos mais diversos expedientes de superexploração e trabalho análogo à escravidão. Entretanto, a alta composição orgânica dos capitais tornou essa “causa contrariante” (MARX, 1988) insuficiente para contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro e absolutamente inócua para frear a crise de sociabilidade decorrente da crise do trabalho. Do lado dos expropriadores, tais títulos e dívidas securitizadas serão negociados

de modo a alimentar promessas futuras de acumulação que nunca chegarão. Caso expropriem os imóveis, a incorporação imobiliária que se seguirá será um verdadeiro castelo de cartas, amparado por trabalhadores superexplorados mas financiada por capital fictício do lado da produção e do lado da oferta. Daí a ironia do título deste artigo e a qualidade ficcional, porque fictícia, da “fronteira” que se vislumbra a partir deste “destravamento” da informalidade das propriedades populares.

Portanto, esta ofensiva do capital não apenas não conseguirá dirimir a crise do trabalho, como aprofundará a desintegração social em curso, reiterando o diagnóstico de Schwarz no fim do século passado quando fez notar que “a realidade começava a se parecer (...) com a *terra movediça postulada pelo desconstrucionismo*” (SCHWARZ, 1999, p. 158 – grifo nosso), ao qual adicionaríamos, encimada por um céu prestes a cair.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. E. O novo tempo do mundo. In: ARANTES, P. E. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 27-97.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983, p. 37-69.
- BOECHAT, C. A.; PITTA, F.T; TOLEDO, C. A. “Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola, Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 87-122. fev. 2019.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011.
- DAMIANI, A. L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 1999, p. 118-132.
- DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1999, p. 161-172.

- FELTRAN, G. S. Irmãos, uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FERRO, S. A produção da casa no Brasil. In: ARANTES, P. F. Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Editora CosacNaify, 2006, p. 61-101.
- FIX, M.; PAULANI, L. M. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização, Revista de economia política, vol. 39, n. 4 (157), p. 638-657, out/nov 2019.
- GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIAVAROTTI, D. M. O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2021
- _____. Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo. Tese (IDoutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.
- _____. A autoconstrução periférica: da superexploração à crise do trabalho. In: BOECHAT, C. A. Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise. Vitória: Edufes Editora, 2022, p. 262-283.
- GUERREIRO, I. A. O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia, Cadernos da Metrópole, v. 22, n. 49, p. 729-756, set/dez 2020.
- _____. Casa Verde e Amarela, securitização e saídas da crise: no milagre da multiplicação, o direito ao endividamento. Passa Palavra, 2020. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/08/134088/>>. Acesso em: 21 de out. de 2020.
- GUERREIRO, I.A.; ROLNIK, R. Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade. LabCidade, 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>>. Acesso em: 10 de out. de 2020.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, R. O colapso da modernização – do socialismo de caserna à crise do sistema mundial. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

- _____. Dinheiro sem valor. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- _____. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global, *Revista Geografares*. n. 28, p. 55-115, abr. 2019.
- LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, *Revista Outubro*. n. 1, p. 73-80, 1998.
- MAGALHÃES JR., J. C. O mercado da dívida: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.
- MARTINS, B. X. O Programa Minha Casa Minha Vida: a mercadoria habitação a serviço da reprodução do capital em contexto de crise. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.
- MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.
- MARX, K. O Capital – crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. O Capital – crítica da Economia Política. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- OLIVEIRA, F. Elegia para uma Re(li)gião – Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- _____. “O surgimento do Antivalor: Capital, força de trabalho e fundo público”. In: OLIVEIRA, F. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. São Paulo: Editora Vozes, 1998, p. 19-48.
- _____. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, A. F. A. Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1999, p. 143-160.
- PITTA, F. T. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista do Proálcool à crise de 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.
- POSTONE, M. Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

- _____. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho – bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação, *Revista Sinal de Menos*, v. 1, n. 14, p. 38-147, mai. 2020.
- RIBEIRO, A. S. M. “Vai Crédito hoje?”: do ‘curto-circuito’ ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.
- RIZEK, C. Trabalho, moradia e cidade, zonas de indiferenciação?, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 27, n. 78, p. 41 – 49, fev.2012.
- RODRIGUES, A.; SEBRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil*. n. 64, p. 19-64, 1986.
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- SINGER, A. Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- SCHOLZ, R. Cristovão Colombo Forever? – para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”, *Revista Geografares*. n. 28, p. 116-169, abr. 2019.
- SCHOLZ, R. O valor é o homem – teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos, *Revista Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 45, p. 15-36, jul. 1996.
- SCHOLZ, R. Patriarcado e sociedade produtora de mercadorias: gênero sem o corpo. A terra é redonda. 2022. Disponível em: < <https://aterraeredonda.com.br/patriarcado-e-sociedade-da-mercadoria/> > . Acesso em: 31 de mar. de 2022.
- SEABRA, O. C. L. Urbanização e Fragmentação – cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. *Livre Docência (Livre Docência em Geografia Humana)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.
- SCHWARZ, R. Fim de século. In: SCHWARZ, R. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 155-162.

PROGRAMA LAGOAS DO NORTE E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM TERESINA-PI

Francisco Wesley Marques Brandão

INTRODUÇÃO

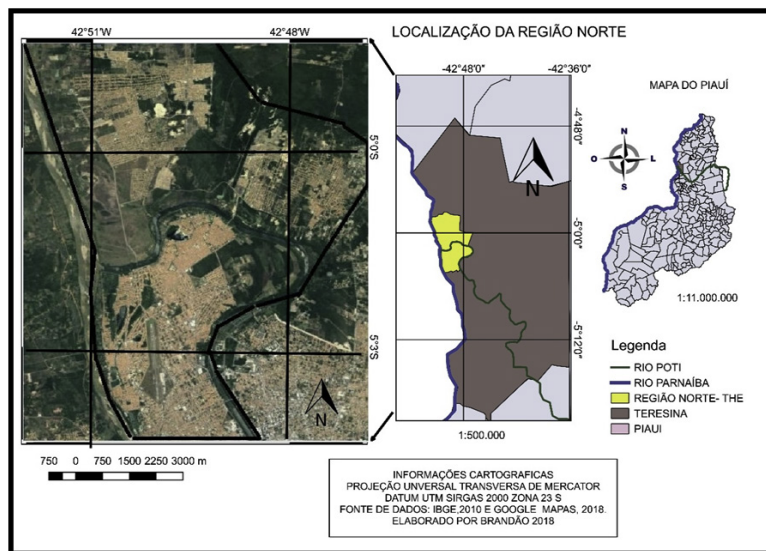
A produção do espaço urbano enquanto mercadoria em seu desdobramento produz a cidade como negócio, fragmentada, segregada, hierarquizada (CARLOS, 2015). Nesse movimento da produção do espaço urbano, ele é produzido enquanto potência estranha à vida cotidiana dos moradores, o valor de troca subsume o valor de uso e ocorrem a queda dos referenciais urbanos, privações na vida cotidiana, dificuldades de acesso à centralidade. Essas privações fazem emergir a necessidade de setores da sociedade se organizarem em movimentos sociais se articularem na busca dos seus direitos.

Na contradição da produção do espaço urbano sob a lógica da mercadoria, os planos urbanísticos realizados pelo Estado, em parceria com o Capital, assumem o papel de criar as novas possibilidades de expansão capitalista dentro do espaço urbano. Liberando novas áreas para atender as necessidades de reprodução do capital no espaço, os planejamentos urbanos ao mesmo tempo que criam novas centralidades de expansão do capital removem comunidades inteiras de espaços, construindo novas segregações e privações sentidas concretamente no plano do cotidiano, do lugar, do local (CARLOS, 2017).

Essa produção do espaço coloca em contradição as necessidades da reprodução da vida humana e as necessidades de reprodução do capital no espaço demonstrando que é no urbano (vida urbana), no cotidiano e nas lutas pelo espaço no espaço que se encontram as possibilidades

de superação do espaço como mercadoria. É nessa perspectiva que se insere o Programa Lagoas do Norte em Teresina-Piauí (V. Mapa 1).

MAPA 1: Localização da Região Norte de Teresina, PI.



Fonte: BRANDÃO, 2018.

O PLN surge no início dos anos 2000 fruto da parceria entre Governo Federal, Prefeitura Municipal de Teresina e Banco Mundial, segundo os organizadores o Programa Lagoas do Norte objetivava melhorias urbanas, ambientais e sociais na zona norte da cidade potencializado aquela área até se tornar um novo cluster turístico (TERESINA, 2014a). Esse programa foi inicialmente dividido em quatro etapas e tem como principal ponto de conflito a relação entre o Estado, através do planejamento urbano, e os movimentos sociais presentes na região que contestam o Programa Lagoas do Norte e sua execução na área.

Tendo como base a Agenda 21 da Organização das Nações Unidas e conceitos como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade o Programa Lagoas do Norte surge como uma nova estratégia de

“reurbanização” empregado pela Prefeitura Municipal de Teresina e Banco Mundial. Nesse novo processo de “requalificação urbana” o próprio plano diretor da capital com o nome “AGENDA-2015-DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, lançado em paralelo às primeiras etapas do Programa Lagoas do Norte, apontava para novos projetos urbanísticos que ocorreriam em Teresina norteados pela Agenda 21.

A Agenda 21, porém, é fruto de intensos debates sobre a sua aplicabilidade em políticas ambientais e urbanas. Para Rodrigues (2016) a Agenda 21 ao ser utilizada pelo Estado oculta uma série de problemas como conflitos, desigualdades, agentes, contradições e segregação socioespacial em prol de discursos como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, negando as contradições da produção do espaço urbano em busca da construção de uma cidade modelo. Dessa forma a integração entre poder público e desenvolvimento sustentável na produção do espaço urbano constantemente vela processos de segregação e exclusão modificando a cidade como mercadoria para especulação imobiliária e turismo

Nessa relação entre aspectos sociais e ambientais de acordo com a Prefeitura Municipal de Teresina a área impactada pela Programa apesar de ser próxima (cerca de 3 km) do centro da cidade e dos shoppings é ocupada por uma população de baixa renda coexistindo dessa forma belezas naturais, problemas sociais, elevada criminalidade, territórios insalubres, degradação ambiental, corroborando com baixa autoestima da população (TERESINA, 2014a).

Partindo desses elementos e da necessidade de “requalificar a área das lagoas” (TERESINA, 2014b), a primeira etapa do Programa Lagoas do Norte foi iniciada em 2008 e concluída em 2016. Em 2014, a Prefeitura realizou o selamento dos imóveis que seriam impactados pela segunda etapa do Programa onde estava inicialmente previsto a duplicação da avenida Boa Esperança, construção de uma nova ponte, criação de novas áreas turísticas e melhorias ambientais e econômicas. Para a realização das obras o selamento demonstrou a necessidade de reassentamento de aproximadamente 1700 moradores (TERESINA, 2014a). A necessidade de remoção de grande parte da comunidade,

falta de transparência foi o estopim para que o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, instituição formada por moradores da avenida Boa Esperança, principal área impactada pela segunda fase do Programa, fossem até o Ministério Público em busca de apoio e construíssem o movimento “Lagoas do Norte Para Quem?”. Tendo como principal alegação falta de participação popular da comunidade na construção do Programa Lagoas do Norte ainda em 2014 foram realizados os primeiros protestos em frente à sede da Prefeitura Municipal de Teresina contando com os lemas “Lutar, morar, resistir, daqui nunca sair” e “O povo que ousa lutar constrói poder popular”.

Diante disso, portanto, o “Movimento Lagoas do Norte para quem?” surge na tentativa de superação dos conflitos e privações impostos pelo Programa Lagoas do Norte e da Prefeitura Municipal de Teresina, no qual os moradores atingidos pelo Programa passaram a se organizar em um movimento social buscando a luta e resistência pela defesa do seu lugar, moradias e a participação real e concreta na elaboração e execução do PLN. Esse movimento foi inicialmente chamado de “Boa Esperança Resiste” em homenagem à avenida Boa Esperança, principal área impactada pelo Programa e sede do movimento.

Podemos ressaltar que o Programa Lagoas do Norte está inserido em um contexto urbano mais amplo, projetando concretamente no plano do cotidiano, do lugar e em escala local (dentro das cidades) representações da produção do espaço urbano em níveis globais. Destarte no plano local, do lugar, do cotidiano através do Programa Lagoas do Norte, são reveladas especificidades de um processo urbano que é resultado da mundialização da produção do espaço como nova estratégia de reprodução do capital: a cidade como mercadoria, o planejamento urbano como forma de reprodução do espaço para o valor de troca, a superação da raridade do espaço, destruição de referenciais urbanos, a criação de novas segregações e centralidades socioespaciais, e o parcelamento dos espaços das cidades de acordo com as necessidades do capital (CARLOS, 2017).

A partir dessas considerações iniciais à problemática da pesquisa pode ser levantada, onde a produção do espaço enquanto mercadoria pelo Estado, aliado ao Capital, através do planejamento urbano se

realiza produzindo a cidade como potência estranha, destruindo referenciais urbanos, modificando as relações socioespaciais, construindo uma cidade enquanto privação para os moradores e dificultando os acessos as centralidades urbanas, fazendo emergir a necessidade dos movimentos sociais urbanos lutarem contra políticas urbanísticas como forma de superação da cidade mercadoria e a realização plena da produção do espaço enquanto valor de uso. Nesse movimento dialético se insere o Programa Lagoas do Norte, contendo a participação de múltiplos atores na produção do espaço urbano (Capital, Estado e Movimentos Sociais) que através de lutas no espaço pelo espaço disputam o espaço na zona norte de Teresina. Com base nessas reflexões o objetivo da pesquisa é: analisar o surgimento e atuação do movimento “Lagoas do Norte Para Quem?” como questionamento ao Programa Lagoas do Norte em Teresina- PI.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DIREITO À CIDADE

Os problemas urbanos colocam em evidência a produção da cidade como mercadoria, naturalizando as desigualdades socioespaciais e produzindo os espaços citadinos enquanto potência estranha à vida cotidiana dos moradores. A queda dos referenciais urbanos, a produção do espaço através do valor de troca, as privações na vida cotidiana e as dificuldades de acesso a centralidade do espaço urbano, fazem emergir a necessidade de setores da sociedade em movimentos sociais reivindicarem seu direito à cidade.

A contradição da produção do espaço (valor de troca e valor de uso) demonstra que é no urbano (na vida urbana) e na vida cotidiana que a busca da superação do espaço como mercadoria pode ser realizada. Dessa forma, o direito à cidade se insere como condição e meio da superação não apenas da produção do espaço apropriada privadamente pelo capitalismo, mas também das relações sociais que tomaram o espaço como um produto da (re)produção do capital.

É através do espaço que a humanidade produziu sua vida e o mundo que vive. A produção do espaço é, portanto, uma dimensão

da própria produção social. Essa apropriação do espaço pelo homem realizou-se de modo diferente ao longo da história. No capitalismo, o espaço assume um novo e determinante papel na produção do capital, tornado-se uma mercadoria como todos os produtos do trabalho humano. Sendo uma extensão do trabalho humano, o espaço, dominado como mercadoria é produzido como valor de troca.

A partir do momento que o próprio espaço torna-se mercadoria, ele passa a ser incorporado pelo capitalismo em sua reprodução e acumulação tornando-se condição, meio e produto da (re)produção do capital e da vida humana. Como aponta Lefebvre (1973) não é apenas a sociedade inteira que é o local de produção capitalista, mas o espaço inteiro. Nesse avanço capitalista sobre Lefebvre explica que o espaço natural vai sendo reduzido e transformado em um produto social, fragmentado, setorizado, reproduzindo ativamente as relações de produção ao mesmo tempo que contribui para sua manutenção e consolidação (LEFEBVRE, 1973).

O próprio ato de produção da vida é o ato de produção do espaço. Para Carlos (2011) o homem não produz apenas o mundo concretamente, ele também produz uma consciência sobre esse mundo, produzindo a si mesmo no processo de produção, enquanto homem social, suas consciências, seus desejos. De um lado o espaço possui uma dimensão real e concreta e do outro um conceito abstrato. Em seu sentido concreto o espaço é o lugar de realização da vida, construção de referenciais, identidades, sentidos. Lefebvre, com base em sucessivas análises sobre a produção do espaço urbano, vai constatar que nesse processo as novas sociedades se apropriam de espaços preexistentes, modelados anteriormente e vão desintegrando esses espaços de acordo com suas necessidades de produção (LEFEBVRE, 1968). Na produção do espaço mercadoria o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e o capital se expande em direção a toda vida, subjugando-a no plano da vida cotidiana, do lugar, da reunião.

Nesse momento de produção do espaço o capitalismo reproduz a cidade como um negócio criando novos setores, fragmentando os espaços da cidade, parcelando, hierarquizando e aprofundando

desigualdades socioespaciais. Essa produção no espaço do espaço cria desde mercadorias e bens de consumo até a própria cidade como mercadoria.

Diante disso Carlos (2015) afirma que:

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda sociedade incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso fosse redefinido pelo valor da troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda produção em mercadoria (Carlos, 2015, p. 60).

Nesse processo de incorporação capitalista do espaço urbano a cidade torna-se um espaço de desigualdades e os processos urbanos visam a reprodução continuada do capital através da produção do urbano como valor de troca e apropriação privada da produção social. Enquanto valor de troca o espaço produzido como mercadoria entra em contradição com o valor de uso.

A cidade produzida como mercadoria e negócio pelo Capital aliado ao Estado hierarquiza os locais de acordo com sua necessidade de reprodução. Os sujeitos sociais passam a ocupar espaços constantemente segregados e distantes das áreas centrais ou que não interessam ao capital no momento. Tendo seu espaço produzido como valor de uso esses grupos buscam legitimar seus direitos à centralidade, à vida urbana e à reunião, constantemente negada e alienada pelo espaço produzido enquanto mercadoria (valor de troca).

Pádua (2018) contextualiza que o espaço, através da instrumentalização das estratégias do Estado e Capital passa a entrar em estranhamento com a reprodução da vida revelando as contradições que são resultado das necessidades econômicas. Destarte, a propriedade privada anteriormente mediada pelo uso sofre um processo de valorização entrando em contraste com as necessidades de reprodução da vida, do cotidiano e da cidade como reunião, culminando em segregações que se manifestam no campo da prática socioespacial concreta.

A respeito disso Carlos (2013) afirma que a segregação se manifesta na dimensão do cotidiano, nos diferentes acessos à moradia, transportes, pouco ou nenhum acesso às atividades urbanas, incluindo lazeres. O espaço então, enquanto condição, meio e produto da vida humana se torna um campo de embates e lutas pela sua produção, colocando em evidência às contradições capitalistas de produção do espaço e os movimentos que reivindicam o espaço como valor de uso.

Pádua (2015), analisa a atuação contraditória do Estado e Capital na produção do espaço. O autor comenta que amparado por um grande poder de barganha com o Estado, o Capital passa a produzir a cidade com estratégias voltadas para sua valorização. Em detrimento a isso emergem os movimentos sociais confrontando a dominação do Estado e Capital, atuando contra a reprodução do espaço como mercadoria e lutando por elementos concretos da vida cotidiana na cidade (PÁDUA, 2015).

Através dessa privação do urbano e da vida cotidiana, que se faz necessário mudar à cidade e a sociedade, em busca da superação da produção do espaço como valor de troca em direção a produção do espaço como valor de uso e a uma revolução urbana, ainda que utópica, mas necessária em busca do direito à cidade em sua plenitude.

O conceito de direito à cidade foi proposto no final da década de 1960 na obra de Henri Lefebvre, sendo um marco histórico na luta pela vida urbana. Para Lefebvre (2001) o direito à cidade iria muito além de apenas melhorias urbanas e participação popular nos planejamentos urbanos, sendo uma vida urbana melhorada e renovada, mais justa, que só seria possível através de uma verdadeira revolução urbana realizada pelos cidadãos. Essa revolução não se restringiria apenas ao espaço, mas também à sociedade e às relações de troca que se apropriaram da vida urbana. O autor afirma que existe uma relação entre direito à cidade e centralidade urbana, possibilidade de reunião entre todos os objetos e sujeitos. Dessa forma o direito à cidade seria uma forma legítima de recusa a se afastar da realidade urbana por uma organização segregadora.

Nessa construção histórico-conceitual, o direito à cidade em

muitos momentos foi interpretado e analisado como um conceito que não colocaria em xeque o próprio processo de urbanização, suas contradições e desigualdades espaciais, sendo considerado por muitos autores um conceito muito mais paliativo, domesticado que se referia a melhorias urbanas ou participação popular.

Dessa forma, ainda que este estudo demonstre ideias contraditórias a proposta de Henri Lefebvre, como forma de analisar as múltiplas possibilidades de pesquisar sobre direito à cidade (e como esse conceito domesticado pelo Capital e Estado assume papel ideológico de legitimar ações que contrastam como revolução da vida urbana) é com base na perspectiva marxista-lefebvriana que a teoria será construída. Destarte buscamos demonstrar a emergência de um resgate do direito à cidade em sua concepção revolucionária como forma de suplantar às privações impostas pela produção do espaço como mercadoria.

Corroborando com Henri Lefebvre, Purcell (2004) afirma que mudar à cidade é muito além de lutar por moradia e melhorias urbanas é a reinvenção da própria produção do espaço urbano, criando uma nova sociedade muito além do capitalismo, do Estado e as práticas da sociedade atual.

Harvey (2014) considera o direito à cidade como uma necessidade de reinventar as cidades de acordo com os mais profundos desejos e valor de uso, sendo ainda um direito muito mais coletivo que individual. A realização desse direito, dependeria do exercício de poder coletivo em uma sociedade organizada que buscasse a legitimação desse direito que no processo de urbanização capitalista encontra-se negado.

Harvey (2014) explica que esse direito seria ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência, objetivando uma vida urbana mais divertida e menos alienada, menos conflitante, dialética e aberta a futuros embates. Pádua (2017) pontua que na atual produção da cidade capitalista a grande maioria dos cidadãos vivem a cidade como uma privação, tendo seu direito à moradia, lazer, cultura e o conjunto da infraestrutura social e urbana negada.

Nesse processo o próprio papel do Estado busca legitimar a produção do espaço urbano pelo capital. Termos como “revitalização urbana”, “espaços degradados”, “crescimento desordenado” e “desenvolvimento sustentável” são usados nos planejamentos urbanos assumindo a função de justificar melhorias urbanas para reprodução do capital no espaço que culminam em processos de segregação socioespacial, reassentamentos involuntários, privações urbanas, destruição de referenciais e de lugares. Dessa forma, a aliança Capital e Estado no planejamento urbano produz à cidade como mercadoria, um negócio, contrastando com o valor de uso dos sujeitos sociais e pondo em contradição às necessidades da vida humana e às necessidades do capital no espaço.

O direito à cidade buscaria uma superação da ótica liberal e neoliberal de produção do espaço urbano, em que o lucro, o direito à propriedade e o valor de troca do solo urbano tornaram-se maiores que as necessidades e demandas humanas. Ao se reivindicar o direito à cidade se propõe um direito transformador, modificando como as cidades são feitas e refeitas, sendo possível sua realização através de um modo radical e fundamental (HARVEY, 2014).

A compartimentação do espaço urbano e sua desigualdade como nos lembra Canuto (2010), vão trazendo problemas como: violência, falta de lazer e cidadania, além de privações sociais. Carlos (2016) trabalha o conceito de direito à cidade como uma necessidade para a superação da contradição entre valor de uso e troca que impregnou a própria produção do urbano. A autora não dissocia a produção do espaço da dimensão da social. Para ela ao passo que a sociedade capitalista produz o espaço urbano, materializando as desigualdades o direito à cidade em uma de suas dimensões objetiva uma mudança da própria sociedade.

Para Carlos (1994) direito à cidade seria o direito à participação em uma sociedade de excluídos, uma luta por cidadania e por transformações socioeconômicas e espacial em uma sociedade segregada. A autora em outra obra contextualiza o direito à cidade também como sendo um projeto possível-impossível superando a sociedade de consumo através da construção de um novo projeto social (CARLOS, 2016).

Alves (2016) destaca que o direito à cidade seria um projeto virtual da construção de uma nova sociedade, além da atual consumista. A autora ainda comenta que seria um projeto de apropriação de riquezas, arte, cultura, lazer, produzidos socialmente em que tudo é transformado em mercadoria e através disso determinadas camadas são negadas a possibilidade de usufruir de equipamentos públicos e privados.

Como comentado anteriormente o direito à cidade ao longo de sua construção teve seu papel revolucionário constantemente negado e domesticado sendo evocado com facilidade ao se referirem a quaisquer melhorias urbanas, tornando-se em muitos casos um conceito paliativo que não põe mais em xeque a própria lógica global de produção capitalista. Nesse caso emerge a necessidade de se retornar as bases do direito à cidade como urgência, colocando novamente em evidência as contradições socioespaciais que norteiam a produção do espaço urbano e ir em direção a um novo modelo de produção espacial e conseqüentemente, uma nova sociedade urbana.

Urge compreender que o direito à cidade ao ser incorporado de modo institucional teve sua potência revolucionária banalizada. Como afirma Volochko (2018) o esvaziamento prático e conceitual de direito à cidade pode estar obstruindo a capacidade utópica e a radicalidade do conceito na sua luta contra a despossessão e naturalização da propriedade privada.

Como potência revolucionária, o direito à cidade assumiria a capacidade de transformação da sociedade e do espaço, superando o valor de troca (a cidade como mercadoria) e às relações socioespaciais capitalistas de produção indo em direção a uma nova sociedade e vida urbana, transformada e renovada, onde as apropriações do espaço se realizariam pelo valor de uso.

Nessa construção histórica conceitual, o direito à cidade começou a ser refletido e usado como plataforma de luta pela sociedade civil, de modo coletivo, através principalmente de movimentos sociais urbanos que embora em muitos casos pensem o direito à cidade do ponto de vista de participação popular e melhorias urbanas o utilizam como bandeira de luta para uma cidade mais justa e democrática.

Na dimensão apontada por Lefebvre, é através das privações sentidas no cotidiano programado, impostas pelo capital, que os grupos sociais se uniriam em busca da superação de suas opressões. Dessa forma é no cotidiano e no proletariado em movimento que estaria a possibilidade de revolução em direção a uma nova sociedade urbana. A própria luta de classes seria materializada na luta pela produção do espaço.

Como apontando por Ribeiro (2018) a escala do cotidiano e do lugar é um campo privilegiado pois ao mesmo tempo que é nela que se sente de modo mais concreto o mal estar e a miséria de uma vida de privações é nela que contraditoriamente se encontram as ferramentas de superação e possibilidade de organização da sociedade em movimentos.

A emergência da necessidade desses movimentos reivindicarem seus direitos, em quanto produtores do processo de urbanização e ativos no planejamento, deve-se muito em função do planejamento urbano como instrumento de produção de novas segregações. Quando o discurso do Estado na produção do espaço urbano é embebido em um saber “acrítico”, técnico, científico e supostamente neutro que atrita com o modo de vida das comunidades que têm seu espaço invadido e redefinido por planos urbanísticos, perdendo referenciais urbanos. O resultado é uma relação contraditória entre o planejamento urbano e os atingidos por ele no plano do vivido e do concreto.

Lefebvre (1948) aponta que é na racionalidade técnica que se justificam as ações de retirada dos moradores de áreas do interesse do capital, possibilitando o surgimento de novas racionalidades em detrimento da expulsão de populações inteiras para novas áreas. A técnica, portanto, aliada ao capital e urbanismo, refaz à cidade embelezando áreas ditas degradadas ou ociosas, criando novos espaços para a reprodução do capital no espaço e segregando populações inteiras a lugares cada vez mais distantes das centralidades.

A racionalidade técnica empregada pelo Estado aparece como estratégia para produzir espaços que aparentem ter uma neutralidade, racionais, lógicos, porém, na prática esses lugares buscam a

valorização do lucro no espaço, produzindo ao mesmo tempo novas centralidades e novas segregações, parcelando e hierarquizando a cidade, superando a raridade do espaço. Na propriedade privada ao mesmo tempo que o espaço se torna necessário para a expansão do capitalismo em sua acumulação ele se torna raro. Trata-se de uma contradição dessa sociedade o que faz necessária a realização de planejamentos urbanos que busquem a conquista de novas áreas já edificadas para que elas sejam liberadas para nesse novo processo produtivo (CARLOS, 2018).

Diante disso as resistências urbanas surgem como forma de produzir o espaço, revelando a luta no espaço pelo espaço através de cartazes, manifestações, novos documentos, produção de vídeos, casas, ruas, artes, denunciando o planejamento urbano e reivindicando direitos dentro da cidade. Ainda que esses movimentos não sejam homogêneos entre si, possuam diferenças, suas práticas urbanas de luta revelam a identidade da comunidade, seus desejos, memórias. Essas lutas, portanto, nascem na própria contradição da produção do espaço como mercadoria.

Alvarez ao comentar a respeito da importância dos movimentos se organizarem como caminho de uma nova sociedade vai dizer que:

O que parece estar posto é que o horizonte de ampliação das lutas e organização dos movimentos sociais é o caminho para fazer construir uma sociedade pautada em outro marco de sociabilidade, em que o espaço seja, sobretudo a possibilidade de apropriação e uso por todos e a centralidade urbana se realize como lugar de encontro, da reunião (ALVAREZ, 2015, p. 75).

A organização da sociedade em movimento é essencial na superação das privações sociais e espaciais impostas pelo capital ao produzir a cidade como negócio. Percebe-se, portanto, uma urgência de apropriação do espaço urbano como valor de uso na prática espacial superando a produção da cidade como mercadoria e valor de troca. Diante disso a construção do direito à cidade enquanto projeto real e concreto de força revolucionária pelos movimentos sociais é essencial para a superação das privações e contradições capitalistas que se apropriaram da produção da cidade

CIDADE DE TERESINA E PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

Inicialmente ressaltamos que Teresina, embora seja uma cidade que já nasce com status de planejada e moderna em contraste com o obsoleto e antigo, restringiu o seu planejamento urbano a áreas específicas da cidade. Dessa forma ainda que a cidade se apresentasse como moderna, essa modernidade entrava em contraste com outras áreas da cidade, em especial a região norte.

Diante disso, embora a região norte seja o núcleo de povoamento mais antigo do município (datando de 1660), “a cidade” (maneira que os moradores das áreas periféricas se referiam ao centro da capital), ou melhor, sua área central, foi fundada apenas em 1852 em uma área considerada mais salubre e segura, sem ocorrência de enchentes e febres que atingiam a região norte do município (LEAL JÚNIOR. 2014).

Enquanto a área central da cidade, tinha como forma de produção do espaço a participação ativa do Estado a partir, principalmente, de planejamentos urbanos orientando seu processo de urbanização, a região norte da cidade crescia sem maiores intervenções de políticas públicas urbanas, ocasionando um crescimento “desordenado”, na percepção do Estado, que submeteu gradativamente os contingentes populacionais de baixa renda, expulsos de outras áreas da cidade pelos planos urbanísticos e vindo de outros municípios para essa região (SILVA e SCABELLO, 2013).

Esse local passa a receber os contingentes populacionais principalmente em virtude de sua característica ambiental, que tornava o solo urbano mais desvalorizado em contraste a outros locais da cidade. De acordo com Campelo (2005) na zona norte existem cerca de 30 lagoas naturais e artificiais, ocasionadas principalmente pelo ofício de olarias, vazantes, extração de minerais realizadas nessa região. Com uma área correspondendo a aproximadamente 10 km², sendo um sistema natural de acumulação de água. Esse fragmento do espaço, portanto, passa por um processo de produção que contrastava com a área central, colocando em evidência o valor de uso e a luta por habitação e sobrevivência na cidade, em contraste ao valor de troca,

da cidade planejada para ser moderna, centro político e financeiro para as camadas sociais mais ricas do Piauí.

A partir da segunda metade do século XX, porém, uma mudança significativa na produção do espaço teresinense ocorre. Como forma de resolução dos conflitos e dualidades presentes na produção do espaço da cidade, o Estado buscando atender a um mercado imobiliário que tinha forte presença do capital público passou a reassentar tano os moradores que se deslocavam para a cidade vindo de outros municípios quanto moradores de Teresina que ocupavam terrenos socioambientalmente vulneráveis. Esses moradores foram deslocados para conjuntos habitacionais recém-criados nas periferias urbanas da cidade, distantes das áreas centrais, com pouca ou nenhuma infraestrutura.

Nesse período (entre 1960 e 1990) foram construídas mais de 20 mil habitações principalmente nas direções norte, sul e sudeste da capital (FAÇANHA, 1998). Ao mesmo tempo que ocorria um deslocamento da população “vulnerável”, de acordo com o poder público, para conjuntos habitacionais distantes do centro a região leste, gradativamente, passou a receber uma população de maior renda tornando se a área nobre da capital, causando um esvaziamento do centro de Teresina como área de habitação. Esse processo foi fruto de influência do capital imobiliário, que realizou uma forte campanha publicitária de que aquela região seria o novo espaço habitacional de alto status da cidade (LIMA, 2002).

Apenas no final do século XX, em 1990, às tensões e conflitos pela produção da cidade se realizam de modo mais notório, com a atuação mais forte dos movimentos sociais, colocando em evidência os contrastes do tecido urbano teresinense e as desigualdades socioespaciais e habitacionais que se alastravam na cidade. Colocou-se em xeque pelos movimentos sociais às políticas públicas de habitação e o papel do Estado como agente produtor do espaço urbano teresinense. De acordo com Rodrigues Neto (2005) às lutas dos movimentos sociais urbanos de Teresina eram principalmente por moradia e cidadania, desafiando a gestão da cidade, buscando combater o déficit habitacional que se alastrava por toda Teresina.

Nesse período os movimentos sociais passaram a ocupar terrenos “socioambientalmente vulneráveis”, vazios ou distantes das centralidades urbanas do capital.

No início dos anos 1990 com o grande déficit habitacional presente em toda a cidade, o Estado através da prefeitura municipal continua com uma forte política de reassentamento e regularização fundiária. Ao mesmo tempo que a PMT, aliada ao setor imobiliário realiza esse processo, documentos elaborados nesse período identificam mais de três mil famílias vivendo em área de risco e uma forte presença dos movimentos sociais realizando uma política de ocupação de terrenos vazios, latifúndios e vazios urbanos dentro da cidade (TERESINA, 1993).

Essas ocupações realizavam-se muito em função do que Lima (1996) considerou como uma carência e necessidade concretas de buscar sua sobrevivência na cidade ainda sem um senso coletivo de movimento social e de direito muito concretos dentro das lutas. Essas comunidades passaram então a viver a margem das políticas públicas, ocupando espaços vazios, sem uso social, locais considerados vulneráveis socioambientais.

No início dos anos 2000 a cidade através da Prefeitura Municipal de Teresina passa a elaborar o Programa Lagoas do Norte. Com o Programa a Prefeitura Municipal de Teresina buscaria combater a degradação socioambiental e realizar melhorias urbanas na região norte da cidade, considerada pela PMT, lócus de pobreza e degradação socioambiental (TERESINA, 2014a). Esse programa foi inicialmente dividido em quatro etapas e tem como principal ponto de conflito a relação entre o Estado, através do planejamento urbano, e os movimentos sociais presentes na região que reivindicam seu direito à cidade, moradia e maior participação popular dentro do Programa Lagoas do Norte.

A primeira etapa do Programa Lagoas do Norte teve como principais focos de atuações os bairros: São Joaquim, Parque Alvorada, Matadouro. De acordo com a Prefeitura às principais realizações dessa etapa foram: a Construção da praça Lagoas do Norte,

melhorias urbanas, viárias, ambientais e de saneamento, melhoria de capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de Teresina e construção do residencial Zilda Arns para o reassentamento dos moradores atingidos por essa etapa (TERESINA, 2014a). Essa primeira etapa teve como orçamento 100 milhões de reais deste total, 70 milhões foram contraídos através de um empréstimo com o Banco Mundial e os outros 30 milhões da parceria entre Prefeitura Municipal de Teresina e Governo Federal.

A primeira etapa do Programa, porém, teve como principal realização a remoção de mais de 510 imóveis, destes, 327 famílias foram reassentadas no residencial Zilda Arns construído através do Programa Minha Casa Minha Vida especialmente para os moradores que foram atingidos pela primeira etapa do Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2014a). No local que ocorreram os reassentamentos foram construídas praças, realizadas ampliação de avenidas e ruas além de obras de saneamento. Esses reassentamentos muitas vezes não possuem como afirma Rodrigues (2016) um estudo de impacto da vizinhança, não se atentam para as mudanças de vida que ocorrem quando as famílias são arrancadas de seus lugares, o pensamento único são compensações ambientais e se ignoram questões sociais, culturais e espaciais.

Em 2014 a Prefeitura Municipal de Teresina iniciou o processo de elaboração da segunda etapa do Programa Lagoas do Norte. Nesse período a Prefeitura Municipal de Teresina começou a realizar o cadastramento dos imóveis que seriam atingidos nessa etapa. Foram cadastrados mais de 1730 imóveis que poderiam ter remoção parcial ou total nos bairros São Joaquim, Poty Velho, Olarias e Mafrense. Aos imóveis que seriam atingidos por essa etapa foram colados selos nas portas como forma de demarcar as áreas que seriam impactadas na intervenção do Programa Lagoas do Norte. Inicialmente o principal objetivo proposto para justificar a necessidade de reassentamento e remoção desses imóveis era a duplicação da avenida Boa Esperança (importante eixo de ligação entre a área central e a região norte) e a construção de uma nova ponte sobre que serviria para ligar a avenida

Boa Esperança com outras áreas da cidade e dar maior fluidez ao trânsito de Teresina (TERESINA, 2014a).

Para permitir o reassentamento dos moradores da avenida, a Prefeitura de Teresina, juntamente com o Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, iniciaria a construção de 1.022 unidades habitacionais, na área hoje denominada de Novo Parque Brasil, localizada a cerca de 4 km da área atingida pelo Programa Lagoas do Norte, possuindo dois tipos de habitações principais, apartamentos e casas, seguindo o modelo do Programa Minha Casa Minha Vida.

A Prefeitura Municipal de Teresina, através do documento “Relatório de Avaliação Ambiental e Social” (TERESINA, 2014b) também identifica a região como um possível “cluster” turístico (ou aglomerado turístico), contando com parques ambientais, polo cerâmico e áreas para eventos. Dessa forma, após a remoção dos moradores na segunda etapa, seriam adotadas medidas para coibir novas ocupações priorizando o turismo na área considerada um novo polo turístico da cidade.

Nesse mesmo documento a PMT afirma que nessa área coexistem beleza natural com território insalubre, degradação ambiental, pobreza, elevada criminalidade e baixa autoestima da população. Ressalte-se que o lugar está localizado a apenas 3 km do centro da cidade (TERESINA, 2014b). Através dessas informações nota-se que o discurso do Estado acerca desse espaço é que embora, seja um local que possua belezas naturais, a existência de pessoas de baixa renda morando na região contribui tanto no que diz respeito a problemas como degradação ambiental até problemas sociais como pobreza e criminalidade deixando a população do local com baixa autoestima devido esse arcabouço de problemáticas.

Como justificativa da realização do Programa Lagoas do Norte a Prefeitura Municipal de Teresina atribui à comunidade a responsabilidade pelos problemas ambientais e sociais encontrados no local e designa o Programa para reurbanização e requalificação desse espaço. Tal discurso, porém, busca legitimar um processo de segregação e construir um novo espaço, sem a presença dos moradores. A aliança

entre Capital e Estado no planejamento urbano busca permitir que novos espaços possam ser reinseridos na centralidade urbana. No caso da área atingida pelo Programa Lagoas do Norte é ressaltado que o espaço localiza-se a 3 km da área central de Teresina demonstrando sua importância estratégica dentro do processo de (re)urbanização.

Dessa forma como afirma Rodrigues (2013) os moradores quando ocupam áreas que o Estado considera impróprias para moradia e degradadas são chamados de dilapidadores do meio ambiente, porém, quando essa área passa a ser interesse do capital e os moradores são removidos a nova produção do espaço e seus produtores são considerados alavancadores do desenvolvimento sustentável. Podemos observar, portanto, a contradição do discurso entre a produção do espaço pelos moradores e pelo Capital com a participação do Estado na construção de políticas e planejamentos urbanos.

Esse selamento e a necessidade de reassentamento dos moradores para execução do Programa Lagoas do Norte fez com que os moradores da avenida Boa Esperança através do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, órgão criado pelos próprios moradores em 2008, passaram a buscar junto à Prefeitura Municipal de Teresina informações referentes ao Programa Lagoas do Norte. Alegando uma falta de diálogo com a Prefeitura o Centro de Defesa Ferreira de Sousa passou então a buscar apoio com o Ministério Público, movimentos sociais, universidades e igrejas, objetivando uma maior articulação em prol de maior respaldo jurídico e de pesquisas acadêmicas referentes a área para contrastar com os estudos elaborados pela Prefeitura.

O “movimento Lagoas do Norte Para Quem?” ou “Boa Esperança Resiste” (como foi inicialmente chamado) conta com o lema “morar, lutar, resistir, daqui nunca sair” tinha como meta inicial reivindicar à permanência dos moradores no local e que o Programa fosse executado sem que fosse necessário a remoção dos moradores como foi proposto pela Prefeitura Municipal de Teresina e uma maior participação da comunidade no planejamento do PLN.

O Centro de Defesa Conta então com o apoio de discentes oriundos de várias universidades e faculdades que em muitos casos realizam

pesquisas na área com auxílio dos moradores. O movimento conta com apoio também de outros movimentos sociais e de igrejas que atuam na área dando desde suporte financeiro para os deslocamentos, impressão de material, divulgação como também participando ativamente nos protestos e manifestações.

O movimento tem como uma de suas principais estratégias de organização social a construção de formações pedagógicas sobre questões como: direito à cidade, direitos culturais, organização popular, movimentos sociais, cinemas populares, criação do museu vivo da Boa Esperança. O público alvo dessas formações vão desde crianças até adultos que tem como principais metas buscar uma formação de base e criação de novas lideranças dentro do movimento. Essas estratégias contam com a participação e organização de outros movimentos sociais e da Organização Popular de Aracati (OPA) organização popular que se encontra em cidades do Piauí (Teresina, Parnaíba), Ceará (Fortaleza, Aracati, Sobral, Crateús) e Maranhão (São Luís). Essa organização tem como lema “O povo que ousa lutar constrói poder popular”.

Em dezembro de 2017 a Prefeitura Municipal de Teresina, através do Banco Mundial e consultorias de engenharia elaborou, um termo de referência sobre o dique dos rios Parnaíba e Poti, construído pelo Departamento de Obras Contra a Seca em 1970 e posteriormente ampliado em 1985. Esse dique tinha como função evitar a ocorrência de novas enchentes ocasionadas pelos rios Parnaíba e Poti (TERESINA, 2017). No termo de referência elaborado pela Prefeitura era alertado que caso os moradores da avenida Boa Esperança não fossem removidos para outras áreas o dique correria risco de romper, haja vista que os imóveis localizavam-se sob ele, fato que era considerado pela Prefeitura Municipal de Teresina um grave problema (TERESINA, 2017). Após o reforço do dique e reassentamento dos moradores a Prefeitura Municipal de Teresina iria duplicar a avenida Boa Esperança e construir parques urbanos como força de coibir possíveis novas ocupações de moradia na área (TERESINA, 2017).

Esse documento foi amplamente divulgado pela mídia local e

contribuiu para uma percepção negativa sobre a região e luta dos moradores. Estes, porém, juntamente com o Ministério Público solicitaram apoio da Universidade Estadual do Piauí para realizar mapeamentos como forma de contrastar com o discurso empregado pela Prefeitura Municipal de Teresina sobre a área e os projetos que seriam realizados na segunda etapa. Contestando a visão da Prefeitura Municipal de Teresina sobre o dique o movimento “Lagoas do Norte Para Quem?” alegou que em documentos anteriores referentes ao dique a Prefeitura não apresentou a existência de problemas estruturais e que o reassentamento de grande maioria dos moradores proposta pelo Programa Lagoas do Norte em virtude da duplicação da avenida Boa Esperança, da construção de uma nova ponte sobre o rio Poti, e de parques para lazer e alguns empreendimentos imobiliários de maior porte e só após a organização dos moradores e participação do ministério público e outros movimentos a Prefeitura Municipal de Teresina mudou o discurso para os reassentamentos, passando a justificar sua necessidade pela segurança do dique.

A mídia é um importante meio de divulgação do Programa Lagoas do Norte, os moradores inclusive questionam o papel dela na propaganda negativa da região ao enfatizarem que moram em “área de risco”, considerados “pobres” e que suas casas ameaçam grande parte da cidade, caso não sejam removidas. Dessa forma, ao conseguirem que suas atividades tenham a divulgação, tanto por meio de sites, como televisão, o movimento tenta modificar a visão do restante da cidade sobre a área desmistificando o discurso hegemônico do Estado no planejamento urbano.

Embora exista um comitê gestor do Programa Lagoas do Norte com a participação de membros da comunidade, ministério público, lideranças políticas e membros da Prefeitura Municipal de Teresina os moradores alegam um tecnicismo exagerado por parte da prefeitura, falta de transparência e ausência de participação efetiva dos atingidos pelo Programa. Dessa forma através de uma articulação em movimentos sociais a comunidade atingida pelo Programa Lagoas do Norte busca legitimar seu direito à cidade na região norte de Teresina-Piauí.

CONCLUSÃO

O direito à cidade é um termo muito discutido depois que foi cunhado inicialmente no final da década de 1960. Desde então vários teóricos, juristas e movimentos sociais atribuem significados distintos que convergem para a luta por uma urbanização mais participativa, cujos protagonistas são os cidadãos, sendo uma revolução não apenas do processo de urbanização, mas também da sociedade.

A cidade e seus aspectos visíveis e invisíveis são produções da sociedade que releva às contradições, desejos e problemas e que torna o solo urbano uma mercadoria. No contexto da urbanização algumas áreas em um primeiro momento não são vantajosas para os grandes produtores do espaço urbano e passam a ser ocupadas por pessoas que em muitos casos não podem morar em outros locais. Com o passar dos anos, no entanto essas áreas podem adquirir uma nova função dentro do processo de produção do espaço urbano, cabendo ao Estado desenvolver formas de remover e reassentar os moradores que anteriormente a ocupavam para outras áreas objetivando atender a demanda dos grandes grupos do capital.

Em Teresina, especialmente na região norte da cidade, as lutas e resistências urbanas ocorrem através da articulação dos moradores em movimento social na tentativa de superação do planejamento urbano como estratégia do Estado em aliança com o Capital.

Conclui-se que de fato o Programa Lagoas do Norte trouxe melhorias para as regiões impactadas na primeira etapa e que estão previstas novas melhorias para outra região. No entanto, a partir, a partir do momento que se nega a comunidade uma maior participação e protagonismo, se negociação com moradores sem a presença do Ministério Público para mediar e justifica que a comunidade não possui o conhecimento técnico para entender o Programa, se vai totalmente em desacordo com o que é previsto pelo Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), Constituição Federal (BRASIL, 1988) ainda que distante ao direito à cidade proposto por Henri Lefebvre nos anos 1960. Trata-se mais de uma reforma urbana do que de fato a revolução proposta.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, I. P. Produção do Espaço em Tempos de Crise. In: CARLOS, A.F. A. et al. Justiça Espacial e Direito à Cidade. São Paulo. Contexto, 2015.
- ALVES, G. A. O Direito à Cidade e Luta Pelo Devir. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona. 2- 7 de maio de 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. 1988.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos deputados, 2001.
- CAMPELO, C. Estudo urbanístico e paisagístico para a região das Lagoas do Norte: estudo para a Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Teresina, 2005.
- CANUTO, E. M. A. Direito A Moradia Urbana: Aspectos Da Dignidade Da Pessoa Humana. Belo Horizonte: Fórum. 1 ed. 2010.
- CARLOS, A. F. A. Geografia Crítica Radical e Teoria Social. In: CARLOS, A. F. A. et: Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método. Contexto. São Paulo, 2018.
- CARLOS, A. F. A. Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole. São Paulo: EDUSP, 2017.
- CARLOS, A. F. A.. O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade. Boletim paulista de Geografia, v. 100, p. 1, 2016.
- CARLOS, A. F. A. A Reprodução do Espaço Urbano Como Momento de Acumulação Capitalista. In: CARLOS, A.F.A. Crise Urbana. São Paulo. Contexto, 2015.
- CARLOS, A. F. A. A Prática Espacial Urbana Como Segregação e o “Direito à Cidade” Como Horizonte Utópico. In A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial. CARLOS, A. F. A. São Paulo. Contexto, 2013.
- CARLOS, A. F. A. A Condição Espacial. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. São Paulo: Contexto. 1994.
- CHAVES, S. V. V. VULNERABILIDADE ÀS INUNDAÇÕES EM TERESINA, PIAUÍ. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista: Rio Claro, 2015.
- FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 1998.

- HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Trad.: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEAL JUNIOR, J. Expansão Urbana, planos urbanísticos e segregação urbana: o caso de Teresina-PI. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- LEFEBVRE, H. Direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. La Survie du Capitalisme. Paris: Anthropos, 1973.
- LEFEBVRE, H. La Production de l'espace. 2. Ed. Paris: Anthropos, 1968.
- LEFEBVRE, H. Critique de la vie quotidienne 1. Paris: L'Arche Éditeur, 1948.
- LIMA, A. J. de. Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI. 1996.
- LIMA, I. M. M. F. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. Scientia et Spes, 1(2):181- 206. 2002.
- PÁDUA, R. F. D. Lutas Urbanas, Cotidiano e Emancipação. In: CARLOS, A. F. A. Et Al. Justiça Espacial e Direito a Cidade. São Paulo. Contexto, 2015.
- PÁDUA, R. F. D. Pensando a Noção de Prática Socioespacial. In: CARLOS, A. F. A. Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método. Contexto. São Paulo, 2017.
- PURCELL, M. The right to the city: the struggle for democracy in the urban public realm. 2002. Disponível em <: http://faculty.washington.edu/mpurcell/policy_politics.pdf>: acesso em: 20 jul. 2020.
- RIBEIRO, F. V. A Prática Socioespacial da Resistência. In: CARLOS, A. F. A. et: Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método. Contexto. São Paulo, 2018.
- RODRIGUES. A. M. A Matriz Discursiva Sobre o “Meio Ambiente”. In: CARLOS, A. F. A. Et Al. A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Escalas, Conflitos. São Paulo. Contexto, 2016.
- RODRIGUES NETO, E. X. Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina: um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. 2005. 155f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.
- SILVA, I, S. A.; SCABELLO, A. L. M. O Poti Velho: uma abordagem etnoarqueológica. Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 2, art. 4, p. 66-83, Abr/Jun. 2013.
- SOUZA JÚNIOR, X. S. D. S. D. Um olhar geográfico sobre o conceito de

- movimento social Urbano. Revista Formação, nº14 volume 1 – p. 150-166, 2007.
- TERESINA. Censo das Vilas e Favelas – Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários (SEMTAC) – PMT – 1993.
- TERESINA. Estudos De Avaliação Das Condições De Estabilidade E Segurança Do Dique Dos Rios Poti e Parnaíba. 2º Painel De Avaliação Banco Mundial. Org: Prefeitura de Teresina. Teresina, 2017.
- TERESINA. Marco de Reassentamento Involuntário. Org: Prefeitura Municipal de Teresina- Secretaria Municipal de Planejamento. Teresina, 2014a.
- TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN). Avaliação Ambiental e Social do Programa Lagoas do Norte – Fase II, relatório de avaliação ambiental e social. Org: Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 2014b.
- VOLOCHKO, D. Conflitos Socioespaciais, Socioambientais e Representações: Dimensões de Análise Urbana. In: CARLOS, A. F. A. et: Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método. Contexto. São Paulo, 2018.

TERRA, PODER E RENTISMO NA REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE

Alexandre Yassu

INTRODUÇÃO

No curso no século XXI a propriedade privada da terra parece ter uma relevância renovada no desenvolvimento histórico da economia mundo capitalista, evidenciada na crise de 2008 do mercado de hipotecas “subprime”. Desde então, a financeirização da terra, por meio do aprofundamento da conexão entre setor imobiliário e o mercado financeiro, tornou-se um tema de grande relevância nas pesquisas acadêmicas, no campo da economia, nas ciências sociais e, por fim, para o campo de estudos urbanos. Entretanto, conforme já afirmamos acima, é uma relevância renovada visto que a propriedade privada é central no funcionamento da economia capitalista. Desse modo, este artigo tem o objetivo de apresentar aspectos históricos e as transformações da propriedade privada da terra e do poder desta classe de grandes proprietários sobre a reestruturação da metrópole, faremos isso a partir da trajetória da família Abdalla. Ressaltando o hibridismo das formas de atuação, mesclando novas e velhas estratégias rentistas.

O proprietário da terra possui participação notável no processo de acumulação do setor imobiliário. No caso estudado neste trabalho, o desenvolvimento imobiliário de Cajamar, na Região Metropolitana de São Paulo(RMSP), isso é potencializado, pois, todas as propriedades que serviram de base para os empreendimentos desenvolvidos são de apenas uma família, a família Abdalla. Fato que foi destacado, por entrevistados como sendo o catalisador dos processos que ali se desdobraram. São cerca de cinco milhões de metros quadrados de terras, somente em Cajamar. Desse modo aqui buscamos evidenciar

como o poder desta classe e a coalizão que esta organiza converge com os interesses do setor imobiliário financeirizado na sua busca por grandes extensões de terra e pelo controle monopolista de novas frentes imobiliárias com o objetivo de ampliar as possibilidades de captura da renda fundiária.

O artigo se organiza numa primeira parte que aborda a propriedade privada da terra no capitalismo, tentando reunir aspectos que a relacionem com as transformações recentes oriundas da dominância financeira. O capitalismo contemporâneo marcado pela dominância financeira encontra na renda sua principal forma de remuneração. Um capitalismo de propriedades (PAULANI, 2016). Uma segunda parte na qual nos dedicamos, às particularidades da propriedade da terra e da classe de proprietários no Brasil. Na terceira parte apresentamos a trajetória da família Abdalla e sua relação com o desenvolvimento urbano e reestruturação da metrópole. Por fim, fazemos uma conclusão, refletindo sobre as questões levantadas.

A PROPRIEDADE E O CAPITALISMO

Parte da sociedade exige da outra um tributo pelo direito de habitar a terra, o ar e por conseguinte o que serve para conservar e desenvolver a vida. (MARX, 1979, p. 888)

A terra como uma mercadoria impossível (POLAYNI, 1980), por ser uma fração do globo, uma dádiva da natureza, não é produzida pelo trabalho, portanto, é apropriada por meio da propriedade privada da terra, uma representação jurídica de um bem único, exclusivo, portanto, monopolizado. Uma classe ociosa e parasitária (MARX, 1979b) de proprietários que exige um pagamento para a sua utilização, sem nada produzir, extrai a riqueza gerada pela sociedade apenas por possuir um título de propriedade. Este tributo é a renda fundiária. Portanto, em troca do acesso ao valor de uso da terra, surge a renda, como forma de precificação de um bem que não tem valor. Um bem propício à especulação, uma das formas de manifestação, do que Marx definiu, como capital fictício, uma mercadoria fictícia que

também se valoriza de maneira fictícia, por não possuir valor. Uma mercadoria fictícia transacionada em um mercado peculiar, o mercado de terras ou mercado de solo, onde esta “mercadoria” é buscada por um preço. Um preço que é a expressão de uma localização produzida socialmente e de uma raridade artificialmente produzida, que é capaz de aumentar seu preço de maneira fictícia, amplia, assim, as rendas fundiárias que devem ser atribuídas ao proprietário deste título.

No caso da produção industrial a terra funciona como suporte da atividade que deve ser remunerada periodicamente através de um aluguel. Entretanto, no caso da produção imobiliária de mercado isso ganha outros contornos. Na produção imobiliária a terra é parte do processo de produção e se “incorpora” ao objeto imobiliário produzido, gerando uma confusão entre o que seria o valor da mercadoria imobiliária e o que seria o preço pago pela terra, que, ao final, se constitui ilusoriamente como um preço global final. Um fetiche em que o processo de valorização do valor e de capitalização da renda fundiária se misturam. Na capitalização da renda, transmite-se a propriedade a outrem, fato que pode se tornar uma trava ao desenvolvimento do próprio mercado imobiliário, a depender da relação de uso que o novo proprietário estabelecerá com a mesma, podendo retirá-la da circulação por longos períodos. Fazendo da propriedade da terra um elemento contraditório na produção capitalista do ambiente construído. Se de um lado ela é parte fundamental para garantir a acumulação do setor da construção, por outro lado ela se coloca como entrave ao seu franco desenvolvimento, pela diversidade de formas de uso da mesma, pelo seu caráter físico-imobiliário e monopólico (fração única do globo terrestre).

A propriedade fundiária só se torna limite absoluto, quando o acesso à terra, como campo de aplicação do capital, depende de se pagar um tributo ao proprietário dela.(...) A propriedade de um terceiro sobre o solo onde se pretendia edificar constitui um limite à indústria de construções em geral. (MARX, 1979, p. 878)

A transformação da atividade imobiliária, agora financeirizada, manifesta-se nos empreendimentos imobiliários e é marcada pela busca por grandes montantes de rendas fundiárias, em grandes

glebas de terra e em novas frentes de expansão territorial. As grandes glebas permitem o aumento das dimensões dos empreendimentos e viabilizam a ampliação da capacidade de extração de rendas (MARX, 1979b). Dessa maneira, o setor imobiliário financeirizado vai ao encontro do grande proprietário de terras para se desenvolver sem as travas de usos não capitalistas da terra, entretanto, isso não ocorre sem contradições. Aqui neste trabalho isto acontece de uma forma peculiar, pois, toda a atividade imobiliária ocorreu nas terras de uma única família, a família Abdalla. Em Cajamar, quase toda a propriedade, da pior a melhor terra, se encontra em propriedade desta família, que tem o poder absoluto de controlar a sua mercantilização.

As rendas fundiárias se dividem, segundo Marx (1979a), em renda diferencial I e II, renda de monopólio e a renda absoluta. Aachamos importante destacar a renda absoluta. Pois, esta é a expressão essencial da existência da classe de proprietários da terra, que permite a exigência desse tributo, a renda, mesmo na pior e menos produtiva fração de terra que pode impedir o acesso à terra por outros grupos, seja intercapitalista, como entre classes opostas. Harvey (1974) vai se aprofundar na renda monopólio com o foco no poder de monopólio dessa classe de proprietários. Um poder capaz de conseguir um retorno financeiro de maneira arbitrária, ou seja, é capaz de impor um preço. O espaço urbano como uma natureza fabricada pelo homem, por meio da construção de infraestruturas espacialmente concentradas, cria localizações. “O processo de urbanização cria uma escassez onde não existia. Se a renda é o pagamento por um fator de produção escasso, então o processo de urbanização, também, multiplica as oportunidades para a realização de rendas” (HARVEY, 1974, p. 239, tradução nossa). O conceito chave para o autor é o *monopólio de classe*. O monopólio dessa classe deriva, também, do fato destes proprietários poderem sobreviver sem negociar suas propriedades, uma forma de entesouramento de riqueza e de controlar a temporalidade da mercantilização desta terra. Dentro do contexto da escassez fabricada pela urbanização, esta classe tem o poder de coação sobre as outras classes. Pode controlar o acesso tanto a uma localização de prestígio social das classes abastadas, quanto o acesso

das classes populares aos cortiços e favelas. O poder dessa classe pode aumentar de acordo com a liberdade de escolha de cada classe⁴⁷. Entretanto, o autor destaca que, para a realização do monopólio de classe, estes dependem de um desenvolvedor-especulador, que, na sua descrição, se assemelha a um incorporador imobiliário (RIBEIRO, 1997). Os desenvolvedores vão promover a mudança de uso em um *tempo* ótimo, “procura organizar as externalidades para aumentar o valor do desenvolvimento existente, e geralmente trabalha com a função de coordenar e estabilizar em função das incertezas do mercado” (HARVEY, 1974, p. 242, tradução nossa). Nesse sentido, os desenvolvedores devem reduzir as incertezas através de influências no planejamento e na regulação do solo urbano, essa função, também, pode ser conduzida por um agente local desenvolvedor. A coordenação do mercado é dinâmica e cria sub-mercados, para determinado consumo de classe. Ilhas com atributos específicos, onde é exercido o poder de classe, restringindo o acesso à mercadoria imobiliária pela imposição de um preço, expressão do *class-monopoly rent*. Estas ilhas são remodeladas ininterruptamente. Neste movimento, grupos são constringidos, expulsos ou removidos, sendo enviados de uma ilha a outra, onde se confrontará com outro monopólio.

Em nosso caso, podemos supor que, pelo fato de toda propriedade ser da família Abdalla, esta controla todas as localizações e pode administrar todo o gradiente de rendas existente no mercado de solo de Cajamar, que, também, é parte do mercado do solo metropolitano. Além disso, a família, por meio de acordos legais ou ilegais, extra econômicos, pode garantir a determinados incorporadores o direito de desenvolver estas novas frentes de expansão sem as barreiras de outros proprietários, no tempo ótimo. Neste sentido, podemos questionar se este, a família Abdalla, não poderia praticar preços abaixo do mercado de solo como atrativo, visto que o *rentgap* existente

47 Esse aspecto é muito bem desenvolvido em Abramo (1997), o autor desenvolve, a partir de uma visão da economia neoclássica, uma teoria sobre a localização residencial. De forma simplificada, indica que, de acordo com os fatores de renda e distância, se estabelecem um mosaico de localizações que pelo mercado distribuem as classes pela cidade.

já é enorme, pois a concentração destas terras é fruto de um processo histórico de apropriação espoliativa de excedentes e de patrimônios, traço histórico da constituição da estrutura fundiária no Brasil. Não procuramos responder essa questão, mas a seguir apresentamos as particularidades da constituição da estrutura fundiária brasileira e o histórico da família Abdalla.

A CLASSE DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NO BRASIL: DO CATIVO AS FINANÇAS INTERNACIONAIS

A venda de uma mesma terra a diversos compradores; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; o remembramento de terras às margens das grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já remembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada. (PRIETO, 2017, p. 10)

No Brasil as práticas citadas acima são corriqueiras, cotidianas, e hoje são coroadas com o posto político mais alto do país. Aqui, a classe de proprietários da terra possui grande poder político e social, além de notória a obscena concentração de terras, tanto urbana como rural. Uma tradição de acumulação patrimonial e rentista pela contínua expansão territorial sustentada no autoritarismo. Assim, julgamos importante fazer esta breve reflexão sobre a propriedade privada da terra e sua classe como forma de caracterizar o seu poder no sentido

marxista no tensionamento da divisão do excedente, e trazer um importante aspecto que caracteriza a economia brasileira.

O regime de terras no Brasil se estabeleceu ligado ao fim da escravidão, na criação da propriedade privada, que não existia. “Tenha-se em conta que na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia da compra, e sim da cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia, propriamente, a não ser como exceção, a propriedade fundiária” (MARTINS,[1979] 2010, p. 39). A renda era extraída do escravo e este não funcionava como um capital fixo, mas como uma propriedade, onde se adianta capital para sua aquisição e se explora para se extrair renda, como defende Martins ([1979] 2010). “No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio de garantir a sujeição do trabalho ao capital” (MARTINS,[1979] 2010, p. 49). No momento que o trabalho passa a ser livre a terra se torna cativa. A lei de terras e a abolição do tráfico de escravos são movimentos consistentes da transição do capitalismo no Brasil (COSTA, [1966] 2012). É parte da consolidação do processo de acumulação mercantil, na convergência de interesses nacionais (fazendeiros-empresários) e internacionais na formação do trabalhador livre. Entretanto, a transição do caráter da posse da terra, permanece histórica e propositadamente incompleta. Uma indefinição instrumental que permite um contínuo ajuste de seus limites nos corredores de pilhas de registros de imóveis, inicialmente, nas paróquias, nos registros paroquiais, e hoje, na caixa-forte dos cartórios.

Durante as décadas de 1950 e 1960 se efetivou uma ampla aglutinação política de classe com uma coesão raramente vista na história brasileira, coesão que se mobilizou para a manutenção dos interesses dos capitalistas urbano-industriais nacionais e multinacionais e das oligarquias fundiárias. (PRIETO, 2017,p. 8).

Tavares (2000) destaca que:

O tensionamento dos interesses dessa classe é um dos fatores da “permanente oscilação entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário”. Um tensionamento que seja uma ameaça “a concessão de “garantias” para a

apropriação privada do território como forma patrimonial de riqueza e exploração predatória de recursos naturais, expulsão e incorporação de populações locais e imigradas, submetidas a toda forma de exploração conhecidas. Portanto, a perturbação da ordem democrática orbita em torno da classe de proprietários fundiários e revela o caráter conservador e antidemocrático do setor⁴⁸ (...) Esse forte autoritarismo ligado à terra e ao dinheiro serviu sempre de embasamento para aniquilar as lutas populares” (p. 452-454).

A coerção consiste em uma forma de ampliação constante das fronteiras de acumulação: a manutenção de uma fronteira em aberto, que, de maneira ambígua, proporcionou a existência de espaços não mercantilizados ou sub-mercantilizados em mercados irregulares, que os trabalhadores, superexplorados, ocupam para se estabelecer.

[Uma] fuga pra frente das populações em busca do espaço livre, que ao ser ocupado reproduzia, na fronteira de expansão da acumulação capitalista, as relações sociais econômicas desiguais e combinadas que constituem a marca mais forte da heterogeneidade social crescente da sociedade brasileira.(...) A heterogeneidade social explica-se sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação de capital, em condições de dominação que vão se alterando no tempo e nas formas de ocupação do território, mas que sempre confirmaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão de obra. (TAVARES, 2000, p. 455)

Esse processo dinâmico de fechamento e abertura de fronteiras internas é parte da forma de acumulação patrimonialista rentista e suas constantes manobras jurídicas e repressivas de apropriação do território. Além disso, a grande heterogeneidade estrutural e social intensifica o monopólio de classe de proprietário. Permite que a acumulação de capitais urbanos rentistas, ligada à atividade

48 Nota-se, por exemplo, que em São Paulo a SRB (sociedade rural brasileira) foi uma das principais articuladoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em março de 1964, conforme argumenta Martins (1994), marcha que foi reproduzida em escala local e incentivada pelas lideranças latifundiárias em diversas regiões do Brasil para o espraiamento da ideologia capitalista da propriedade privada, do conservadorismo político, do antirreformismo social e do anticomunismo. (PRIETO, 2017, p.10).

imobiliária, fosse extraordinária, visto que terras urbanizadas, servidas de infraestrutura, são concentradas e sua “escassez” é uma forma de garantir, por um lado, a sobrevalorização patrimonial, e, por outro, a permissividade temporária do acesso à terra desmercantilizada e sem infraestrutura. Um modelo integral de acumulação urbano.

[O movimento de fuga pra frente] implicou na utilização do território urbano como amortizador do conflito social de um capitalismo que promoveu massivamente a transferência para a cidade da população rural, conformando um gigantesco exército de reserva, o que somente foi possível em função da utilização da cidade como fronteira aberta à ocupação pelo trabalhador. (RIBEIRO, 2018, p. 66)

A acumulação patrimonial é um dos pilares que sustentam o pacto de dominação social brasileiro “entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro” (TAVARES, 1999). Outro ponto de estruturação deste pacto se assenta “nas relações ‘patrimonialistas’ entre oligarquias regionais e o poder central por intermédio de sua representação política, quando se trata da distribuição e da apropriação dos fundos públicos” (TAVARES, 1999, p. 138). Tal pacto evidencia o poder particular dessa classe de proprietários no Brasil, que historicamente, recorre a mecanismos pouco convencionais e mobiliza o poder estatal para garantir espaços de alta lucratividade.

A concentração da estrutura fundiária brasileira e sua expressão territorial peremptória, o latifúndio, conformaram-se em mecanismos jurídicos, sociais, econômicos e políticos advindos de uma reprodução contínua da acumulação originária do capital. Ou seja, constata-se a permanência da produção (não capitalista) de capital no capitalismo brasileiro. A apropriação privada de terras devolutas e públicas e as formas de instituir e burlar leis, a realização de pactos territoriais e alianças econômicas entre classes sociais burguesas, a consolidação de interesses políticos a partir do domínio (ou do consentimento do domínio a classes aliadas) do Estado revelam que o capitalismo no Brasil apresenta uma via específica de desenvolvimento baseado na centralidade da apropriação desmedida de (super-) renda da terra realizando um rentismo à brasileira. (PRIETO, 2017, p. 14)

Em Cajamar isso se expressa na sua estrutura fundiária e sua

concentração pela família Abdalla. Representada por José João Abdalla Filho e seu primo, Antonio Abdalla, herdeiros de José João Abdalla, que foi um dos homens mais ricos do país: industrial, banqueiro, político e latifundiário. Hoje, a família e seus herdeiros, continuam entre os mais ricos do país e são grandes proprietários de terras urbanas e rurais, por todo o país, principalmente no Estado de São Paulo. Uma concentração de terras aguda, que, por seu alcance e poder de classe, influencia na produção do espaço em escala metropolitana com grandes extensões de terras.

OS DONOS DA TERRA

José João Abdalla, conhecido como J. J. Abdalla (Guaratinguetá, 1903 — São Paulo, 1988), foi um empresário, industrial, banqueiro, latifundiário, construtor e político. J.J. Abdalla foi deputado estadual por São Paulo por quase 20 anos. Formado em medicina, criou o Grupo JJ Abdalla, um império industrial, financeiro, imobiliário, agropecuário e minerador. Um empresário com extensa ficha criminal, respondeu a mais de 500 processos por irregularidades empresariais, crimes contra a economia popular e por transgredir as leis trabalhistas, sonegar imposto etc (ABDALLA CPDOC/FGV, 2018, JESUS, 1992, ANDRÉ, 2013; SIQUEIRA, 2001, 2009). J.J. Abdalla iniciou sua carreira política, na vigência do Estado Novo, como prefeito de Birigüi, nomeado pelo interventor paulista Ademar de Barros. Durante o processo de redemocratização do país, em 1945, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo, governado por Ademar de Barros. No Congresso, foi membro da Comissão de Comércio e Indústria e votou a favor da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.

J.J. Abdalla foi dono de um grande número de indústrias, atuando em diversos segmentos, com destaque para um grande complexo têxtil, de mineração de ferro e outros. Entretanto, a maior e mais importante indústria de J.J. Abdalla foi a primeira fábrica de cimento do Brasil.

No período em que cumpria seu primeiro mandato de deputado federal (1946-1948), comprou a Companhia de Cimento Portland Perus, através de manobra qualificada pelos jornais de fraudulenta, lesando o antigo proprietário, um grupo canadense. A partir daí, expandiu seus negócios, desenvolvendo um amplo leque de empresas industriais, financeiras e agropecuárias. (ABDALLA CPDOC/FGV, 2018, digital sem paginação)

A *Brasilian Portland Cement* foi a maior fabricante de seu setor no país, controlando pedreiras, usinas, minas e ferrovias que empregaram milhares de pessoas. Foi fornecedora de insumos para as grandes obras de construção civil que aconteciam no Brasil. Dono de um gigantesco império industrial e uma das pessoas mais ricas do país, montou seu próprio banco para atuar como braço financeiro de suas empresas. Em 1942 fundou o Banco Interestadual que, devido à sua influência política, apadrinhado de Ademar de Barros, conseguiu assumir carteiras de crédito imobiliário nos programas de construção pública no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Ao longo de 30 anos de atividade, o “mau patrão”, como ficou conhecido por todo Brasil, sempre esteve em meio a processos judiciais movidos pelo poder público federal e estadual, bem como processos trabalhistas. Atrasava o pagamento de salários, promovia a perseguição a funcionários, não promovia reajustes salariais etc. Os cortes de funcionários acarretaram acidentes graves na fábrica de cimento de Perus por falta de manutenção, geraram na época um grave problema de poluição, pela eliminação dos filtros nos fornos, uma forma de gestão calcada no autoritarismo e em outros artifícios extraeconômicos. Em 1969, durante a ditadura militar, ficou constatado que, através da holding Cibrape, suas 32 empresas não pagavam quaisquer impostos (SIQUEIRA, 2009; JESUS, 1992). Foi então processado e preso. Novamente preso em 1973, teve sete de suas empresas confiscadas, entre elas a Cibrape. Contudo, através de manobras jurídicas, impediu a ação da Justiça contra algumas delas.

Em setembro de 1975, o presidente da República Ernesto Geisel decretou, com base no Ato Institucional nº 5, o confisco de outros bens de J. J. Abdalla — que foi ao mesmo tempo preso, para saldar dívidas

tributárias com os poderes públicos. No ano seguinte, com base em proposta da Comissão Geral de Investigações, foram confiscadas outras empresas do grupo. Em consequência do reiterado desrespeito às leis trabalhistas, as empresas de J. J. Abdalla foram afetadas por repetidos movimentos grevistas. Sendo o maior e mais conhecido os “Queixadas” na Fábrica de Cimento Portland em Perus, São Paulo, que se iniciam em 1958 e culminam na grande paralisação de 1962. O levante dos “Queixadas” tem forte relação com a história da região e foi uma das maiores greves da história brasileira (SIQUEIRA, 2009; JESUS, 1992). No ano de 1969, os trabalhadores venceram a disputa contra J.J. Abdalla e deveriam receber os salários pelos 7 anos de greve. Em 1973 é feita uma intervenção federal para administração da fábrica e de suas instalações para o pagamento dos funcionários. Em 1974, cinco anos após o fim da greve, o pagamento dos grevistas, referente à paralisação, foi decretado. Mas, mesmo com o confisco dos bens e a falência da fábrica, quem pagou os salários foi a União e não o grupo Abdalla (ANDRÉ, 2013).

Após diversos processos jurídicos envolvendo as propriedades de J.J. Abdalla estes recuperam boa parte delas. Em 1981 o grupo Abdalla já representado por seu sobrinho José João Abdalla Filho, recupera as propriedades relacionadas à fábrica de cimentos de Perus, que foram alienadas e leiloadas, sendo arrematadas por lance único, pelo consórcio Chohfi-Abdalla e pelo valor mínimo atribuído, com a facilidade do pagamento em 5 anos, que segundo Jesus, até o ano de 1992 não havia sido quitado. No ano de 1987 a fábrica encerra suas atividades.

A certa altura, é feita observação acerca da ausência de renovação tecnológica e ao sucateamento da fábrica na gestão José João Abdalla como frutos de uma lógica administrativa centrada na superexploração dos recursos materiais e humanos, política que teria se transformado num deliberado solapamento da empresa à medida que foi sendo dificultada pelas *conquistas operárias*. (SIQUEIRA, 2001, p. 81)

As práticas de J.J. Abdalla podem ser vistas como exemplo empírico da caracterização que Oliveira (2003) faz do capitalismo brasileiro, onde o abuso, a superexploração e um avanço violento sobre

o trabalho necessário, além de outros artifícios extraeconômicos, são as formas de ampliação do lucro. A acumulação fundada na ampliação da mais-valia absoluta em oposição à concorrência capitalista através do progresso técnico na busca pela mais valia extraordinária.

Outra propriedade confiscada, o sítio Santa Fé, é alienada e vendida à prefeitura de São Paulo, sendo implementado na área o Parque Anhanguera e uma parte do aterro sanitário Bandeirantes⁴⁹. Entretanto, as terras da família em Cajamar permaneceram sob a propriedade da União até o ano de 2001.

Em janeiro de 2001, o restante das terras que a família Abdalla possuía em Cajamar foi retomado graças a vitória definitiva em processo aberto na Justiça Federal no qual se alegou desproporção entre as dívidas do Grupo e o valor do patrimônio confiscado em 1973, bem como prejuízos decorrentes. (SIQUEIRA, 2001, p. 81)

O grupo passa, então, a ser controlado pelos seus herdeiros principais, que são seu filho José João Abdalla Filho, o Juca Abdalla, e seu sobrinho Antonio João Abdalla Filho. O processo para recuperação de suas propriedades proporcionou que a herança do Grupo Abdalla em propriedades voltasse a ser significativa em todo eixo noroeste da RMSP, atravessando a RM Campinas e chegando a até o município de Americana, onde o Grupo era dono da Fábrica de Tecidos Carioba, e, em Cajamar e Perus, onde o Grupo teve sua empresa mais importante a Fábrica de Cimento Portland de Perus, onde este ainda exerce forte influência como já foi abordado.

Juca Abdalla é uma célebre personalidade no mercado financeiro e conhecido por ser o maior *player* individual do setor elétrico no país. Juca realiza suas operações através do Banco Clássico, o qual possui apenas um depositante, o próprio dono (OSCAR, 2019). Hoje ele detém 12,5% da Eletrobras e participações importantes na Petrobras e CEMIG, com uma carteira de investimentos avaliada em R\$ 6 bilhões. Um agente importante e apoiador da privatização do setor de energia. Em 2014, Juca Abdalla tentou ser suplente da Senadora Teresa Jucá,

49 Voltaremos a este caso mais à frente.

por Roraima, mas ela não foi eleita, apesar do farto apoio de Romero Jucá, seu marido, senador por diversas legislaturas. No mandato de Michel Temer, o vice-presidente do seu Banco Clássico, José Pais Rangel, ex-funcionário do Banco Central, assumiu uma cadeira no Conselho da Eletrobras (ELETROBRAS, 2019).

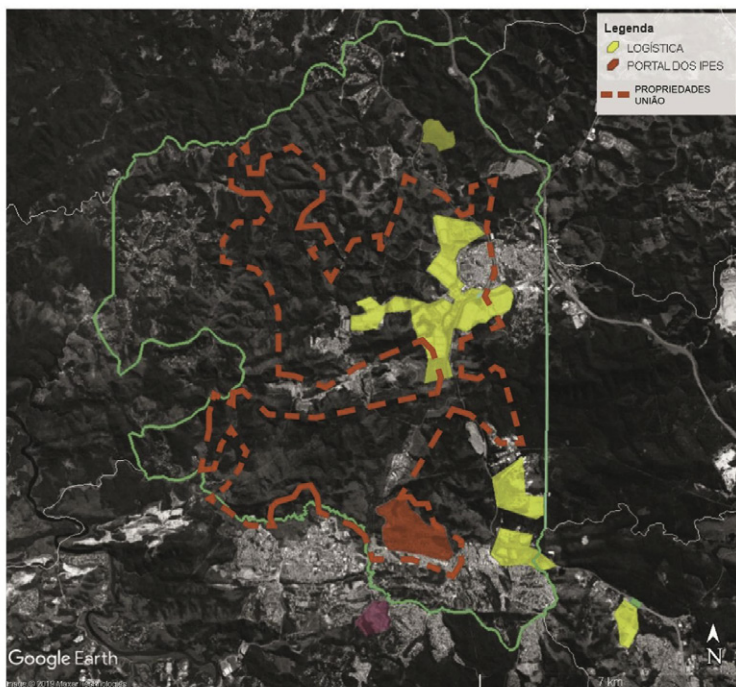
Antônio João Abdalla Filho, o Toninho Abdalla, é um conhecido *playboy* paulistano, povoa as colunas sociais e é conhecido pelo seu estilo *bon vivant*. É um empresário que atua, principalmente, no setor de consumo de luxo e sócio da maior processadora de suco de laranja do mundo, a Citrusuco. Seu nome circulou na mídia quando o presidente Michel Temer foi acusado de viajar em helicópteros particulares. Uma destas viagens foi feita no helicóptero de Toninho Abdalla (SCHAFFNER, 2017). Ainda no mandato de Michel Temer (2016-2018), seu advogado Antônio Mariz de Oliveira, que também é advogado de Temer, foi sondado para ocupar o cargo de Ministro da Justiça (KADANUS, 2017).

A exposição descritiva deste agente, mesmo que de forma breve, é uma forma de compreender a construção histórico-social do poder político de famílias e da estrutura fundiária brasileira. No caso da família Abdalla, a história de um patrimônio industrial desvalorizado e que após o confisco e encerramento de atividades, emerge como concentração de propriedade fundiária e que passa a se constituir como uma importante esfera de ganhos de capital⁵⁰. Destaca-se, no exposto até aqui, o exercício de poder e a coerção como forma de garantir a propriedade privada, alinhadas às formulações, citadas anteriormente, de Tavares (1999, 2000). O público e o privado imbricados na expansão e manutenção da propriedade como esfera de acumulação capitalista e em estratégias territoriais monopolistas, visam manejar no tempo ótimo para ampliação das rendas.

50 Além da compreensão da constituição da propriedade como importante espaço de ganhos, no caso estudado podem ser feitos questionamentos sobre a trajetória do patrimônio fundiário da família e uma hipótese de sua migração para o mercado financeiro e para o mercado de consumo conspícuo.

OS DONOS DA TERRA NA REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE

Imagem 1- Desenvolvimento imobiliário Cajamar e propriedades da União



Fonte: Google Earth, elaboração própria⁵¹; Cajamar, 2010).

A importância da família Abdalla e do seu poder no processo de desenvolvimento imobiliário de Cajamar nos últimos 15 anos é notável. Cajamar é um município localizado no vetor noroeste da RMSP, tem sua origem ligada à Fábrica de Cimento Portland de

51 O presente mapa apresenta certa imprecisão, por reunir informações de distintas bases, algumas não georeferenciadas de forma precisa.

Perus, e seu desenvolvimento como cidade se dá pela relação da área com a fábrica através da linha férrea Perus-Pirapora, hoje desativada, que servia tanto aos trabalhadores, que se instalaram na área, como para o transporte de insumos advinda da exploração das minas de calcário de Cajamar, que alimentavam a fábrica de cimento localizada no bairro de Perus, na década de 1920, quando era de propriedade de um grupo canadense. Em 1951, em meio à política de controle de preços do cimento, os canadenses venderam a companhia e o grupo J.J. Abdalla assume o controle da empresa e de suas propriedades em Perus e Cajamar (ANDRÉ, 2013; JESUS, 1992). Estas terras são confiscadas pela União e voltam às mãos da família Abdalla por diversos caminhos. Na imagem 1 podemos ver a sobreposição da área que havia sido confiscada em Cajamar e as atividades imobiliárias que serão aqui descritas.

Cajamar foi palco do grande desenvolvimento da atividade imobiliária ocorrida a partir de meados dos anos 2000, com a abertura de capital das grandes incorporadoras e da grande disponibilidade de crédito imobiliário via programa Minha Casa Minha Vida (RUFINO, 2012; SHIMBO, 2009). O município recebe cerca de 5 mil unidades habitacionais produzidas por grandes incorporadoras, num período de pouco mais de 5 anos e com recursos do MCMV no bairro do Portal dos Ipês. Outra grande transformação protagonizada pelo setor imobiliário no município foi uma avalanche de empreendimentos de galpões logísticos, que se implantaram na cidade, tornando-a o principal polo logístico da RMSP. Todas estas atividades, que consumiram alguns milhões de metros quadrados, se desenvolveram sobre propriedades da família Abdalla. Entretanto, pelo que identificamos nesta pesquisa, as terras da família não apenas foram adquiridas para o desenvolvimento dos empreendimentos, mas contaram com o poder de classe da família para um melhor desenvolvimento das atividades. Vamos aqui apresentar, de forma breve, como ocorreu a mobilização deste poder em Cajamar e em seguida abordaremos alguns outros casos.

O PORTAL DOS IPÊS

O empreendimento Portal dos Ipês é um loteamento construído em 3 fases, com cerca de 2.5 milhões de metros quadrados no distrito de Polvilho, na cidade de Cajamar. As áreas, assim como outros bens confiscados pela família, permaneceram sem uma destinação, uma reserva que volta ao mercado com a devolução das terras à família no início dos anos 2000. Concomitantemente, o município, seguindo o Estatuto das Cidades, elaborou seu Plano Diretor e a revisão de todas suas legislações urbanas. É importante, na coordenação do tempo ótimo da ampliação das rendas, também, a lei municipal complementar de 2001, que dispõe sobre área de expansão urbana, incluindo cerca de 9km² ao perímetro urbano da cidade (GARCIA JÚNIOR, 2021). O Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a lei complementar de Incentivo (CAJAMAR, 2007, 2003), elaborados em seguida, apontam para um grande incentivo de atividades imobiliárias, residenciais, industriais e comerciais. Índices de aproveitamento dos terrenos muito elevados para áreas junto a áreas de proteção ambiental da Serra do Japi ou mesmo com uma ocupação de baixíssima densidade, chegando a um índice de 12 vezes a área do terreno, para uma rápida comparação, o maior índice permitido na cidade de São Paulo é 4 vezes a área do terreno. Além disso, a demarcação desse zoneamento não apresenta uma lógica clara de ocupação do território, onde grande parte da cidade, e principais focos posteriores de desenvolvimento imobiliário, foram grafados como usos mistos, permitindo de usos residenciais a industriais, revelando um caráter flexível e pró-mercado e não compromissado com um desenvolvimento social e ambiental equilibrado do município (YASSU, 2021).

O desenvolvimento do empreendimento Portal dos Ipês ocorre numa área privilegiada da cidade, próxima à rodovia Anhanguera, e é feito pela Pillar Empreendimentos, de propriedade de Firmino da Costa, amigo da família Abdalla, e que, segundo relatos e processos judiciais, desenvolveu o empreendimento em parceria com a família. A Pillar é uma pequena incorporadora de atuação bem restrita. A primeira fase do empreendimento, em 2005, ocorre concomitantemente com

a reforma e ampliação da Avenida Tenente Marques, a canalização de córrego e outras obras de microdrenagem, ou seja, é fundamental a articulação com o Estado para a celeridade nas aprovações, na provisão pública de infraestrutura para a viabilização do empreendimento, revelando o poder da coalizão de classe em torno do desenvolvimento urbano privado. Ainda durante o desenvolvimento da primeira fase do empreendimento, em 2009, chega a Cajamar a Brookfield Incorporadora, que é a grande protagonista do desenvolvimento imobiliário residencial no Portal dos Ipês e havia aberto capital na bolsa de valores em 2007. É interessante notar que a Brookfield é a antiga *Light*, grande empresa do setor de energia, que se transforma após uma série de processos de centralização de capital. Empresa de atuação centenária no Brasil e que nos anos 1950 fez grandes negócios fundiários com o patrono João Abdalla (LARUCCIA, 2004). Assim, não me parece tão inusitado o fato de o principal empreendimento do segmento econômico da empresa, com previsão de construção de 10 mil unidades habitacionais, ocorrer em Cajamar, justamente, nas terras destes antigos conhecidos, a família Abdalla. Entretanto, após problemas financeiros, a Brookfield reduz suas atividades em Cajamar e abre caminho para outras grandes incorporadoras explorarem esta nova frente imobiliária, que ainda segue aberta explorada por grandes e pequenos agentes imobiliários.

O POLO LOGÍSTICO

O polo logístico de Cajamar se encontra no distrito de Jordanésia e tem um franco desenvolvimento a partir de 2008, concomitante ao desenvolvimento do Portal dos Ipês e também da disponibilidade das terras da família Abdalla, recuperadas do confisco em 2001. A articulação de classe em Jordanésia toma uma forma mais explícita encontrada num processo judicial da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2018), onde aparecem como réus Antônio Abdalla, a Pillar Empreendimentos, a prefeitura de Cajamar e a Prologis. O conluio destes agentes se deu no desenvolvimento urbano

e imobiliário do distrito de Jordanésia, especificamente na provisão de infraestrutura, na abertura da Avenida João Abdalla, na canalização do córrego, nas obras de drenagem e esgoto, no loteamento da área e no empreendimento Cajamar 1 da Prologis, grande grupo estadunidense do setor de logística. Os réus foram condenados a atender um termo de ajuste por conta da supressão de corpo d'água, supressão de nascentes, aterros irregulares que geraram impactos também em populações em uma área próxima. Garcia Júnior (2019) ainda aponta que de acordo com o plano municipal de saneamento de Cajamar, outros empreendimentos logísticos, localizados no polo de Jordanésia, estariam suprimindo mais de uma dezena de nascentes e cursos d'água.

Outro fato notável sobre o desenvolvimento do polo logístico de Cajamar é a instalação do primeiro galpão logístico da Correios Log+, um braço de logística comercial somente para pessoas jurídicas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Este galpão foi alvo de investigação e processo criminal na CPI dos fundos de pensão, por transações suspeitas e hipervalorização da propriedade fundiária durante o desenvolvimento do empreendimento imobiliário, indo de pouco mais de R\$10 milhões na aquisição junto à família Abdalla até o desenvolvimento do empreendimento com a participação de uma empresa Offshore localizada na Nova Zelândia, e do fundo de pensão dos Correios a Postalis por cerca de R\$100 milhões (CPI, 2017). Além disso, o presidente de logística dos Correios à época é um dos responsáveis pelo desenvolvimento do novo braço do Correios. José Furian era um quadro de indicação do partido Movimento Democrático Brasileiro MDB, partido do qual a família Abdalla tem muita proximidade, seja com o ex-presidente Michel Temer como quadros como o ex-senador Romero Jucá. Entretanto, esse fato se encontra no campo da especulação e não há comprovação da influência da família sobre os negócios que se desenvolveram sobre suas terras. Mas podemos afirmar que a participação da família foi fundamental na consolidação do polo logístico e que, mesmo apesar de tal condenação no processo ambiental, o desenvolvimento imobiliário do polo de Cajamar segue a todo vapor e o distrito de Jordanésia é chamado de “Faria Lima dos Galpões” em alusão a avenida no município de São

Paulo, que concentra grandes escritórios corporativos de grandes multinacionais e agentes do setor financeiro.

Para além do relatado até aqui sobre Cajamar, os primos Abdalla, em outras estratégias de seu poder de classe rentista, receberam R\$ 2.5 bilhões pelo terreno onde hoje se encontra o parque Villa-Lobos em São Paulo, a maior quantia da história do país paga por uma desapropriação de imóvel realizada por uma administração pública, realizada por Quércia em 1987 (ONAGA, 2017; CONJUR, 2012). Foi apontada uma série de irregularidades sobre este processo, que ainda seguem em investigação e indicam o envolvimento de José Serra e Geraldo Alckmin na aceleração do pagamento dos precatórios com vencimentos de longo prazo e de juros de mora não aplicáveis à situação. O terreno, desapropriado, foi adquirido pelo patrono J.J. Abdalla nos anos 50 da empresa *Light*, hoje *Brookfield Asset Management*, que, naquele momento, estava sendo pressionada pelo governo e pela justiça brasileira por irregularidades na demarcação de lotes nas margens do rio Pinheiros durante sua retificação. Correndo o risco de perder todas as suas propriedades junto à várzea do Rio Pinheiros (LARUCCIA, 2004). Num movimento oportunista, antes de perder as terras, a empresa as vende à Família Abdalla, que as reteve, durante cerca de 30 anos, até desenvolver parte delas, com grandes empreendimentos imobiliários nos anos 1980 e ter o restante desapropriado pelo governo em 1987.

Juca, após o governo Geisel em 1981, abre processo contra a União para revisar todos os confiscos de propriedades do grupo Abdalla, conforme já mencionamos. Em 1999 ganha na Justiça R\$ 13 milhões pela correção do valor da desapropriação do Sítio Santa Fé, onde se encontra hoje o Pq. Anhanguera. Não satisfeito, solicita uma nova revisão dos preços, mas sem sucesso. Em 2012 o empresário Juca Abdalla consegue a reintegração de posse da área onde se encontra o assentamento Milton Santos. Localizado na cidade Americana, próximo a RM Campinas, o assentamento é composto de famílias, assentadas em 2005 pelo INCRA, em terras que foram confiscadas da família Abdalla. Ao fim, por se reconhecer a propriedade do INCRA sobre o terreno, as famílias conseguiram permanecer no local.

Entretanto, o processo ainda corre na Justiça, agora contra o INCRA (CONJUR, 2013). Em 2016, a reintegração de posse em favor da família Abdalla promove a remoção forçada de cerca de 100 famílias ligadas ao movimento de moradia em Cajamar, a Ocupação Cajamar – CONLUTAS. Ainda em Cajamar, segundo relatos, durante os cerca de 30 anos, em que as propriedades confiscadas do Grupo Abdalla ficaram em propriedade da União, a família explorou irregularmente o cultivo de Eucalipto na área.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou fazer uma análise sobre a propriedade da terra, sobre a classe de proprietários e seu poder e sobre rentismo na reestruturação da metrópole a partir do estudo da família Abdalla no desenvolvimento imobiliário da cidade de Cajamar, na RMSP. Além de destacar a propriedade privada da terra como fundamental no capitalismo em geral, de uma classe que monopoliza o espaço e cobra do restante da sociedade um tributo, trouxemos algumas características do poder dessa classe no Brasil, o rentismo e a apropriação de terras como dinâmica fundamental no capitalismo brasileiro. Enfatizamos, também, as particularidades da renda fundiária no setor imobiliário e como este busca ampliar as rendas obtidas em estratégias monopolistas.

O estudo da família Abdalla nos revelou formas específicas que o poder dessa classe pode tomar e, também, as transformações pelas quais o rentismo brasileiro tradicional têm passado no contexto da financeirização da economia global. Articulado agentes financeiros a velhas estratégias rentistas, como remoções, crimes ambientais, manobras jurídicas e regulatórias. A transformação deste rentismo tradicional para um novo rentismo pode nos orientar no estudo das formas de urbanização contemporâneas, cada vez mais fragmentadas e orientadas por estratégias imobiliário financeiras, que avançam sobre as bordas da metrópole, ampliando os conflitos fundiários e a degradação ambiental. A grande concentração de propriedade

esvazia a cidade e a subjugua aos imperativos do rentismo e do valor de troca, no lugar do seu uso pelas pessoas. Portanto, o estudo dos grandes proprietários, sejam eles tradicionais como novos grandes proprietários como fundos de investimento imobiliário ou empresas *offshore*, é um desafio tanto no horizonte da luta pelo direito à cidade como nos desafios de compreender seu papel nas novas dinâmicas imobiliário financeiras que têm alterado as formas de produção do espaço metropolitano, além é claro, dos desafios metodológicos de estudar estes agentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, J. A. M.; ASSIS, L. G. D. Queixadas: Por trás dos 7 anos de greve [Queixadas: Behind the 7 years of strike]. FAPCOM, 2013.
- CAJAMAR, P. M., Lei Complementar nº 095 de 19 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Cajamar. Disponível em: <https://cajamar.sp.gov.br/diariooficial/wpcontent/uploads/sites/4/Lei%20Complementar%20095-07.pdf> Acesso em: março de 2021.
- _____. Plano municipal de saneamento ambiental do Município de Cajamar. Cajamar, 2010. Disponível em https://smastr20.blob.core.windows.net/conesan/Cajamar_AE_DU_RS_2010.pdf Acesso em março de 2021.
- _____. Lei Complementar nº 1090 de 16 de setembro de 2003. Dispõe sobre os incentivos à atividade empresarial e outras diretrizes para o desenvolvimento de Cajamar e dá outras providências. Cajamar, 2003. Disponível em: <https://cajamar.sp.gov.br/legislacao/leis-municipais/leis-2003/lei-numero-1090-de-2003/> Acesso em: março de 2021.
- COSTA, E. V. Da Senzala a Colônia. Editora Unesp. 5ª edição. São Paulo, [1966] 2012
- GARCIA JÚNIOR, A. Entre anéis e radiais: a recente ampliação do sistema logístico na reestruturação do uso do solo na Região Metropolitana de São Paulo (1998-2019) / Aldo Garcia Júnior. Orientador: Sidney Piochi Bernardini. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Campinas- SP, 2021
- HARVEY, D. Class-monopoly rent, finance capital and the

- urban revolution, *Regional Studies*, 8:3-4, 239-255, DOI: 10.1080/09595237400185251, 1974
- JESUS, M. C., Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em de centro de cultura municipal. Coleção cadernos para mudar – 2. JMJ Consultoria e Promoções. 111p. São Paulo, 1992
- LARUCCIA, M. A. F. Parques urbanos e a cidade de São Paulo: o Parque Estadual Villa Lobos. / Maria Aparecida Felicia Laruccia; orientadora Nídia Nacib Pontuschka. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. – São Paulo, 2004.
- OLIVEIRA, F. Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARTINS, J.S. O cativoiro da Terra, editora contexto, São Paulo [1979] 2010
- MARX, K. O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo global de produção capitalista, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Primeira Edição, 1974a
- MARX, K. O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Primeira Edição, 1974b
- PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, vol. 36 (3) / 144, 2016. p. 514-535.
- POLAINY, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus. [1944] 1980
- PRIETO, G.F.T. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. In: *Mercator*, Fortaleza, v.16, e 216003, 2017
- RIBEIRO, L.C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 1997, 352 p.
- RUFINO, M.B.C. A incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza. 2012. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SIQUEIRA, E. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2001.
- SIQUEIRA, E. Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária

- na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963). Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.
- TAVARES, M.C. Império Território e Dinheiro. P449-489 In: José Luís Fiori (organizador), Estados e Moedas, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1999.
- TAVARES, M.C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. p. 129-154. In: Org. TAVARES, M.C. Celso Furtado e o Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2000,
- SHIMBO, L. Z. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) IAU USP, 2009.
- Mídias digitais
- ABDALLA, CPDOCGV – Portal de informações de personalidades <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joao-abdalla>, acessado em junho de 2018
- CETESB. Processo Judicial por Crime Ambiental. <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/30519873/prologis-ccp-6-empresamentosimobiliarios-ltda>> Acessado em abril de 2018
- CONJUR. Juros de precatório do Villa Lobos causa divergências. Portal Consultor Jurídico- CONJUR. 2012. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2012-abr-18/incidencia-juros-precatario-villa-lobos-causa-divergencias>> Acessado em agosto de 2018
- _____. Justiça determina que famílias fiquem em assentamento Portal Consultor Jurídico- CONJUR. 2013. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2013-mai-20/justica-determina-familias-fiquem-assentamento-milton-santos>> Acessado em setembro de 2018
- CPI – Relatório da CPI dos fundos de pensão, 2016. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-fundos-de-pensao/documentos/outros-documentos-1/relatorio-final-apresentado-em-12-04-16>> Acessado em abril de 2017
- ELETROBRAS. Diretoria, Conselhos e Comitê. Disponível em < <https://q.elektrobras.com/pt/Paginas/Diretoria-e-Conselhos.aspx>> Acessado em abril de 2018.
- KADANUS, K. Lava Jato “trava” pela segunda vez indicação de Mariz para a Justiça. Jornal a Gazeta do Povo. Agência O Globo. 2017. Disponível em < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/>

- lava-jato-trava-pela-segunda-vez-indicacao-de-mariz-para-a-justica-
eoaq2048ncowfpdseykrc46nb/> Acessado em setembro de 2018
- ONAGA, M. Governo quita maior indenização já paga. Revista Exame. 2017. Disponível em < <https://exame.com/blog/primeiro-lugar/governo-quita-maior-indenizacao-ja-paga/>> Acessado em setembro de 2018.
- OSCAR, N. – Quem é Juca Abdalla, o bilionário mais desconhecido do Brasil e um dos maiores investidores individuais da bolsa- Revista Seu Dinheiro. 6 de outubro de 2019. Disponível em < <https://www.seudinheiro.com/2019/sem-categoria/juca-abdalla-bilionario/>> Acessado em abril de 2018
- SCHAFFNER, F. Temer diz ter pago com recursos próprios outro helicóptero usado em viagem oficial. Jornal Gaúcha Zero Hora. 2017 Disponível em < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/06/temer-diz-ter-pago-com-recursos-proprios-outro-helicoptero-usado-em-viagem-oficial-9821789.html>> Acessado em maio de 2018

URBANIZAÇÃO DEPENDENTE E SERVIÇOS: O EXEMPLO DAS ATIVIDADES DE APOIO A EDIFÍCIOS EM SÃO PAULO

Carolina Alvim de Oliveira Freitas

INTRODUÇÃO

Quais as implicações atuais da produção do espaço imobiliário na economia urbana de serviços? Este texto busca revisitar algumas bases da teoria da dependência nos estudos sobre a urbanização brasileira entre os anos 1970 e 1980 e aponta seu revigor na tarefa de considerar, como um problema teórico comum, as metamorfoses nas relações entre terra, trabalho e capital na cidade neoliberal dependente.

Para tratar da persistência entre relações de superexploração do trabalho e *produção imediata do espaço*, nos deslocamos aqui da discussão clássica no campo da arquitetura sobre o assunto, geralmente dedicada à investigação do trabalho empregado pelo capital da construção nos canteiros de obra (Ferro, 1979; Oseki, 1983; Maricato, 1984; Pereira, 1984; Vargas, 1992; Baravelli, 2014; Tone, 2015; Shimbo, 2020) e propomos uma reflexão sobre os “serviços de apoio a edifícios”.

Na nossa visão, estes serviços estão atrelados à cadeia de valorização imobiliária, haja vista o fluxo do mais-valor no setor se dar desde a incorporação do terreno, passando pela reunião de força de trabalho e meios de produção no processo de construção no canteiro de obras, até a circulação do estoque produzido no mercado, ao longo da sua vida útil.

A proposta então é considerar a ilustração deste complexo de atividades relativas à manutenção e funcionamento do ambiente construído e encará-lo à luz da discussão sobre o papel econômico dos serviços no modo de acumulação urbano dependente, examinando

suas repercussões atuais na produção financeirizada do espaço (Klink & Souza, 2017).

A teoria neoclássica, na sua interpretação sobre o subdesenvolvimento na economia da urbanização na América Latina, entendeu como marca geral das cidades do continente (São Paulo, Buenos Aires, Caracas, Quito, Bogotá, Cidade do México) o “inchaço do Terciário”. Essa proporção excessiva do setor de serviços seria correspondente às populações sobrantes, não absorvidas nas relações formais de assalariamento.

Uma “demografia inchada”, produto de uma transição entre o campo e a cidade “desproporcional”, expressiva de um reservatório de trabalhadores não utilizados como força de trabalho pelo capital produtivo industrial, que passam a se ocupar precariamente de segmentos de serviços com baixa produtividade e capitalização.

Já para alguns autores da assim chamada “teoria da dependência”, essa massa despossuída, pauperizada e ainda mais explorada entre os trabalhadores urbanos é interpretativamente articulada à categoria da “superexploração da força de trabalho” na explicação da acumulação urbano-industrial brasileira. Ou seja, houve uma associação imediata entre a nova divisão interna da força de trabalho e o lugar econômico dos “serviços propriamente urbanos” na crítica dos teóricos da nossa urbanização periférica (Singer, 1973 e 1979; Oliveira, 1973 e 1982; Kowarick, 1975, 1979).

Como é sabido, os serviços que representam a parcela pujante do setor econômico do Terciário são aqueles descritos como “gerais”, “servis”, “domésticos”, “semiartesanais”, “precários”. Entre estes trabalhos mal pagos, considerados pouco qualificados, há aqueles que atuam na manutenção das condições gerais do espaço urbano (Lencioni, 2007), entre os quais, os serviços que atuam no ciclo de vida dos edifícios em apoio ao seu funcionamento, como a limpeza, a segurança, a portaria, a jardinagem, a recepção, a zeladoria etc., que crescem na medida em que se amplia permanentemente o estoque imobiliário da cidade.

Por isso, a pergunta que aqui se faz é: quais as formas e funções

destes serviços na transição – eminentemente urbano-imobiliária – de um modo de acumulação industrial no século XX para um modo de acumulação financeirizada no século XXI?

Entre permanências e rupturas que a produção do espaço da metrópole neoliberal sob condão da reprodução fictícia apresenta em relação à produção urbano-industrial (Santos, 2019 [1990]; Pereira, 2005; Lencioni, 2014), há que se destacar como as metamorfoses contemporâneas da superexploração, condição imanente do capitalismo dependente brasileiro, estão subordinadas à reestruturação nas formas de produção e de propriedade do ambiente construído.

Nossa hipótese é que o domínio do capital fictício sobre a valorização imobiliária nas últimas décadas subordina as relações de trabalho vinculadas ao imobiliário, aqui ilustradas por estes serviços de apoio a edifícios, vendidos em mercados que vem sendo nomeados também como facilidades prediais e condominiais (Abrantes, 2017).

Nesse sentido, o presente artigo trata primeiramente da bibliografia sobre o lugar econômico dos serviços na urbanização dependente brasileira; depois discute a relação entre capitalização de serviços e reestruturação imobiliária na contemporaneidade; em seguida, apresenta os serviços de apoio a edifícios no Brasil e sua relação com a terceirização; e, por último, traça algumas considerações para desdobramentos subsequentes.

O “INCHAÇO DO TERCIÁRIO” NA URBANIZAÇÃO DEPENDENTE

A questão sobre espaço urbano e classes sociais esteve presente na teorização sobre a urbanização latino-americana na segunda metade do século XX, em especial, a partir do profícuo encontro entre intelectuais marxistas exilados no Chile entre 1970 e 1973 (Arantes, 2009).

Estes intelectuais convergiram na crítica à teoria do desenvolvimento, dominante nos anos de 1940 e 1950 e inspiradora do programa nacional-desenvolvimentista – pensamento sobretudo conformado a partir da Comissão de Comissão Econômica para a

América Latina e o Caribe – CEPAL, cujos expoentes apostavam na resolução neoclássica dos problemas internos do subdesenvolvimento e na modernização tecnológica industrial sob forte condução do Estado como aposta de soberania política, social e econômica no continente (Prebisch, [1948] 2000).

A teoria marxista da dependência buscou contraditar a teoria clássica do desenvolvimento. Arrostando-se de formulações dialéticas similares às interpretações do regime colonial escravista brasileiro do século XIX na sua inserção particular e desigual no capitalismo mundial (Prado Jr., 1970; Gorender, 1983; Frank, 1980), os teóricos da dependência inspiraram a discussão crítica sobre a grande transição histórica posterior, da colossal migração interna do campo às concentrações urbano-industriais, sobretudo a partir de 1930, e os sentidos da formação da massa marginal urbana, não inserida nas relações de produção propriamente fabris, ao longo do século de modernização brasileira.

Opostamente à mentalidade dualista neoclássica, para estes teóricos, esses trabalhadores não seriam sobrantes, excrescentes e disfuncionais, mas seriam a condição particular e necessária da acumulação primitiva da industrialização nos países periféricos. A combinação desigual entre os países subordinados e os centrais é reproduzida ampliadamente por meio dos mecanismos internos de superexploração, dos quais a formação de um vultoso exército industrial de reserva participa e se torna chave. A extração extensiva e intensiva de mais-valor é transferida permanentemente dos países periféricos aos países centrais, o que torna inevitável a tendência sistêmica à concentração da renda (Marini, 1973).

Para Marx,

A parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor (2013, p. 503).

E, mais adiante, no mesmo Livro I:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (idem, p. 707).

Para os teóricos da dependência, na toada de Marx, o exército industrial de reserva não é um problema malthusiano de grandeza demográfica, mas sim a própria dinâmica do sistema de superexploração e da “incompletude” permanente do capitalismo periférico urbanizado que lhe é sinônimo.

Oliveira (2013, [1973]), na mão contrária da acepção desenvolvimentista da “inchação terciária” improdutiva para o produto social –, na extensão do seu questionamento sobre o modelo clássico extraído de *As condições do progresso econômico*, de 1940, do economista inglês Colin Clark, de divisão tripartite dos setores da economia (Primário – agricultura; Secundário – indústria; Terciário – serviços), qual supõe que o inchaço do Terciário caracterizaria um modo de produção subdesenvolvido – expõe que a aparente desproporcionalidade do Terciário como absorvedor da força de trabalho no Brasil é, em realidade, constitutivo do sistema de reprodução ampliada do capital, portanto, afirma: “não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia” (Oliveira, 2013, p. 54-55).

Historicamente importante para a propulsão das formulações urbanas sobre a dependência no período foi o livro de Manuel Castells, que reuniu alguns dos intelectuais brasileiros dedicados ao tema, *Imperialismo y urbanización en América Latina*, de 1973. O livro reflete a tradição estruturalista de Castells, influente naquele contexto. As formulações ali acabam por reafirmar a definição

de espaço urbano como lócus de reprodução da força de trabalho, desprezando-o como uma via de sobrevivência estrutural do capitalismo pela produção e propriedade do solo construído. Embora a “marginalidade” como conceito ganhe ainda mais força por unificar a problematização das classes sociais e do espaço urbano em expansão na América Latina, ainda não havia se aproximado da questão da renda da terra, o que o próprio Singer, entre outros, desenvolveria alguns anos depois (Singer, 1979).

A descompatibilização entre urbanização e industrialização em função dos limites de incremento das condições gerais de produção nas cidades latino-americanas forçou uma vultosa superpopulação relativa à ocupação hipertrofiada do setor Terciário. Em grande monta, portanto, esse Terciário atendeu, precária e informalmente, as necessidades de consumo coletivo e individual da população trabalhadora sob o inaccessível sistêmico aos direitos dos fundos públicos.

De todo modo, as críticas clássicas que Paul Singer (1973 e 1979), Francisco de Oliveira (1973 e 1982) e Lúcio Kowarick (1975 e 1979) lançaram sobre a marginalidade urbana na América Latina convergem, pela contundência dialética, na compreensão comum de que, à rápida urbanização no continente desde a metade do século passado, não correspondeu uma base produtiva industrial na mesma proporção, produzindo uma classe de migrantes marginalizados nas cidades, não absorvíveis pela indústria, que passaram, do campo à cidade, a viver na intermitência flutuante – e por isso mesmo funcional – da exclusão econômica.

Além do consumo de serviços não estatais e não capitalizados, frequentemente subalternos e informais, que alimentariam as necessidades reprodutivas da classe proletária na cidade latino-americana, também o rebaixamento da força de trabalho se daria pelo padrão de produção doméstica da habitação.

A superexploração é explicada pela drenagem exclusiva dos fundos públicos aos investimentos capitalistas propriamente industriais, o que justifica a ausência de serviços públicos tais quais no processo de urbanização industrial das cidades europeias, caracterizadas pelo

Terciário “de colarinho branco”, e o rebaixamento sistemático do valor da força de trabalho.

A ausência de serviços providos pelo Estado implica uma depreciação salarial estrutural, que excluí o maior item no consumo de renda para reprodução da força de trabalho, a habitação, conformando assim uma “urbanização de baixos salários” (Maricato, 1982). A combinação desigual entre as relações propriamente capitalistas e as relações não capitalistas é a chave de expansão da acumulação urbana dependente. Os “serviços urbanos” – externalidade econômica da empresa industrial – são, portanto, constitutivos do processo de industrialização-urbanização ao longo do século XX.

Os argumentos-chave de Oliveira (depois desenvolvidos sob a ideia de direitos do anti-valor), de Singer (no conceito de subproletariado) e Kowarick (mais tarde na sua elaboração sobre a espoliação urbana), de que crescimento do espaço urbano foi baseado em baixos coeficientes de capitalização, caracterizado por uma extensividade horizontal, com padrão de construção doméstica praticada pelos trabalhadores por meio dos mutirões informais que consolidaram os bairros periféricos da metrópole, enfatizam a superexploração pelo problema do valor de troca da mercadoria força de trabalho, ou seja, pelo custo direto e indireto da reprodução do trabalhador, mas não pelo seu valor de uso consumido no próprio processo de produção do mais-valor.

Na exposição de Milton Santos (1979), o conjunto do trabalho coletivo em atividades não capitalizadas ocorre como uma circulação paralela e desigualmente associada à acumulação industrial periférica e tardia, e é chamada de “circuito inferior”. Como dito, o crescimento de serviços urbanos precários de baixa remuneração produzem mais-valor apropriado para as atividades econômicas propriamente capitalistas (do “circuito superior”), sendo a relação entre os circuitos uma condição particular da acumulação urbano-industrial.

Os serviços precários e não capitalizados, então, não são uma herança excrescente do passado colonial nem expressam simplesmente a “superpopulação relativa”, pelo fato de serem funcionais à reprodução ampliada do capital e operarem como mecanismo de concentração de

renda. Em outras palavras, a “economia natural” urbana, estruturada por meio da expansão periférica das cidades via autoconstrução da habitação e prestação de serviços não capitalizados, qualificaram estruturalmente a superexploração da força de trabalho característica da formação dependente brasileira.

Lúcio Kowarick, em *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, de 1975, se debruça sobre o problema da acumulação do capital no espaço urbano latino-americano e a particular integração de grupos sociais marginalizados na divisão do trabalho por meio da mobilização do conceito de exército industrial de reserva e do custo da reprodução da força de trabalho. Em contraste às “sociedades de serviço” de profissionais liberais, como vinham sendo classificadas as cidades europeias, o Terciário na América Latina, para este autor, bem como para Milton Santos, Francisco de Oliveira e Paul Singer, “cresce também, em parte, dando origem a um conjunto de formas de inserção marginal na divisão social do trabalho” (p. 130).

Como comenta Kowarick, são “carregadores, vigias, atividades de limpeza, ‘tarefeiros’ de toda ordem –, constituindo um dos núcleos centrais do trabalho marginal” (p. 134). O autor reforça a disparidade interna ao chamado setor de serviços, ponderando que há, entre os serviços, aqueles que correspondem a indústrias artesanais e familiares; outros que desempenham os circuitos capitalizados na urbanização, sobretudo em âmbitos como o comércio, as comunicações, o transporte e as atividades técnicas, já empresariados; o comércio de mercadorias, que também se divide na cidade entre o trabalho ambulante em centralidades populares e o comércio varejista empresarial; os serviços públicos que geralmente não reúnem atividades marginalizadas; e, finalmente, os serviços de consumo individual que abarcam, além de profissionais liberais, sobretudo o emprego doméstico e demais atividades “não especificadas”. Também compreende que a intensidade da urbanização foi mais ampla que a modernização industrial dos setores de serviços modernos, de modo que a maior parte da força de trabalho no espaço urbano foi incorporada mediante empregos de baixa produtividade e rendimento, sendo estrutural na força de trabalho.

A década posterior, de 1980, marcou o avanço teórico marxista no Brasil sobre o canteiro de obras como objeto privilegiado de leitura da urbanização dependente. A alusão que se fez dos processos técnicos no canteiro à própria formação social periférica brasileira, problematizando os obstáculos à sua industrialização e sua formação manufatureira aparentemente intransposta, também revelou, a partir das relações imediatas de produção, as cidades brasileiras segundo um padrão periférico.

Enfocado no problema específico da produção imediata do espaço por meio da indústria da construção nesse processo de modernização urbana brasileiro, Sérgio Ferro, ao tratar da crítica da economia política nos estudos de arquitetura que foram registrados no seu clássico livro de 1979, *O canteiro e o desenho*, apresenta dialeticamente o caráter manufatureiro do canteiro de obras, como uma espécie de unidade contraditória entre o trabalho de tipo artesanal e a forma industrial de produção por meio da qual se dá a divisão do trabalho na construção. O enorme êxodo diaspórico do Nordeste ao longo de décadas, entre os anos de 1930 e 1980, para conformar a metropolização no sudeste e no sul, se constituiu na base da formação da mão de obra nos canteiros que expandiam e intensificavam a produção imobiliária, no caso dos homens, e do emprego doméstico no imobiliário urbano produzido, no caso das mulheres (Kowarick, 1979). O trabalho concreto imediato vinculado ao espaço, seja na sua produção, seja na manutenção de seu ciclo de vida, foi desempenhado através de mecanismos diferenciais da extração de mais-valor da força de trabalho, havendo subordinado a força de trabalho que foi alvo sistemático do rebaixamento do custo de reprodução do trabalho.

Sobre este conjunto de atividades nitidamente divididos em termos raciais e de gênero no processo de urbanização, Heleieth Saffioti descreve, em seu importante estudo, realizado entre 1974 e 1975, *Emprego doméstico e capitalismo* (1979), a relação entre a força de trabalho feminina e o exército industrial de reserva. A autora insiste na reposição do conceito de exército industrial de reserva considerando que os dados estatísticos por ela mobilizados demonstravam que o potencial de absorção da mão-de-obra no Terciário era muito superior

ao setor secundário, como particularidade da industrialização dos países periféricos. Afirma Saffioti:

Como o aumento relativo da capacidade de absorção de força de trabalho por parte das atividades industriais é, no Brasil, menor que o incremento da mão-de-obra que anualmente é lançada no mercado, as categorias socialmente inferiorizadas acabam ficando, grandemente, à margem do processo de industrialização. Isto explica por que, neste país, tem crescido, com certa constância, a proporção de homens absorvidos pelo setor secundário da economia, enquanto esta proporção tem permanecido constante para as mulheres” (Saffioti, 1979, p. 22).

Para a autora, as diferenciações raciais e de gênero são preponderantes na análise sobre as ocupações não-capitalistas que interagem desigualmente com as formas capitalistas, concluindo que há um processo permanente de diferenciação entre os trabalhadores dos setores capitalizados em relação àqueles constantemente relegados aos trabalhos marginais. Embora estivessem à margem das relações formais de trabalho, o proletariado marginalizado e marcadamente feminino atuaria em prol da reprodução ampliada do capital, permitindo-lhe uma taxa mais acelerada de acumulação.

Saffioti ainda alerta para uma certa reabilitação permanente do emprego doméstico à medida que a expansão capitalista segue. Alguns dados apresentados em seu trabalho dão esse indicativo, como a própria permanência, no intervalo de um século entre os números dos recenseamentos, de quase igual proporção no trabalho doméstico como ocupação expressiva entre as mulheres no Brasil bem como na América Latina, onde as mulheres ocupadas em empregos domésticos representam 40% do total de trabalhadoras (Saffioti, 1979, p. 15). Lélia González indaga em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, texto de 1984, sobre a naturalização do trabalho doméstico identificado com a mulher negra: “(...) se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam “lidar com o público?”? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas

das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal?” (Gonzalez, 1984, p. 233).

A urbanização brasileira, sobretudo nestes anos de 1970, deu sequência à formação de uma nova classe média de assalariados de renda elevada, com alto padrão de vida autenticamente urbano, que reestruturou a demanda de consumo de bens duráveis e, no mesmo passo, expandiu o consumo de “serviços pessoais”, desempenhados pela força de trabalho não inserida nas grandes empresas (idem, p. 14).

Esse breve apanhado bibliográfico enseja, a nosso ver, exercícios possíveis de relação entre o processo periférico de urbanização brasileira e a formação de um setor estrutural na economia urbana representado por serviços nas cidades que serão mal remunerados e pouco capitalizados, nos quais estarão absorvidas preferencialmente a mão-de-obra negra, feminina e migrante nas funções de apoio a infraestruturas urbanas. É importante notar a renovação teórica sob a chave da dependência para considerar como a estratégia neoliberal de acumulação tem se plasmado nesta condição histórica.

CAPITALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA

Nos últimos vinte anos do século XX em São Paulo, estabeleceu-se o processo de desconcentração da produção industrial, cujo ápice havia se dado na década de 1970. As ocupações profissionais industriais se reduziram rapidamente e os anos de 1990 selaram um novo crescimento do setor Terciário. Segundo Pochmann (2001, p. 117), os “serviços de limpeza (asseio e conservação), as profissões nas áreas de ensino, saúde e segurança, e o funcionalismo público foram os que mais vagas abriram nos anos 90”.

A transição histórico-espacial, do Brasil de acumulação industrial periférica para um país urbano de serviços, subordinado ao capitalismo financeirizado global (Paulani, 2016), se confunde com a reestruturação pela qual o espaço imobiliário deixa de ser

apenas condição ou meio das relações econômicas, mas passa a ser, ele mesmo, um produto e um mercado que, no Brasil, assume precocemente importância na função de drenar o capital excedente da indústria. Este mercado reestrutura as metrópoles brasileiras por meio da construção de novos produtos e da produção de novas formas de propriedade imobiliária (Pereira, 2018).

A produção imobiliária é uma complexa cadeia de valorização (pela extração do trabalho excedente nos canteiros de obra) e de capitalização (pela formação de preços de monopólio sobre pedaços do planeta terra e o direito, com isso, de auferir renda da terra por meio de transações sob a forma de compra e venda, aluguel ou investimento financeiro sob a forma de títulos de propriedade). Na totalidade das transformações urbanas na transição do século, há a vistosa produção de centralidades do capital imobiliário financeiro nas metrópoles por meio da sofisticação de fetiches prototípicos da arquitetura para o mundo corporativo financeiro, gerencial e tecnológico, que reúne variados tipos de rendas – fundiária, imobiliária, financeira, tecnológica, de marca (Harvey, 2005).

Mas a lógica imperativa das finanças transcende a miragem da “cidade global” (Fix, 2007). Embora a ascendência da reprodução fictícia do capital tenha sido gestada no seio do próprio capital produtivo industrial originalmente, sua tendência é rentabilizar o capital produtivo por meio de investimentos com expectativa de ganho futuro sem a mediação da produção. O domínio das finanças reconfigurou as empresas, os estados, o trabalho (a sua organização e gestão) e o consumo das famílias (Chesnais, 2013, p. 27). A finalidade social de valorizar a riqueza abstrata conformou e fortaleceu instituições, não apenas grandes bancos, mas também seguradoras, fundos de pensão e fundos de investimento. Uma enorme massa de capital-dinheiro passa a transitar em mercados de títulos e ativos fictícios sem atravessar a produção do mais-valor, o que redundava na potência expandida do fetiche do dinheiro e a (cada vez mais crítica) superacumulação de capital.

Avança, quantitativa e qualitativamente, a solução que o capital dá à sua própria crise de reprodução por meio do reforço da centralidade da

metrópole e das suas possibilidades de transformação do excedente pela capitalização financeira e imobiliária. O espaço urbano passa a ser uma solução para o capital seguir sendo rentabilizado (Lencioni, 2015, p. 153-154). O entrelaçamento entre imobiliário e finanças foi conduzido pelas novas formas de propriedade no setor, que envolvem, a partir de mudanças de flexibilização na regulação do sistema financeiro por meio da reorientação econômica neoliberal no Brasil desde os anos de 1990, a participação mais ostensiva de investidores nas empresas de incorporação imobiliária, inclusive por processos de abertura de capital destas incorporadoras e pela diversificação de fontes financeiras, sobretudo por meio dos fundos públicos, para custear a produção e o consumo do imobiliário (Klink&Souza, 2017). A multiplicação de fundos de pensão, fundos de investimento, mercado de títulos por meio de certificados de recebíveis imobiliários e a desoneração tributária, com a qual o capital financeiro obteve vantagens para se reproduzir, estiveram fortemente relacionadas ao percurso recente do planejamento e das políticas urbanas locais (Rufino, 2018).

A metrópole de São Paulo é parte deste curso de transformações, tendo sofrido uma transição do padrão periférico de crescimento baseado na acumulação industrial para uma metrópole de serviços, de centralidade do capital financeiro internacional, um novo tipo de cidade para centros corporativos e financeiros, escritórios, shoppings e demais artefatos, cuja propriedade pode ser desabsolutizada da sua materialidade e circular como mais-valor com ampla liberdade. A gestão de serviços do urbano e dos produtos arquitetônicos ganham relevo nessas novas formas.

Como aponta Lencioni (2015), há um movimento de externalização de variadas modalidades de serviços antes desempenhados como departamento interno das empresas, conformando novos mercados de consultorias, assessorias e gestões especializadas que adequam à demanda de escritórios, por exemplo, para o tipo de oferta no mercado imobiliário:

Essa nova realidade se traduziu no crescimento da participação do setor de serviços no produto interno produzido pelas cidades, na expansão da produção imobiliária voltada para abrigar esses

serviços e no desenvolvimento de toda uma infraestrutura de suporte ao seu funcionamento, incluindo-se renovação de bairros inteiros. Em suma, multiplicaram-se os escritórios voltados aos serviços às empresas. Produzir imóveis de escritórios passou a ser um bom negócio. Não só pelo aluguel que poderiam render, mas porque a propriedade imobiliária, não nos esqueçamos, se constitui como potencial reserva de valor podendo servir de salvaguarda da riqueza (p. 155).

Dedicado a investigar teoricamente o processo de expansão do setor de serviços no capitalismo tardio, Ernest Mandel (1985) argumenta que as funções intermediárias dos serviços são progressivamente autonomizadas como mercados próprios conforme a complexificação da divisão do trabalho vai sendo racionalizada e especializada. A conformação da sociedade de consumo cria sua própria negação, no sentido de que os incontáveis aparatos de infraestrutura urbana que são desenvolvidos pelas renovações tecnológicas demandam todo tipo de serviço de consertos e manutenção. Grandes empresas passam a substituir as prestações individuais tradicionais dos serviços de manutenção, fazendo com que os “elos e agentes intermediários do processo de centralização objetiva sejam por sua vez centralizados” (Mandel, 1985, p. 271).

Na acepção do autor, o capitalismo tardio não se expressa na representação da sociedade “pós-industrial”, mas na industrialização generalizada pela super capitalização, especialização e fragmentação do trabalho, antes inserido no ambiente de produção propriamente fabril de mercadorias. A industrialização da reprodução configuraria o auge dessa transformação:

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização.

No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e é econômico. *Tecnicamente*, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções intermediárias*: daí a expressão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. *Economicamente*,

o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados (idem, p. 269).

O excedente de capital, que não consegue outra valorização senão por meio da reestruturação socioespacial das cidades e impinge um papel decisivo ao imobiliário, adentrará, então, ao âmbito das atividades tradicionalmente improdutivas, numa renovada externalização de atividades que representam custos indiretos. Talvez, aqui, possam ser pensados novamente os moldes pelos quais o capital recorreu ao “atraso” para a sua modernização no processo “inchaço do Terciário”, formador da sociedade urbano-industrial do século XX.

A força de trabalho desempenhada no serviço doméstico de limpeza, de perfil feminino e negro e de caráter improdutivo (pois pago tradicionalmente mediante o consumo de renda e não pelo investimento de capital), passa a ser, no momento em que é comprada por uma prestadora de serviços prediais, uma mercadoria que, trocada no mercado de soluções para edifícios, sejam eles residenciais ou corporativos, produz mais-valor à empresa que contrata diretamente o trabalhador, bem como geram mais-valor todo o conjunto de mercadorias tangíveis produzidas e vendidas como instrumentos e insumos para estes serviços crescentemente industrializados.

O caráter monopolista do capitalismo tardio recepciona a industrialização e a capitalização dos serviços em novos âmbitos na medida em que testa campos possíveis de investimento em serviços e produtos, tendo esta condição precisamente pelo movimento de penetração em variados ramos pelos grandes grupos beneficiados pelo movimento de concentração e centralização de capital. Mandel aclara que “a lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo substituir o capital de serviços por capital produtivo ou, em outras palavras, substituir serviços por mercadorias” (p. 284-285).

Aoque parece, no Brasil nos anos 2000, a expansão contemporânea e renovada do Terciário se deu ao mesmo tempo do chamado *boom* imobiliário (Mioto et al, 2019). O Terciário foi o principal setor

em expansão naquele período e conduziu o aumento da massa de trabalhadores assalariados com maior nível de formalização de emprego. Esta expansão se deu contraditoriamente, pois o maior crescimento tinha a ver com vagas em serviços pouco qualificados nas quais se alocaram as grandes parcelas do proletariado mais espoliado, agora em nível financeiro. A esse respeito, sintetiza Braga (2012, p. 224):

(...) o aumento do investimento em setores improdutivos (setor de serviços, bancos etc.) passa a pressionar o mercado de trabalho no sentido do alargamento do exército de proletários e semiproletários subempregados. A financeirização do capital desposa a precarização do trabalho e o atraso continua dominando o moderno.

Se a expansão do emprego neste contexto se deu sob a mácula das atividades precarizadas, vale recordar, para o interesse interpretativo da reestruturação na escala da produção imediata do imobiliário, que as relações de produção sob a forma amalgamada entre manufatura e indústria na construção, consoante a elaboração clássica de Sérgio Ferro, segue hoje imperiosa para uma crítica da economia política do espaço urbano.

Contudo, em outro sentido, a formulação foi atualizada por análises contemporâneas dos canteiros de obras. De acordo com a tese da pesquisa de Baravelli nos canteiros do Programa Minha Casa, Minha Vida (2014), a forma manufatureira não mais corresponde aos processos da construção civil atualmente, os quais adquiriram uma matriz industrial justificada pelas inovações tecnológicas organizacionais do trabalho vivo. Resta compreender, tarefa que não poderá ser desenvolvida neste texto, se as técnicas de hiper-gestão do trabalho na construção (Shimbo, 2020) também foram aplicadas, de maneira correlata e associada, ao trabalho na reposição do espaço imobiliário já construído, na sua circulação como capital-mercadoria ao longo do seu ciclo de vida.

Os condomínios residenciais e corporativos de alto padrão, cuja capitalização da propriedade se dá mediante rendas de marca e tecnologia, exige um contingente de trabalhadores em que possa

manter sua funcionalidade infraestrutural (da edificação como capital fixo e como fetiche). Lefebvre já apontava algo nesse sentido em 1974 quando tratava da produção do espaço abstrato em *A produção do espaço*:

Esta expansion del capital fijo permite a su vez la del capital variable. De forma sorprendente, sin duda, pues contrariamente a algunas predicciones, la incorporación del conocimiento y técnica a la producción ha movilizad un volumen considerable de mano de obra, una massa de trabajadores poco cualificados entregados a las tareas de excavación, construcción y mantenimiento (Lefebvre, 2013, p. 379).

Trabalhadores da manutenção do ar-condicionado, da segurança privada, da faxina, da limpeza de vidros, da jardinagem, da recepção, da lavanderia, são numerosas as atividades hoje arrançadas no setor de *facilities services*, como nomina o mercado de serviços imobiliários (Abrantes, 2017). É a mercantilização do trabalho vista sobretudo por meio da demanda de locação do trabalho (terceirização) para funcionalidade do uso do espaço construído (ele mesmo, em geral, arrendado). Ou seja, é a terceirização das atividades-meio das edificações, de seus sistemas e materiais, subordinada à extração de renda das próprias edificações, que já não são mais, no caso dos edificios corporativos, por exemplo, propriedade das empresas ocupantes, mas negócios de investimento em aluguel.

Os empreendimentos imobiliários que reestruturam as metrópoles contribuíram para essas novas tendências, nas quais o trabalho tradicionalmente improdutivo do “inchaço” Terciário urbano, sempre diferenciado por meio do gênero e da raça dos trabalhadores que o ocupam, se torna então produtor de mais-valor, através da industrialização de serviços urbanos e imobiliários.

Os serviços altamente especializados no mercado imobiliário de alto padrão corporativo e residencial, sobretudo as consultorias que intermediam as relações entre os agentes de mercado, incorporadoras, construtoras, investidores, consumidores, estará diretamente vinculado aos trabalhadores de pouca qualificação profissional e baixa remuneração subcontratados nestes produtos imobiliários; aí

aparece novamente a renovação estrutural da combinação desigual e combinada na metrópole entre capital e trabalho, intermediada por uma camada de gestores empresariais com especialização em gestão dos serviços prediais e imobiliários.

Sem a pretensão de desenvolver aqui possíveis respostas a este problema, apresentamos agora alguns dados dos segmentos de serviços de apoio a edifícios no Brasil, como especializações que fazem parte desse conjunto de serviços atrelados à expansão imobiliária e à criação de produtos concebidos para este movimento de ampliação.

SERVIÇOS DE APOIO A EDIFÍCIOS: "ATIVIDADES-MEIO" COMO PRÓLOGO DA TERCEIRIZAÇÃO

Os serviços de apoio a edifícios, conforme o nome técnico do CNAE⁵², consistem em: atividades de fornecimento de pessoal de apoio para prestar serviços em instalações prediais de clientes, desenvolvendo uma combinação de serviços, como a limpeza geral no interior de prédios, serviços de manutenção, disposição do lixo, serviços de recepção, portaria e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações dos prédios. São atividades que fornecem pessoal para as atividades de apoio, mas não estão envolvidas ou têm responsabilidade com o desenvolvimento da atividade empresarial do cliente.

Sabe-se que o setor de serviços especializados em limpeza profissional e segurança patrimonial privada, a exemplo, qualificaram a introdução da subcontratação por terceirização de atividades no interior de empresas e do setor público na década de 1990 no Brasil (IPEA, 2018) e foram parte, como já mencionado, da expansão de relações de emprego sob a experiência do lulismo, quando passa a preponderar ainda mais o Terciário na economia nacional.

Na década de 2000, a dinâmica de expansão se dá mediante a

52 Comissão Nacional de Classificação – CNAE-IBGE. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>>. Acesso em: 24.02.2022.

criação de empregos formais de baixa remuneração: 94% das vagas abertas nestes anos se concentraram na faixa de 1,5 salário mínimo, o que representava, no ano de 2009, 59% de todos os postos de trabalho no Brasil. Como lembra Braga (2012, p. 182), “o terciário gerou 2,3 vezes mais empregos do que o setor secundário, transformando-se no maior empregador da década”. Pochmann, atentando para o mesmo processo, comenta “Em quase quarenta anos, a participação do setor terciário no total da PEA aumentou 59,5%, pois saltou de menos de 40%, em 1980, para 62,7%, em 2018” (2019, p. 94).

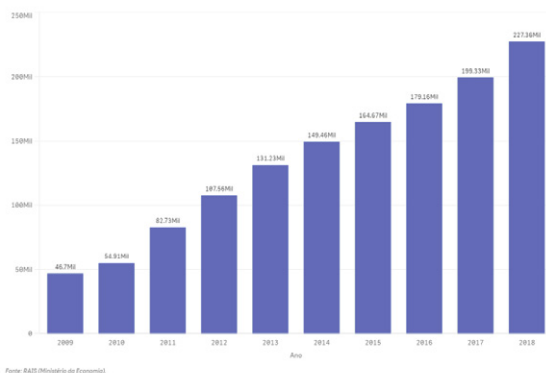
A forma tradicional de terceirização de serviços, sobretudo a partir da transição neoliberal no Brasil remete ao empresariamento da prestação de “atividades-meio”, ou seja, aquelas atividades que se dão internamente ao meio (no ambiente edificado) onde atuam empresas, sendo as mais comuns: limpeza, manutenção, jardinagem, montagem, segurança, logística (Marcelino&Cavalcante, 2012, p. 94).

Entre as atividades com nível mais elevado de terceirização como forma de contratação estão justamente: i) atividades de vigilância e segurança privada (75,8% de assalariados terceirizados); ii) limpeza de prédios e domicílios (70,5%); iii) serviços de apoio a edifícios (62,7%); iv) fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (57,7%); v) seleção e agenciamento de mão de obra (55,4%); vi) atividades de transporte de valores (55,2%); vii) locação de mão de obra temporária (52,4%); viii) coleta de resíduos (50,3%); ix) serviços prestados a empresas não especificadas (37,3%); x) condomínios prediais (34,4%); e xi) serviços de escritório e apoio administrativo (32,2%)⁵³.

Os dilemas sobre a autorização da terceirização para outras atividades que não estas já “clássicas” acabaram por concentrar e especializar um setor “típico” de prestação de serviços terceirizados ao “meio”, embora o termo não seja corriqueiramente pensado pelo seu sentido espacial. Abaixo, o gráfico mostra a evolução na última década no número de trabalhadores empregados no código de atividades CNAE para “serviços de apoio a edifícios”:

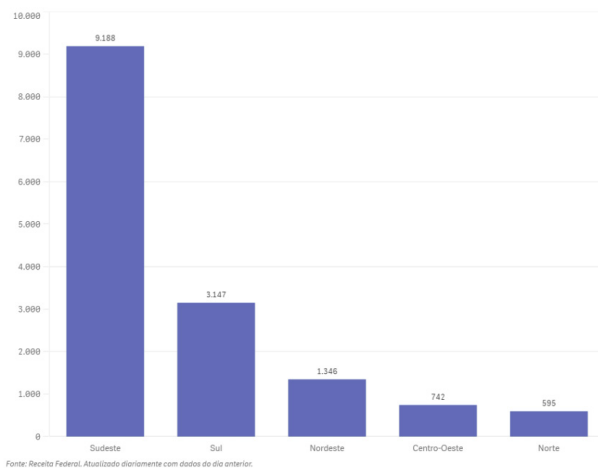
53 Informações extraídas dos microdados RAIS de 2013 e trabalhados por Campos (2016, p. 18).

Gráfico 1 - Número de empregados no setor de serviços de apoio a edifícios, 2009-2018.



Fonte: DataSebrae.

Gráfico 2 - Distribuição de empresas sob o código CNAE de “serviços de apoio a edifícios” nas regiões do Brasil.



Fonte: DataSebrae.

Um caso mais explícito de ligação entre a exploração dessas atividades e a financeirização na produção do espaço é o das consultorias imobiliárias internacionais atuantes em São Paulo, portadoras expressivas da racionalidade dos mercados financeiros que penetraram o setor imobiliário nas últimas décadas (Shimbo et al, 2021), oferecem hoje o gerenciamento integrado destes serviços prediais, haja vista as edificações serem componentes dos portfólios voltados a fundos de investimento⁵⁴. A “redução de custos” com serviços prediais, como justificativa perene da terceirização (*outsourcing*), passa a se ligar, nesse caso específico de um segmento de luxo do setor imobiliário, a uma tecnologia de gestão “ativa” das propriedades e, conseqüentemente, à gestão propriamente financeira dos fundos de investimento.



Figura 1 - Esquema elaborado pela autora.

54 Nas principais consultorias imobiliárias internacionais atuantes em São Paulo, Colliers, JLL, CBRE e Cushman&Wakefield, há oferecimento de prestação de gerenciamento de facilidades: <<https://www.colliers.com/pt-br/servi%C3%A7os/gerenciamento-de-facilities>>; <<https://www.jll.com.br/pt/solutions/gerenciamento-integrado-de-facilities/gestao-flexivel-de-facilities>>; <<https://www.cbre.com.br/pt-br/servicos-de-consultoria-imobiliaria/servicos-ocupantes-inquilinos/gerenciamento-de-facilities>>; <<https://www.cushmanwakefield.com/pt-br/brazil/services/facilities-management>>

Como resultado desta movimentação pela extração da mais alta rentabilidade dos ativos imobiliários geridos pelos fundos, é notável a tendência contraposta, mediante a dinâmica de concentração e centralização do capital imobiliário, da crescente contratação de profissionais ultra especializados em gestão, não raro oriundos e formados pelo mercado financeiro, de um lado, e, de outro, a busca permanente pela redução de custos condominiais com as atividades menos qualificadas, como a limpeza e a segurança.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda em estágio preambular de desenvolvimento, a presente hipótese afirma que os serviços de apoio ao imobiliário partem historicamente das relações de superexploração da força de trabalho que marcam o modo de acumulação urbano dependente. As elaborações a respeito da urbanização na periferia do capitalismo podem ser retrabalhadas no sentido de vislumbrar que o “inchaço do Terciário”, conjunto de serviços urbanos tradicionalmente improdutivos e não capitalistas que garantiram a acumulação industrial no século XX, passaram, na contemporaneidade, por um processo de subsunção e capitalização, atravessado pela produção financeirizada do espaço urbano e suas funções intermediárias que atuam através do tempo de giro do capital imobiliário.

É preciso lembrar que precisamente o aspecto do “atraso brasileiro” garante a acumulação financeirizada contemporânea, atuando como um elemento infraestrutural de valorização da propriedade privada imobiliária. Para que o valor de troca do imobiliário – flats, hotéis, shoppings, apartamentos, prédios, bairros, se mantenha, o trabalho coletivo de conservação de seu valor de uso é uma condição e torna-se parcela embutida (e cada vez mais diminuta) no seu preço monopolista de mercado.

O imobiliário como negócio engalfinha progressivamente este trabalho coletivo tradicionalmente “improdutivo”, que passa por um processo recente e significativo de mercantilização que parece se combinar à reprodução fictícia da valorização do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, F. Gerenciamento de Facilities and Properties. São Paulo: Reis Editor, 2017.
- ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. Novos estudos CEBRAP, p. 103-127, 2009.
- BARAVELLI, J.E. Trabalho e tecnologia no Programa MCMV. São Paulo: Annablume, 2017.
- BRAGA, R. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CAMPOS, A.G. (Ed.). Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.
- CAMPOS, A.G. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho no Brasil: Novas evidências para o debate. Texto para Discussão, 2016.
- CASTELLS, M. (org.). Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. Revista Em Pauta, 1º sem. 2013, n. 31, v. 11, p. 21-37. Rio de Janeiro, 2013.
- FERRO, S. O Canteiro e o Desenho. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.
- FIX, M. São Paulo cidade global. São Paulo: Boitempo, 2007
- GUNDER FRANK, A. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo:Anpocs, 1984.
- GORENDER, J. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 13, n. 1, p. 7-39, 1983.
- HARVEY, D. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.
- KLINK, J.; SOUZA, M. B.. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metrôpole, v. 19, p. 379-406, 2017.
- KOWARICK, L. Capitalismo e marginalidade na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- _____. A Espoliação Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

- LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013 [1974].
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales, n. 11, p. 6, 2007.
- _____. Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. EURE (Santiago), v. 40, n. 120, p. 29-47, 2014.
- _____. MetrÓpole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n.4, Número Especial p. 149-158, dez. 2015.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. Caderno crh, v. 25, p. 331-346, 2012.
- MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: AlfaÔmega, 1979.
- _____. Habitação e indústria da construção. Tese de doutorado (FAUUSP). São Paulo, 1984.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. p. 105-165. (Coleção A Outra Margem)
- MARX, K. O capital (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MIOTO, B.; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SÍGOLO, Leticia Moreira. Expansão e desaceleração do mercado privado formal de moradia a partir dos anos 2000 na Região Metropolitana de São Paulo. Cadernos MetrÓpole, v. 21, p. 253-280, 2019.
- MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. Editora Perspectiva SA, 2020.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço e Debates, v. 2, n. 6, p. 36-54, 1982.
- _____. Crítica da razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. Brazilian Journal of Political Economy, v. 36, n. 3, p. 514-535, 2016.
- PEREIRA, P.C.X. Espaço, técnica e construção. A apropriação e produção do espaço: as implicações no desenvolvimento técnico da indústria da

- construção. O caso da produção de moradias na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 1984.
- _____. Reestruturação imobiliária em São Paulo: especificidades e tendências. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005.
- _____. (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- POCHMANN, M. A metrópole do trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- _____. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 89-99, 2019.
- PRADO-JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970 [1945].
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 69-136, 2000.
- OSEKI, J. H. Arquitetura em construção. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.
- RUFINO, M.B.C. Do zoneamento às operações urbanas consorciadas: planejamento urbano e produção imobiliária na mercantilização do espaço em São Paulo (1970-2017). In: PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- SAFFIOTI, H. Emprego doméstico e capitalismo: coleção depoimentos. 14 vol. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.
- SANTOS, M. Economia Espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. Metrópole corporativa fragmentada. São Paulo: Edusp, 2019.
- SHIMBO, L. O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras. Tese de livre-docência. São Carlos, Universidade de São Paulo, 2020.
- SHIMBO, L.; SANFELICI, D.; MARTINEZ-GONZALEZ, B. Consultorias imobiliárias internacionais e racionalidade financeira na avaliação e gestão de imóveis em São Paulo. *EURE (Santiago)*, v. 47, n. 140, p. 221-242, 2021.
- SINGER, P. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- _____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- TONE, B. São Paulo Século XXI. Valorização imobiliária e dissolução urbana. Tese de doutoramento. FAUUSP, 2015.
- VARGAS, N. Tendências de mudança na indústria da construção. Espaço e Debates, ano XII, n. 36, p. 47-53, 1992.

OS SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS E O LUGAR DA LOUCURA NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Darcio Antonio Argento

INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou investigar os mecanismos de produção social do espaço e suas relações com a loucura na metrópole contemporânea, tomando como referência os pressupostos oriundos da geografia crítica na sua vertente marxista-lefevbriana. A diversidade de interpretações sobre o fenômeno da loucura, no contexto urbano, por muitas vezes deixou em suspensão os possíveis nexos entre a questão espacial, as enfermidades mentais e as possibilidades de reabilitação e reinserção sociais dentro do paradigma do tratamento comunitário, ou, então, foram considerados a partir de uma certa compreensão do espaço assumida pelas diversas áreas que compõem o campo da saúde, especificamente da saúde mental. Desta maneira, pretende-se analisar as possibilidades colocadas pela produção do espaço e seus determinantes na reabilitação e reinserção de pessoas com transtornos mentais graves, assim como estabelecer um diálogo com algumas considerações trazidas pelo campo da saúde sobre esses desafios à luz das categorias lefebvrianas de espaço e cotidiano. O objeto escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa são os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT's) da cidade de São Paulo, locais determinados pelo poder público exclusivamente como moradia com a função de promover a reinserção social e auxiliar na reabilitação psicossocial de pessoas egressas de longas internações em hospitais psiquiátricos e que perderam laços socioafetivos (ou mesmo para aqueles indivíduos que mantiveram algum vínculo débil) fora das instituições hospitalares.

Os SRT's são um dos resultados da mudança de paradigma no tratamento das pessoas com transtornos mentais a partir dos desdobramentos do movimento conhecido como Reforma Psiquiátrica, quando as internações em ambientes manicomiais foram progressivamente substituídas pelo tratamento comunitário a partir de 2001. Partindo desse pressuposto a pesquisa direciona-se para a investigação das relações que as SRT's estabelecem exteriormente com comunidade, e também os vínculos que estes equipamentos podem proporcionar entre os moradores. O escopo deste trabalho orienta-se para a investigação sobre as margens de identificação e distanciamento cotidianos, níveis de integração e resistência encontrados pelos moradores do SRT's e para as possibilidades de apropriação do espaço, que parte da constituição de um sentido de pertencimento ao bairro e a vizinhança onde os equipamentos foram implantados. É fundamental para esta pesquisa observar e compreender aspectos que iluminam as reflexões trazidas pelo pensamento lefevbriano e que iluminam o evoluir da vida cotidiana, quais sejam, as dimensões sociais negadas pelo processo de constituição da modernidade no plano espacial, no caso específico das pessoas com transtornos mentais graves, agrupados no epíteto "loucura", são dimensões negadas e estigmatizadas. Para tal empreitada faz-se necessário deslindar o sentido inverso desta relação, ou seja, o recebimento por parte da vizinhança constituída para com os novos indivíduos que passaram a compor a paisagem social.

Portanto, o conjunto das relações entre os moradores novos e antigos é a base norteadora para compreender a forma e a essência com as quais estes indivíduos apropriam-se da vida cotidiana no lugar. O levantamento da circulação dos moradores das SRT's pelo bairro, pelos equipamentos de saúde, lazer, comércio, religiosos etc., públicos e privados, agregam informações que nos permitem entender os fios que conformam essa trama de relações proporcionadas pelo estabelecimento dos Serviços Residenciais Terapêuticos na complexidade da metrópole paulistana.

OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NA MODERNIDADE

A investigação sobre a produção de um saber sobre as enfermidades mentais, juntamente com a prática de segregação dos loucos em locais específicos, na passagem da Idade Média para a ‘Época Clássica’, em solo europeu, tem como um dos marcos fundamentais e fundantes os trabalhos seminais de Michel Foucault, que abordam, dentre outros temas, a determinação moderna da loucura, os processos de estigmatização e privação do convívio social para as pessoas com transtornos mentais graves. Os escritos foucaultianos pontuam a evolução das questões citadas em sintonia com o amadurecimento da razão da ‘Época Clássica’, consolidada, em tese, pelo movimento iluminista e pela Revolução Francesa, que desembocaram no surgimento da moderna psiquiatria. Segundo Foucault, o ponto de partida temporal para a condição moderna da loucura foram os séculos XVI-XVII, tendo como símbolos espaciais a construção dos primeiros estabelecimentos – alguns designados hospitais – destinados à reclusão das pessoas consideradas, então, como ‘párias sociais’ (criminosos, prostitutas, desempregados, camponeses expropriados etc.) a partir uma lógica emergente de classificação social, fortemente ancorada em novos valores ou na reconfiguração de outros como aptidão/disposição para o trabalho, posse, propriedade, riqueza/pobreza, justiça, família, religião etc. (FOUCAULT, 1978).

O século XVI testemunhou as grandes navegações e o consequente encontro dos europeus com outros povos e culturas. Época dos primórdios da revolução científica que assentou base para o futuro pensamento racionalista que, por sua vez, lançou nova luz sobre o espírito ocidental, fazendo com que muitas questões passassem a ser entendidas sobre outros paradigmas – algumas sofreram verdadeiras revoluções – dentre elas, o tema da loucura. Entretanto, até o Renascimento é possível constatar que a experiência da loucura foi vista com certo entusiasmo, a ponto de ser celebrada de algumas formas. A loucura tinha certo poder de atração; as sociedades europeias a viam como um lugar recôndito e misterioso

da consciência a ser explorado. No limite, os loucos possuíam algo de santo, desfilando uma sabedoria inacessível aos homens comuns. Essa forma de apreciação da loucura encontra ecos na Grécia antiga. Ali, os loucos podiam ser caracterizados como seres dotados de habilidades especiais, dentre elas as de se comunicarem com os deuses, com o sagrado; detentores de habilidades como conselheiros e adivinhos.

No período renascentista houve uma ultrapassagem limitada da visão medieval que, de certa forma, santificava a loucura, agregando novos sentidos aos fenômenos observados. O louco continuou a ser visto como alguém que possuía uma espécie de sabedoria indecifrável e misteriosa, fora do alcance das pessoas “normais”. Os delírios da loucura foram tomados como expressão desse dom natural. Mas deu-se uma aproximação natural de pessoas de diversos estratos sociais, inclusive de grandes gênios, com o tema, tomando-o como fonte de curiosidade e inspiração.

O Renascimento deixa transparecer essa percepção peculiar que dá novo corpo a loucura em várias formas de manifestação da cultura:

‘Comefeito, a experiência da loucura é celebrada no Renascimento de modos diversos. Além de se expressar nos ritos populares, as artes plásticas (por exemplo: Bosch; Breughel), as obras de filosofia ou de crítica moral (por exemplo: Brant; Erasmo) e os textos literários (por exemplo: Shakespeare; Cervantes) encarregam-se de testemunhar diferentemente o prestígio dessa loucura, cujos enigmas têm sobre o homem um poder de atração. Na França, por exemplo, loucos célebres escrevem livros que são publicados e lidos por um público culto como obras de loucura. Porém é apenas até o começo do século XVII que a cultura ocidental se mostrou hospitaleira para com essas formas de experiência’ (FRAYZE-PEREIRA, 1994, p. 52-53).

Os quadros do pintor holandês Hyeronimus Bosch reforçam a ideia de como a percepção da loucura foi abandonando sua roupagem piedosa da Idade Média e, ao adentrar na modernidade, reforçou padrões de atração aos fenômenos incompreensíveis manifestados por certos indivíduos; fenômenos que, no século seguinte, passariam a ser rotulados como desvio, ou desrazão, e mandados ao confinamento. Tomemos um desse quadros como exemplo, “A Nau dos Loucos”

(Figura 1), nele Bosch retratou um costume de época em algumas cidades europeias: os loucos eram embarcados e confiados aos barqueiros que os levavam sem destino, batendo de porto em porto, de cidade em cidade. Alguns desembarcavam em lugares distantes que os acolhiam, outros seguiam intermináveis viagens perfazendo aquilo que, nas palavras de Foucault, fazia destas pessoas 'prisioneiras eternas de sua partida'. (FOUCAULT, 1997).

Figura 1 - 'A nau dos loucos' (Hieronymus Bosch)



O quadro possui algumas peculiaridades que apontam os contornos da loucura no período renascentista em dissonância como a interpretação que a Época Clássica daria ao mesmo fenômeno e que seriam sacramentadas pelo Iluminismo. No primeiro plano estão um sacerdote e uma religiosa entregues aos prazeres da música, da comida e da bebida. Os loucos estão embriagados e

dispostos ao redor dos religiosos que pareciam navegar todos por uma espécie de paraíso renovado. A bandeirola tremulante num galho que se confunde com o mastro do navio carrega os dizeres: ‘o triunfo diabólico do Anticristo’. Nada mais distante da figuração puramente religiosa da Idade Média. Aqui, sagrado e profano se misturam para celebrar, nos seus símbolos mais equidistantes, a religião e a loucura. Se no período do Renascimento a loucura era percebida de um ponto de vista misterioso, campo do exótico e até mesmo nutria uma certa aura de respeitabilidade, a partir do século XVII, com ascensão do racionalismo e a progressiva especialização das ciências, a loucura ganhará um novo status: será reportada como “fato médico”. Doença que pode ser diagnosticada apenas por um especialista. A loucura como especialidade médica resultou de um processo gestado ao longo dos séculos XVII e XVIII e que veio à luz e foi consagrada pela contemporaneidade, que tem como marco histórico a Revolução Francesa.

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A CONSAGRAÇÃO DA PSIQUIATRIA MODERNA E DA LOUCURA COMO FATO MÉDICO

A Revolução Francesa foi um evento de proporções gigantescas na história mundial e, ao lado da Revolução Inglesa, iniciada na segunda metade do século XVIII, pavimentou o caminho para consolidação do modo capitalista na sua fase industrial. São chamadas revoluções ‘burguesas’; elas foram capitaneadas por um estrato social poderoso chamado ‘burguesia’ que até aquele momento detinha muito poder econômico na França e desejava obter o poder político nas mãos da monarquia absoluta de Luís XVI. Entretanto, a Revolução Francesa não deu vazão apenas a transformações político-econômicas, mas abriu um leque enorme de mudanças sociais, nas ciências e nos costumes, que ganharam ressonância em países e continentes muito distantes da Europa; desde América – fomentando independências – até os confins do Oriente (HOBSBAWM, 1996). Nas palavras do historiador Carlos Guilherme Mota:

A Revolução Francesa constitui um dos capítulos decisivos da longa e descontínua passagem histórica do feudalismo ao capitalismo. Com a Revolução do século XVII e a Revolução Industrial do Século XVIII na Inglaterra e ainda com a Revolução Americana de 1776, a “Grande Révolution” lança os fundamentos da História Contemporânea. Diversamente de todas as outras, entretanto, assistiu-se na França à primeira experiência democrática da História. (Mota, 1989, p. 13)

Essa inovadora perspectiva sobre a noção de razão, centrada no indivíduo, que deveria ser capaz de alcançá-la para atingir o conhecimento e a cidadania, implicaram também em uma nova perspectiva no entendimento da loucura. Dentro destas transformações ímpares, algumas tiveram muita importância dentro da medicina, em particular, na história da loucura e da psiquiatria. Uma delas diz respeito à passagem do hospital como instituição quase carcerária, ou filantrópica, para uma instituição médica, de fato. O médico tornou-se a figura central dentro dos hospitais, substituindo os antigos administradores nomeados pelo rei. É assim que, como detentor de um novo saber-poder legitimado pela sociedade que florescia, o médico Philippe Pinel iniciou sua grande obra de transformação do Hospital Geral de Paris, em 1793. Pinel havia sido um revolucionário ativo, e como resultado de sua atuação política e de suas ideias inovadoras passou a dirigir o Hospital de Bicêtre (uma das unidades do grande Hospital Geral de Paris). Posteriormente Pinel seguiu para La Salpêtrière, um sanatório que anos mais tarde seria um grande laboratório para as ideias do jovem Dr. Freud.

Pinel introduziu o conceito de “alienação mental” para referir-se à loucura, daí que o médico que tratava a loucura passou a chamar-se alienista. Alienação, no sentido comum, significa “de fora”, “alienígena”, mas pode significar também algo que é originário de alguém, mas que está sob a posse de outrem. Nesse sentido, Pinel referia-se à razão que estava fora do paciente, sob a posse do alienista. O alienista era portador desta nova racionalidade que decidia entre os cidadãos livres e aqueles que necessitam ser internados ou mantidos nos hospitais para que pudessem recuperar suas faculdades mentais. De posse da razão que faltava ao paciente, o alienista podia fazer um

juízo moral a respeito do comportamento alheio e diagnosticar as faltas e as condutas desviantes (MACHADO *et al.*, 1978).

Isolamento hospitalar e alienação mental tornaram-se as pedras edificantes de uma nova terapêutica de cunho moral. O hospital passou de um lugar que deveria ofertar aos loucos os meios para se alcançar a cura para uma instituição que submetia o alienado a “regras de polícia interior”. O hospital tornou-se, ele próprio, uma instituição terapêutica e a conseqüente proximidade com os loucos, junto à possibilidade de observá-los com maior rigor, permitiram a Pinel ‘elaborar uma primeira nosografia, isto é, uma primeira classificação das enfermidades mentais, que consolidou o conceito de alienação mental e a profissão do alienista’ (AMARANTE, 2007, p. 29). O ‘Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental ou a Mania de 1801’, elaborado por Pinel, é considerado o primeiro manual da especialidade médica que alguns anos depois ganhou o nome de psiquiatria. A partir desse momento loucos foram considerados pacientes e a loucura ganhou o status de doença. As instituições asilares de base pineliana espalharam-se por toda a Europa, graças às conquistas territoriais francesas e a exportação da revolução e de suas ideias para os países ocupados. Este novo tipo de instituição que preconizava um tipo de tratamento moral aliado ao isolamento social perpassou todo o século XIX e grande parte do século XX⁵⁵.

Apesar do sucesso do modelo asilar, desde seu surgimento o hospital psiquiátrico foi objeto de críticas. Os contemporâneos de Pinel observaram que em nome da razão ergueu-se um paradoxo com a liberdade, um dos pilares da Revolução Francesa. Estranha instituição essa que aprisionava aqueles que pretendia libertar. Prisão do corpo para a libertação da consciência. Amarante afirma que:

Os primeiros asilos ficaram rapidamente superlotados de internos. A enorme dificuldade em estabelecer os limites entre a loucura e a sanidade; as evidentes funções sociais (ainda) cumpridas pelos hospícios na segregação de segmentos

55 O asilo de inspiração pineliana sobrevive ao tempo: no Brasil existiam 13.877 leitos em hospitais psiquiátricos no ano de 2020 (BRASIL, 2020).

marginalizados da população; as constantes denúncias de violências contra os pacientes internados, fizeram com que a credibilidade do hospital psiquiátrico, e em última instância, da própria psiquiatria, logo chegasse aos mais baixos níveis. (AMARANTE, 2007, p. 38)

Diante dessa constatação, já no século XIX, iniciaram-se algumas iniciativas em busca de mudanças nas instituições psiquiátricas asilares. As chamadas ‘colônias de alienados’ foram as primeiras alternativas ao tratamento psiquiátrico utilizadas no século XIX. A ideia das colônias de alienados veio à público no livro de Jean-Etienne Esquirol chamado ‘Doenças Mentais’ de 1838. Esquirol foi discípulo de Pinel e sua obra influenciou médicos e psiquiatras pelo mundo, com grande inserção na psiquiatria brasileira. Neste trabalho, o autor resgatou a história da vila de Geel, ou ‘ville de fous’ (vila dos loucos) localizada na Bélgica, onde havia uma colônia de alienados desde tempos imemorráveis. Esquirol foi atraído ao local porque, enquanto na França havia casas de internamento, hospícios e asilos, na Bélgica essas instituições estavam desativadas e os loucos eram levados para Gheel. Chegando em Gheel eles eram acolhidos por famílias, já que na vila não existia hospício, apenas um pequeno hospital geral. Esquirol relatou que os alienados, homens e mulheres, viviam livremente pelas ruas, sem que as pessoas notassem.

A situação dos hospitais psiquiátricos misturava asilamento, alijamento do convívio social, denúncias de maus tratos, mortes, abandono familiar, agravamento das enfermidades mentais. As ‘colônias de alienados’ inspiradas no trabalho de Esquirol foram a primeira tentativa de oferecer outros cuidados às pessoas com transtornos mentais, ainda no século XIX. Entretanto uma crítica mais contundente ao modelo asilar precisou esperar o pós-guerra para ganhar contornos mais densos e sensibilizar os governos e a opinião pública sobre a forma como a loucura era vista. A experiência nazista, o extermínio em massa de vários segmentos sociais, que havia começado pelos doentes e deficientes mentais, na Alemanha da década de 1930, apontou as similaridades dos campos de extermínio com os hospitais psiquiátricos. A maré de movimentos sociais de

toda ordem nos anos de 1960 aprofundou a discussão do respeito aos direitos civis e humanos e as críticas ao modelo asilar de tratamento da loucura. O resultado de tais críticas foi o ressurgimento potente da polêmica em torno dos velhos manicômios e das novas demandas sociais que atingiram níveis elevados de tensão especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. O Brasil nunca esteve livre nem do modelo manicomial nem das críticas a sua existência, sendo protagonista de muitos casos de violência e maus tratos com seus pacientes manicomialistas. Apenas o Hospital Colônia situado na cidade de Barbacena, Minas Gerais, foi responsável por cerca de 60 mil mortes de internos entre as décadas de 1930 e 1980 (ARBEX, 2013). Casos de omissão, maus tratos e violência, como o do Colônia em Barbacena, que chegaram a números expressivamente altos, não eram raros nos manicômios do país que reproduziam o funcionamento dos hospitais de base pineliana disseminados por inúmeros países do mundo.

PANORAMA E EVOLUÇÃO DAS REFORMAS NO CUIDADO À SAÚDE MENTAL NO BRASIL

A partir dos anos de 1960, as reformas psiquiátricas pelo mundo ganharam ímpeto e materializaram transformações significativas; esse impulso fez com que o Brasil produzisse seu próprio movimento de reforma psiquiátrica, com profundidade, na segunda metade dos anos de 1970, dentro do seu repertório de possibilidades num período marcado pelo autoritarismo da ditadura civil-militar. Desse movimento frutificaram experiências, políticas públicas e equipamentos de saúde que existem até o presente e outros que foram substituídos pela dinâmica própria da reforma e seus embates ao longo do tempo. Outros foram enfraquecidos/fortalecidos segundo políticas governamentais circunstanciais. São diversos os equipamentos, públicos e privados, em funcionamento constituintes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), mantidos pelo poder público e subordinados ao SUS. Dentre eles encontramos os SRT's, objetos desta investigação. A Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB)

baseou-se amplamente na experiência italiana, mas teve seus ritos próprios condicionados pelas características sociais mais gerais e das instituições, em particular. Na janela de mudanças aberta pela política oficial da ditadura que propugnava lentas mudanças e a reintrodução gradual e ‘segura’ da democracia liberal no Brasil, a partir de meados dos anos 1970, o conjunto dos profissionais envolvidos no cuidado à saúde mental aumentou a pressão sobre o Estado propondo demandas tais como a universalidade de acesso e maior responsabilização do poder público pela saúde da população, culminando, no plano específico da saúde mental, em propostas inovadoras relativas às alternativas para institucionalização dos pacientes, em meio aos debates sobre outros modelos que ocorriam já desde a década anterior.

O ano de 1978 é considerado chave para ascensão das lutas por um novo modelo na saúde mental, no Brasil, porque consolidou o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) como o principal movimento pelas reformas que viriam nas décadas seguintes. As lutas, debates e experiências práticas do MTSM generalizaram-se para um movimento mais amplo, que congregou, além dos trabalhadores, usuários e familiares, transformando-se num movimento amplo, conhecido como Movimento de Luta antimanicomial (MLA) (AMARANTE, 1995). A luta antimanicomial entrou de vez na agenda dos poderes institucionalizados, tendo como pano de fundo as transformações mais gerais pelas quais o país passou na década de 1980. A redemocratização e promulgação de uma nova constituição abasteceram os ânimos da sociedade brasileira, e dos movimentos sociais de várias tendências; o questionamento do autoritarismo impactou fortemente a luta antimanicomial, que há tempos travava embates contra o modelo de confinamento e segregação das pessoas com transtornos mentais. Nesse movimento, em 1989, o então deputado federal Paulo Delgado, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, propôs um projeto de lei que regulamentava os direitos das pessoas com transtorno mental e indicava a proibição, em todo o país, de novos hospitais psiquiátricos, dando início a luta no campo legislativo federal. Tal projeto tramitou por mais de dez anos

no Congresso Nacional, sendo aprovado com uma série de mudanças somente em 2001, materializado na Lei 10.216⁵⁶, que passou a ser conhecida como ‘lei antimanicomial’ (MATEUS, 2013).

O processo de desinstitucionalização atingiu seu clímax com a sanção da Lei Federal 10.216, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A Lei redireciona a assistência em saúde mental, visando à implantação de serviços substitutivos ao modelo centrado na internação hospitalar. Prioriza tratamentos em serviços de base comunitária, criando para isso linhas específicas de financiamento do Ministério da Saúde (MS). Concebe novos mecanismos de fiscalização e gestão em relação aos hospitais psiquiátricos, prevendo a redução programada dos leitos existentes, e, ainda, dispõe sobre a proteção de direitos das pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2015). Em dezembro de 2011, a portaria nº 3.088⁵⁷ foi promulgada pelo Ministério da Saúde, observando a necessidade de garantir a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e normatizando o funcionamento dos seus diferentes equipamentos, dentre eles os SRT’s, que foram inseridos no componente ‘Estratégias de Desinstitucionalização’.

OLHARES DO CAMPO BUROCRÁTICO DA SAÚDE PARA A QUESTÃO ESPACIAL

Ao longo das décadas de construção da RPB e da substituição do modelo hospitalocêntrico para o comunitário são perceptíveis os esforços que, progressivamente, aumentaram de grau a importância sobre a compreensão do espaço para dimensioná-lo aos objetivos práticos do tratamento comunitário. Com frequência, o espaço é referenciado pelas políticas públicas da saúde como “território”, a

56 A Lei Nº 10.216 dispõe sobre “a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001).

57 A Portaria 3.088 institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS (BRASIL, 2011).

cobertura ou abrangência da política pública colocada em função da demografia. Partindo de um princípio quantitativo que determinaria o número de habitantes que uma área geográfica deve possuir para que ali seja implantado um serviço de atenção comunitária, ou tomando como base as características epidemiológicas de um recorte espacial para priorizar investimentos e ações específicas para os habitantes do lugar considerado. O referencial demográfico pode deixar em suspensão a compreensão mais profunda de outras características do espaço, por exemplo, os marcos simbólicos e/ou históricos daquele lugar. O espaço visto desta forma incorre no risco de transformar-se num espaço esvaziado de sentido, dentro de uma lógica euclidiana, em contraposição ao espaço concreto, aquele da realização da vida, com suas sujeições, mas também com suas possibilidades e contradições (CARLOS, 2017). Se tomarmos por base o diagnóstico feito pela Reforma Sanitária ao longo dos anos de 1970-80, podemos constatar, dentre outros aspectos, que a noção de território reproduz as carências sociais mais gerais que afetavam – e ainda afetam – a população brasileira. Procurou-se então pensar o território em função da ‘baixa cobertura assistencial’, ‘sobre oferta’ de serviços em alguns lugares e falta em outros; da ineficácia das resoluções tomadas longe dos locais de ação; fragmentação e desperdício de ações em contrapartida à centralização na tomada de decisões. Essa concepção de território, voltada para a qualidade de uma organização administrativo-burocrática do espaço, pressupôs a noção de distritalização. A distritalização organiza os serviços segundo a demografia espacial, adequando-os às questões epidemiológicas dos habitantes da localidade e é o referencial para implementação dos serviços comunitários no território, os distritos sanitários seriam as unidades menores:

O distrito sanitário como a unidade organizacional mínima do sistema de saúde deveria ter uma base territorial definida geograficamente, com uma rede de serviços de saúde com perfil tecnológico adequado às características epidemiológicas da população distribuída em seu interior (GONDIM *et al.*, 2008, p. 240)

Portanto, a questão da reabilitação/reinserção passa por problematizar o olhar sobre o território'. A Geografia crítica, na vertente lefevbriana, pode aportar alguns elementos para o entendimento da relação entre os moradores e o espaço e, como consequência, lançar luz sobre a efetividade dos processos em andamento que visam à reinserção social, para que o trabalho no território não tome o espaço apenas como abstração funcional, ou como um simples repositório de práticas que se produzem no espaço sem que possam ser orientadas para outros fins. Tradicionalmente o Estado trabalha as questões espaciais, a fim de organizá-las do ponto de vista burocrático, sem submergir aos planos mais objetivos onde as relações sociais se materializam no cotidiano dos bairros, dos centros urbanos e das metrópoles, e que podem revelar o avesso das possibilidades anunciadas pelos programas governamentais porque, eles podem ser, em si, prolongamentos das abstrações concretas fetichistas do Estado, do mercado, do planejamento, de um certo ideal de vida e da razão.

A investigação sobre o conceito de território que o campo burocrático nos apresenta corre o risco de reforçar a integração de indivíduos numa condição de dessolidarização e alienação socioespacial, abrindo uma lacuna para as aspirações de reinserção social e reabilitação psicossocial. Essas legítimas aspirações também podem esbarrar numa via integração de mão única, direcionada a partir das políticas públicas e das possibilidades apresentadas pelas dificuldades encontradas pelos serviços, sem levar em consideração as particularidades socioemocionais e a história de vida de cada morador, podendo tornar-se uma inserção pouco significativa para os ocupantes dos SRT's (SALLES; BARROS, 2013). Isto posto, podemos sugerir que, se os processos de desinstitucionalização seguiram – e seguem – os ritos jurídicos a contento e os manicômios foram progressivamente desativados a partir de 2001, postulamos que pode ocorrer uma inserção ainda frágil no território e na comunidade, porém uma inserção potente nos serviços de saúde. Seguimos por esta trilha na tentativa de deslindar o processo de inserção e reabilitação ocorrendo no tempo presente, in locu.

O aporte das categorias trabalhadas pela geografia crítica e pelo pensamento lefevbriano podem ajudar a preencher algumas lacunas não consideradas no processo de compreensão do espaço e apontar para determinantes que possivelmente não foram levados em consideração pelas políticas públicas e até pela produção e pelo fazer cotidiano do campo da saúde mental. Uma dessas contribuições é a consideração pela velocidade da dinâmica espacial da metrópole contemporânea, que impõe um ritmo de mudanças demasiadamente veloz e que tende a uma espécie de ‘derretimento’ de relações sociais comunitárias. Consideramos que a ponderação sobre um cotidiano que se esvazia e que resulta em relações sociais frágeis e cada vez mais distantes é um fator com alto grau de importância para as possibilidades de inserção num determinado contexto urbano, e que pode ser tomado como parâmetro para medir o sucesso da integração dos moradores dos SRT’s. A rapidez da vida moderna, a ‘banalização de tudo’ é o que Ana Fani Alessandri Carlos sugere tomar em conta para pensarmos como a vida cotidiana se desenrola na metrópole contemporânea:

(...)um centro onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização. A fluidez do tempo aparece como algo não natural, no dizer de Virilio, “o tempo consciente se recolhe automaticamente, formando um tempo contínuo e sem cortes aparentes.” O ritmo da metrópole é aquele da velocidade contínua, de uma anamorfose que faz da fugacidade um espetáculo de imagens sem sentido (CARLOS, 2007 p. 35-36).

A fluidez do tempo e o ritmo alucinante da metrópole são elementos importantes de análise e como fatores adicionais consideramos as comorbidades em níveis distintos que muitos ex-pacientes carregam e que se materializam em dificuldades cotidianas de locomoção, autocuidado, a observação de direitos e deveres, obtenção de trabalho e renda, acesso à educação etc.; além das dificuldades adicionais impostas, pelo estigma secular, às pessoas com transtornos mentais graves. Ritmos alucinantes, relações distantes e esvaziadas – aprofundadas pela atual pandemia do COVID-19 – reportam fadiga psíquica e adoecimento mental em números alarmantes nas sociedades

urbanas e sugerem a pergunta sobre se, e até que ponto, os moradores das SRT's conseguem acompanhar os ritmos experimentados por uma metrópole em transe pela construção-desconstrução cotidiana, já tão exaustiva para os habitantes considerados 'normais'. Circunstâncias que poder apresentar resultados diversos daqueles esperados pelas políticas públicas. A experiência fora dos manicômios já produziu uma quantidade de informações que indica que muitos moradores se sentem angustiados e desprotegidos com a nova realidade e com o cuidado em liberdade, chegando, em alguns casos, a preferirem a volta para os antigos hospitais psiquiátricos o que configura grandes desafios à inserção social desses moradores. (FURTADO; NAKAMURA, 2014).

As questões levantadas anteriormente procuram aprofundar a compreensão das possibilidades de reinserção/reabilitação psicossocial para as pessoas com transtornos mentais graves sob o cuidado em liberdade e foram trabalhadas sob o aporte da abordagem espacial trazida pela geografia crítica na vertente lefebvriana. Nesse sentido o par lefebvriano habitar/habitat foi mobilizado para apreender como as abstrações incidem sobre o espaço sob os signos do valor de troca e da mercadoria e conseqüentemente passam a determinar a vida cotidiana, mas também a maneira como os moradores encontram brechas nessa forma mais geral de dominação e se apropriam do espaço, resgatando, a maneira deles e dentro das possibilidades encontradas (ou construídas!), práticas segregadas pela 'sociedade burocrática do consumo dirigido' (LEFEBVRE, 1991). Os SRT's tentam reabilitar as 'dimensões concretas alienadas' pelo processo da troca, não só do produto do trabalho alienado, da mais-valia (até porque poucos são os moradores com trabalho formal), mas de dimensões como o corpo, sonho, desejos, projetos, festas, memória, cidadania, espaço etc., e aqui falamos de um grupo de indivíduo que sofreram incontáveis processos de alienação e violência de toda ordem (SIMONI-SANTOS, 2021).

OS SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS NO CONTEXTO DO TRATAMENTO COMUNITÁRIO

Os SRT's são equipamentos que formam a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e do conjunto de políticas públicas que orientam a estratégia de desinstitucionalização de pacientes manicomial e, ao lado de outros equipamentos e programas, ajudam a concretizar a superação do modelo de atenção centrado no hospital psiquiátrico. Encontram-se regulamentados pela Portaria 106/2000 do MS, que os definem como casas inseridas na comunidade com a função de receber os egressos com histórico de longas internações psiquiátricas. Desta forma o manual sobre SRT's produzido pelo MS informa que:

As residências terapêuticas constituem-se como alternativas de moradia para um grande contingente de pessoas que estão internadas há anos em hospitais psiquiátricos por não contarem com suporte adequado na comunidade. Além disso, essas residências podem servir de apoio a usuários de outros serviços de saúde mental, que não contam com suporte familiar e social suficientes para garantir espaço adequado de moradia. (BRASIL, 2004)

Não obstante vinculados às políticas públicas da área da saúde, esses equipamentos não foram caracterizados propriamente como um serviço de saúde; na portaria 106 o termo 'serviço' pode transmitir a ideia que o foco principal é o cuidado médico, no entanto estes equipamentos foram pensados como um lugar de moradia, prioritariamente, onde, espera-se, que os antigos pacientes consigam (re)estabelecer laços comunitários, na medida das suas condições de saúde física e mental e das oportunidades e trocas que o bairro e a vizinhança estejam dispostos a oferecer no encontro com os novos moradores. O termo 'serviço' pode ser atribuído a uma estratégia para inserir os SRT's no Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao fato de que os recursos destinados à área da saúde são historicamente mais consistentes do que aqueles destinados à área de assistência social (FURTADO, 2016). Os recursos para a manutenção das casas são oriundos dos leitos desativados nos hospitais psiquiátricos que

mantinham convênio com o poder público e transferidos para '(...) os tetos orçamentários do estado ou município responsável pela assistência ao paciente'. (BRASIL, 2004).

Os SRT's estão sendo construídos para ofertar cuidados em saúde mental na lógica dos serviços substitutivos aos manicômios com base na ênfase do trabalho na comunidade e do cuidado em liberdade, postos para servir como um dos instrumentos de reabilitação psicossocial e reinserção social dos egressos de longas internações psiquiátricas. Restituídos ao convívio social, esses indivíduos (re) experimentam outros desafios: o contato com os novos vizinhos, a segregação e os preconceitos que atingem as minorias, a tentativa de inserção no mercado de trabalho, a retomada da vida escolar entre outros. No caso das pessoas com transtornos mentais graves os estigmas fundamentais relacionados com a loucura são complicadores para as possibilidades de reinserção mencionadas anteriormente. Eles precisam lidar com a generalização da ideia do 'louco agressivo' e do 'louco delirante em tempo integral' (FRAYZE-PEREIRA, 2002).

A produção contemporânea do espaço na metrópole também pode ser vista como uma dificuldade suplementar e não menos importante para os moradores dos SRT's ao impingir novas formas nas relações sociais particulares no contato entre vizinhos, ou na ausência dessas relações de troca. Percebeu-se neste trabalho o crescimento do distanciamento social e a exígua convivência entre vizinhos dos bairros pesquisados. Temos ainda o espetáculo proporcionado pelas grandes obras de infraestrutura, o erguimento de novos 'templos' do consumo e da fé, dos condomínios residenciais fechados, que resultam na onda cada vez maior de apropriação do espaço público pelos entes privados, pela eclosão dos arranha-céus ultra modernos e inteligentes, pelas barreiras espaciais visíveis e invisíveis do espaço. Inúmeros movimentos nos planos da metrópole que vão diluir e amalgamar as perspectivas de circulação dos moradores pela cidade, restringindo a vida de muitos desses indivíduos à passagem apenas pelos equipamentos de saúde.

Portanto o processo de reabilitação psicossocial e de inserção social precisa explorar as potencialidades que o tecido urbano

contemporâneo pode oferecer para que os moradores dos SRT's reinventem suas vidas num contexto distinto e até oposto ao ambiente manicomial. Para os moradores dos SRT's trata-se de um mundo novo que os espera bem ali na esquina de suas novas casas.

OS SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS DENTRO LÓGICA ESPACIAL DA METRÓPOLE PAULISTANA

A questão da moradia é parte dos novos marcos que emergiram com o processo da RPB e com o movimento de desospitalização como forma de subsidiar o tratamento comunitário e o cuidado em liberdade. Para mergulhar na complexidade dessa questão o MLA, e depois, o poder público tiveram que se debruçar sobre outros campos do conhecimento para além do campo da saúde e do tratamento clínico. O debate sobre a questão da moradia passou a compor o rol de interesse dos programas de reabilitação psicossocial dos moradores e ajudou a pautar a formulação das políticas públicas. Fez-se necessário alargar a compreensão das modalidades de (re)inserção social para outras categorias como 'espaço' e 'território', tão caras quanto centrais para o pensamento geográfico. Resultou daí uma troca de saberes e um diálogo profícuo entre campos do conhecimento não tão próximos: saúde pública (mental) e a geografia. Nosso interesse é, também, analisar, de forma crítica, a noção de espaço mobilizada pelo campo da saúde mental, lançando mão de algumas categorias do pensamento lefevbriano que apontam para forma de compreender o espaço condicionado por categorias abstratas que direcionam sua (re)produção. Mais precisamente a noção de vida cotidiana na contemporaneidade e o par habitar/habitat (LEFEBVRE, 2001) que se desdobraram a partir das suas observações pioneiras sobre a mudança no paradigma da acumulação do capital no período do pós-guerra na França. Lefebvre observou que espaço deixava de ser apenas o lócus para a produção das mercadorias e transformava-se, ele próprio, em um tipo especial de mercadoria.

O imobiliário, como se diz desempenha o papel de segundo setor, de um circuito paralelo ao da produção industrial voltada para o

mercado de bens não duráveis ou menos duráveis que os imóveis. Esse segundo setor absorve os choques. Em caso de depressão para ele afluem os capitais (...). Enquanto uma parte da mais valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte de mais valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária. O segundo setor suplanta o principal. (Lefebvre, 1970, p. 211-212, apud CARLOS, 2020, p. 352-353)

Uma das consequências deste novo paradigma foi que o valor de troca passou a suplantar progressivamente o valor de uso dos lugares. Outra, não menos importante, foi o impacto da produção do espaço na apropriação do espaço pelos habitantes de um determinado lugar. Simultaneamente às novas condições impostas para a apropriação do espaço dentro da lógica do valor de troca, Lefebvre (1991) chamava atenção para o fato de que as premissas do mercado estavam capturando a totalidade da vida cotidiana no pós-guerra, colocando novos processos em marcha como separação mais brutal do ‘homem-natureza’, ‘a dissolução da comunidade’, ‘a acentuação da divisão do trabalho’. Lefebvre traça os contornos de um novo cotidiano que assenta a sociedade moderna e sobre ela recai a tentativa de (re) organizá-la, desde os momentos mais simples aos mais complexos da vida social, a partir do Estado, do mercado, do semi-planejamento dos aspectos da vida, por exemplo, os momentos de lazer, que são massificados, espetacularizados e generalizados – o cinema, o lazer, o turismo, os locais de veraneio, de férias etc. – para entrarem definitivamente no circuito das mercadorias e da troca. Lefebvre sintetiza essa transformação do capitalismo do pós-guerra com os termos ‘sociedade burocrática do consumo dirigido’:

“Sociedade burocrática do consumo dirigido”, tal é a definição proposta aqui para “nossa” sociedade. Marcam-se assim tanto o caráter racional dessa sociedade, como os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige a fim de se sentar sobre: o cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p. 68, grifos do autor).

Faz-se necessário, então, mobilizar algumas premissas que apontam para lógica abstrata que opera a vida cotidiana nem sempre

perceptíveis pelos habitantes das metrópoles e que podem ainda operar de maneira diferente para os moradores dos SRT's; tomando por base a 'sociedade burocrática do consumo dirigido' e suas formas organizativas alicerçadas num certo modelo de racionalidade, eleito sob o império dos desígnios do mercado.

Todas essas forças manifestam-se nos espaços ocupados pelos SRT's, pois eles estão inseridos preferencialmente nos centros urbanos. Cidades com tamanhos e características muito distintas, com suas dinâmicas e histórias particulares, onde questões culturais, econômicas e políticas atuam nos modos de vida dos seus habitantes, que interagem no tecido social dentro das suas possibilidades. Tratando-se das grandes metrópoles, estas forças são ainda mais complexas e mutantes, de difícil decifração e interação para qualquer indivíduo, portador ou não de algum transtorno mental. Fora dos manicômios, e de suas regulações específicas e binárias, da medicalização excessiva à violência física, a loucura instalada nos centros urbanos se deparou com outras formas de sujeição dos corpos, dispersas pelo espaço da metrópole; há que se perguntar se essas novas formas de sociabilidade impregnadas no espaço foram ou continuam sendo consideradas na formulação das diretrizes para o tratamento comunitário. Apenas na cidade de São Paulo, atualmente, são 69 SRT's que abrigam um total de 622 moradores (SÃO PAULO, 2021), que compõem o total de 691 residências terapêuticas em todo território nacional (BRASIL, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos estabelecidos os resultados do trabalho de campo, com entrevistas (moradores, trabalhadores e vizinhos), observações participantes, circulação com os moradores dos SRT's pela cidade indicam que o processo de reabilitação psicossocial ainda encontra muitas barreiras relacionadas com o estigma social direcionado às pessoas com transtornos mentais graves. Estas pessoas ainda precisam lidar com os dois estigmas que classificaram

os 'loucos' desde o advento da modernidade e da psiquiatria moderna, são eles: a associação com a violência e ideia consolidada de que a doença mental se manifesta em tempo integral nesses indivíduos, ou seja, o chamado 'louco' não possuiria, dentro desse esquema nenhum momento de lucidez, ele seria 'louco' em tempo integral.

Além do estigma, outra barreira para o processo de reinserção e reabilitação psicossocial é a dinâmica contemporânea da vida na metrópole que se reflete numa vida de bairro empobrecida de contatos e trocas sociais. Os laços socio afetivos formam-se de maneira fragilizada em decorrência da pouca interação entre a própria vizinhança estabelecida no bairro e dela com os moradores dos SRT's. A apropriação e o uso dos espaços também são escassos em decorrência da carência de espaços públicos e do direcionamento da vida contemporânea para os espaços privados. Os espaços privados como shoppings, por exemplo, colocam para as pessoas com transtornos mentais graves barreiras visíveis, a falta de dinheiro, e invisíveis, a manifestação dos estigmas da loucura.

Nota-se a falta de políticas públicas que levem em consideração a situação da pessoa com transtorno mental grave numa metrópole como São Paulo. Os espaços públicos e privados não foram pensados para acolher pessoas que manifestam os mais diferentes sintomas oriundos dos múltiplos transtornos mentais; este movimento está num estágio comparativamente muito mais avançado para o campo das deficiências físicas. A doença mental, normalmente, não apresenta marcadores físicos, isto ajuda a reforçar a ideia de que essas pessoas não possuiriam qualquer dificuldade para usufruir desses espaços.

Os resultados apontam para a quase total exclusão das pessoas com transtornos mentais graves do mundo do trabalho. As ocupações de todos os tipos possuem tempos e regulamentos nos quais os egressos dos manicômios não trazem as habilidades para acompanhar, ritmos e fluxos intensos, necessidade de habilidades escolares, que muitos foram privados nos tempos de segregação dos muros dos manicômios, falta habilidades sociais específicas entre outras fazem com que o ingresso no mundo do trabalho seja praticamente impossível, a não ser nos subempregos ou nas iniciativas de economia solidárias

e geração de renda normalmente propostas pelos equipamentos de saúde. Iniciativas que respeitam o tempo e as habilidades que esses sujeitos portam e ajudam a desenvolver outras.

Apesar da circulação restrita pela cidade, normalmente para os equipamentos de saúde, os Serviços Residenciais Terapêuticos mostram-se como ferramentas fundamentais para proporcionar a volta dessas pessoas ao convívio social, pois cumprem, dentro das limitações, a função de lar e não apenas de serviço. Com essas características os moradores adquirem responsabilidades e tomam contato novamente com a autonomia dos seus desejos, que lhes havia sido subtraída nas rotinas manicomial. Os moradores vão reaprendendo a desempenhar funções básicas de organização e auto-organização, bem como de autocuidado. No tocante a essas questões, a vizinhança estabelece contato com pessoas que portam necessidades especiais e alguns contatos são estabelecidos, assim como algumas pequenas redes de cuidado foram sendo construídas pelos vizinhos para atender os moradores. Os Serviços Residenciais Terapêuticos apontam um caminho para a reabilitação psicossocial dessas pessoas e mostram que o cuidado em liberdade apresenta melhores resultados do que o confinamento e a segregação social.

Procuramos chamar a atenção para o fato de que o direito à moradia, embora seja uma questão de primeira ordem para as pessoas com transtornos mentais graves, constitui-se como condição necessária, mas não suficiente para atingir os objetivos da reinserção psicossocial. Os novos espaços colocam outros desafios para esses indivíduos que precisam ser bem esquadrihados pelo poder público e por campos do conhecimento para além do campo da saúde. Conclui-se que há necessidade de novos estudos que possam mapear e aprofundar o conhecimento sobre a relação das pessoas com transtornos mentais graves com o espaço em metamorfose da metrópole contemporânea a fim de subsidiar o trabalho dos profissionais envolvidos nos Serviços Residenciais Terapêuticos, as famílias e os próprios moradores.

Observamos que há também a necessidade do estreitamento de laços entre os campos de conhecimento, há um número reduzido de trabalhos interdisciplinares entre os campos da geografia e da saúde

mental, não menos raro com relação com relação aos outros campos de conhecimento das ciências sociais. Conclui-se que a complexidade das questões colocadas pela saúde mental necessita do aporte de outros campos de conhecimento para deslindar os caminhos de pesquisa e avanço na propositura de novas questões teóricas e práticas.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo (org.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 3.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BRASIL. Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em 14.02.2020
- _____. Residências terapêuticas: o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.
- _____. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em 14.02.2020
- _____. Saúde Mental em Dados—12: ano 10, nº12. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/20/12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.
- _____. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Ministério da Saúde investe em ações de saúde mental durante a pandemia, 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/10076>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. Espaço tempo da vida cotidiana na metrópole. 2. ed. São Paulo: Labur Edições, 2017.
- _____. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o direito à cidade. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 349-369, 2020. Disponível

- em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48199>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. Vigiante e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRAYZE-PEREIRA, João. O que é Loucura. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- FURTADO, Juarez Pereira; NAKAMURA, Eunice (org.). Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2014.
- FURTADO, Juarez Pereira; ODA, Wagner Yoshizaki; BORYSOW, Igor da Costa; KAPP, Silke. A concepção de território na Saúde Mental. Cadernos de Saúde Pública, “S.L”, v. 32, n. 9, p. 1-15, jan./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v32n9/1678-4464-csp-32-09-e00059116.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é o ‘Esclarecimento’? In: KANT, Immanuel. Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no mundo Moderno. São Paulo: Ática. 1991.
- _____. Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- GONDIM, Grácia Maria de Miranda et al. O território da Saúde: A organização do sistema de saúde e a territorialização. In: MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 237-255.
- MACHADO, Roberto et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MATEUS, Mário Diniz. Aspectos históricos das políticas de assistência em saúde mental. In: MATEU, Mário Diniz (org.). Políticas de Saúde Mental: baseado no curso Políticas Públicas de saúde mental do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. p. 376-399.
- MOTA, Carlos Guilherme. A revolução francesa: 1789-1799. São Paulo: Ática, 1989. (Fundamentos).
- SALLES, Mariana Moraes; BARROS, Sônia. Exclusão/inclusão social de usuários de um centro de atenção psicossocial na vida cotidiana. Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 704-712, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v22n3/v22n3a17.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. Em direção a uma utopia espacializada: romantismo e vida cotidiana no marxismo de Henri Lefebvre. Revista

Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, “S.L”, v. 23, p. 1-23, jan./dez., e202139pt, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6822/5422>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SÃO PAULO. Serviço Residencial Terapêutico (SRT). Cidade de São Paulo. Saúde, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/saude_mental_ad/index.php?p=303570. Acesso em: 03 out. 2021.

AUTORAS E AUTORES

Alexandre Mitsuro da Silveira Yassu. Doutorando pela pós-graduação em Gestão Territorial da Universidade Federal do ABC (PGT-UFABC). Mestre pelo IPPUR-UFRJ com uma pesquisa sobre a produção do espaço metropolitano sob o domínio das finanças. Foi membro do Observatório das Metrôpoles no grupo de trabalho Habitação e Cidade. Integra os grupos de pesquisa Espaço, produção e Política Urbana da FAU-USP e Estado, espaço e a constituição da financeirização urbana do LEPUR_UFABC. Em ambos os grupos desenvolve pesquisas relacionadas à infraestrutura, financeirização e metrópole, com foco na economia política, governança e financiamento. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2010).

André Dal’Bó da Costa. É arquiteto urbanista graduado pela Universidade Estadual de Campinas (2008), mestre (2013) e doutor (2019) em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, com estágio doutoral na Université Paris Nanterre (2017). Atualmente é pós-doutorando no Departamento de Filosofia na Universidade de São Paulo, com bolsa CNPq-PDJ, professor substituto do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Ouro Preto e pesquisador associado à Université Paris Nanterre. Durante as pesquisas de mestrado e doutorado investigou a produção neoliberal do espaço com base nas resistências dos movimentos sociais. Atualmente desenvolve pesquisa sobre novas práticas de governo do território brasileiro, intitulada urbanismo autoritário, austero e militarizado.

Camila Salles de Faria. É bacharel e licenciada em Geografia. Mestre e doutora em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Carolina Alvim de Oliveira Freitas. Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É autora da Dissertação de Mestrado Mulheres e Periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio, premiada em 2019 pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). Colabora com o Centro de Estudos Periféricos (CEP), vinculado ao Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo. É vencedora do Edital para Publicação de Livros FAU-USP (2020) e autora do livro editado pela FAU-USP Mulheres e Periferias como fronteiras: o tempo-espaço

das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio (2021). Atua no movimento feminista e no movimento popular na zona leste de São Paulo.

Daniel Manzione Giavarotti. Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo. Doutor (2018) e mestre (2012) pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana - USP, com estágio de pesquisa no Departamento de História da Universidade de Chicago sob supervisão do professor Moishe Postone. Foi bolsista Fapesp durante toda sua pós-graduação, pesquisando a formação e reprodução de um loteamento periférico em São Paulo a partir da imposição e a crise do trabalho, abordando as transformações na incorporação daquela população ao circuito global de reprodução do capital. Atualmente se dedica a uma revisão crítica dos estudos de periferia, em boa parte vinculados ao CENEDIC, à luz do colapso da modernização.

Darcio Antonio Argento. Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (USP), bacharel em História (USP) e licenciado em Geografia (Faculdades Sumaré). Formador de professores das redes municipais do estado de São Paulo.

Elisa Favaro Verdi. Doutoranda em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), onde pesquisa segregação socioespacial e políticas sociais, com foco no Programa Bolsa Família como política de gestão da pobreza. Em 2022, foi pesquisadora visitante no Departamento de Sociologia da The New School for Social Research (Nova York, EUA). É mestra em Geografia Humana pela USP, onde defendeu em 2016 a dissertação intitulada “Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985”. Durante o mestrado, fez estágio de pesquisa no Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine, da Université Paris III, Sorbonne-Nouvelle. Tem bacharelado e licenciatura em Geografia, também pela USP. É membro do Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (GESP) e associada da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - seção São Paulo.

Francisco Wesley Marques Brandão. Mestrando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo-USP Graduado em Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual Do Piauí. Participante Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo. Participou do Programa de Iniciação a Pesquisa- PIBIC/UESPI (2018-2019). Integrante do Núcleo de Estudos de Geografia Física NEGEO-UESPI. Integrante do Núcleo de Estudos intraurbano Do Contato do Urbano Com O Rural (NEURMA- UESPI). Integrante Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária- PIBEU/UESPI. Possui cursos de extensão na área de gestão ambiental, geografia, mineralogia

e aprendizagem, desenvolve pesquisas sobre a temática de Geografia urbana, Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Produção do Espaço.

Giselle Mendonça Abreu. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na University of California, Berkeley, nos Estados Unidos. Atualmente, é bolsista da Fundação do International Journal of Urban and Regional Research (IJURR Foundation). Sua pesquisa de doutorado examina a economia política do processo de urbanização de cidades não-metropolitanas ligado à expansão de atividades agroindustriais. É graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), onde teve bolsa de pesquisa da CAPES/CNPq. Entre 2013 e 2016, atuou como assessora técnica na Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo.

Guilherme Moreira Petrella. Arquiteto e Urbanista graduado em 2002, mestre em 2009 (com a dissertação «Das fronteiras do conjunto ao Conjunto das fronteiras») e Doutor em 2017 (com a tese «A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI», 2017) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Zona Leste – Instituto das Cidades desde 2018. Membro dos Grupos de Pesquisa «Transborda – Estudos da Urbanização Crítica» (CNPq – Unifesp) e «Espaço, Produção e Política Urbana» (CNPq – FAUUSP), membro da «Rede de Pesquisa Construção Crítica Urbana» (FAUUSP, IAUUSP, UFABC, Unifesp), com a finalidade de contribuir com a crítica à economia política do espaço (indústria da construção civil, cotidianidade e urbano).

série
**estudos
urbanos**

Sob organização do grupo de pesquisa Transborda – Estudos da Urbanização Crítica, o presente livro traz dez textos inéditos de pesquisadores que participaram do Seminário Internacional de Estudos Urbanos e Interdisciplinaridade, promovido pelo Instituto das Cidades, da Unifesp, em outubro de 2021. Trata-se de um conjunto de reflexões que contribui com a perspectiva crítica de investigação dos fundamentos da contradição implicada na produção do espaço na forma capitalista, particularmente no contexto brasileiro, dialogando fortemente com a agenda de pesquisa com a qual o Transborda tem se comprometido nos últimos anos. A partir da tensão constante entre acumulação do capital e reprodução da vida, em suas relações indissociáveis com o processo de urbanização, a tarefa crítica apresentada no percurso dos capítulos é justamente relacionar e questionar os fundamentos da propriedade e da reprodução do espaço capitalista para que possamos compreender o espaço urbano e as contradições dessa inter-relação, em suas múltiplas dimensões.



ISBN: 978-65-87312-65-1

